

UNIVERSIDADE ABERTA



UNIVERSIDADE  
**AbERTA**  
[www.uab.pt](http://www.uab.pt)

PROPOSTAS ALTERNATIVAS DE EDUCAÇÃO NO CONCELHO DE  
ALENQUER: PIEF E CURSO VOCACIONAL

Fernando Jorge Morais de Almeida

Mestrado em Administração e Gestão Educacional

2016

UNIVERSIDADE ABERTA



UNIVERSIDADE  
AbERTA  
[www.uab.pt](http://www.uab.pt)

PROPOSTAS ALTERNATIVAS DE EDUCAÇÃO NO CONCELHO DE  
ALENQUER: PIEF E CURSO VOCACIONAL

Fernando Jorge Morais de Almeida

Mestrado em Administração e Gestão Educacional

Dissertação orientada pelo Professor Manuel Mouta Lopes

2016

## **Agradecimentos**

A todas as pessoas que me ajudaram na elaboração deste estudo, em particular:

- À minha mulher pela compreensão, apoio e incentivo para continuar a trabalhar quando a vontade era pouca.
- Aos meus pais, pois sempre olharam para a Escola e para a Educação, como forma de me tornar uma pessoa melhor.
- Ao Professor Manuel Mouta Lopes por estar sempre presente, pela sua paciência e motivação.
- A todos os participantes no estudo: alunos da turma PIEF e do Curso Vocacional, diretoras de turma, Técnica de Intervenção Local e restantes membros dos Conselhos de Turma.
- Aos Diretores dos Agrupamentos de Escolas da Abrigada e do Carregado, nas pessoas da Professora Célia Vinagre e do Professor Alberto Seco, pela disponibilidade em participar no estudo.
- Aos meus colegas do Agrupamento de Escolas Damião de Goes, pela ajuda na correção ortográfica e na paginação, sem vós era muito mais difícil.

## **RESUMO**

A presente dissertação foi realizada no âmbito do 14.º Mestrado em Administração e Gestão Educacional, foi a consequência do trabalho de pesquisa realizado nos Agrupamentos de Escolas da Abrigada e do Carregado, do Concelho de Alenquer.

A investigação centra-se em saber se os alunos que frequentam as ofertas educativas, Curso Vocacional e o Programa Integrado de Educação e Formação, valorizam a oportunidade dada para completarem o ensino básico. Procura-se indagar, as razões que os levaram a optar por estas ofertas educativas, as relações pedagógicas e interação com a comunidade escolar, o porquê do insucesso e abandono escolar.

Para o efeito, este estudo empírico apresenta-se em formato de um estudo de caso e nas suas opções metodológicas, aplica-se o questionário por inquérito e entrevista. Os questionários por inquéritos foram elaborados e aplicados aos alunos e aos docentes dos conselhos de turma. Quanto às entrevistas foram destinadas aos Diretores dos Agrupamentos de Escolas, aos Diretores de Turma e à Técnica de Intervenção Local. Com esta metodologia tenta-se dar voz a todos os intervenientes no processo de ensino-aprendizagem.

Na revisão da literatura, aborda-se a temática da massificação do ensino e a sua relação com o aumento do insucesso escolar e consequente abandono. Reflete-se sobre a escola inclusiva ou integradora, assim como a importância das qualificações escolares no mercado de emprego.

O estudo tenta abarcar todas as visões que estão ligadas a estas ofertas, dá-se voz aos professores e alunos na tentativa de cumprir o objetivo proposto para a investigação.

Com os resultados alcançados, esperamos ter um melhor conhecimento dos alunos e limar algumas arestas para podermos ter sucesso educativo e caminharmos para uma “escola inclusiva”.

Palavras-chave: Massificação, Insucesso, Abandono Escolar, PIEF, Curso Vocacional

## **ABSTRACT**

The present dissertation, written within the 14<sup>th</sup> Masters Degree in Administration and Educational Management, is the result of a research work, carried out in schools from the county of Alenquer, namely Agrupamento de Escolas de Abrigada e do Carregado.

This investigation focuses on finding out if the students that attend these educational offerings – Vocational Course and Integrated Program of Education and Training – value this opportunity of completing their basic education. This work tries to find out the reasons why students have chosen these offerings, the pedagogical relations and interaction with the school community, the reasons for not having been successful in school...

Therefore, this empiric study is presented through a case study and its methodological options, having surveys and interviews as a work basis. The referred surveys have been applied to the students and their teachers. The interviews have been intended for the Headmasters of the schools, the class directors, the teachers of these classes and the Local Intervention Technician. This methodology was issued with the intention of giving voice to all the participants of the teaching-learning process.

Having revised literature on the matter, the theme of teaching massification was addressed, along with its relation to the increase of school failure and, consequent abandonment.

In this work, the inclusive-integrating school is reflected on, as well as the importance of school qualifications in the global job market.

This study covers the approach of all the visions that are linked to these offers. Here, teachers and students are given voice, trying to meet the initial goal of this investigation.

With the results that have been reached, we hope to have a better knowledge of our students and overcome the problems we encounter, so as to promote educational success by taking a step forward towards an inclusive school.

Key words: Massification, Failure, School Abandonment, *PIEF*, Vocational Course

### **SIGLAS**

AQPIEF – Programa de Apoio e Qualificação do Programa Integrado de Educação e Formação

CEEI – Centro de Estudos para a Educação Inclusiva

CEF – Cursos de Educação e Formação

CNE – Conselho Nacional de Educação

CNCETI – Conselho Nacional Contra a Exploração do Trabalho Infantil

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

DGEEC/MEC – Direção-Geral de Estatística da Educação e Ciência, Ministério da Educação

ERC – Estrutura de coordenação Regional

FSE – Fundo Social Europeu

IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional

PCA – Percursos Curriculares Alternativos

PET – Plano de Educação e Formação

PEETI – Plano para a Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil

PETI – Programa para a Prevenção e Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil

PIEC – Programa para a Inclusão e Cidadania

PIEF – Programa Integrado de Educação e Formação

PMSE – Programa Mais Sucesso Escolar

POPH – Programa Operacional Potencial Humano

QREN – Quadro de Referência Estratégica Nacional

TIL – Técnica de Intervenção Local

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO I</b>	<b>5</b>
<b>CONTEXTUALIZAÇÃO DA TEMÁTICA</b>	<b>6</b>
<b>O ENSINO TÉCNICO-PROFISSIONAL</b>	<b>8</b>
<b>PROBLEMAS DA INVESTIGAÇÃO</b>	<b>11</b>
<b>OBJETIVO DE INVESTIGAÇÃO</b>	<b>12</b>
<b>JUSTIFICAÇÃO DO PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO</b>	<b>14</b>
<b>CAPÍTULO II</b>	<b>17</b>
<b>REVISÃO DA LITERATURA</b>	<b>18</b>
<b>MASSIFICAÇÃO DO ENSINO, INSUCESSO E ABANDONO ESCOLAR</b>	<b>18</b>
<b>ESCOLA INCLUSIVA</b>	<b>29</b>
<b>A ESCOLA E O MUNDO DO TRABALHO</b>	<b>34</b>
<b>CAPÍTULO III</b>	<b>41</b>
<b>METODOLOGIA</b>	<b>42</b>
<b>ESTUDO de CASO</b>	<b>42</b>
<b>CAPÍTULO IV</b>	<b>49</b>
<b>O ESTUDO</b>	<b>50</b>
<b>CARATERIZAÇÃO DO CONCELHO</b>	<b>50</b>
<b>LOCALIZAÇÃO</b>	<b>50</b>
<b>HISTÓRIA E POPULAÇÃO</b>	<b>50</b>
<b>ECONOMIA E EDUCAÇÃO</b>	<b>52</b>
<b>CARATERIZAÇÃO DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DA ABRIGADA E CARREGADO</b>	<b>54</b>
<b>AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DA ABRIGADA</b>	<b>55</b>
<b>AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DO CARREGADO</b>	<b>57</b>
<b>PIEF – PROGRAMA DE INTEGRADO DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO</b>	<b>58</b>
<b>CURSO VOCACIONAL</b>	<b>65</b>
<b>ANÁLISE DOS CONTEÚDOS DAS ENTREVISTAS</b>	<b>69</b>
<b>CAPÍTULO V</b>	<b>71</b>
<b>A VISÃO DA ESCOLA</b>	<b>72</b>
<b>ENTREVISTAS AOS DIRETORES DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DA ABRIGADA E CARREGADO</b>	<b>72</b>
<b>ENTREVISTA ÀS DIRETORAS DE TURMA DO PIEF E CURSO VOCACIONAL</b>	<b>80</b>
<b>ENTREVISTA À TÉCNICA DE INTERVENÇÃO LOCAL</b>	<b>87</b>
<b>INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO AOS PROFESSORES DOS CONSELHOS DE TURMA</b>	<b>89</b>
<b>INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO AOS DISCENTES</b>	<b>100</b>
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>117</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>121</b>

<b>CAPÍTULO I</b>	<b>5</b>
Gráfico 1.1 – Pordata – Fonte DGEEC/MEC	7
Gráfico 1.2 – Fonte DGEEC/MEC	8
Gráfico 1.3 – Fonte DGEEC/MEC	8
Quadro 1.1	16
Fonte – Falcato. (2013). Jovens e a Escola: Percursos e Significados. Universidade de Lisboa.	16
<b>CAPÍTULO II</b>	<b>17</b>
Quadro nº2.1-Total de alunos matriculados (menores em idade escolar) em Portugal, 1926-1960	21
Fonte: INE, biblioteca Digital, Estatísticas da Educação (Adaptado)	21
Quadro nº 2.2 – Fonte: Decreto-Lei nº 38 968	22
Quadro nº 2.3 - Fonte: Decreto-Lei nº 38968	23
Quadro nº 2.4 - Adaptado do Artigo VII, Fonte - ponto 56 do Decreto-Lei nº 38 968	23
Quadro nº 2.5 - Taxa real de escolarização	24
Fontes de Dados: DGEEC/MEC   INEFonte: PORDATA	24
Quadro nº 2.6 - Taxa de retenção e desistência segundo nível de ensino (2000-2001 a 2010-2011) continente	27
Fonte DGEEC, ministério da Educação	27
Quadro nº 2.7 - Principais razões de inclusão e de exclusão da escolarização	34
Quadro nº2.8 - Fonte: Pordata (simbologia ± quebra de série e // não aplicável)	36
Quadro nº2.9 - Fonte: Rodrigues, 2009: 188-189	37
<b>CAPÍTULO III</b>	<b>41</b>
Quadro 3.1 – Caraterísticas dos Paradigmas Qualitativos e Quantitativos	43
Quadro 3.2 - Fonte: (Patton, 1990,88)	45
Quadro 3.3 – Fonte - quadro 6.3 p.86	46
Quadro 3.4 - Fonte: (Carmo. 2015.137)	48
<b>CAPÍTULO IV</b>	<b>49</b>
QUADRO 4.1 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DE ALENQUER	52
QUADRO 4.2 - População residente segundo os Censos	52
Gráfico nº 4.1 - Fonte – Livro de Termos de exame	54
Figura 4.1 - Fonte – Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas da Abrigada (concelho de Alenquer)	55
Gráfico 4.2 - Fonte – Projeto Educativo 2013-17	56
Quadro 4.5 – Fonte Projeto Educativo Agrupamento de Escolas do Carregado	57
Quadro nº4.6 – Fonte DGEEC	61
Quadro nº4.7 – Fonte DGEEC	61
Quadro nº4.8 – Fonte DGEEC	62
Quadro nº4.9– Fonte DGEEC	62
Gráfico nº4.3 – Fonte: Pordata	63
Quadro 4.10 - Fonte <a href="http://www.dgeste.mec.pt/index.php/2014/06/cursos-vocaciona">http://www.dgeste.mec.pt/index.php/2014/06/cursos-vocaciona</a>	66
Quadro nº4.11 - *Os dados referentes aos cursos iniciados em 2014/15 e aos de 2 anos iniciados em 2013/14 são ainda provisórios. Fonte: DGEEC	67
Quadro nº4.12 - *Os dados referentes aos cursos iniciados em 2014/15 e aos de 2 anos iniciados em 2013/14 são ainda provisórios. Fonte: DGEEC	67
Quadro nº4.13 - *Os dados referentes aos cursos iniciados em 2014/15 e aos de 2 anos iniciados em 2013/14 são ainda provisórios.	68

**CAPÍTULO V**

**71**

Quadro n.º 5.1 – Alunos PIEF - Fonte: Agrupamento de Escolas da Abridada	75
Quadro n.º 5.2 – Situação Socioeconómica dos Encarregados de Educação.	86
Fonte questionário a alunos.	86
Gráfico n.º 5.1 – Tempo de serviço	90
Gráfico n.º 5.2 – Opção de matrícula	91
Gráfico n.º 5.3 – Menor aptidão para prosseguimento de estudos	92
Gráfico n.º 5.4 – Os alunos com problemas disciplinares melhoram a sua postura	92
Gráfico n.º 5.5 – Os critérios de seleção são os mais adequados	93
Gráfico n.º 5.6 – Relação com os professores	94
Gráfico n.º 5.7 Os critérios de avaliação são os mais apropriados	95
Gráfico n.º 5.8 – Demonstra flexibilidade	95
Gráfico n.º 5.9 – O estágio e o contacto com o mundo do trabalho é uma boa opção	96
Gráfico n.º 5.10 – Ligação entre o projeto educativo e as ofertas educativas	97
Gráfico n.º 5.11 – Combater o abandono e insucesso escolar	98
Gráfico n.º 5.12 – Experiência do corpo docente	99
Gráfico n.º 5.13 – Formação do conselho de turma por professores contratados	100
Quadro n.º 5.3 – Informação sobre alunos e famílias	101
Gráfico n.º 5.15 – Envolveste em situações conflituosas	104
Gráfico n.º 5.16 – Respeito pelos professores e agentes educativos	105
Gráfico n.º 5.17 – Os professores ouvem as sugestões dos alunos	105
Gráfico n.º 5.18– Os professores estimulam a participação dos alunos	106
Gráfico n.º 5.20 – Indisciplina na sala de aula	109
Gráfico n.º 5.21 – Desinteresse pela Escola	109
Gráfico n.º 5.22 – As matérias lecionadas não tinham interesse	110
Gráfico n.º 5.23 – Não achavas a Escola importante	111
Gráfico n.º 5.24 – Não estudavas	111
Gráfico n.º 5.25 – Fonte DGEEC   fevereiro de 2016	112
Gráfico n.º 5.26 – É mais fácil terminar o 9.º ano	113
Gráfico n.º 5.27 – Explicação com clareza os conteúdos lecionados	114

## **INTRODUÇÃO**

No âmbito do Mestrado em Administração e Gestão Educacional e depois de concluir a componente curricular, elegi como temática a explorar, algo relacionado com o insucesso e abandono escolar.

Durante o ano letivo 2013/14, lecionava uma turma do Curso Vocacional, esta oferta educativa era muito recente possibilitando aos os alunos com insucesso terminarem o ensino básico, despertou-me o interesse para esta problemática. No entanto, no Concelho de Alenquer, existia outra oferta educativa, mais antiga e consolidada, que tinha os mesmos objetivos, o Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF), isto alargou o meu campo de estudo e tornou-o mais sólido.

O estudo foi realizado em duas escolas do Concelho de Alenquer: o Curso Vocacional no Agrupamento de Escolas do Carregado e o PIEF, no Agrupamento de Escolas da Abrigada.

A escolha do tema: Propostas Alternativas de Educação no Concelho de Alenquer: PIEF e Curso Vocacional. Prende-se com algo mais vasto e que continua a merecer a nossa atenção: insucesso e abandono escolar, inclusão e exclusão.

Com cerca de 24 anos de experiência como docente, com centenas de horas de reuniões de todos os tipos (conselhos de turma, de grupo, de departamento, de diretores de turma), os alunos “maus” são sempre os mais visados nas reuniões, em especial as reuniões dos Conselhos de turma, devido aos resultados e comportamento desadequados, e o esforço para percebermos esses resultado e comportamentos por vezes é nulo. Quando no primeiro ano deste Mestrado se abordou um tema sobre a Escola Inclusiva – “Escola para todos”, tornou-se obrigatório ler a Declaração de Salamanca. Perante a leitura da Declaração, esta não deve ser só aplicada aos alunos com Necessidade Educativas Especiais, mas também aqueles que por qualquer motivo a Escola não é o símbolo da inclusão e mesmo da integração, mas de desmotivação.

Para ser mais objetivo possível no estudo empírico, as turmas estudadas são de duas escolas do Concelho de Alenquer, às quais não tenho qualquer ligação profissional, a não ser afetiva e estima profissional com os seus diretores que

amavelmente se disponibilizaram a participarem no estudo, como a autorizar o mesmo.

Esta dissertação está organizada em cinco capítulos, que irão articular com o objetivo da investigação.

O primeiro capítulo refere-se à contextualização da temática, onde realço sucintamente a evolução do ensino em Portugal, em especial do Ensino Técnico – Profissional. Neste capítulo abordo também os subtemas: problemas de investigação; objeto da investigação; justificação do problema de investigação.

O objetivo da investigação recai sobre: **compreender a oportunidade dada aos estudantes para permanecerem na escola e completarem uma formação adequada às suas expectativas.**

Este estudo centrou-se em duas turmas, uma do Curso vocacional e outra do PIEF. A justificação do problema de investigação centra-se na resposta que o sistema educativo tem para debelar o insucesso e abandono escolar.

O segundo capítulo é dedicado à revisão da literatura, onde abordo a problemática da massificação do ensino e conseqüentemente o insucesso e abandono escolar. Quanto à escola inclusiva, o assunto é assomado devido à heterogeneidade de alunos que fazem parte do universo escolar, assim como a praticas pedagógicas utilizadas pelos docentes (pedagogia diferenciada).

Quanto ao subtema, A Escola e o Mundo do Trabalho, há uma abordagem entre a qualificação académica e o atraso económico, e a importância de uma economia baseada na qualificação do capital humano e a coesão económico-social.

O capítulo terceiro é refere-se à metodologia empregue para desenvolver a dissertação. A estratégia de trabalho eleita foi o Estudo de Caso, e as técnicas de recolha de informação foram: Entrevista e questionário por inquérito.

O capítulo quarto, é referente ao Estudo. Começa com uma caracterização do Concelho de Alenquer, a nível histórico, económico, demográfico e educacional. Deu-se a conhecer os Agrupamentos de Escolas, onde se realizaram as recolhas de informação para o estudo e as ofertas educativas.

Por último, apresentação e análise dos resultados das entrevistas: aos diretores dos Agrupamentos de Escolas, das Diretoras de Turma e da Técnica de

Intervenção Local; dos questionários por inquérito: aos docentes dos Conselhos de Turma e aos alunos.

Após análise dos dados recolhidos, importa referir que o trabalho aqui exposto centra-se numa realidade específica e as conclusões são resultantes dessa realidade. Com este estudo pretendeu-se demonstrar a importância destas ofertas educativas para jovens que olham para a Escola, como um local pouco agradável. Pode combater-se com sucesso o insucesso? Sim, pode. (Chitas, 2015: 81)



## **CAPÍTULO I**

## **CONTEXTUALIZAÇÃO DA TEMÁTICA**

O nosso sistema educativo evoluiu de uma escola para alguns, para uma escola “para todos”. O 25 de abril de 1974 marcou a massificação do ensino e consequentemente houve uma tentativa de igualdade de oportunidade para todos os alunos. Deu-se maior oportunidade ao prosseguimento de estudos, em detrimento do ensino Técnico-profissional, devido às elevadas taxas de analfabetismo e literacia da população portuguesa.

Durante muitos anos negligenciou-se o ensino técnico e profissional, pois estão associados ao mercado de trabalho e não são vistos como forma de ascender socialmente, mas sim reproduzir as estruturas sociais.

O desenvolvimento de políticas de educação e formação, com a consequente diversificação das vias vocacionais, têm ganho maior consistência e visibilidade, sobretudo a partir dos anos oitenta até aos dias de hoje.

Desde 2012-13 o sistema educativo oferece três propostas “profissionalizantes” no ensino básico: cursos de educação e formação, cursos vocacionais e o Programa Integrado de Educação e Formação.

O sistema educativo apercebeu-se da necessidade de construir uma nova sociedade, a fim de assegurar o desenvolvimento da cidadania, a liberdade pessoal, a eliminação da exclusão social e a erradicação da pobreza no sentido de tornar o país socialmente mais coeso.

Nos últimos cinquenta anos, verificou-se um aumento considerável de alunos dos diversos níveis de ensino. No ensino secundário em 1961 tínhamos 8.360 alunos, em 2011 tínhamos 343.341 alunos (dados Pordata).

Em 1960, o número de alunos matriculados no ensino secundário representava 1,2% do universo de alunos matriculados nos diversos níveis de ensino, no ano letivo 2005/2006 representava 14,79%, no ano letivo de 2008/2009, os alunos matriculados no ensino profissional eram cerca de 44,1% do total de alunos do ensino secundário (GEPE/Me, 2009).

A nível do ensino básico, os alunos matriculados nos cursos de educação e formação eram 12,4% do total de alunos matriculados no ano letivo 2008/2009, podemos observar esta evolução no gráfico 1 (Alunos matriculados no ensino público).

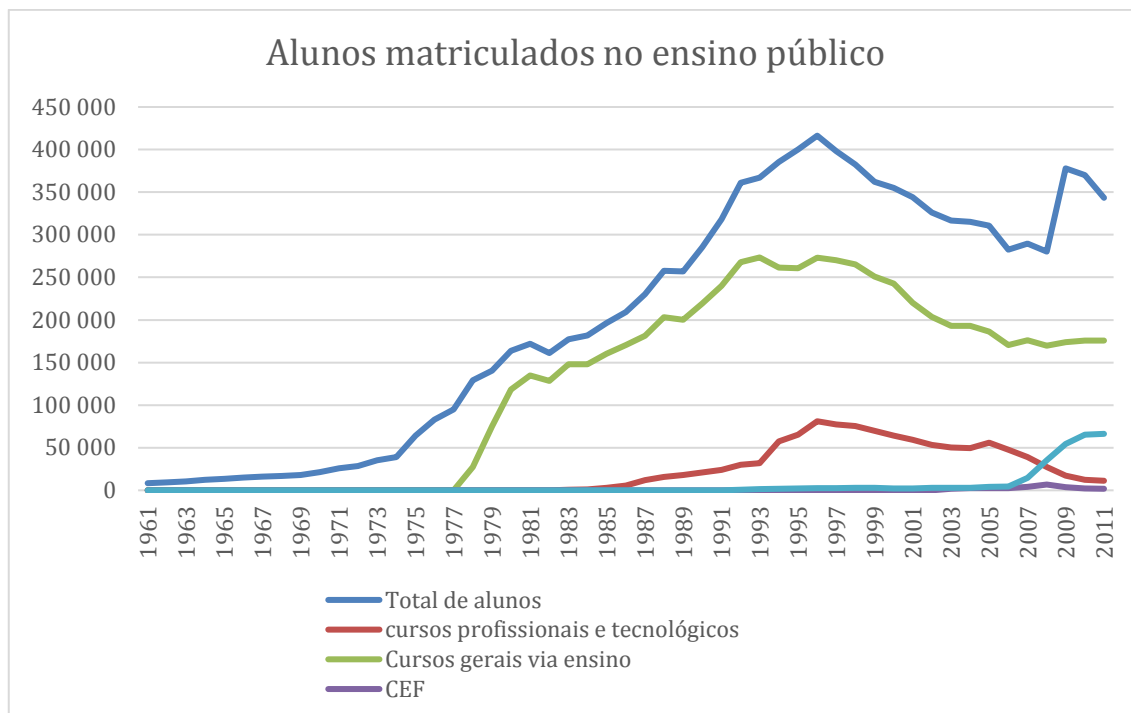


Gráfico 1.1 – Pordata – Fonte DGEEC/MEC

Este crescimento do ensino secundário e expansão para o 3º ciclo do ensino básico demonstra a massificação do ensino, assim como a diversidade de percursos escolares de carácter qualificante, nomeadamente o ensino técnico profissional, o Ensino Profissional e os Cursos de Educação Formação.

O desenvolvimento de políticas de educação e formação, com a consequente diversificação das vias vocacionais, têm ganho maior consistência e visibilidade, pois tradicionalmente o ensino geral mais direcionado para o prosseguimento de estudos era o mais escolhido.

A partir das décadas de sessenta e setenta, o ensino de carácter profissionalizante, mostra uma evolução assinalável, mas durante os anos setenta, até meados dos oitenta, deixa de ter expressão significativa, reaparecendo mais tarde, pela força da implementação de ofertas formativas de dupla certificação (escolar e profissional – nível III), que valorizavam este tipo de ensino.

Nestes últimos anos, a par da diminuição do número de alunos matriculados na via ensino e nos cursos tecnológicos, assiste-se a uma tendência de subida do ensino profissional, a nível do ensino secundário como nos cursos de educação e formação no terceiro ciclo.

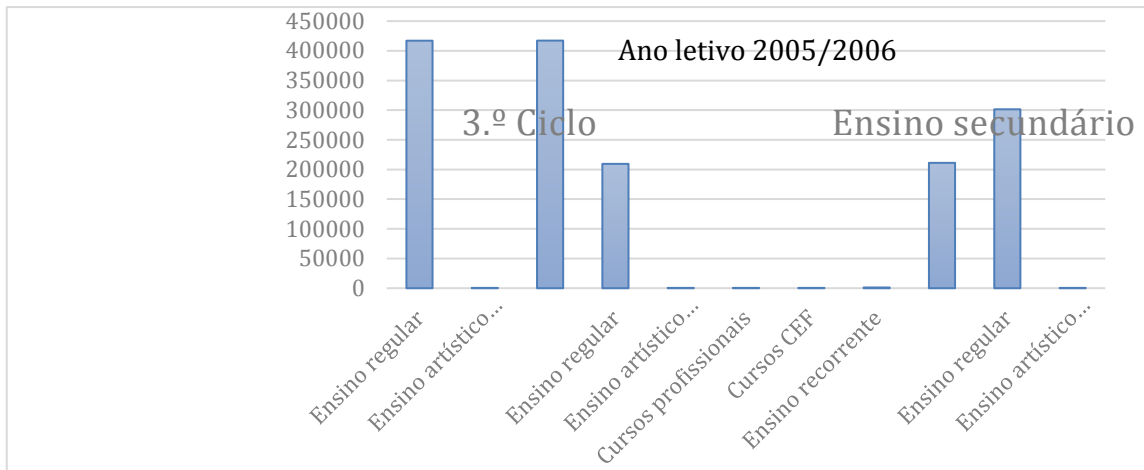


Gráfico 1.2 – Fonte DGEEC/MEC

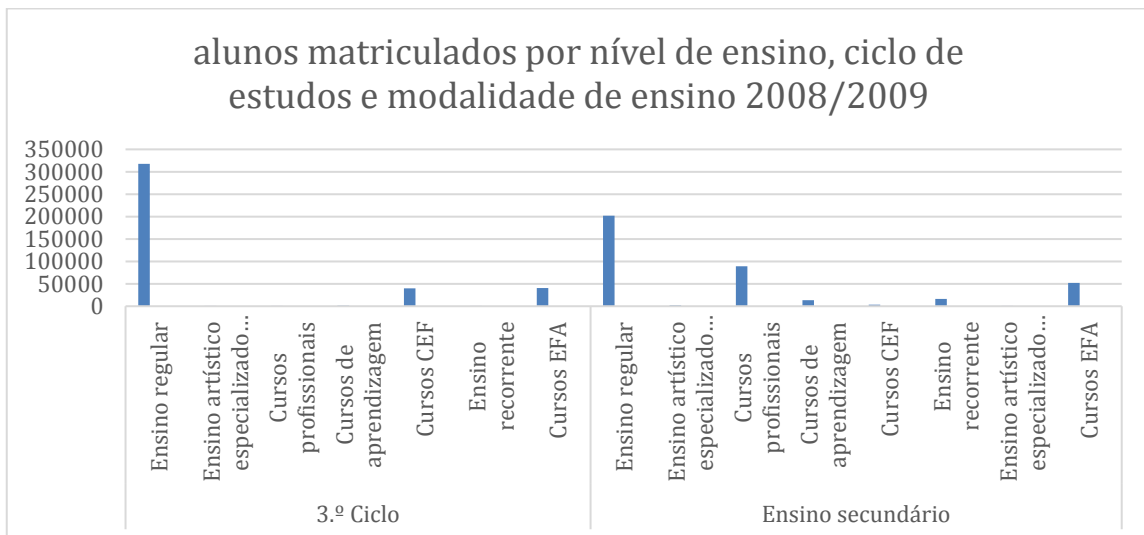


Gráfico 1.3 – Fonte DGEEC/MEC

## O Ensino Técnico-profissional

O ensino Técnico-profissional implementou-se progressivamente a partir de 1854, e ganhou uma grande expressão durante o Estado Novo, sobretudo a partir da reforma do Ensino Técnico – Profissional, Industrial e Comercial (Decreto – lei nº 36.356). Esta reforma (1948) teve dois aspetos importantes:

- Adequar a escola às necessidades de proporcionar desenvolvimento económico;
- Promover a qualificação de mão-de-obra, assim como proporcionar expectativas de ascensão social.

Foi com a reforma do Ministro da Educação Veiga Simão que o ensino profissional atingiu o seu pico de procura. Stoer, Stoleroff e Correia (1990), apontam esta reforma como a primeira tentativa séria do Estado institucionalizar a escola de massas através do alargamento do acesso ao ensino oficial, tendo como objetivos principais a garantia da igualdade de oportunidades e a promoção do desenvolvimento económico e social.

As medidas mais emblemáticas desta reforma foram:

- Alargamento da escolaridade obrigatória de 6 para 8 anos;
- Expansão do ensino preparatório, (4 anos).

Quanto ao ensino técnico – profissional, a reforma de Veiga Simão, consolidou-o, dando-lhe a possibilidade de prosseguimento de estudos superiores.

Com a instauração da democracia, deu-se a extinção do Ensino Comercial e Técnico e conseqüentemente a unificação do ensino secundário. Os princípios da igualdade e da paridade, são os porta-estandartes da revolução dos cravos, o ensino técnico-profissional era sinónimo de desigualdade social, e é relegado para o ensino noturno.

Em 1983, o despacho normativo nº 194-A/83 de 21 de outubro, assinala o regresso da educação e formação no ensino secundário, como experiência piloto. Foram criados os cursos técnico-profissionais com duração de três anos e cursos profissionais com duração de ano e meio, a ministrar após o nono ano de escolaridade.

Os primeiros conferem uma dupla certificação (escolar e técnico-profissional) de nível secundário e prosseguimento de estudos superiores, os segundos, só permitem a obtenção de um diploma profissional e o ingresso numa profissão.

As razões que levaram a esta reforma, foram:

- Desemprego juvenil;
- Aumento da pressão exercida pela quantidade de candidatos ao ensino superior.

Com a entrada para a Comunidade Económico Europeia em 1986, a nossa mão-de obra era desqualificada, o nosso índice de analfabetismo era superior à média europeia e o insucesso e abandono escolar era muito elevado.

Para combater estas assimetrias, o governo reformulou o ensino secundário, com uma oferta de formação profissionalizante e apoia a implementação de uma rede de escolas profissionais.

O ensino secundário passou assim a ter uma estrutura curricular composta por:

- Geral ou sociocultural;
- Específica ou científica;
- Técnica ou tecnológica.

Atualmente, com a reforma curricular do ensino secundário e profissional (2004) e com a legislação que criou os cursos vocacionais, estes assentam numa estrutura curricular modular, em que predomina a técnica e a prática, mas não se descarta as disciplinas nucleares para prosseguimento de estudos.

#### Quadro cronológico das revisões curriculares do ensino profissional

1948 – Reforma do ensino técnico profissional.

1973 – Reforma Veiga Simão.

1975 – Unificação do ensino secundário.

1983 – Reforma Seabra, reintrodução do ensino técnico – profissional e profissional.

1986 – Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei nº 46/86, de 14 de outubro).

1989 – Reforma do ensino secundário, criação do ensino secundário geral e tecnológico.

2004 – Reforma do ensino secundário / revisão curricular do ensino profissional. Introdução dos cursos profissionais nas escolas públicas; criação dos cursos de educação formação.

Atinente aos dois cursos em questão, importa saber que o seu objeto principal é combater o insucesso e o abandono escolar. As duas ofertas educativas oferecem aos alunos a possibilidade de prosseguimento de estudos e o cumprimento da escolaridade obrigatória, dando o curso PIEF uma certificação profissional.

Estes dois cursos são financiados de diferentes formas, enquanto o curso PIEF é financiado através do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN), via Programa Operacional Potencial Humano (POPH). Os Cursos Vocacionais, segundo o artigo 12, da portaria 292-A/2012 de 26 de Setembro, são financiados

através de contratos-programa a celebrar entre os Agrupamentos de Escolas, Escolas Profissionais Privadas ou Estabelecimento de Ensino Particular e Cooperativo e as respetivas Direções Regionais de Educação.

### **Problemas da investigação**

O estudo caso irá centrar-se em duas Escolas do Conselho de Alenquer e nas suas ofertas educativas: Curso PIEF e Curso Vocacional.

Porquê esta escolha? Muito se tem discutido sobre a escola inclusiva, ou integradora. Desde assinatura da declaração de Salamanca (Unesco, 1994), Portugal assumiu o compromisso de desenvolver uma escola inclusiva. Isso obriga a grandes mudanças organizacionais e funcionais, origina resistências a nível político, devido aos elevados custos deste tipo de educação. Quando a declaração de Salamanca, refere a importância da escola regular, como “integradora” e fundamental para o desenvolvimento harmonioso das aprendizagens de todas as crianças, Rodrigues (2000:10), refere o seguinte:

*“A educação inclusiva é comumente apresentada como uma evolução da escola integrativa. Na verdade, ela não é uma evolução, mas uma ruptura, um corte, com os valores da educação tradicional.[...]”.*

Atualmente a nossa escola tenta assegurar uma educação para todos e isso trouxe-lhe vários problemas, devido à grande diversidade de alunos. A mesma conseguiu responder através de várias ofertas educativas, tenta desenvolver as capacidades e integrar esses alunos na escola e na comunidade, dando-lhes a possibilidade de concluírem a sua formação obrigatória, mas acima de tudo legat-lhes regras de trabalho em equipa, espírito de iniciativa e sentido de responsabilidade.

As razões desta investigação relacionam-se com o facto de ser docente de uma turma do Curso Vocacional, e no mesmo concelho existir uma escola que tem um curso PIEF. Achei por bem perceber aquilo que ligava e separava estas duas ofertas educativas. Sendo apologista da Escola inclusiva/integradora, não podia pôr de lado a oportunidade de perceber, quem são estes alunos, quais as suas origens, e qual é a sua visão da Escola,

Só assim se consegue compreender os seus comportamentos, as suas angústias e expectativas.

### **Objetivo de investigação**

Hoje em dia, fala-se muito dos custos da educação, segundo Mónica (2014), citando Pedro Pita Barros, um aluno do ensino público, a frequentar o ensino secundário, custaria ao Estado cerca de seis mil euros por ano.

As ofertas educativas aqui estudadas levantam um problema de cariz económico, são turmas que requerem muitos recursos, quer humanos, quer materiais. Isto demonstra o esforço do sistema ao longo de 40 anos de democracia, que tenta conceder aos seus cidadãos ferramentas para desenvolverem as suas aptidões, quer ao nível cognitivo ou a nível de aptidões e capacidades.

Segundo Lopes (2010):

“a qualificação do trabalho comportaria, como elementos constituintes fundamentais, a formação escolar, a experiência profissional no mercado de trabalho [...]. Esta visão integradora da contribuição escolar e da experiência de trabalho veio dar origem nos países ocidentais a sistemas de formação usualmente designados por duais [...]”

Lopes (2010:10)

Sendo a Escola geradora de mudanças, é também ela a barra estabilizadora e o sustento de uma sociedade desenvolvida e organizada, que transforma jovens rebeldes e problemáticos, em cidadãos conhecedores dos seus direitos e obrigações.

Perante isto é importante perceber se os alunos valorizam estas ofertas educativas.

- **Compreender a oportunidade dada aos estudantes para permanecerem na escola e completarem uma formação adequada às suas expectativas.**

Para assegurar o cumprimento da escolaridade básica, o combate ao insucesso e abandono escolar, foram criados as seguintes ofertas educativas: Percursos Curriculares Alternativos (PCA 1996); Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF- 1999); Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP-1996); Cursos de Educação Formação (CEF-2002); Programa Mais Sucesso Escolar (PMSE-2009) e Cursos Vocacionais (2013). Tudo isto demonstra o esforço que o país tem feito para melhorar as qualificações da sua população.

Com esta formação alternativa, o Estado está a fazer um investimento no seu capital humano, ou seja, tem custos diretos com estudantes (livros, transportes e alimentação), poderão transformarem-se em custos de oportunidade, significa que os alunos abdicam de um possível salários, (se abandonassem a escola) para se valorizarem, para puderem mais tarde gozar de uma melhor remuneração como trabalhadores qualificados, chama-se a isso a regra de decisão (Lopes, 2010).

A escolha para a realização da minha investigação empírica, como já expus, recaiu em duas escolas do Concelho de Alenquer, pois têm como oferta educativa, o curso vocacional (Agrupamento de Escolas do Carregado) e o Programa Integrado de Educação e Formação (Agrupamentos de Escolas de Abrigada). Estas duas ofertas educativas surgem com o intuito de reduzir o insucesso e o abandono escolar.

O PIEF insere-se numa medida de carácter mais abrangente que é o PIEC – Programa para a Inclusão e Cidadania, que sucedeu ao PETI – Programa para Prevenção e Eliminação da Exploração do trabalho Infantil. Este programa apresenta uma dupla vertente: a educativa ou formativa, centrada no regresso à escola e a vertente de integração, orientada para a inserção em atividades de formação.

Quanto ao curso vocacional, surgiu como um projeto piloto no ano letivo 2012/13, em treze escolas do ensino básico. Atualmente está disseminado por todo o país, tendo como objetivo a redução do insucesso escolar e a inclusão social destes alunos na comunidade escolar e local.

O curso PIEF é composto por duas turmas, uma com alunos que frequentam o curso durante dois anos e a outra os alunos só irão frequentar o curso durante este ano letivo. Quanto à turma do Curso Vocacional é constituída por vinte alunos e a periodicidade do curso é de dois anos letivos.

As turmas do curso PIEF são constituídas por onze alunos cada, no total de vinte e dois alunos, responderam ao questionário quinze, ou seja 68% do total de alunos. A turma do Curso vocacional é constituída por vinte alunos e todos responderam ao questionário.

A recolha de dados foi exclusivamente feita pelo investigador e no contexto de sala de aula e meio escolar, onde aplicou os inquéritos (entrevistas e inquéritos e análise documental).

### **Justificação do Problema de Investigação**

Segundo Justino (2010:32) “Havendo um novo modelo de sociedade, a pressão sobre os sistemas de ensino tenderá aumentar de forma a adequar os perfis de formação às finalidades do desenvolvimento económico, social e cultural”. Atualmente as famílias portuguesas, na sua maioria, têm a noção que o sucesso educativo dos seus educandos, concede-lhes ferramentas fundamentais para fazerem parte de uma sociedade cada vez mais exigente, competitiva e desigual em termos económicos e sociais, sendo a Escola ainda um dos fatores de equilíbrio social.

A Escola do ponto de vista educacional tenta ser uma instituição onde se promove a igualdade social, quer através do acesso e manutenção no sistema de ensino. Tentando assim, não só uma igualdade de oportunidade, como a conclusão do ensino obrigatório.

A Escola atual esforça-se por ter dinâmicas de Inclusão/integração, devido à grande heterogeneidade de alunos, garantindo assim a “Escola para todos”.

A Escola portuguesa está formatada para a demonstrar resultados de carácter cognitivo, que para “alguns” é sinónimo de qualidade de aprendizagens. A qualidade de aprendizagens é algo imensurável, e destacamos dois aspetos importantes que interferem com o rendimento escolar dos alunos:

- O ambiente socioeconómico em que o aluno está inserido;
- O nível de qualificações dos pais ou encarregados de educação.

Justino refere o seguinte relativamente aos padrões de ensino:

“O argumento que está subjacente à regra é o que a incorporação progressiva de grupos sociais mais desfavorecidos e com menor capital cultural tende, com vista a obter sucesso, a baixar os padrões de aprendizagem. [...] esta tese baseia-se no facto de que a entrada no sistema de ensino de crianças provenientes de famílias com baixo *status* económico, especialmente as pertencentes a grupos em situação de pobreza, de provação material ou de exclusão social, confrontam as escolas e os professores com elevados défices de aprendizagens, reduzido empenho na prossecução de objetivos de sucesso educativo e comportamentos de rejeição e desvalorização conducentes ao insucesso e ao abandono precoce do sistema educativo”.

Justino (2010:34)

Perante o problema do abandono e insucesso escolar, o sistema educativo incrementou diversos programas para o seu combate, como podemos verificar no quadro apresentado.

**“Algumas Estratégias de Compensação Pedagógica Nacionais”**

<b>Programa</b>	<b>Ano</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Estratégia</b>
<b>PIPSE</b>	<b>1987</b>	Combate o insucesso e o abandono escolar	Apoio a zonas desfavorecidas social e culturalmente
<b>PEPT</b>	<b>1991</b>	Dar acesso à escolaridade básica de nove anos	Igualdade de oportunidades no ensino básico e num acesso generalizado ao ensino secundário
<b>PEDI</b> <b>PREDI</b>	<b>1990</b> <b>1993</b>	Combater o insucesso e o abandono escolar	A criação de projetos de educação intercultural e de pedagogias diferenciadas
<b>TEIP</b> <b>TEIP2</b> <b>TEIP3</b>	<b>1996</b> <b>2008</b> <b>2012</b>	Combater as desigualdades e apelar à ligação da escola com a comunidade	Apoio às escolas e às populações mais carenciadas, promovendo a integração social e educativa das mesmas
<b>Currículos Alternativos</b>	<b>1996</b> <b>2006</b>	Combater a elevada taxa de absentismo e/ou dificuldades condicionantes da aprendizagem, o insucesso e abandono escolar	Flexibilização dos currículos e adequá-los às necessidades de todos os alunos, ou seja, a criação de ambientes de aprendizagem mais adequados a todos os alunos, facilitadores do desenvolvimento de pedagogias diferenciadas
<b>PIJVA</b>	<b>1997</b>	Combater o insucesso e o abandono escolares e permitir uma formação qualificante	Oportunidade aos jovens com mais de 15 anos, que se encontravam fora da escola, de concluírem a escolaridade obrigatória e apoio à inserção profissional e ao acesso ao emprego
<b>CEFPI</b> <b>9º Ano +1</b>	<b>1997</b>	Efetuar o cumprimento da escolaridade obrigatória e formação profissional	A possibilidade de uma formação profissional qualificante para os jovens que não pretendiam prosseguir estudos

<b>PEETI</b> <b>PETI</b> <b>PIEF</b>	<b>1998</b> <b>1999</b> <b>1999</b>	Combater o trabalho infantil, o insucesso e abandono escolar; reforçar competências pessoais e sociais e promover a formação profissional	Apoio aos jovens em situação de exploração de trabalho infantil, permitindo assim uma certificação escolar e profissional e a integração e inclusão social desses jovens
<b>Programa 15-18</b>	<b>1999</b>	Combater o insucesso e abandono escolares e promover a formação profissional	Aquisição de competências para a entrada no mercado de trabalho
<b>CEF</b>	<b>2002</b>	Combater o insucesso e abandono escolares e promover a formação profissional	Aquisição de competências facilitadoras da inserção no mundo do trabalho, através de um estágio ou Componente de Formação Prática em contexto de trabalho

Quadro 1.1

Fonte – Falcato. (2013). Jovens e a Escola: Percursos e Significados. Universidade de Lisboa.

Surgiu em 2013 uma nova oferta educativa, o curso Vocacional, como forma de combater o insucesso e abandono escolar, pois esses flagelos ainda atingem os nossos jovens, em especial de meios sociais precários, com oportunidades de emprego limitadas e tudo isto acarreta elevados custos ao Estado social.

Estas ofertas educativas são importantes, porque concedem a possibilidade aos alunos de terem sucesso educativo, de concluírem o ensino básico e ao mesmo tempo terem contacto com o mundo do trabalho. Estas ofertas educativas, em especial, o PIEF e o Curso Vocacional, constituem vias efetivas para a formação de jovens em risco e inseri-los na Escola e na comunidade local.

## **CAPÍTULO II**

## REVISÃO DA LITERATURA

### **Massificação do ensino, insucesso e abandono escolar**

Desde a antiguidade clássica, que o ensino foi visto como algo de importante para os regimes políticos. Era feita a preparação do jovem ateniense com vista à sua participação na vida política e pública da sua cidade, fazendo parte dos vários órgãos político-religiosos. A instauração da mistoforia, como forma de todos poderem participar na vida política, assim como a igualdade de acesso aos cargos políticos, fizeram da Grécia o berço da nossa civilização. Em Roma essa preparação é feita para os filhos das famílias mais abastadas. O ensino era ministrado para ambos os sexos, este obedecia a determinados fins educativos, segundo Cícero: o domínio de si; a obediência a toda a autoridade; benevolência para com o próximo. As raparigas só deixavam o prosseguimento de estudo já em fase muito avançada, por volta dos 17 anos, quando os rapazes ingressavam no Ensino Superior. Este ensino era ministrado pelo *Rethos* (mestre da retórica) era destinado ao desempenho de cargos políticos e administrativos sendo reservado a homens. A Escola em Roma é uma instituição da qual se esperava a formação do “vir bónus”, o “homem bom”. Os romanos sabiam que a educação e a cultura valiam tanto ou mais do que as proezas militares.

O ensino, quer na Grécia, quer em Roma, foi visto como um meio de unificação política, cultural e social.

Com a expansão do cristianismo e a formação da Igreja Católica, esta passou a deter o conhecimento através das diferentes escolas que ministra:

- Universidades;
- Escolas catedrais;
- Escolas capitulares;
- Escolas monásticas;
- Escolas conventuais;
- Escolas paroquiais.

Existiam outro tipo de Escolas que não estavam sob a alçada direta da igreja que são as: Escolas palacianas, municipais e domésticas.

Em Portugal o ensino universitário foi criado pelo Rei D. Dinis e confirmado pelo Papa Nicolau IV, através do diploma datado de 1 de março de 1290 “*Generale*

*studium*”, (Estudos Gerais) com sede em Lisboa. A Universidade portuguesa iniciou-se com as faculdades de Artes, Direito (Canónico e Leis) e Medicina. O ensino da Teologia não lhe foi concedido, porque era proporcionado nas Escolas dos Mosteiros de Santa Cruz de Coimbra e Alcobaça.

Em 1308, os Estudos Gerais são transferidos para Coimbra, mas só em 1537 se fixou de vez na cidade do Mondego.

Segundo Mattoso (1993), qualquer indivíduo que soubesse ler e escrever poderia entrar na Universidade. O primeiro grau académico era bacharel (três anos); e licenciatura (*licentia docendi ubique*) ia de dois a quatro anos consoante os cursos. Doutor ou mestre eram os graus académicos mais elevados.

Em Portugal, a rede escolar tocou só os mais abastados e o clero, pois o ensino tinha uma forte ligação à religião.

Com a reforma pombalina, houve uma tentativa de combater esse domínio, através dos estrangeirados, que traziam para o país os ideais iluministas, mas foi sol de pouca dura, pois no reinado de D. Maria I, o ensino voltou às mãos da Igreja e é no reinado de D. Maria I, que surge o ensino feminino em Portugal.

Até meados do século XIX, houve grandes convulsões político-económicas e sociais. No início tivemos as invasões francesas e conseqüente fuga da corte para o Brasil. No início da década de 20 existiu uma grande instabilidade política, económica e social devido à Revolução Liberal de 1820, que só foi amenizada com a instauração da Monarquia Constitucional.

No último quartel do século XIX, mais precisamente em 1888, são criados os primeiros liceus femininos e surge uma reforma no Ensino secundário – A reforma Jaime Moniz, que substitui o sistema de disciplinas, por classes. O ensino secundário tem uma duração de cinco anos, estando dividido em três anos para o curso geral e dois anos para o complementar.

Com o advento da República, surge a laicização do ensino, o próprio ensino da doutrina cristã foi abolido assim como a disciplina de Teologia na Universidade.

Mas devido à alta taxa de analfabetismo do país, cerca de 70%, dá-se em 1911 a primeira reforma republicana do ensino sendo os seus mentores, João de Barros e João de Deus. No Ensino Superior, são fundadas as Universidades de Lisboa e do Porto e criam-se também os Institutos Superiores Técnico e Comercial.

Quando se dá o golpe militar de 28 de maio de 1926, criou-se uma Escola nacionalista, baseada numa forte doutrina moral. O combate ao analfabetismo deixa de ser uma prioridade, as reformas dão-se mais ao nível dos currículos e surge neste período a separação entre o ensino liceal e o técnico, mantendo-se até ao advento da democracia.

Durante o Estado Novo, surge através do Decreto-Lei n.º 36 356, a reforma do Ensino Técnico-Profissional, Industrial e Comercial. Os aspetos importantes desta reforma foram:

- Adequar a Escola às necessidades do desenvolvimento económico;
- Promover a qualificação de mão-de-obra, assim como proporcionar perspetivas de ascensão social.

Segundo Stoer, Stoleroff e Correia (1990) a reforma de Veiga Simão foi a primeira tentativa séria do Estado institucionalizar a Escola de Massas, através do alargamento do acesso ao ensino oficial. O principal objetivo foi garantir oportunidades e promoção do desenvolvimento económico e social.

No entanto há que referir que já em 1844, em pleno cabralismo, o decreto de 20 de setembro de 1844, acolhe a escolaridade obrigatória pela primeira vez. Justino, refere:

A obrigatoriedade de frequência da instrução primária passa então a abranger todas as crianças entre os 7 e os 15 anos, residentes num quarto de légua de distância de uma escola, sendo os pais sancionados pelo administrador do Concelho com uma pena que poderia ir a uma multa de 500 a 1\$000 reis.

(Justino 2014:111)

Com esta legislação Portugal foi um dos países pioneiros na adoção da escolaridade obrigatória, mas continuando a citar Justino:

Este contraste entre o voluntarismo das políticas e a sua ineficácia social expressava-se de forma marcante pelos números impressionantes do analfabetismo. Quer durante o regime da Monarquia Constitucional quer durante a República a chaga social do analfabetismo era assumida como um desafio prioritário a que urgia dar resposta.

(Justino 2014: 112)

Essa resposta surge em termos legislativos em 1919, através do Decreto-Lei n.º 6137 de 29 de setembro que reafirma a escolaridade obrigatória para todas as crianças de ambos os sexos, dos 7 aos 12 anos. Em 1923, nasce o Decreto-Lei n.º 9223 de 6 de novembro que regulamenta não só a escolaridade obrigatória assim como a sanções aplicar. No entanto mais uma vez, as políticas educativas não tiveram o resultado esperado, como é demonstrável no quadro apresentado.

Ano letivo iniciado em	Alunos matriculados		Ano letivo iniciado em	Alunos matriculados		Ano letivo iniciado em	Alunos matriculados	
	Menores	em idade escolar		Menores	em idade escolar		Menores	em idade escolar
1925	316.888		1945	559.992		1955	829.469	
1936	484.178		1946	557.702		1956	841.937	
1937	499.980		1947	577.708		1957	851.675	
1938	515.014		1948	576.929		1958	856.940	
1939	528.958		1949	606.443		1959	868.625	
1940	569.344		1950	632.883		1960	887.235	
1941	574.455		1951	663.388				
1942	558.148		1952	759.180				
1943	548.099		1953	795.338				
1944	549.880		1954	813.331				

Quadro nº2.1-Total de alunos matriculados (menores em idade escolar) em Portugal, 1926-1960  
Fonte: INE, biblioteca Digital, Estatísticas da Educação (Adaptado)

Fazendo uma análise abreviada do quadro verificamos que a década de 40 é uma década de estagnação, mas após 1948 iniciou-se um crescimento sustentado até aos anos 60 e continuando a citar Justino, este refere:

Mais do que um resultado de um plano pacientemente elaborado, este pequeno período de rápido crescimento da população escolar, terá beneficiado das condições económicas e demográficas do pós-guerra fazendo aumentar a procura de ensino primário como nunca se tinha verificado. O retrato das dificuldades sentidas pelo governo para acudir a este aumento da procura está bem patente no preâmbulo do Decreto-Lei n.º 38 968 de 27 de outubro de 1952, que institui o Plano de Educação Popular.”

Justino (2014:115)

O Plano de Educação Popular destinava-se a combater o analfabetismo, mas também a regulamentar o ensino primário, através da responsabilização dos pais, pela matrícula e frequência dos seus educandos. Este Plano vai mais longe com o lançamento de ofertas educativas para a educação de adultos.

No artigo 1, no segundo parágrafo, refere o seguinte:

“As remodelações dos planos de estudo do ensino primário de 1870, 1878, 1884, 1897, 1901, 1911 e 1919 e muitas outras reformas sobre a escola primária atestam que não foi por falta de legislação que os problemas da cultura elementar não encontraram as soluções adequadas. [...] A instabilidade política e a insuficiência de recursos financeiros, [...] a falta afinal, de uma firme política de ensino público explicam a falência das diversas reformas sobre o ensino primário experimentadas até 1926”.

(Decreto-Lei n.º 38 968)

A classe política de então, já tinha elaborado a diagnose para reverter a situação, mas mesmo assim desconheciam o número de crianças analfabetas, referindo no artigo 3, terceiro parágrafo o seguinte:

“Não é possível determinar desde já com segurança, o número de crianças iletradas existentes neste momento. Mas do confronto da matrícula no ensino primário oficial entre Dezembro de 1950 – 586 395 alunos – e Março de 1952 – 626 107 alunos – pode concluir-se que a percentagem de analfabetismo das crianças dos 7 aos 11 anos diminuiu sensivelmente.”

(Decreto-Lei n.º 38 968)

Outro aspecto importante relatado foi a construção de edifícios escolares – 1390 – ao abrigo do Plano dos Centenários e a formação de diplomados para exercerem as funções de docência, como atesta o quadro apresentado.

1947-1948	557
1948-1949	559
1949-1950	1 055
1950-1951	1 165
1951-1952	1014
Total	4350

Quadro n.º 2.2 – Fonte: Decreto-Lei nº 38 968

Como é facilmente observável, esta evolução dos diplomados pelo magistério primário, serviu para debelar a falta de professores. Professores que já naquela altura tinham trabalho burocrático como a aplicação das penas aos encarregados de educação, mas estes sentiam relutância na sua aplicação e a tutela libertou-os dessa função (artigo 19, Decreto-Lei nº 38968).

Outro aspecto em que se pode analisar o esforço feito pela tutela para combater o analfabetismo junto dos mais desfavorecidos é através da criação de cantinas, como se pode atestar no quadro apresentado:

Anos	Número de Cantinas	Criança beneficiadas	Montante dos benefícios concedidos
1930-1931	53	7 838	(a)

1942-1943	266	10 683	(a)
1948-1949	360	23 489	(a)
1950-1951	507	31 958	(a)
1951-1952	(b) 517	(b) 39 688	(b) 4:159.101\$80

(a) Não foi possível apurar.

(b) Números provisórios. Presume-se que os definitivos sejam superiores.

Quadro nº 2.3 - Fonte: Decreto-Lei nº 38968

Há que realçar que esta “ação escolar”, não se ficou só pela alimentação, houve também apoio em material escolar, vestuário e calçado.

O Plano de Educação Popular, o combate ao analfabetismo junto da população adulta também é uma prioridade, pois entre 1890 a 1950 houve uma redução substancial, como se pode observar no quadro apresentado.

Anos e Taxas	De 20 a 29 anos	De 30 a 39 anos	De 40 a 49 anos	De 50 a 59 anos	De 60 e mais
1890 Taxa	74,2	74,6	78,0	80,5	82,1
1900 Taxa	69,6	70,1	73,0	77,4	80,8
1911 Taxa	65,4	66,5	69,8	73,5	78,8
1920 Taxa	59,8	63,3	67,0	71,0	76,3
1930 Taxa	55,7	56,0	62,0	66,7	72,8
1940 Taxa	43,9	52,6	52,2	59,0	64,6
1950 Taxa	33,6	41,9	48,7	52,9	62,8

Quadro n.º 2.4 - Adaptado do Artigo VII, Fonte - ponto 56 do Decreto-Lei nº 38 968

O ponto 57, do artigo VII, explana o seguinte:

“Conhecem-se as dificuldades da empresa, mas nem por isso o Estado há-de deixar de abalançar-se a ela, até porque a incultura dos pais os leva, tantas vezes, a não cuidar da instrução dos filhos. O analfabeto não tem a noção da vantagem do ensino e entende, na sua visão deformada das coisas, que os filhos não carecem, para as lutas d vida, de quaisquer habilitações literárias”.

Tal como antigamente, a escola para as famílias de poucos recursos económicos e culturais é uma instituição complexa.

Com a alfabetização de adultos e as várias ofertas educativas para melhorar as suas qualificações literárias, tenta-se sensibilizar este grupo da população para valores sociais, económicos, estáticos e ecológicos, para com isto atrair também os seus educandos.

A partir da década de 60, vamos ter outro tipo de problema – o pós-primário, pois segundo Justino (2014:119), “ É natural que as expectativas de escolarização tivessem aumentado, mas o garrote ideológico do Estado Novo criava nessa transição um ponto de tensão social que poucos compreendiam”.

	Taxa - %				
Anos	Nível de ensino				
	Educação Pré-Escolar	Ensino Básico			Ensino Secundário
		1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	
<b>1961</b>	0,9	80,4	7,5	6,1	1,3
<b>1970</b>	2,4	84,3	22,2	14,4	3,8
<b>1980</b>	14,2	98,4	35,4	25,8	11,7
<b>1990</b>	41,7	100,0	69,2	54,0	28,2
<b>2000</b>	71,6	100,0	87,4	83,9	58,8
<b>2010</b>	83,9	100,0	93,8	89,5	71,4
<b>2011</b>	85,7	100,0	95,4	92,1	72,5
<b>2012</b>	89,3	100,0	92,3	89,9	72,3
<b>2013</b>	88,5	100,0	91,9	87,5	73,6
<b>2014</b>	87,8	97,9	90,9	86,3	74,3

Quadro nº 2.5 - Taxa real de escolarização  
Fontes de Dados: DGEEC/MEC | INEFonte: PORDATA

Como se pode observar, desde os anos 60 até aos dias de hoje há um grande esforço para combater o analfabetismo e dar uma maior graduação académica aos portugueses, com o alargamento a outros ciclos escolares.

Na década de 60 quase houve uma estagnação, pois a situação nas Províncias Ultramarinas fez com que o erário público fosse canalizado para o esforço de guerra. Mas o espírito reformista continuou, em 1964 surge o Decreto-Lei n.º 45 810 de 9 de julho que alarga a escolaridade obrigatória em 6 anos, ou seja a faixa etária das crianças abrangidas por esta reforma, são as crianças dos 7 aos 14 anos.

Conforme Justino, este Decreto-Lei propunha três cenários:

1. Obrigatoriedade do 1.º ciclo do ensino liceal ou o preparatório do ensino técnico;
2. Um ciclo complementar do ensino primário, passando a obrigatoriedade das 4 classes para 6;
3. Um ciclo complementar obrigatório do ensino primário, em paralelo com a manutenção do 1.º ciclo do ensino secundário.

Justino (2014:120)

O cenário seguido foi o terceiro, como podemos observar no quadro os efeitos foram modestos, pois no início dos anos 70, só cerca de 22,2% dos alunos tinham o 2.º ciclo, 14,4% o 3.º ciclo e 3,8% o ensino secundário.

A última reforma do sistema educativo do Estado Novo, dá-se, como já anteriormente foi referido por Veiga Simão, com a qual surgem conceitos inovadores, como refere Justino:

“Pela primeira vez na produção legislativa portuguesa sobre educação aparecem conceitos inovadores “formação integral”, “direito à educação”, “os méritos de cada um”, “igualdade de oportunidades para todos”, liberdade de ensino em todas as suas modalidades”, entre tantos outros que denunciam um quadro de princípios orientados para a democratização do ensino”.

Justino (2014:121)

Com a democracia em 1974, emergem diversas tentativas para o alargamento da escolaridade obrigatória para os 9 anos de escolaridade. Só com a reforma da Lei de Bases do Sistema Educativo, Lei nº46/86 de 14 de outubro a escolaridade obrigatória passa para 9 anos: “O ensino básico é universal, obrigatório e gratuito e tem duração de nove anos” (Artigo 6, número 1).

Mas para que todas as crianças tivessem acesso à Escola, o Estado fez acordos com os colégios privados, permitindo a abertura de colégios onde a rede pública não chegava.

No século XXI, mais concretamente em 2009, o XVII governo de Portugal, alargou a escolaridade obrigatória para 12 anos – Lei n.º 85/2009 de 27 de agosto.

Em jeito de desfecho, citando mais uma vez Justino, temos três grandes períodos cronológicos para a massificação do ensino em Portugal:

“1. 1844-1950: que podemos identificar como *construção retórica da escolaridade* – a multiplicação de medidas e instrumentos normativos faz-se a um ritmo superior ao da escolarização. As políticas públicas de educação demonstram uma limitada capacidade de mobilizar recursos e de massificar o sistema de ensino.

2. 1950-1995: *construção e crescimento da escola de massas* – As medidas de alargamento da escolaridade obrigatória e de reforma do sistema de ensino tendem a responder a dinâmicas sociais e culturais decorrentes de processos de mudança interna e por indução externa.

3. 1995 até ao presente: *qualificação da escola de massas* – Como resposta à inversão da demografia escolar e às ineficiências que acompanharam a massificação anterior. Neste contexto, as políticas públicas de educação retomam a sua natureza voluntarista e de racionalização de um sistema que expressa uma elevada margem de desregulação e ineficiência”.

Justino (2014: 128,129)

Portanto, de um Estado regulador, passamos para um Estado que assegura: infraestruturas, forma professores, define currículos e inspeciona. Na realidade o Estado é, [...] quem ensina, do que ensina e como ensina” Justino (2010: 24).

A massificação dá-se devido à escolaridade obrigatória e conduziu ao aparecimento de dois fenómenos:

- Insucesso escolar;
- Abandono escolar.

A partir da democratização do país e do alargamento da escolaridade obrigatória para 12 anos, houve um aumento do número de alunos, assim como a sua heterogeneidade, a isto de refere (Azevedo,2010 *apud* Falcato, 2013:142), “a heterogeneidade é a certeza mais certa e, simultaneamente, mais vilipendiada do sistema de ensino de massas. [...] Por que dar as mesmas oportunidades a todos é condenar necessariamente uma parte à exclusão”.

A nossa Escola está intimamente cimentada com a transmissão de um “saber” edificado em currículos, estruturados em objetivos/competências e atualmente metas, que os alunos deverão atingir. Portanto temos uma escola transmissiva e estreitamente ligada com o saber cognitivo, logo profundamente exposta ao insucesso. O ensino é visto como uma competição (até se elaboram *rankings* das melhores escolas e dos melhores alunos) e deveria ser uma escola inclusiva, de todos e para todos. Atualmente o sistema de ensino, preocupa-se no ensino básico com o insucesso e abandono escolar, no ensino secundário com as classificações para a entrada na Universidade. No entanto com o alargamento da escolaridade obrigatória para os 12 anos, começa já a existir uma preocupação com o grande insucesso escolar no secundário, Justino (2010) refere mesmo que

o sistema de ensino tal como está organizado, não promove o sucesso do alunos, mas tão só para os selecionar ao longo do seu trajeto educativo.

Nível de ensino	Ano letivo							
	00/01	04/05	05/06	06/07	07/08	08/09	09/10	10/11
<b>Ensino Básico</b>	12,3	11,5	10,6	10,0	7,7	7,6	7,6	7,3
<b>1.º Ciclo</b>	8,3	5,2	4,3	3,9	3,6	3,4	3,5	3,2
<b>2.º Ciclo</b>	12,3	12,5	10,5	10,3	7,8	7,5	7,5	7,1
<b>3.º Ciclo</b>	17,9	19,3	19,1	18,4	13,7	13,8	13,5	12,9
<b>Ensino Secundário</b>	39,5	31,9	30,6	24,6	20,6	18,7	18,9	20,5

Quadro nº 2.6 - Taxa de retenção e desistência segundo nível de ensino (2000-2001 a 2010-2011) continente

Fonte DGEEC, ministério da Educação

Nota: Taxa de retenção e desistência: relação percentual entre o número de alunos que não podem transitar para o ano de escolaridade seguinte e o número de alunos matriculados nesse ano letivo.

Estas taxas de retenção e desistência poderão ter múltiplos factores:

- As aprendizagens exigidas pela escola e o tipo de ensino ministrado;
- As desigualdades socioeconómicas e culturais que refletem a importância que as famílias dão à Escola;
- O menor empenho dos alunos;
- Formação de professores: há docentes que não estão minimamente preparados para lidarem com estes alunos e usarem estratégias diferenciadas;
- Falta de acompanhamento psicológico;
- Falta de corpo docente estável nestes conselhos de turma com conhecimento da realidade dos alunos.
- Implementação de estratégias de superação das dificuldades diagnosticadas, através dos planos de recuperação, não estão adequadas aos alunos.

Rebello reconhece a retenção como:

“Medida que sanciona e que, em maior ou menor grau e dependendo do nível escolar e da idade em que os alunos se encontrem, pode diminuir a sua autoestima, revoltá-los, desinteressá-los, pela escola e demovê-los do empenho na aprendizagem”.

Rebello (2009:43)

O Conselho Nacional de Educação no seu parecer n.º 8/2008 de 24 de novembro, no número 4.3, refere que:

“O problema das repetições assume em Portugal, proporções catastróficas para os

alunos e para o sistema, quando não há estratégias eficazes de apoio em alternativa à repetição e sendo considerada esta como a estratégia pedagógica por excelência para a regulação de problemas de aprendizagem, há alunos que acumulam insucessos em anos consecutivos, ficando desenquadrados nas turmas em que são colocados e, em muitos casos, não encontrando alternativa não ser o abandono”.

CNE (Parecer n.º 8/2008 de 24 de novembro)

Segundo Martins e Parchão (2000), o insucesso escolar dá-se quando os alunos não atingem as metas (fim dos ciclos) dentro dos limites temporais estabelecidos. Como é normal o insucesso está ligado à retenção, que por sua vez vai culminar no abandono escolar e na integração prematura no mercado de trabalho. Para Azevedo tudo isto está relacionado:

“Não são apenas, mas são também as trajetórias escolares negativas, marcadas pelo insucesso escolar e por dificuldades de integração das crianças no espaço escolar, que contribuem para a saída da escola e para a integração prematura, desfavorecida e desqualificada no mercado de trabalho.”

Azevedo (2002:20)

No entanto há que referir que no ensino básico existe uma redução substancial de retenção e desistência, cerca de 5%. No ensino secundário, devido ao aumento da escolaridade obrigatória para 12 anos em 2009, fez aumentou a taxa de retenção e desistência em 1,6% no espaço temporal de um ano. Há que referir que isto deve-se ao alargamento da escolaridade obrigatória, pois muitos alunos ficariam só com o 3.º ciclo (9.º ano) e assim têm de frequentar o ensino secundário.

A falta de qualificações académicas é um problema social grave e tem repercussões sociais a todos os níveis, e está estreitamente ligado com a família, com a comunidade e em último caso com o próprio.

Azevedo refere que:

“O abandono escolar precoce e a entrada desqualificada no mercado de trabalho refletem, nos dias de hoje, as mais das vezes, situações de pobreza, de reduzida escolarização e de privação no acesso aos benefícios mais elementares da cidadania. Sendo resultado da combinação de múltiplos factores (Azevedo, 1999; Ferrão, 2000; Sarmiento, 2000), o abandono escolar precoce, na investigação realizada em Portugal, raramente deixa de estar relacionado com situações concretas de famílias onde os níveis de rendimentos estão abaixo do rendimento médio, onde existe conflitos interpessoais e violência e onde a exclusão social caracteriza parte das condições de vida”.

Azevedo (2002:19)

O investimento numa maior escolarização, não significa no seio das comunidades mais desfavorecidas, um acesso a um emprego estável, mas o abandono escolar limita drasticamente a entrada no mercado de trabalho, condenando os pouco

escolarizados ao subemprego e ao desemprego.

A tutela tem desenvolvido diversos programas de combate ao abandono escolar (ver quadro nº 1, p.12) e ultimamente desde 2013, surgiu nos 2.º e 3.º ciclos o Curso Vocacional.

Estas ofertas educativas têm contribuído para a redução das retenções/insucesso e abandono escolar e são um esforço para que se desenvolvam a coesão social e cidadania.

Mas é na *troika*: família – escola – emprego, que reside o sucesso social das políticas educativas, para Azevedo tem que existir uma ligação,

“[...] entre os quais estão as escolas, os centros de formação e as empresas, se possível de modo muito articulado de investimentos, se poderá vir a proporcionar a todos os cidadãos quer percursos escolares melhor sucedidos quer processos mais inclusivos de transição para o mercado de trabalho. Não vislumbro outro quadro mais eficiente para reduzir a pobreza e a exclusão social, para combater os elevados níveis de iliteracia de grupos minoritários, para erradicar o trabalho infantil, para integrar pessoas que rondam e mergulham na marginalidade, para desfazer os guetos para onde atiramos as minorias étnicas e os mais pobres, para melhorar o acesso aos bens sociais disponíveis em cada comunidade, para melhorar o nível do emprego e a competitividade das empresas, para fomentar um atendimento escolar menos fabril e mais personalizado.”

Azevedo (2002:23)

## **Escola Inclusiva**

Quando abordamos o tema “Escola inclusiva”, somos obrigados a relembrar a Declaração de Salamanca (1994), segundo a qual, a Escola é o local preferencial para o desenvolvimento de uma educação inclusiva.

O número 7, refere o seguinte:

“O princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em todos os alunos aprenderem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentam. Estas escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as respetivas comunidades. É preciso, portanto, um conjunto de apoios e de serviços para satisfazer o conjunto de necessidades especiais dentro da escola”.

(Unesco – Declaração de Salamanca 1994:12)

Em Salamanca os delegados de noventa e dois países e vinte cinco organizações internacionais, proclamaram o seguinte:

“as escolas regulares, seguindo esta orientação inclusiva, constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, criando comunidades abertas e solidárias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos;

além disso, proporcionam uma educação adequada à maioria das crianças e promovem a eficiência, numa óptima relação custo-qualidade, de todo o sistema educativo”.

(Unesco – Declaração de Salamanca 1994:ix)

Para Freire (2008) a inclusão anui em quatro princípios:

1. É um direito fundamental;
2. Obriga a repensar a diferença e a diversidade;
3. Implica repensar a escola (e o sistema educativo);
4. Pode ser um veículo de transformação da sociedade.

Atualmente a nossa escola debate-se com problemas de inclusão em alunos sem Necessidades Educativas Especiais, alunos que têm insucesso escolar e estão à beira do abandono, e, como já foi aclarado anteriormente, estes são oriundos de meios desfavorecidos e de famílias com baixos recursos socioeconómicos e desestruturadas. Estes tendem a ter mais insucesso e conseqüentemente abandonam precocemente a escola. Por isso, este trabalho incide sobre duas ofertas educativas que combatem esta calamidade escolar e social.

Por isso é importante distinguir dois conceitos que muitas vezes surgem associados, mas são distintos: Inclusão e Integração.

Armstrong distingue-os da seguinte forma:

“ [...] a diferença fundamental entre o conceito de inclusão e o conceito de integração é a de que integração se centra nos défices detectados na criança como criadores de barreiras à participação, enquanto a inclusão situa as barreiras à participação dentro da escola ou universidade, e nas atitudes sociais e políticas. [...] Estas duas perspetivas complementam-se. São ambas sustentadas por uma visão de educação inclusiva que contempla todos os alunos – não apenas um grupo de estudantes considerados “vulneráveis” ou com necessidades educativas especiais”.

(Armstrong 2014:15)

O Centro de Estudos para a Educação Inclusiva (CEEI ou CSIE), elaborou um índice de inclusão, que elenca os seguintes aspectos:

- Valorizar todos os alunos e funcionários da mesma forma.
- Incrementar a participação dos alunos nas culturas, curricula e comunidades das escolas locais, reduzindo a sua exclusão em relação a estas.
- Reestruturar as culturas, políticas e práticas nas escolas para que possam responder à diversidade de alunos na localidade.

- Reduzir as barreiras à aprendizagem e à participação de todos os alunos, não só dos com dificuldades mas também os que estão categorizados como tendo “necessidades educativas especiais”.
- Aprender através de tentativas de ultrapassar barreiras ao acesso e participação de alunos particulares para promover mudanças para o benefício dos alunos em geral.
- Admitir a diferença entre os alunos como recursos de apoio à aprendizagem e não como problemas a serem resolvidos.
- Reconhecer o direito dos alunos à educação na sua localidade.
- Melhorar as escolas para os funcionários e para os alunos.
- Enfatizar o papel das escolas na construção da comunidade e desenvolvimento de valores, assim como no aumento de resultados.
- Fomentar relações mutuamente sustentáveis entre as escolas e as comunidades.
- Reconhecer que a inclusão na educação é um aspecto da inclusão na sociedade.

(Armstrong 2014:16,17 apud CSIE, 2010)

Isto basicamente significa que a inclusão é olhar para a criança ou aluno como um todo e não apenas pelo seu desempenho académico, e por isso a escola tem que assegurar formas de aprendizagens diversificadas, passando pela utilização de novas tecnologias e pedagogias diferenciadas que vão ao encontro das necessidades e características dos alunos.

Para que isso seja possível, tem que existir uma mudança de paradigma na formação de professores, pois são estes os principais atores da mudança. Os professores são os estrategos educativos, são os avaliadores das aprendizagens, por isso a sua formação é deveras importante para o concretizar dessa “mudança”. Mas se em tempos os professores eram vistos como uma elite, atualmente segundo o historiador Rui Ramos citado por Mónica, são:

“[...] uma plebe indiferenciada e desprestigiada, formada por levas de diplomados sem outras saídas profissionais.[...] Acabamos assim a chamar “educativo” a um sistema que compreende uma massa de professores só interessados em garantir emprego e a uma massa de alunos só interessados em obter “nota”.”

(Mónica, 2014:236)

Por isso existem os professores que trabalham para os rankings e os professores fascinantes, que segundo Curry (2004:119) “Podem promover o sonho do construtivismo de Piaget, da arte de pensar de Vigotshy, das inteligências múltiplas de Gardner e da inteligência emocional de Goleman.”

Graves-Resende refere:

“Mas, não podemos exigir que o professor pratique uma pedagogia que respeite as diferenças dos alunos, quando a formação que recebeu não abordou tais questões. [...] Não podemos exigir mudanças pedagógicas, sem uma formação adequada, e se me permitem dizer, consciencializada, pois é através da reflexão sobre as práticas que desenvolvemos uma consciência crítica perante o que fazemos para podermos compreender melhor o que nos é pedido.”

(Graves-Resende 1998:18)

Para a escola conseguir alcançar a inclusão, deverá implementar modelos pedagógicos de diferenciação e cooperação, a fim de desenvolver abordagens inclusivas. O professor deve promover um ensino estimulante e desafiante para todos os seus alunos – pedagogia diferenciada.

Lídia Graves-Resende, fala em pedagogia diferenciada, Armstrong em pedagogia inclusiva e aponta os seguintes aspetos o seu desenvolvimento:

- Um reconhecimento das diferenças individuais; valorização da diversidade cultural;
- Um compromisso consciente e visível de fomento e promoção de valores inclusivos em todos os parâmetros da vida escolar, assim como da sala de aula;
- Um reconhecimento e celebração do que a comunidade local tem para oferecer em relação ao apoio da educação e inclusão.

(Armstrong 2014:18)

Para Santos referindo Graves-Resende,

“[...] uma escola com um currículo flexível e variado que se adequa aos alunos e promova o seu desenvolvimento harmonioso, o desenvolvimento das suas múltiplas inteligências e uma escola que aposte na educabilidade de todos, ou seja, que aposte naquilo que é necessariamente o credo de todos nós, educadores, que é a perfeitabilidade humana”

(Graves-Resende 1999:23)

No entanto os diversos sistemas educativos tentam responder à heterogeneidade dos seus estudantes, através de diversas ofertas formativas. Mas tudo se vai concretizar dentro da sala de aula através da prática pedagógica:

- de carácter transmissivo onde o professor é o detentor do conhecimento e o seu papel é transferir esse conhecimento, no fundo é o que se passa no ensino regular, onde o professor normaliza a sua atuação através de grelhas de avaliação para mensurar os resultados;
- depois temos o ensino construtivista, onde a aprendizagem é vista como um processo de interação.

“[...] A aprendizagem é vista como o resultado da interação iniciada por ele próprio com o mundo: a compreensão do aluno aumenta durante a constante interação com algo fora dele – o ambiente geral, um pêndulo, uma pessoa – e algo dentro dele, os seus mecanismos de construção de conceitos...”

(Armstrong *apud* Candy, 1989:107)

A escola para alcançar a inclusão, tem cortar com a escola tradicional e integrativa, tem que fomentar a mudança: pedagógica/didática e de liderança.

“A educação inclusiva é pois, neste entendimento, a verdadeira alternativa aos valores da escola tradicional, da qual a escola integrativa é uma continuação, dado que lhe permite manter o seu carácter seletivo, monocultural e de exclusão.”

Rodrigues (2001:20)

O quadro apresentado por Azevedo faz um remate sobre a importância da Escolarização, e resume desta forma:

	<b>O que inclui</b>	<b>O que exclui</b>
<b>Mercado do Trabalho</b>	<p>Porque o MT retarda ou impede saída prematura da escola:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• porque não há emprego localmente</li> <li>• porque o emprego disponível é muito qualificado;</li> <li>• não incorpora mão-de-obra infantil (até 16 anos)</li> </ul>	<p>O MT atrai baixas qualificações Segmentos secundários do MT e empregos sazonais (agricultura, construção civil, hotelaria, comércio) <i>(A trabalhar é que se aprende)</i>. <i>(“A escola não serve para nada, não se aprende nenhuma arte”).</i></p>
<b>Escola</b>	<p>Atende cada aluno Escola-Charneira (boa relação com a comunidade). O gosto do convívio com os pares e a participação num rede de sociabilidade e de afetos( uma segunda casa).</p>	<p>Porque marca com o insucesso, por vezes repetido. Conteúdos programáticos desadequados. Fraco apoio social escolar. Pais pouco motivados para a participação na Escola. Falta de motivação e preparação dos professores para um trabalho personalizado com os alunos. Escola-enclave (relação difícil com a comunidade local). Modelo fabril escolar. <i>(“A criança não dá para a escola”)</i></p>
<b>Família</b>	<p>Valorização do conhecimento escolar e das suas certificações. Valorização da escola como parte de uma estratégia de mobilidade social ascendente.</p>	<p>Situações de pobreza. Débil capital sociocultural (baixo nível de expectativas face à escolarização). Trabalho doméstico e entreaajuda familiar. Frac valorização da escola. Família tradicional desestruturada. Famílias numerosas e de fracos recursos. Alcoolismo e toxicodependência.</p>
<b>Etnia</b>	<p>A escola esforça-se e consegue acolher valores e atitudes culturais minoritárias.</p>	<p>Valores culturais adversos na escola. <i>(“A escola é uma seca”)</i>.</p>

<b>Jovem</b>	Obter melhor emprego. Não há alternativa social (a única seria ficar em casa).	Insucesso escolar repetido. Querer ganhar algum dinheiro.
--------------	---	--

Quadro nº 2.7 - Principais razões de inclusão e de exclusão da escolarização

Fonte: Azevedo (2002:24)

## **A Escola e o mundo do trabalho**

Nas sociedades ocidentais o percurso típico dos jovens é: escola – emprego. Estes dois mundos interligam-se na construção das nossas sociedades. Sociedades essas nas quais as qualificações académicas são fundamentais para a inserção no mundo do trabalho, e ditam por vezes rendimentos salariais variáveis e conseqüentemente ascensão social. (anexo nº 7)

Como é facilmente demonstrado pelo quadro apresentado no anexo sete, quanto maior a graduação académica, maior são os rendimentos auferidos. Mas centremo-nos nos trabalhadores qualificados e não qualificados, pois será nesses patamares onde a maioria, dos nossos alunos irá pertencer. As duas ofertas educativas em questão, não oferecem dupla certificação, mas dá-lhes uma graduação académica e coloca-os em contacto com o mundo do trabalho. Mostra-lhes o futuro, insere-os na “vida ativa”, apesar de Azevedo (2002: 4), referir que, “A vida ativa, como gostam de dizer muitos professores e pedagogos, está dentro da escola e não depois da escola”.

É a escola que através das aprendizagens, vai condicionar o acesso a empregos bem remunerados ou não, é ela que exclui ou inclui socialmente. Para Lopes (2010:15), “A preparação dos indivíduos para o mercado de trabalho e, tendencialmente para o exercício de uma profissão é, sem dúvida, uma das funções da escola”, mas não só, e ele vai mais longe referindo que:

“No entanto, a sua missão e vocação ultrapassam de longe esta visão funcionalista: não é concebível amputar o papel da escola de todo o âmbito de atribuições, muitíssimo mais vasto, que lhe tem sido conferido pelas sociedades democráticas: o de preparação de cidadãos para a vida, informados, intervenientes, formados civicamente; capazes de exercer, e exercendo efetivamente os seus direitos; conhecedores dos deveres a que estão cometidos; capazes de livre arbítrio e do exercício efetivo de escolhas...”

Lopes (2010:15,16)

O sistema educativo forma capital humano para o mercado de trabalho, mas acima de tudo tenta formar cidadãos onde se valorize a dimensão pessoal, onde se favoreça o desenvolvimento da autonomia, a consciência crítica, a responsabilidade, tolerância e espírito crítico.

Nos finais do século XIX, assim como hoje, tinha-se a perfeita noção que o atraso económico do país se devia à falta de qualificações e de conhecimentos dos seus jovens e adultos.

Isto levou o Estado em termos teóricos, a fazer um esforço pela alfabetização de adultos, a fim de termos uma mão-de-obra qualificada em quantidade.

Veiga Simão com a sua reforma tenta criar uma aproximação entre o ensino profissional e os cursos gerais. Com a democracia, e a promulgação da Lei de Bases do Sistema Educativo em 1986, Lopes coloca uma questão pertinente:

“A grande questão que se coloca é a de saber como poderá a Escola promover os conhecimentos – e cooperar na constituição das competências, designadamente fase ao mundo do trabalho – necessários ao desenvolvimento económico, mantendo ao mesmo tempo a coesão social, cultural e educacional.”

Lopes (2010: 54,55)

Atualmente, os desafios da educação são criar e adaptar ofertas educativas aos alunos, a fim de proporcionar-lhes uma efetiva cidadania, tornando-os responsáveis e participativos numa sociedade cada vez mais competitiva.

Centeno (2013: 11) refere, “[...] que os indivíduos se autosselecionam para cada um dos seus destinos no mercado de trabalho”. As suas escolhas escolares condicionam o seu futuro no mercado de trabalho, mas o mercado de trabalho também dá indicações, às famílias e às escolas, dos cursos com mais empregabilidade. Perante isto, Centeno (2013) refere o seguinte: “[...] a economia e as pessoas estão mais próximas que nunca.”

<b>População desempregada: total e por nível de escolaridade completo</b>						
Indivíduo - Milhares						
Anos	<b>Nível de escolaridade</b>					
	<b>Total</b>	<b>Nenhum</b>	<b>Básico</b>	<b>Secundário e pós secundário</b>	<b>Médio</b>	<b>Superior</b>
<b>1992</b>	194,1	13,9	152,1	20,7	2,6	4,8
<b>2000</b>	206,0	8,3	153,7	28,9	//	15,0
<b>2005</b>	414,1	14,4	292,1	62,7	//	44,9
<b>2010</b>	591,2	19,8	397,5	112,3	//	61,7
<b>2011</b>	⊥ 688,2	⊥ 24,2	⊥ 431,5	⊥ 144,7	⊥ //	⊥ 87,9
<b>2012</b>	835,7	26,2	484,1	203,4	//	122,1
<b>2013</b>	855,2	26,7	479,3	212,7	//	136,5
<b>2014</b>	726,0	16,9	395,0	194,7	//	119,4
<b>2015</b>	646,5	13,2	334,4	183,6	//	115,4

Quadro nº2.8 - Fonte: Pordata (simbologia ⊥ quebra de série e // não aplicável)

Mas há que lembrar que não podemos ter uma economia baseada no conhecimento intensivo, onde o Estado faz um grande investimento e depois o que espera estes jovens é o desemprego. Como se pode observar no quadro, o desemprego foi mais evolutivo nos jovens com mais qualificações: mais de 2000% para os licenciados, e quase 900% para os jovens que completaram o ensino secundário.

No ano 2000, realizou-se a Cimeira de Lisboa, segundo Valente (2013 *apud* Rodrigues 2009) existem três processos centrais para alcançarmos uma economia baseada no conhecimento e assegurar um desenvolvimento sustentável.

<b>Processo central e critérios</b>	<b>Em direção a uma economia baseada no conhecimento</b>	<b>Promover o crescimento e o emprego</b>	<b>Assegurar o desenvolvimento sustentável</b>
<b>Área Institucional</b> Investigação	Investir em áreas de investigação de fronteira	Crescente importância da investigação para atividade económica	Atrair mais pessoas para as carreiras de investigação
Inovação	Desenvolver <i>clusters</i> de inovação	Parcerias para a inovação e para a criação de emprego	Direitos de propriedade intelectual. Promover o empreendedorismo
Ambiente	Mais investigação e inovação em tecnologias ambientais	Produzir tecnologias ambientais e criar novos empregos	Novos padrões de consumo e de produção

Educação	Aumentar os níveis educacionais. Organizações aprendentes	Antecipar necessidades de qualificações e competências	Acesso aprendizagem ao longo da vida
Mercado de trabalho	Mobilidade de empregos e de pessoas para atividades com maior valor acrescentado	Reforçar as políticas ativas de mercado de trabalho. Desenvolver a flexigurança	Mais elevadas taxas de emprego. Política de imigração
Proteção social	Adaptabilidade dos esquemas de proteção social às necessidades de aprendizagem ao longo da vida	Revisão regular das contribuições e benefícios ( <i>to make work pay</i> )	Sustentabilidade dos sistemas de pensões, tendo em conta as tendências de envelhecimento. Combate a velhas e novas formas de coesão social
Concorrência	Revisões das regras das ajudas do Estado para promover o investimento em investigação, educação e inovação	Abertura de mercados e promoção da concorrência	Respeito pelas principais características do Modelo Social Europeu
Mercados financeiros	Desenvolver o capital de risco	Integrar os mercados financeiros e alargar o acesso à angariação de fundos	Governança corporativa: novos papéis para <i>stakeholders e shareholders</i>
Políticas macroeconómicas	Redirecionar a despesa pública para a investigação, a inovação e a educação	Usar estabilizadores automáticos. Garantir a estabilidade macroeconómica	Melhorar a sustentabilidade da dívida pública

Quadro nº2.9 - Fonte: Rodrigues, 2009: 188-189

No entanto, a Europa tem assimetrias económicas profundas, e infelizmente, Portugal encontra-se no grupo de países com défices nas qualificações e económicos, logo temos obstáculos à empregabilidade mais qualificada.

A União Europeia tinha como objetivo para 2010, que 85% dos jovens até aos 22 anos tivessem concluído o ensino secundário, proporcionando para tal estágios profissionais apoiados pelo Fundo Social Europeu (FSE). O objetivo do FSE, é apoiar a inclusão social, ou seja valorizar o capital humano.

Num ensaio sobre o Trabalho, Centeno (2013), afirma:

“Que em vez de proteger o emprego, proteja o capital humano, na perspetiva do trabalhador e da empresa. Assente em cinco pilares.

- 1) Um contrato único que garanta compensações por perda involuntária do emprego a todos os trabalhadores. [...].
- 2) Um seguro de desemprego que não seja um subsídio, mas um direito económico. Que reduza as flutuações de rendimento em situações de perda do emprego, mas que não empurre o trabalhador para uma armadilha do desemprego de longa duração, de onde

só sai com salários baixos, muito baixos. Para as empresas, o sistema deve promover a internacionalização dos custos sociais do desemprego, associando taxas contributivas mais elevadas às empresas que despeçam mais.

- 3) Uma política de ativação que se concentre naqueles cuja inserção no mercado de trabalho se revele problemática e que não se dedique a dar formação a recém-licenciados [...].
- 4) Um processo de negociação salarial que promova a coesão e a proximidade entre empregadores e trabalhadores.
- 5) Uma política fiscal e contributiva que associe prestações a benefícios e que não promova barreiras à oferta e procura de trabalho.

Centeno (2013: 18-19)

Para Centeno (2013) estes cinco pilares, reforçam a coesão económica e social, referindo mesmo, que “Só assim se consegue garantir que não há descontinuidades económicas e sociais”.

O crescimento económico e a coesão social consegue-se através da qualificação do capital humano e também da qualidade do capital humano. Para Valente (2014),

“[...] sobretudo em países desenvolvidos, mais do que a quantidade de educação disponível, ou a sua taxa de acumulação ao longo do tempo, é a qualidade desse capital humano que importa para o crescimento económico, continua a limitar-se o conceito e a medição de capital humano, e da sua qualidade, ao que se aprende na educação formal, em idade escolar, e ao que o sistema escolar avalia como resultados de aprendizagem.”

Valente (2014:129)

É verdade que as aprendizagens escolares têm efeitos na economia, mas a formação adquirida ao longo da vida, a experiência profissional são fundamentais para a inovação e desenvolvimento económico-social. Valente acerca deste assunto opina da seguinte forma:

“[...] estaremos perante a afirmação de um novo modelo de crescimento o mundo do trabalho, com formas de organização tecnológicas e cognitivamente enriquecidas, se afirma, a par dos mundos da educação e da ciência, na acumulação de conhecimentos relevantes.”

Valente (2014:130)

Se a escola é fundamental para termos um capital humano em quantidade e qualidade, é o mundo do trabalho que pode extrair o máximo das aprendizagens e da criatividade dos trabalhadores, independentemente do seu nível educacional e atividade profissional. Por isso é importante estimular a criatividade e a inovação no sistema de ensino, através de novas metodologias pedagógicas, na criação de

ofertas educativas que vão ao encontro das vocações dos alunos, mas também das necessidades da sociedade.



## **CAPÍTULO III**

## **METODOLOGIA**

### **Estudo de Caso**

Do ponto de vista empírico, o modelo de investigação que optei para desenvolver a minha tese de dissertação, é o Estudo de Caso.

Optei por este modelo, porque a minha investigação tem por base as ofertas educativas do Concelho de Alenquer. Centra-se em duas escolas do concelho que pretendem em certa forma combater o insucesso e o abandono escolar.

Como refere Yin (1988) o estudo caso focaliza-se na investigação de um fenómeno atual no seu próprio contexto. Refere ainda, que em estudo caso pode estudar-se um caso único ou casos múltiplos e os dados recolhidos podem ser de natureza qualitativa, quantitativa ou ambas.

Sendo o Estudo de Caso uma estratégia de investigação valioso, este baseia-se num forte cariz descritivo associado ao facto do investigador estar comprometido, no entanto, o estudo caso pode associar outros paradigmas, transformando a investigação numa modalidade mista.

Para Yin (1994), citado por Coutinho e Chaves (2002), o estudo caso pode ser conduzido por um dos três propósitos básicos: explorar, descrever ou ainda explicar. Continuando a citar Yin (1988), este põe ainda em evidência que o estudo caso constitui a estratégia preferida quando se quer responder a questões de “como” ou “porquê”.

Existe uma enorme variedade de tipologias de Estudo de Caso, a divisão básica é entre o estudo de caso único e o estudo de caso múltiplo, comparativo ou multicaseos. No entanto para Stake (2012), existem três tipos de estudo caso:

- O estudo intrínseco, quando um investigador pretende uma melhor compreensão de um caso particular que contém em si mesmo o interesse da investigação. “Isto acontece quando um professor decide estudar um aluno que revela dificuldades(...)”.
- O estudo instrumental, aqui o estudo funciona como um instrumento para compreender outros fenómenos. “... uma necessidade de compreensão global, e sentimos que podemos alcançar um conhecimento mais profundo se estudarmos um caso em particular”.

- O estudo coletivo é quando um caso instrumental se estende a vários casos, possibilitando assim a comparação, para termos um conhecimento mais profundo da população alvo.

Para elaborar um trabalho o mais isento possível, utilizei o paradigma qualitativo auxiliado pelo método quantitativo. Richardt e Cook (1986), referem que o investigador também não é obrigado a optar pelo emprego exclusivo de métodos quantitativos ou qualitativos e no caso de uma investigação assim o exigir, poderá mesmo combinar o emprego dos dois métodos.

Paradigma Qualitativo	Paradigma Quantitativo
Advoga o emprego dos métodos qualitativos.	Advoga o emprego dos métodos quantitativos.
Fenomenologismo e verstehen (compreensão) “interessado em compreender a conduta humana a partir dos próprios pontos de vista daquela que atua”.	Positivismo lógico “procura as causas dos fenómenos sociais, prestando escassa atenção aos aspetos subjetivos dos indivíduos.
Observação naturalista e sem controlo.	Medição rigorosa e controlada.
Subjetivo.	Objetivo.
Próximo dos dados; “perspetiva a partir de dentro”.	À margem dos dados; perspetiva “a partir de fora”.
Fundamentado na realidade, orientado para a descoberta, exploratório, expansionista, descritivo e indutivo.	Não fundamentado na realidade orientado para a comprovação, confirmatório
Orientado para o processo.	Orientado para o resultado.
Válido: dados “reais”, “ricos” e “profundos”.	Fiável: dados “sólidos” e repetíveis.
Não generalizáveis: estudos de casos isolados.	Generalizável: estudos de caso múltiplo.
Holístico.	Particularista.
Assume uma realidade dinâmica.	Assume uma realidade estável.

Quadro 3.1 – Caraterísticas dos Paradigmas Qualitativos e Quantitativos

Fonte: (Reichardt e Cook, 1986,29)

O Paradigma quantitativo, segundo Ferreira (2015) está ligado à investigação experimental, que prevê a observação, formulação de uma hipótese, controlo de variáveis, amostragem e recolha de dados, verificação ou rejeição das hipóteses. Por último, a análise estatística está sujeita à utilização de modelos matemáticos para testar essas mesmas hipóteses. O objetivo na utilização deste paradigma é a generalização de resultados de uma determinada população a partir da amostra.

Continuando a citar Ferreira (2015), uma das principais limitações deste paradigma é o grande número de variáveis cujo controlo é difícil ou mesmo impossível; subjetividade por parte do investigador; medição que é muitas vezes indireta; problema da validade e fiabilidade dos instrumentos de medição.

Quanto ao paradigma qualitativo, caracteriza-se por uma investigação “descritiva”, de natureza indutiva, holística e naturalista.

Esta descrição deve ser rigorosa e resultante dos dados recolhidos, estes dados podem incluir as transcrições de entrevistas, registos e observações, documentos escritos, fotos, etc.

Sendo o inquiridor o meio de recolha de dados, a fiabilidade desses dados dependem da sua sensibilidade, conhecimento e experiência. Claro está que o principal problema é a objetividade do investigador. Por isso, é muito importante a validade dos dados, estando de acordo com aquilo que os indivíduos dizem e fazem.

Neste paradigma, segundo Bogdan e Biklen (1994) “a preocupação central não é a de saber se os resultados são suscetíveis de generalização, mas sim a de que outros contextos e sujeitos a eles podem ser generalizados”.

A investigação qualitativa não é uniforme, como se pode observar no quadro seguinte, Ferreira (2015).

Perspetivas	Origem disciplinar	Questões centrais
1 - Etnografia	Antropologia	Qual é a cultura deste grupo de indivíduos?
2 - Fenomenologia	Filosofia	Qual é a estrutura e a essência da experiência deste fenómeno para estes indivíduos?
3 – Heurística	Psicologia Humanística	Qual é a minha experiência deste fenómeno e a experiência essencial de outros que também tiveram uma experiência intensa deste fenómeno?
4 - Etnometodologia	Sociologia	Como é que os indivíduos atribuem sentido às atividades diárias, de modo a comportarem-se de uma maneira socialmente considerada como aceitável?
5 – Interacionismo Simbólico	Psicologia social	Qual é o conjunto comum de símbolos e conhecimentos que se criaram para dar sentido às interações entre indivíduos?
6 – Psicologia Ecológica	Ecologia, Psicologia	Como é que os indivíduos tentam alcançar os seus fins mediante comportamentos específicos em ambientes determinados?
7 – Teoria sistémica	Interdisciplinar	Como e porquê este sistema funciona como um todo?
8 – Teoria do caos: dinâmica não linear	Física teórica, Ciências Naturais	Qual é a ordem subjacente (no caso de existir alguma) aos fenómenos desordenados?

9 – hermenêutica	Teologia, Filosofia, Crítica Literária	Quais são as condições em que se realizou uma atividade humana ou um produto foi elaborado de tal forma que se possa interpretar o seu significado?
10 – Qualitativa Orientacional	História das Ideias, Economia Política	Como é que uma dada perspectiva ideológica se manifesta (ou se manifestou) neste fenómeno?

Quadro 3.2 - Fonte: (Patton, 1990,88)

Atinente a este debate, segundo Ferreira (2015), citando Julia Brannen (1992),

“esta salienta que a utilização conjunta de métodos quantitativos e de métodos qualitativos tem implicações de natureza teórica, atendendo a que a utilização de diferentes métodos de investigação tem também como base diferentes pressupostos, entre outros, acerca da realidade social e da natureza dos dados recolhidos”.

Este meu trabalho empírico, assenta no paradigma qualitativo auxiliado por técnicas de investigação quantitativas, para poder tornar o plano de investigação mais sólido, através da triangulação de dados.

Segundo Patton (1990), citando Denzin (1978), existem quatro grandes tipos de triangulação:

1. Triangulação de dados, o uso de uma variedade de fontes num mesmo trabalho;
2. Triangulação de investigadores, o uso de vários investigadores ou avaliadores;
3. Triangulação de teorias, o uso de várias perspetivas para interpretar um mesmo conjunto de dados;
4. Triangulação metodológica, o uso de diferentes métodos para estudar um dado problema ou programa.

No entanto, Reichardt e Cook (1986) referem, que o facto de se utilizarem métodos diferentes pode permitir uma melhor compreensão dos fenómenos, do mesmo modo que a triangulação de técnicas pode conduzir a alcançar resultados mais seguros, sem enviesamentos.

Mas, existem dois aspetos delicados deste tipo de investigação: validade e fiabilidade.

Se a validade diz respeito à necessidade de garantir que os resultados traduzem a realidade estudada, a fiabilidade, diz respeito à autenticidade dos resultados.

Relativo às técnicas de investigação que utilizei para recolha de informação foram: a entrevista e o inquérito por questionário.

Elaborei duas entrevistas aos diretores dos agrupamentos das escolas onde efetuei os estudos, aos diretores de turma e inquiri os alunos das duas turmas, assim como os dois conselhos de turma.

A entrevista é uma técnica de recolha de informação verbal que implica um contacto direto entre os intervenientes. Existem três tipos de entrevista: a entrevista não estruturada, a entrevista semiestruturada e entrevista estruturada. A minha opção incidu sobre a entrevista semiestruturada, segundo Sousa & Baptista (2011) a entrevista, é uma técnica com vantagens e desvantagens.

Vantagens	Desvantagens
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Permite a recolha de informação muito rica que, por vezes, não está em documentos;</li> <li>• Bom grau de profundidade. A entrevista permite recolher os testemunhos e interpretações dos entrevistados, respeitando os seus quadros de referência, a linguagem e as categorias mentais (forma de classificação);</li> <li>• Permite definir dimensões relevantes de atitude e avalia-as melhor;</li> <li>• Permite explorar muita informação;</li> <li>• É flexível, no sentido em que permite verificar se ambos os intervenientes compreendem o significado das palavras e o sabem explicar.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Possibilidade de respostas falsas, quer conscientes quer inconscientes;</li> <li>• Depende sempre da capacidade ou incapacidade que as pessoas têm para verbalizar as suas próprias ideias;</li> <li>• Consome muito tempo e é um método difícil de trabalhar;</li> <li>• A análise de conteúdo é complicada e difícil;</li> <li>• Noções pré-concebidas influenciam o resultado das entrevistas;</li> <li>• A opinião do investigador pode influenciar o entrevistado.</li> </ul>

Quadro 3.3 – Fonte - quadro 6.3 p.86

Relativamente ao inquérito, este consiste em recolher informação, baseando-se na inquirição de um grupo representativo da população em estudo.

O recurso ao inquérito é necessário cada vez que surge a necessidade de recolher informação sobre uma grande variedade de comportamentos de um mesmo indivíduo, ou quando pretendemos conhecer o mesmo tipo de variedade em muitos indivíduos (Sousa & Batista, 2011, 90).

Existem três tipos de questionários: questionário aberto, fechado e misto. O questionário que utilizei na elaboração do inquérito foi de tipo fechado, ou seja, pretendi obter respostas que possibilitassem a comparação com outros instrumentos de recolha de dados. Este tipo de questionário facilita o tratamento e análise da informação, num curto espaço de tempo.

Aqui o investigador tem que ponderar a quem se destina este tipo de técnica, a minha opção foi de a administra-la às duas turmas de alunos e aos professores dos dois conselhos de turma, para eles não se dispersarem e para serem objetivos nas suas respostas. Segundo Sousa & Batista (2011), é necessário ser cuidadoso na forma como se formulam as questões, bem como na apresentação do questionário. Segundo os mesmos autores deveremos ter em conta os seguintes aspectos:

- As habilitações do público alvo;
- A organização das questões deve seguir um percurso lógico para quem responde;
- As questões não devem ser irrelevantes, insensíveis, intrusivas ou desinteressantes;
- As questões não devem ter uma estrutura (ou formato) demasiado confuso e complexo, ou ser demasiado longas;
- As questões não devem ser ambíguas para que não tenham mais do que um significado, que, por sua vez, leve a ter diferentes interpretações;
- Não se deve juntar duas questões numa só, pois pode levar a respostas induzidas ou nem sempre relevantes, para além de não ser possível determinar qual das questões foi respondida aquando o tratamento da informação.

Em suma, a utilização destas duas técnicas de recolha de informação tem as suas virtudes e limitações, que Carmo (2015) sintetiza neste quadro:

Técnicas	Prós	Contras
Inquérito por entrevista	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Flexibilidade quanto ao tempo de duração, adaptação a novas situações e a diversos tipos de entrevistados (ex: analfabetos).</li> <li>• Profundidade (Permite observar o entrevistado e colher informações íntimas ou de tipo confidencial)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Requer maior especialização do investigador</li> <li>• Custa mais caro</li> <li>• Gasta mais tempo</li> </ul>

Inquérito por questionário	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sistematização</li> <li>• Maior simplicidade de análise</li> <li>• Maior rapidez na recolha e análise de dados</li> <li>• Mais barato</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dificuldades de conceção</li> <li>• Não é aplicável a toda a população</li> <li>• Elevada taxa de não respostas</li> </ul>
----------------------------	---	---

Quadro 3.4 - Fonte: (Carmo. 2015.137)

**Em síntese**, neste estudo de caso adotamos uma metodologia qualitativa, suportada por técnicas de cariz quantitativo, o estudo incidiu em duas ofertas educativas (PIEF e Curso Vocacional), de duas escolas do Concelho de Alenquer.

As técnicas usadas para recolher informação, foram o inquérito por questionário a alunos, que dividi em três grande temas: informação, domínio pessoal e ensino aprendizagem. O inquérito por questionário aos docentes dos conselhos de turma, foram também divididos em três grandes áreas: informações, questões relacionadas com os alunos e questões relacionadas com o PIEF ou Curso Vocacional.

Foram elaboradas quatro entrevistas, aos Diretores dos Agrupamentos de Escolas em estudo, assim como aos Diretores das Turmas que estava a ser objeto de estudo. Foram também analisados os documentos que levam a cabo estes dois projetos educativos, assim como os dados fornecidos pelos serviços administrativos, relativamente aos alunos que frequentaram desde 2010 o curso PIEF, já que no agrupamento de Escolas do Carregado, este é o primeiro ano do Curso vocacional.

Feita a aclaração metodológica deste trabalho, em relação à natureza do estudo, às técnicas de investigação, validação e fiabilidade do estudo, o capítulo seguinte desenvolverá o Estudo, a apresentação e análise dos resultados recolhidos.

## **CAPÍTULO IV**

## **O ESTUDO**

### **Caraterização do Concelho**

#### **Localização**

O concelho de Alenquer, situa-se no distrito de Lisboa, a 36 Kms da capital, foi constituído durante as lutas liberais, aquando da grande instabilidade governativa.

Em 1832, com o decreto de 16 de março, Alenquer encabeça a comarca constituída por quinze vilas, pertencentes a Torres Vedras. Em 1837, a lei de 12 junho, constitui o concelho de Alenquer. Em 1854, o concelho de Alenquer fica reduzido a seis julgados. No período da regeneração, o concelho ganha importância industrial e tem um grande desenvolvimento a nível de estradas, fábricas, caminho de ferro e a nível do ensino profissional.

Atualmente, Alenquer é constituído por quinze freguesias: Abrigada, Aldeia Galega, Aldeia Gavinha, Cabanas de Torres, Cadafais, Carnota, Carregado, Meca, Olhalvo, Ota, Pereiro de Palhacana, Santo Estevão, Triana, Ventosa e Vila Verde dos Francos.

Em termos de relevo, podemos dizer de uma forma sintética, que temos três zonas distintas:

- A zona serrana, com altitude máxima a chegar aos 666 metros;
- A zona sub-serrana, com 280 metros no máximo;
- A zona de planície, que corresponde à parte baixa do concelho e abrange cerca de 10% da área total do concelho.

#### **História e População**

As origens da vila de Alenquer, sede do concelho, remonta ao Eneolítico (período de transição entre a fase Neolítica e o desenvolvimento da metalurgia do bronze, por volta de 3000 a.C.), visto terem sido encontrados fragmentos de cerâmica campaniforme, provavelmente de um povoado ou castro.

Do período romano, foram encontradas moedas dos imperadores Trajano, Adriano, entre outros. Estas descobertas foram mencionadas por Benito Pereira, citado por Henriques (2005). Existe a possibilidade de coincidir a cidade de

lerabriga ou Lerabriga, com Alenquer. Em 1934, Hipólito Cabaço<sup>1</sup>, descobre uma extensa necrópole Lusitano-romano do século I, entre as localidades de paredes e Sete Pedras, muitos desses artefactos estão no Museu Hipólito Cabaço.

Entre os séculos III a VIII, sucederam-se as invasões bárbaras e árabes, segundo Henriques (2005), a fundação do castelo deu-se com a entrada dos Visigodos, isto não é consensual, pois para outros a sua fundação é posterior, talvez de origem árabe.

Com a reconquista cristã, a vila teve em 1212 o seu primeiro foral, outorgado por Dona Sancha, filha de D. Sancho I (pertencendo assim à casa das Rainhas). Nos finais do século XIV, a vila perde importância, o Rei D. João I, ordenou que a vila entrasse no termo de Lisboa, mas como a vila desde D. Sancho I, pertencia à casa das Rainhas, também D. João a concedeu a D. Filipa de Lencastre.

Durante toda a Idade Média, a vila prosperou em riqueza e habitantes. No reinado de D. Manuel I, em 1497, segundo Lourenço (2010), teria entre 3000 a 4200 habitantes. No primeiro quartel do século XVI, Ferro (1996), os números de fogos e de habitantes encontrados para Alenquer foram, respetivamente, de 337 e 1348 na vila, e de 932 e 5076 no termo. No reinado de Filipe III, a vila muda de senhorio e passa a pertencer ao Conde de Salinas, com o título de Marquês de Alenquer<sup>2</sup>, isto manteve-se até ao reinado de D. João IV.

No século XVIII, a população de Alenquer mesmo depois do terramoto anda à volta de mil e quinhentas a duas mil pessoas. Ferro (1996) reporta-se a um documento intitulado Mappa de Portugal ou Padrão do Número de Freguesias, de que foi autor Manuel José Perinlongue, um alto funcionário da administração pombalina. Este menciona, que num levantamento da população de 1765, Alenquer teria cerca de 661 fogos e 2360 almas.

Com o censo de Pina Manique, a vila tinha 770 fogos e cerca de 3080 habitantes, registando o seu termo 2591 fogos e 7564 habitantes. Durante todos o século XIX, a população aumentou, como é perceptível nos censos de 1864.

---

<sup>1</sup> Hipólito de Almeida da Costa Cabaço, nasceu em 1885, no lugar do Paiol, freguesia de aldeia Galega da Merceana, concelho de Alenquer e veio a falecer em 1970.

<sup>2</sup> Marquês de Alenquer – D. Diogo da Silva de Mendonça, foi Vice-rei (Governador) de Portugal nos reinados de Filipe I e II (II e III de Espanha). O título (e as terras) de Alenquer fora-lhe atribuído por este último, pelos seus bons serviços à coroa espanhola, o que lhe valeu o ódio da população portuguesa.

QUADRO 4.1 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DE ALENQUER

ANOS	Alenquer	Arruda	Azambuja	Cadaval	Sobral	T. Vedras	V.F. Xira
1864	17.443	9.387	7.691	6.774	-----	24.268	12.052
1878	19.491	9.545	9.251	8.267	-----	27.716	12.981
1890	22.976	6.755	10.409	9.998	4.496	32.269	14.277
1900	24.720	5.499	11.511	10.685	5.751	35.587	15.767
%	41,71%	a)	49,66%	57,73%	-----	46,64%	30,82%

a) Perdeu território com a criação do concelho do Sobral e também para Vila Franca de Xira.

Fonte – Lourenço (2010)

É legítimo relacionar o aumento populacional com o surgimento da indústria, que dava emprego a mais de um milhar de operários, destacando-se a mão de obra feminina.

Durante o século XX, Alenquer e o seu concelho evolui em termos de população, como se pode constatar.

QUADRO 4.2  
População residente segundo os Censos

Territórios	Total			
	1960	1981	2001	2011
<b>Portugal</b>	8 889 392	9 833 014	10 356 117	10 562 178
<b>Continente</b>	8 292 500	9 336 760	9 869 343	10 047 621
<b>Oeste</b>	299 507	310 795	338 711	362 540
<b>Alenquer</b>	34 998	34 575	39 180	43 267
<b>Arruda dos Vinhos</b>	8 021	8 875	10 350	13 391
<b>Sobral de Monte Agraço</b>	7 744	7 863	8 927	10 156
<b>Torres Vedras</b>	58 837	65 039	72 250	79 465

Fonte – Pordata

## Economia e Educação

O concelho de Alenquer nos dias que correm, tem uma grande dinâmica económica, com empresas ligadas ao transporte de mercadorias, indústria extrativa, transformadora, construção e comércio grosso e de retalho, entre outras.

Este surto industrial iniciou-se no período regenerador e com ele, surge a criação do ensino técnico com a criação da Escola Damião de Goes – Escola de Ensino Industrial.

No dia 1 de maio de 1889, em reunião na Câmara Municipal de Alenquer, aprova-se a criação de uma Escola Industrial e Agrícola para o concelho. Lourenço (2010) na sua tese de mestrado, cita o jornal Damião de Goes, 24 de janeiro de 1886, p.1:

“(...) apesar de todo este grande movimento fabril não há uma escola sequer onde o operário vá buscar os mais insignificantes conhecimentos teóricos que o habilite a desempenhar-se condignamente do serviço que lhe fôr confiado. É por isso, doloroso é confessá-lo, raras vezes se vê um operário português na direcção superior das oficinas de um estabelecimento desta ordem, pois que em geral essa direcção é confiada a artistas estrangeiros”.

A resposta foi dada com o decreto de 3 de outubro, publicado no Diário de Governo, de 4 de novembro de 1889, no qual se criou uma Escola de Desenho Industrial. A Escola iniciou a sua atividade, no dia 1 de outubro. No seu primeiro ano de funcionamento, foram propostos para exame 49 alunos, sendo 20 do sexo feminino e 29 do sexo masculino, todos obtiveram aprovação.

Segundo Cipriano e Vieira (1997, p.92), a evolução dos alunos matriculados, foi a seguinte:

QUADRO 4.3

Quadro 4.3	
Anos	Nº de alunos matriculados
1890	143
1891	96
1892	37
1893	71
1894	48
1895	49
1896	55
1897	13 + 22

QUADRO 4.4

Quadro 4.4 - % de alunos matriculados				
Anos	= < 10	11-18	19-30	< 30
1890	18,9	49	27,3	4,8
1891	36,5	52,1	7,3	4,1
1892	21,6	67,6	8,1	2,7
1893	21,1	50,7	16,9	1,4
1894	14,6	49,9	22,9	6,3
1895	8,2	38,7	40,9	12,2
1896	0	50,9	41,8	7,3
1897	0	30,8	53,8	15,4
1897	0	54,6	40,9	4,5

Como facilmente se verifica, o decréscimo de alunos é visível, assim como a faixa etária dos alunos que vai aumentando. As crianças com idades inferiores ou igual a dez anos chegam a ter uma relevância significativa nos primeiros quatro anos da escola, mas a partir de 1896 não há alunos matriculados. Mais uma vez referindo Cipriano e Vieira (1997. P.93,94 e 95), o jornal local Damião de Goes, que

foi um apoiante da escola queixava-se da pouca adesão de candidatos, referindo-se na sua edição de 8-10-1893, que “... é deveras para lastimar que a escola de desenho industrial (...) não tenha a frequência que devia ter, numa terra quasi toda industrial ...”, refere mais a publicação em 14-11-1894, “N’esta escola matricularam-se apenas 31 alunos, sendo 16 no curso diurno e 15 no noturno. Dizemos isto com a mais profunda mágoa. Mas o que ainda é mais triste é que a frequência seja de 3 a 4 alunos por dia”. Os referidos autores, ao analisarem o livro de termos de exames, entre 1891-97, concluem que a percentagem de alunos que conseguem terminar os cursos foi sempre baixa.

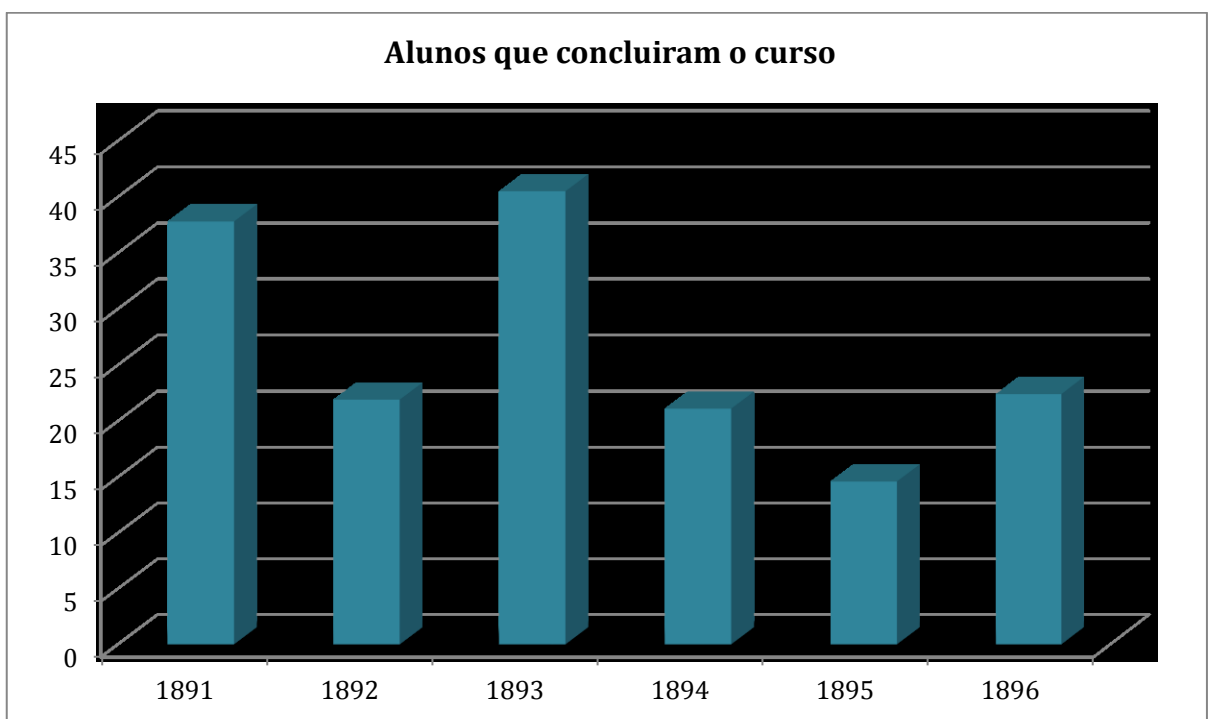


Gráfico nº 4.1 - Fonte – Livro de Termos de exame

A baixa frequência escolar, os resultados e a reforma do ensino industrial, levaram ao fracasso da Escola de Desenho Industrial Damião de Goes. Em 1913 e 15, ainda houve movimentos para a restabelecer, mas isso não veio acontecer.

#### **Caraterização dos Agrupamentos de Escolas da Abrigada e Carregado**

Atualmente o concelho de Alenquer tem quatro agrupamentos de escolas, o estudo que desenvolvemos, incide no agrupamento de Escolas da Abrigada, com a sua oferta educativa, PIEF (Programa Integrado de Educação) e do Agrupamento de Escolas do Carregado, com o Curso Vocacional.

## Agrupamento de Escolas da Abrigada

O Agrupamento de Escolas da Abrigada, foi criado no ano letivo 2002-2003, e fazem parte deste agrupamento, estabelecimentos de ensino, do pré-escolar ao 3º ciclo. O seu território educativo, engloba as freguesias de : Abrigada, Cabanas de Torres, de Torre, Meca e Ota.



Figura 4.1 - Fonte – Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas da Abrigada (concelho de Alenquer)

A oferta educativa do agrupamento, segundo o seu projeto educativo para 2013-17, para além do ensino regular, oferece Cursos de Educação e Formação (CEF), Percursos Curriculares Alternativos (PCA) e Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF), com duas turmas, uma no 2º ciclo e outra no 3º ciclo. Os resultados alcançados no final do ano letivo 2012-13, demonstram a missão deste agrupamento, (Projeto Educativo 2013-17, p.24):

“Desenvolver um ensino eficiente, eficaz e de qualidade, visando a formação integral de indivíduos preparados para a aprendizagem ao longo da vida e para o exercício de uma cidadania responsável e empreendedora.”

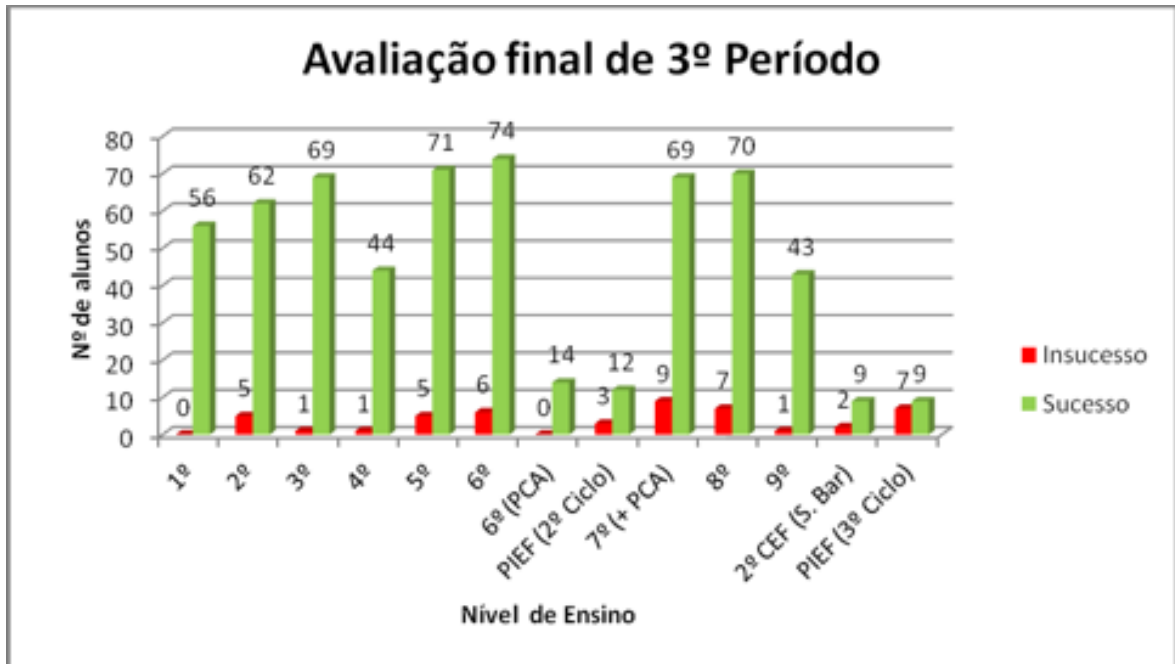


Gráfico 4.2  
Fonte – Projeto Educativo 2013-17

A avaliação externa efetuada em 2012, (p.6), refere o seguinte relativamente aos serviços educativos:

“O Agrupamento desenvolve uma sólida ação na prevenção da desistência e abandono. A diversidade da oferta educativa/formativa, a comunicação muito próxima com os pais e encarregados de educação, quer por parte dos diretores de turma quer por parte do diretor, e a ligação à rede social local têm constituído respostas eficazes para combater as situações de risco”.

Um dos aspetos a que a avaliação externa dá ênfase é o reconhecimento da comunidade, para isso contribui a experiência profissional dos seus docentes, pois 76,3% lecionam há 10 ou mais anos, a oferta educativa e cultural, a interligação com os encarregados de educação e campanhas de solidariedade, onde se mobiliza toda a comunidade escolar.

### **Agrupamento de Escolas do Carregado**

O agrupamento de Escolas do Carregado, com sede na Escola Básica Integrada do Carregado, foi criado no ano letivo 2008-09, é constituído por um Centro escolar (Carregado), um jardim-de-infância e uma Escola Básica, ambos na localidade dos Cadafais e a Escola Sede.

O corpo docente apresenta estabilidade e experiência, 75% pertencem aos quadros do Ministério da Educação e 72,7% têm mais de dez anos de serviço, sendo as idades mais representativas entre os quarenta e cinquenta anos. Os assistentes operacionais da ação educativa são também um corpo com muita estabilidade, segundo relatório da avaliação externa (2012), cerca de 71% trabalham no agrupamento há mais de dez anos e atualmente pertencem aos quadros da Câmara Municipal de Alenquer.

A população escolar segundo o Projeto Educativo (2014-17), é a seguinte:

Níveis de Ensino	Alunos	Nº de turmas	Docentes	Não docentes
Pré-escolar	230	10	11	50
1º ciclo	479	24	28	
2º ciclo	288	12	34	
3º ciclo	376	17	45	
CEF	20	1		
Curso Vocacional	22	1		
<b>Total</b>	<b>1415</b>	<b>65</b>	<b>118</b>	

Quadro 4.5 – Fonte Projeto Educativo Agrupamento de Escolas do Carregado

Segundo o relatório de Avaliação Externa de 2012, a comunidade reconhece a importância da Escola e está muito satisfeita pelo trabalho desenvolvido junto de crianças e jovens com necessidades educativas especiais, assim como, com jovens problemáticos dando-lhes novas perspetivas de integração e conclusão dos seus estudos básicos.

## **PIEF – Programa de Integrado de Educação e Formação**

“O Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF) tem como finalidade promover a inclusão social de crianças (...) e combate ao abandono e insucesso, favorecendo o cumprimento da escolaridade obrigatória e certificação profissional dos jovens.” (<http://www.seg-social.pt>)

O PIEF foi definido no programa do XIX Governo Constitucional, como medida para travar a exclusão dos jovens em idade escolar.

Foi criado por despacho conjunto nº 882/99, do Ministério do Trabalho e Solidariedade e o Ministério da Educação. O Estado português sentiu a necessidade de desenvolver um projeto que envolveu o Conselho Nacional Contra a Exploração do Trabalho Infantil (CNCETI), as Autarquias e organizações da sociedade civil. Para execução do projeto, foram criadas estruturas de coordenação, como por exemplo, coordenações regionais em cada direção educativa, compostas por um representante do PEETI (Plano para a Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil), um representante do IEFP (Instituto do Emprego e Formação Profissional), um representante da Direção Regional de Educação e um representante do Centro Regional de Segurança Nacional. São estas as estruturas que fazem o levantamento, dinamizam e operacionalizam esta oferta educativa competindo-lhes, segundo o despacho acima citado, o seguinte:

- 6.2 Cabe às estruturas de coordenação regional dinamizar e coordenar a operacionalização das respostas locais previstas no presente despacho, tendo em vista, nomeadamente, a optimização das ofertas e a rentabilização dos recursos competindo-lhes:
- a) Proceder ao levantamento dos recursos localmente disponíveis;
  - b) Promover as articulações pertinentes com as entidades públicas e privadas a envolver, com vista à criação de respostas integradas;
  - c) Apreciar os planos de intervenção especificamente dirigidos às situações detectadas, com especial incidência nos domínios da educação, da formação e do apoio social;
  - d) Monitorizar os processos de intervenção na região e divulgar boas práticas.
- despacho conjunto n.º 882/1999

Este despacho basicamente define a estrutura e a metodologia de intervenção. Irá ser revogado pelos despachos conjuntos n.º 948/2003, de 26 de setembro e o nº 171/2006, de 12 de janeiro.

O despacho conjunto n.º 948/2003, no seu ponto 2, refere o seguinte:

O PIEF tem como objetivo favorecer o cumprimento da escolaridade obrigatória a menores e a certificação escolar e profissional de menores a partir dos 15 anos, em

situação de exploração de trabalho infantil nomeadamente nas formas consideradas intoleráveis pela Convenção nº 182 da OIT.

despacho conjunto n.º 948/2003

Refere ainda no ponto 2.1, “O PIEF tem ainda como objetivo favorecer o cumprimento da escolaridade obrigatória associada a uma qualificação profissional relativamente a menores com idade igual ou superior a 16 anos que celebrem contratos de trabalho.”

Neste despacho denota-se uma preocupação na conclusão da escolaridade obrigatória (9 anos), assim como uma qualificação profissional., como está elucidado no ponto 4, que refere a elaboração de um PEF (Plano de Educação e Formação) para cada aluno. Este plano é uma forma de intervenção junto a crianças e jovens em risco e compreende as seguintes fases:

- a) Preparação, abrangendo a avaliação diagnóstica, tendo por objecto o nível de aquisição de competências, a situação escolar, familiar e social do menor, a sua orientação escolar e profissional, a identificação dos objetivos a atingir e dos recursos a utilizar, bem como a consequente formalização do plano mediante documento escrito;
- b) Execução, abrangendo a integração do menor, em qualquer momento do ano civil, inclusive em atividades de educação extra-escolar de curta duração, com vista a favorecer a sua inserção em percurso que vise a escolarização ou a dupla certificação, escolar e profissional;
- c) Avaliação, abrangendo a avaliação da evolução do plano, com vista a assegurar a sua adaptação às necessidades do menor, e a avaliação final.

Despacho conjunto n.º 948/2003. Ponto 6

A organização curricular centra-se em três vertentes:

- Formação sociocultural;
- Formação vocacional, artística ou científica – tecnológica e formação prática em contexto de trabalho;
- Área de Projeto.

O despacho conjunto n.º 171/2006, revoga os anteriores e outorga ao PETI (Programa para Prevenção e Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil) a execução e gestão da medida PIEF.

A resolução do Conselho de Ministros n.º 79/2009 vem fortalecer a conclusão da escolaridade obrigatória e “se possível, adquirir formação profissional, obtendo, assim, as condições adequadas de trabalho num futuro próximo”. A resolução refere que a irradicação do trabalho infantil foi conseguida e justifica que essa

situação só existia devido a “contexto de destruturação familiar, escassez de rendimentos, reduzidas condições habitacionais e baixos níveis de capitais escolar e cultural, geram situações intoleráveis de exclusão social”.

Deixamos de ter a preocupação com o trabalho infantil e começamos a combater um flagelo tão ou mais grave, a exclusão social e a pobreza. A Alínea l) do ponto 2, refere o seguinte:

Promover a articulação privilegiada com as comissões de protecção de crianças e jovens e assegurar o desenvolvimento de um efetivo trabalho em rede, envolvendo, ainda, as direcções regionais de Educação, as escolas, os centros distritais do ISS, I.P., os centros de emprego, e outras entidades públicas e privadas e do sector da economia social, na prossecução da missão e dos objectivos cometidos ao PIEC.

O PIEC (Programa para a Inclusão e Cidadania) vai ser o organismo que assegura a nível nacional, a coordenação da medida PIEF, ou seja este organismo substitui o PETI.

Com a portaria nº 272/2012, de 4 de setembro, cria-se o AQPIEF (Programa de Apoio e Qualificação do Programa Integrado de Educação e Formação), substitui o PIEC, mas a sua finalidade é a mesma, cumprimento da escolaridade obrigatória e certificação escolar e profissional.

Este programa é financiado no âmbito dos fundos estruturais do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN), via Fundo Social Europeu (FSE), artigo 4.

Obedece a candidaturas feitas anualmente para a constituição de um grupo turma, estes são aprovados pela ERC (Estrutura de Coordenação Regional). O financiamento máximo por grupo/turma é de 35 mil euros (fora os encargos com o pessoal docente e infraestruturas) e o seu prazo de vigência é de 1 de setembro até 31 de agosto.

Com o decorrer dos anos, este Programa de Combate à Exploração do Trabalho Infantil, tornou-se numa oferta educativa, que contribuiu para a minimizar ou mesmo erradicar da sociedade portuguesa o abandono escolar e a exclusão social de jovens desfavorecidos.

A medida educativa PIEF, está atualmente implantada a nível nacional e em todos os ciclos do ensino básico, com resultados muito interessantes, senão atentemos nos quadros apresentados.

Ano letivo 2010/2011	Número de alunos inscritos e que transitaram/concluíram em Programas Integrados de Educação e Formação (PIEF) por ciclo de ensino e NUTII - Continente						
NUTSII	1.º Ciclo		2.º Ciclo		3.º Ciclo		Total inscritos
	Inscritos	Transição / conclusão	Inscritos	Transição / conclusão	Inscritos	Transição / conclusão	
Norte	3	2	207	166	460	392	670
Centro	-	-	79	69	207	184	286
Área Metropolitana de Lisboa	3	3	401	235	300	214	704
Alentejo	16	16	175	143	198	167	389
Algarve	2	2	63	41	183	158	248
<b>Total</b>	<b>24</b>	<b>23</b>	<b>925</b>	<b>654</b>	<b>1 348</b>	<b>1 115</b>	<b>2 297</b>

Quadro nº4.6 – Fonte DGEEC

Ano letivo 2011/2012	Número de alunos inscritos e que transitaram/concluíram em Programas Integrados de Educação e Formação (PIEF) por ciclo de ensino e NUTII - Continente						
NUTSII	1.º Ciclo		2.º Ciclo		3.º Ciclo		Total inscritos
	Inscritos	Transição / conclusão	Inscritos	Transição / conclusão	Inscritos	Transição / conclusão	
Norte	7	6	268	175	691	556	966
Centro	-	-	82	55	246	195	328
Área Metropolitana de Lisboa	2	2	494	238	457	313	953
Alentejo	13	12	191	120	273	177	477
Algarve	2	2	83	62	188	137	273
<b>Total</b>	<b>24</b>	<b>22</b>	<b>1 118</b>	<b>650</b>	<b>1 855</b>	<b>1 378</b>	<b>2 997</b>

Quadro nº4.7 – Fonte DGEEC

Ano letivo 2012/2013	Número de alunos inscritos e que transitaram/concluíram em Programas Integrados de Educação e Formação (PIEF) por ciclo de ensino e NUTII - Continente						
	1.º Ciclo		2.º Ciclo		3.º Ciclo		Total inscritos
NUTSII	Inscritos	Transição / conclusão	Inscritos	Transição / conclusão	Inscritos	Transição / conclusão	
Norte	4	1	94	46	603	456	701
Centro	-	-	72	54	275	219	347
Área Metropolitana de Lisboa	2	1	451	251	472	353	925
Alentejo	14	12	184	117	369	260	567
Algarve	5	4	88	62	218	175	311
<b>Total</b>	<b>25</b>	<b>18</b>	<b>889</b>	<b>530</b>	<b>1 937</b>	<b>1 463</b>	<b>2 851</b>

Quadro nº4.8 – Fonte DGEEC

Ano letivo 2013/2014	Número de alunos inscritos e que transitaram/concluíram em Programas Integrados de Educação e Formação (PIEF) por ciclo de ensino e NUTII - Continente						
	1.º Ciclo		2.º Ciclo		3.º Ciclo		Total inscritos
NUTSII	Inscritos	Transição / conclusão	Inscritos	Transição / conclusão	Inscritos	Transição / conclusão	
Norte	4	2	147	80	663	281	814
Centro	-	-	61	32	216	117	277
Área Metropolitana de Lisboa	2	2	397	169	459	239	858
Alentejo	6	4	197	78	372	135	575
Algarve	4	4	72	38	236	119	312
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>12</b>	<b>874</b>	<b>397</b>	<b>1 946</b>	<b>891</b>	<b>2 836</b>

Quadro nº4.9– Fonte DGEEC

Como podemos observar através da análise dos resultados, a vertente de inclusão dos jovens nas suas comunidades e a conclusão da escolaridade obrigatória é muito mais compensatória. Apesar de existir um decréscimo nos alunos que

concluem com sucesso o programa, (pois no ano letivo 2010/11 78,01% dos alunos concluíram com sucesso o seu programa educativo, já no ano letivo 2011/12, 68,4%; em 2012/13, 70,5% e em 2013/14, 45% dos alunos), no entanto a taxa de abandono escolar (Gráfico 4) continua a diminuir, graças às várias ofertas educativas que procuram responder às necessidades educativas de crianças e jovens, a saber:

- Unidades de Apoio Especializado para a Educação de Alunos com Multideficiência e surdez Cegueira;
- Unidade de Ensino Estruturado para a Educação de Alunos com Perturbações do Espectro do Autismo;
- Escola de Referência para a Educação de Alunos Cegos e com Baixa Visão;
- Escola de Referência para a Educação do Ensino Bilingue de Alunos Surdos;
- Escolas de Referência para a Intervenção Precoce na Infância;
- Instituições Privadas de Educação Especial;
- Instituições Particulares de solidariedade Social;
- Centro de Recurso TIC para a Educação Especial;
- Percursos Curriculares Alternativos;
- Programa Integrado de Educação e Formação.

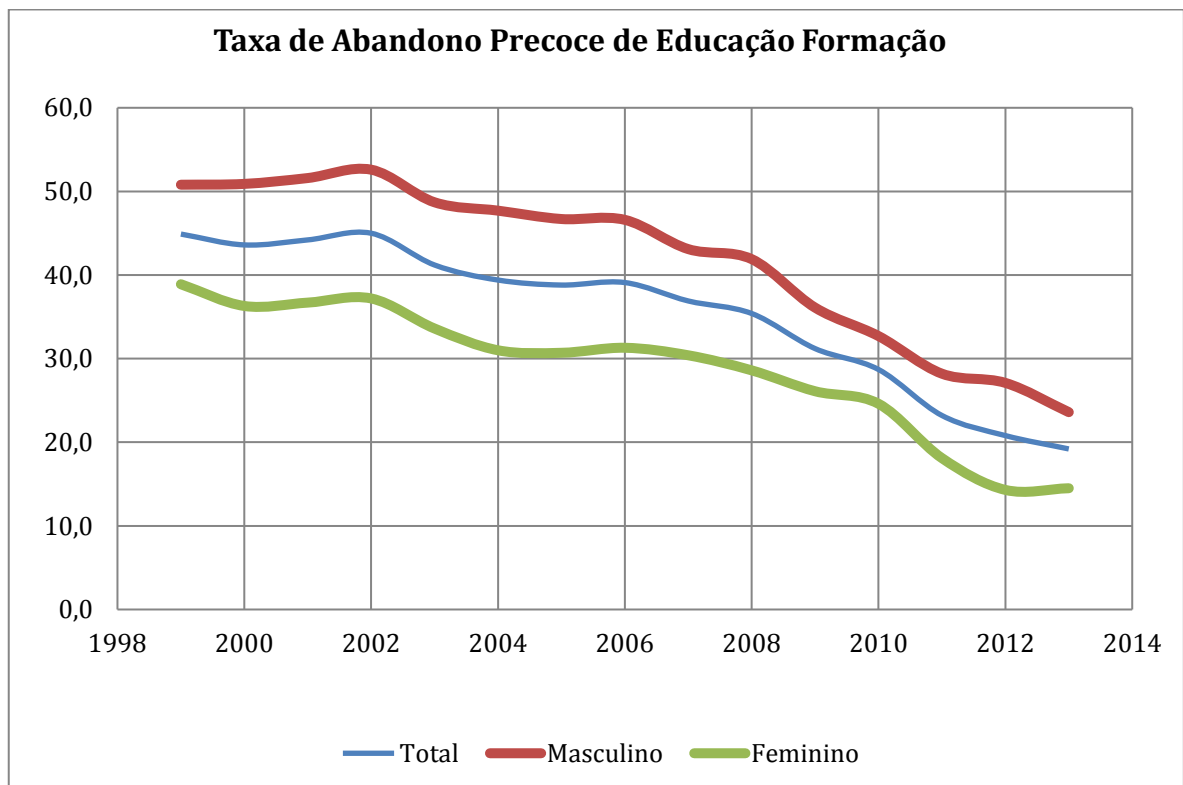


Gráfico nº4.3 – Fonte: Pordata

O PIEF, diferencia-se de todas as ofertas educativas e como refere Roldão nos Encontros PETI/OIT sobre o trabalho infantil (2008. p.28):

[...]há três elementos estruturantes que são os que diferenciam a medida PIEF, relativamente a outras medidas de finalidades semelhantes e, sobretudo, relativamente às lógicas do ensino regular que produzem o insucesso que o PIEF depois vem remediar, de alguma maneira. E esses três caracterizadores são, sem qualquer leitura hierárquica:

- O primeiro é o **princípio da colaboração**. Há uma lógica dominante, definidora, estruturante de colaboração a vários níveis, desde logo a colaboração das tutelas, se começarmos por cima a colaboração inter-institucional. Portanto, o PIEF organiza-se em torno da colaboração entre a Segurança Social, o Instituto de Emprego, o Ministério da Educação e o PETI. [...]
- O segundo princípio é o **princípio da proximidade**. Esta lógica que atravessa o PIEF tem a ver com um conceito de que cada jovem em situação de risco deve ser atendido e acompanhado de perto e individualmente.[...]
- E um terceiro princípio associado a estes dois que é o **princípio da diferenciação**. Ou seja, a ruptura com o paradigma uniformista que caracteriza até hoje – embora, discursivamente já se rejeite -, o currículo e a escola como instituições sociais públicas, destinadas a uma função social, a que todos têm direito. [...]

A mesma autora faz referência às equipas multidisciplinares, constituídas por professores, técnicos, sociólogos, psicólogos e agentes sociais. Estes olham para o processo de cada jovem, de uma forma aberta, integrando as dimensões da aprendizagem e do ensino, com dimensões sociais e pessoais, que também têm que ser trabalhadas e analisadas.

Mas quem são os jovens que necessitam desta medida educativa? Segundo a Diretora dos Agrupamento de Escolas de Abrigada:

“[...] temos alunos com diversas características, temos os nossos alunos que começaram por fazer um percurso no ensino regular, depois passaram pelo PCA (Percurso Curriculares Alternativos), temos alunos que não se adaptaram à escola e começaram a ter muitas retenções, absentismo e são sinalizados pela CPCJ (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens)”.

A diretora de turma do PIEF vai mais longe referindo:

“[...] maioritariamente são oriundos de famílias pouco estruturadas, de meios socioeconómicos baixos, com dificuldades no cumprimento de regras e no respeito pela autoridade e pelas hierarquias. Mas também temos alunos que não têm um historial tão complicado, tendo integrado o PIEF apenas pelas dificuldades de integração na escola, e se terem esgotado as medidas educativas que lhes permitiam concluir o ensino básico em condições normais”.

Mediante estes dois importantes testemunhos, podemos caracterizar o aluno PIEF, da seguinte forma:

- Jovens com comportamentos desviantes e já sinalizados pela CPCJ;
- Insucesso e abandono escolas;
- Baixa autoestima;

- Famílias desestruturadas.

Roldão, (2008. p.31) refere o seguinte quanto ao assunto em questão:

“Assim predominam níveis de rendimento baixos ou muito baixos, e o nível de escolaridade dos pais das crianças raramente excede os 4 anos de escolaridade [...].O retrato mais fiel dos jovens em PIEF no ano 2006-2007 apontaria para uma população massivamente desfavorecida economicamente e socialmente, nalguns casos na franja da marginalidade social, nalguns outros associada a processos de não integração de minorias étnicas, mas na sua totalidade caracterizada por percursos escolares de insucesso repetido, sem resposta eficaz por parte das escolas de ensino regular”.

O PIEF começou por ser uma medida de combate ao trabalho infantil e atualmente é uma resposta ao problema do insucesso, abandono escolar e exclusão social. Citando mais uma vez Roldão (2008. p.27), “Temos que ser capazes de ter a humildade de olhar para o que está bem feito, e sermos capazes de importar e de transferir em vez de deitar fora e começar de novo”.

### **Curso Vocacional**

O enquadramento legal para o surgimento dos cursos vocacionais do segundo e terceiro ciclos, nasceu com a publicação da portaria nº292 – A/2012, de 26 de setembro, a qual no preâmbulo define o seguinte:

“Os cursos vocacionais orientados para a formação inicial dos alunos incluídos nesta oferta privilegiam tanto a aquisição de conhecimentos em disciplinas estruturantes, como o português, a matemática e o inglês, como o primeiro contato com diferentes atividades vocacionais e permitem o prosseguimento de estudos no ensino secundário. Com esta via educativa pretende-se completar a resposta a necessidades fundamentais dos alunos e assegurar a inclusão de todos no percurso escolar. Estes cursos devem garantir uma igualdade efetiva de oportunidades, consagrando alternativas adequadas e flexíveis, que preparam os jovens para a vida, dotando-os de ferramentas que lhes permitam vir a enfrentar no futuro, também, os desafios do mercado de trabalho”.

portaria n.º 292 – A/2012

Esta oferta educativa já leva três anos de existência, iniciou com treze turmas, e a portaria 276/2013, de 23 de agosto, expande esta oferta ao ensino secundário, a qual no seu preâmbulo alude o seguinte:

“[...]assegurar a continuidade dos estudos e o desenvolvimento de conhecimentos e capacidades técnicas de natureza profissional dos alunos que frequentam os cursos vocacionais do ensino básico,[...]. A introdução destes cursos visa criar condições para o cumprimento da escolaridade obrigatória, a redução do abandono escolar precoce e o desenvolvimento de conhecimentos e capacidades, científicas, culturais e de natureza técnica, prática e profissional que permitam uma melhor integração no mercado de trabalho e o prosseguimento de estudos”.

portaria n.º 276/2013

**Caraterísticas dos cursos vocacionais.**

Cursos vocacionais do Ensino Básico	Cursos Vocacionais do Ensino Secundário
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ciclo de Estudos – 2.º e 3.º ciclo;</li> <li>• Orientado para alunos com idade igual ou superior a 13 anos e que tenham duas retenções no mesmo ciclo ou três em ciclos distintos do ensino básico;</li> <li>• Estrutura curricular, é composta por três componentes: Geral, Complementar e Vocacional.</li> <li>• Duração equivalente a 1100 horas, distribuídas por um ou dois anos letivos.</li> <li>• Prática simulada da atividade, de duração igual ou inferior a 210 horas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Alunos que concluíram o 3.º ciclo do ensino básico ou equivalente;</li> <li>• Alunos com idade de 16 anos, que se encontrem em risco de abandono escolar;</li> <li>• Estrutura curricular composta por quatro componentes: Geral, Complementar, Vocacional e Estágio.</li> <li>• Duração equivalente a 3000 horas, distribuídas por 2 anos letivos;</li> <li>• Estágio formativo com duração de 1400 horas.</li> </ul>

Quadro 4.10 - Fonte <http://www.dgeste.mec.pt/index.php/2014/06/cursos-vocaciona>

Esta oferta educativa pretende criar condições para o cumprimento da escolaridade obrigatória (18 anos); dotar os jovens de ferramentas para enfrentar os desafios do mercado de trabalho e ao mesmo tempo combater o desemprego jovem. As famílias, segundo um inquérito elaborado pelo Ministério de Educação, veem esta oferta educativa, como a última oportunidade para que os seus educandos terminem a escolaridade obrigatória. Os professores têm uma visão bifurcada do assunto, é vantajosa para uns, mas para os pouco interessados e indisciplinados é inadequada.

O principal problema é a falta de empenho e o comportamento dos alunos, sendo um dos elementos motivadores a vertente prática, ou seja o contato com o

mundo do trabalho. Outra aspeto que também pode motivar os alunos e foi referido pelo Diretor do Agrupamento de Escolas do Carregado, aquando da entrevista é:

“Tendo em atenção o seu percurso escolar e a sua faixa etária, esta oferta educativa, surgiu como uma oportunidade de em dois anos fazerem o 3º ciclo e continuarem o seu percurso escolar, no ensino secundário, ao nível da vertente profissional ou num curso vocacional”.

Os cursos Vocacionais estão em forte expansão, o Ministério de Educação declara esta oferta como fazendo parte da sua política inclusiva, assim como o próprio Diretor do Agrupamento de Escolas do Carregado, “Por outro lado o Agrupamento de Escolas do Carregado, é um agrupamento inclusivo e tem que estar atento aquilo que pode fazer pelos seus alunos. Dai avançarmos para este desafio”. No entanto há muitas críticas, dizendo mesmo que não há inclusão, mas exclusão e mesmo discriminação, (Secretariado Nacional da Fenprof. 2012).

O ensino vocacional desde o ano letivo 2012 até o momento tem tido uma evolução exponencial, senão vejamos os números.

Ensino Básico (2º 3º ciclos)		
Ano de início do curso	2012/13*	2013/14*
Total de alunos, com situações registadas (excluindo transferências e emigração/regresso ao país de origem)	265	10134
Transições/conclusões	197	8008
Sucesso escolar (%)	74,3%	79%

Quadro nº4.11 - \*Os dados referentes aos cursos iniciados em 2014/15 e aos de 2 anos iniciados em 2013/14 são ainda provisórios. Fonte: DGEEC

Ensino Secundário	
Ano de Início do curso	2013/14
Total de alunos, com situações registadas (excluindo transferências e emigração/regresso ao país de origem)	396
Conclusões	334
Sucesso Escolar (%)	84%

Quadro nº4.12 - \*Os dados referentes aos cursos iniciados em 2014/15 e aos de 2 anos iniciados em 2013/14 são ainda provisórios. Fonte: DGEEC

Outro aspeto importante são as parcerias, o Diretor do Agrupamento de Escolas do Carregado, refere-se a estas parcerias da seguinte forma:

“ [...] temos parceiros já estabelecidos e outros novos, tudo isto devido à nossa experiência nos cursos de educação formação. O que foi novidade, foi o número de

alunos para fazerem estágio, quando antigamente eram sete ou oito, agora são vinte. O que se fez para otimizar os estágios? Dividimo-los em dois grupos. O primeiro grupo foi fazer estágio e o segundo fica a recuperar módulos em atraso, e vice-versa”.

A atividade prática simulada e os estágios no ensino secundário, são importantes para os alunos terem o primeiro contato como o mundo do trabalho. No entanto um dos aspetos negativos desta oferta educativa para o ensino básico, e citando mais uma vez o Diretor do Agrupamento de Escolas do Carregado, é a falta de certificação profissional (...).

Mas segundo os dados fornecidos pelo Ministério de Educação, os protocolos estabelecidos com empresas ou com entidades para efeitos de acolhimento de estudantes, teve um aumento de desmesurado, senão atentemos no quadro.

Ano de início do curso	2012/13	2013/14*	2014/14*
N.º Protocolos escola/empresa	22	6425	9720
N.º de empresas que receberam alunos (2.º ciclo)	9	677	468
Média de alunos por empresa (2.º ciclo)	3,6	5,7	4,4
N.º de empresas que receberam alunos (3.º ciclo)	128	3727	5720
Média de alunos por empresa (3.º ciclo)	3,3	3,9	3,4
N.º de empresas que receberam alunos (secundário)	n.a.	137	667
Média de alunos por empresa (secundário)	n.a.	3,5	3,1

Quadro nº4.13 - \*Os dados referentes aos cursos iniciados em 2014/15 e aos de 2 anos iniciados em 2013/14 são ainda provisórios.

(de notar que os dados que resultam da associação de cada aluno à(s) empresa(a) onde esteve poderão não ter sido registados de forma exaustiva por parte das escolas).Fonte: DGEEC

A Escola é geradora de mudanças na sociedade, ela é o equilíbrio e o sustento de uma sociedade desenvolvida e organizada, os dados obtidos demonstram o esforço que a Escola tem feito para criar cidadãos ativos e responsáveis, assim como conhecedores dos seus direitos e obrigações.

### **Análise dos conteúdos das entrevistas**

O estudo empírico centrou-se em duas escolas e nas suas ofertas educativas. Esta escolha surgiu devido ao conhecimento prévio do meio, assim como a facilidade na realização do estudo.

Após a escolha do tema de dissertação e da escolha metodológica a seguir, iniciou-se a preparação das entrevistas<sup>3</sup> (a efetuar aos diretores dos agrupamentos e as diretoras de turma, assim como à Técnica de Intervenção Local) e os inquéritos<sup>4</sup> (a efetuar aos alunos e professores dos conselhos de turma). Depois de cumpridos estes passos, foi solicitado ao Ministério de Educação<sup>5</sup> a aprovação dos documentos e posteriormente foi solicitado às escolas a autorização para a realização do estudo. Seguidamente os encarregados de educação<sup>6</sup> das turmas objeto do estudo foram contactados para também eles permitirem que os seus educandos respondessem aos inquéritos.

Após recolha da informação, o tratamento da mesma residiu na utilização de técnicas, que segundo Bardin (2014:121), a primeira fase possui três missões: a escolha dos documentos a serem submetidos a análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentam a interpretação final.

Segundo Belson, citado por Ferreira (2015:220), definiu a análise de conteúdo como “uma técnica de investigação que permite fazer uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo das comunicações, tendo por objetivo a sua interpretação”. Já para (Grawitz,1993 apud Ferreira 2015:221) existem vários tipos de análise de conteúdo: análise de exploração e análise de verificação; análise quantitativa e análise qualitativa e análise direta e indireta.

Seguindo as várias etapas de análise de conteúdo, surgem os problemas de fidelidade e validade da análise de conteúdo. Conforme refere Ferreira (2015:228), “A fidelidade diz respeito ao problema de garantir que diferentes codificadores cheguem a resultados idênticos [...]. Assim como a validade,

---

<sup>3</sup> Anexo1, entrevistas às Diretoras de Turma.

<sup>4</sup> Anexo 2, inquéritos elaborados aos alunos e professores.

<sup>5</sup> Anexo 3, aprovação das entrevistas e inquéritos pelo ME.

<sup>6</sup> Anexo 4, pedido de autorização aos Encarregados de Educação.

“diz respeito àquilo que o investigador pretendia medir. Uma análise de conteúdo será válida, quando a descrição que se fornece sobre o conteúdo tem significado para o problema em causa e reproduz fielmente a realidade dos factos. Por isso, é necessário que todas as etapas que integram o processo de análise sejam corretamente executadas.”

Posto isto, foram feitas as entrevistas às diretoras de turma e à Técnica de Intervenção Local (TIL). O primeiro bloco de perguntas teve o desígnio de conhecer a nível profissional as entrevistadas.

## **CAPÍTULO V**

## **A VISÃO DA ESCOLA**

### **Entrevistas aos diretores dos Agrupamentos de Escolas da Abrigada e Carregado.**

O Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básicos e secundários. Define na sua subsecção II, no artigo 18, o que é o diretor: “O diretor é o órgão de administração e gestão do agrupamento de escolas ou escolas não agrupadas nas áreas pedagógica, cultural, administrativa, financeira e patrimonial”.

O artigo 20, nas suas diversas alíneas, define as suas competências, tais como:

- Submeter o projeto educativo à aprovação do Conselho Geral;
- Elaborar e submeter à aprovação do Conselho Geral:
  - As alterações ao regulamento interno;
  - Os planos anual e plurianual de atividades;
  - O relatório anual de atividades;
  - As propostas de celebração de contratos de autonomia.
  - Aprovar os planos de formação do pessoal docente.
  - Compete também ao diretor definir o regime de funcionamento do agrupamento de escolas ou escola não agrupada;
  - Superintender na constituição de turmas e na elaboração de horários;
  - Distribuir o serviço docente;
  - Designar os coordenadores de escola ou estabelecimento de educação pré-escolar;
  - Propor candidatos ao cargo de coordenador de departamento curricular e designar os diretores de turma;
  - Representar a escola;
  - Exercer o poder hierárquico em relação ao pessoal docente e não docente;
  - Exercer o poder disciplinar em relação aos alunos nos termos da legislação aplicável;
  - Intervir nos termos da lei no processo de avaliação de desempenho do pessoal docente;

- O diretor exerce ainda as competências que lhe forem delegadas pela administração educativa e pela câmara municipal.

Perante este “catálogo” de competências, para Barroso (2005) existem quatro conceções de diretores escolares:

- Burocrática, estatal e administrativa, em que o diretor é olhado como o representante do Estado na escola;
- Corporativa, profissional e pedagógica, em que o diretor é olhado como o primeiro entre os seus pares que garante a defesa dos interesses pedagógicos e profissionais dos docentes, estabelecendo a ponte com a administração;
- Gerencialista, em que o diretor é visto como se fosse o gestor de uma empresa, preocupado com a gestão de recursos e com os resultados a alcançar;
- Político-social, em que o diretor pode ser ainda visto como um negociador, mediador de lógicas e diferentes interesses presentes na comunidade educativa, trabalhando para o “bem comum” que a escola deve proporcionar aos seus alunos.

Geralmente todos os nossos diretores têm um pouco destas conceções defendidas por Barroso, mas uns distinguem-se de outros, por serem dinâmicos, empreendedores e líderes.

Os dois diretores que foram entrevistados para este estudo são duas pessoas que mostraram a sua liderança, quando encabeçaram estes dois projetos importantes para as suas comunidades escolares.

Apesar de, como refere Almeida (2005) “As relações entre as escolas portuguesas e a administração educativa parecem assim, continuar centralizadas na pressão normativa do controlo burocrático”. No entanto se o ato de liderar é a capacidade de influenciar os outros, segundo Roberto Carneiro, antigo Ministro da Educação, “Líder é o que faz brilhar os olhos dos outros”. Estes diretores estão a fazer brilhar os olhos dos alunos que frequentam estas ofertas educativas.

As entrevistas realizadas aos dois diretores foram divididas em sete blocos<sup>7</sup> e tem como objetivo a clarificação dos seguintes objetivos:

- Perceber em que contexto histórico, educativo, social e cultural, surge o PIEF no Agrupamento de Escolas de Abrigada e o Curso Vocacional no Agrupamento de Escolas do Carregado, os seus princípios metodologias.
- □Valorizar a oportunidade dada aos estudantes para permanecer na escola e completarem uma formação adequada às suas expectativas.

Estamos perante dois diretores com formação académica distinta. A diretora do Agrupamento de Escolas da Abrigada concluiu o bacharelato de Artes Decorativas (Design de Interiores), mais tarde fez a licenciatura em Comunicação Educacional e Gestão da Informação, na Escola Superior de Educação de Leiria, encontrando-se neste momento a realizar o mestrado em Gestão Escolar na Universidade de Coimbra.

Tem dezoito anos de serviço como professora do grupo 600 (Educação Visual), tendo também desempenhado o cargo de professora bibliotecária e há um ano e meio desempenha as funções de Diretora do Agrupamento de Escolas da Abrigada.

O diretor do Agrupamento de Escolas do Carregado concluiu o bacharelato em Engenharia Electrónica e comunicações, mais tarde concretizou a licenciatura e mestrado em Administração Escolar e Gestão Educacional. Já desempenhou variadíssimos cargos ao longo dos seus vinte e nove anos de serviço, desde coordenador de departamento, delegado de grupo, coordenador do programa Eco-escolas e durante ano e meio vogal do Conselho Executivo, na Escola da Póvoa de Santa Iria, sendo Diretor há cerca de seis anos.

Apesar da diretora do Agrupamento de Escolas da Abrigada estar há pouco tempo no desempenho das suas funções, a oferta educativa PIEF, está em funcionamento desde o ano letivo 2010/11 e com sucesso educativo, senão atentamos no quadro.

---

<sup>7</sup> Anexo 5 - Guião de entrevista aos diretores dos Agrupamentos de Escolas e Entrevistas.

PIEF	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	TOTAL
Masculinos	19	27	25	15	15	101
Femininos	9	8	5	6	6	34
Aprovados	15	14	12	8	7	56
Não aprovados	11	16	7			34
Transferido	1	1	5	4	2	13
Anulou matrícula	1	2				3
Falta de assiduidade		2				2
Excluído por faltas			2	1		3
Processo de avaliação			3	8	13	24

Quadro n.º 5.1 – Alunos PIEF - Fonte: Agrupamento de Escolas da Abrigada

Num total de 135 alunos, cerca de 41,8% tiveram sucesso educativo e 25,1% não foram aprovados no curso estando ainda 17,7% em fase de avaliação. Um aspeto muito relevante é assiduidade dos alunos e a exclusão por faltas, sendo respetivamente, 1,4% e 2,2%. O PIEF durante estes cinco anos letivos tem sido um sucesso educativo, não só a nível pedagógico como a nível de estágios.

Relativamente ao Agrupamento de Escolas do Carregado, apesar do curso vocacional só existir desde o ano letivo 2014/15, a escola tem um passado de várias ofertas educativas, como PCA e CEF (desde o ano letivo 2001-02, até 2013-14), segundo o seu diretor:

“Teríamos de dar resposta a um conjunto de alunos, que têm interesses perfeitamente diferentes do ensino regular, daí surgir o Curso Vocacional. [...] o Agrupamento de Escolas do Carregado, é um agrupamento inclusivo e tem que estar atento aquilo que pode fazer pelos seus alunos”.

Quais às características dos jovens que integram estes cursos? As opiniões dos dois diretores não são divergentes, todos eles como é óbvio passaram pelo ensino regular e devido a diversas retenções (duas ou mais) e um patamar etário desajustado à frequência do ensino regular, passaram a frequentar a oferta educativa PCA, chegando por fim ao Curso Vocacional e PIEF.

Como são selecionados os jovens para frequentarem estes cursos?

Os alunos do PIEF, são sinalizados através da CPCJ e Segurança Social,

“Esta sinalização chega à escola e depois há um acompanhamento interno por parte da TIL (Técnica de Intervenção Local), que faz uma primeira entrevista, analisa o percurso escolar do aluno e delibera se o aluno reúne as condições para integrar este tipo de formação. Depois apresenta um relatório à Segurança Social, que validará ou não a inclusão dos alunos no curso PIEF. Só depois destes tramites é que o aluno entra nas nossas listas”.

No Curso Vocacional, os alunos são sinalizados pelo Conselho de Turma, depois o Encarregado de Educação dará a sua autorização para o aluno ser entrevistado pelos técnicos do gabinete de psicologia e orientação, “Foram feitas entrevistas a todos os alunos para se perceber se estes estavam adaptados à oferta. Aos encarregados de educação foram explicadas as vantagens e desvantagens desta oferta educativa”.

Quando questionados sobre a relação destes jovens com a escola. Segundo a diretora do Agrupamento de Escolas da Abrigada, os alunos que frequentam o PIEF, tem uma relação difícil,

“[...] eles acham que isto é uma prisão, “porque é que temos que andar sempre acompanhados”. Aquilo que nós lhes fazemos ver, é que há regras instituídas e que são para cumprir, para eles isto é a última oportunidade, é isto ou nada, já não há outra alternativa”

De acordo com o diretor do Agrupamento de Escolas do Carregado, os alunos do Curso Vocacional,

“[...] acabam mais cedo ou mais tarde, por serem quase uniformizados, ou seja, a especificidade de cada um relativamente à sua problemática não desaparece na totalidade, mas acaba por se atenuar pois estão quase todos ao mesmo nível. [...] Portanto, o estar na Escola, o estar numa oferta educativa diferente, não causou falta de adaptação, pelo contrário, eles perceberam que a Escola está a fazer um investimento neles”.

Atinente ao bloco que aborda os princípios metodológicos, os diretores foram interpelados sobre em que aspeto, o curso Vocacional e o PIEF se afastavam do ensino regular. As duas ofertas educativas distanciam-se do ensino regular, no entanto no PIEF isso torna-se mais axiomático,

“ A sua avaliação é feita em quatro momentos, enquanto no ensino regular é em três. São avaliados em competências distintas: a parte social e académica. À medida que vão atingindo competências abrem outras e sucessivamente, tendo como objetivos o cumprimento do ciclo escolar”.

No Curso Vocacional,

“Os alunos são avaliados por módulos, portanto cada disciplina tem o seu plano curricular, define o número de módulos e os conteúdos, que irão ser trabalhados ao longo dos dois anos. [...] Enquanto o ensino regular é contínuo, formatado com três períodos de avaliação sendo a avaliação final o epílogo, ou se tem ou não sucesso educativo. No modelo de módulos, os alunos tendem a ser mais responsabilizados, pois se deixam módulos por fazer terão obrigatoriamente de os fazer durante o ano, ou num exame final”.

Respeitante à questão sobre a elaboração do plano curricular. Os dois currículos são regidos por legislação ministerial. O currículo do PIEF tem, [...] eles têm uma formação sociocultural e artística, científico-tecnológica e vocacional, todas elas com uma carga horária definida [...]”.

No que concerne ao plano curricular do Curso Vocacional, “[...] há uma obrigatoriedade no cumprimento de um número de horas. [...] uma componente geral e vocacional”.

No tocante à questão, como é que a escola pensa a abordagem pedagógica destes jovens? Segundo a diretora do Agrupamento de Escolas da Abrigada, “em termos disciplinares existe muito mais rigor do que no ensino regular”. Mas os alunos também são muito mais acompanhados, quer por parte da TIL, como por todos os membros do Conselho de Turma.

“A nível disciplinar tivemos que fazer adendas ao regulamento interno, por exemplo para suspendermos um aluno, do ensino regular chamamos os encarregados de educação, este toma conhecimento do processo e assina a medida disciplinar. No PIEF não é assim, os encarregados de educação são muito ausentes [...]. Então a estratégia é, faz-se um contacto telefónico a informar a medida disciplinar aplicada e quando a medida é cumprida a escola só recebe o aluno se o encarregado de educação vier assinar o despacho com a medida disciplinar do seu educando”.

Os diretores salientam a parte disciplinar como algo importante, deixando a questão pedagógica para os Conselhos de turma: como definição de conteúdos abordar e estratégias a implementar.

O quesito importante é a escolha dos professores que irão constituir o Conselho de Turma? Conforme refere o diretor do Agrupamento de Escolas do Carregado, “O que posso garantir é que há uma preocupação enorme, aquando da distribuição de serviço, em que os professores mais experientes tenham essas turmas”.

A nível pedagógico é relevante a relação professor-aluno e vice-versa, o que nos leva para a seguinte questão: Como são recrutados os profissionais envolvidos no PIEF e no Curso Vocacional?

Os dois diretores, referem que têm alguma prudência na escolha dos docentes. Para a diretora do Agrupamento de Escolas da Abrigada, para além dos professores que constituem o Conselho de Turma, a peça crucial para o funcionamento do PIEF, é a TIL,

“[...] mas a peça fundamental é a TIL, esta acompanha sempre a turma, ou turmas. Até ao ano passado, era a segurança social que colocava a TIL. Este ano não foi assim, tivemos um problema na colocação da TIL, o Ministério da Segurança Social e o Ministério da Educação não se entenderam e só no mês passado (março – 2015), o ministério da Educação assumiu a colocação da TIL. [...] para além de fazer um acompanhamento aos alunos em todas as horas, que os alunos não estão a ter aulas (intervalos, hora de almoço, quando falta um professor), também leciona a componente de formação, tipo formação cívica, mas com uma vertente social”.

Isto significa que a partir do ano letivo 2014-15, a colaboração entre os Ministérios terminou, conforme refere a diretora,

“O percurso de sinalização era feito durante o mês de agosto. Quando nós (Escola) pedimos as turmas e colocamos os nomes na plataforma, os alunos estão todos assegurados e está tudo validado, com as sinalizações finalizadas. Este ano, estava tudo organizado, turmas concluídas, mas em setembro a TIL não foi colocada. Os pais começaram a pressionar a escola, porque não era hábito começar tão tarde. foi quando percebemos que isto não ia funcionar nos mesmos moldes”.

Já no Curso Vocacional do Agrupamento de Escolas do Carregado, há um aproveitar da experiência reunida, com ofertas educativas anteriores, como é o caso do CEF e o PCA, como refere o seu diretor, “[...] deve ser constituído por profissionais com perfil para gerir situações de conflito de uma forma mais assertiva e que dê confiança a estes alunos. Mas nem sempre conseguimos ter pessoas certas, no sítio certo”.

Os professores envolvidos no acompanhamento pedagógico destes alunos, não têm qualquer formação específica para lidar com distintas situações que surgem em sala de aula. É o saber empírico acumulado durante anos, que dá aos docentes o saber para lidar com certas situações de conflito. O diretor do Agrupamento de Escolas do Carregado, menciona que, “Relativamente à formação, não há uma formação específica nesta área, mas terá de ser uma preocupação da Escola e do seu Centro de Formação, assim como do professor na sua autoformação”.

No bloco cinco, Escola e Formação, à pergunta: Que tipo de futuro espera a Escola e a comunidade destes jovens?

Para os dois diretores, são importantes as parcerias para os alunos realizarem os estágios e terem o primeiro contacto com o mundo do trabalho. Mas para o diretor

do Agrupamento de Escolas do Carregado,

“A grande intenção é que eles concluem p 9º ano, saindo depois para o mercado de trabalho e conseguir ter algum sucesso, pois já tiveram o primeiro contacto com o mundo do trabalho, através de parte vocacional, que apesar de não ter certificação e ser simulada é muito importante”.

Quanto à pergunta: Depois de acabarem o PIEF ou o Curso Vocacional, estes jovens são acompanhados pela Escola? Os dois diretores não deram respostas conclusivas. A diretora do Agrupamento de Escola da Abrigada tem dados estatísticos, mas depois é-lhes muito difícil seguir o rasto dos alunos. Quanto ao diretor do Agrupamento de Escolas do Carregado faz essa monitorização através das matriculas no ensino secundário.

Uma das questões importantes é o papel das empresas e das famílias no processo educativo destes jovens?

Para os diretores, são parceiros fundamentais para o seu sucesso educativo. Para a diretora do PIEF, “O sucesso do PIEF também está relacionado com a definição de um projeto global para os alunos, em que todos trabalhem para o mesmo objetivo [...]”. Para o diretor do Curso Vocacional, “tendo em atenção o percurso aos solavancos, sucesso/insucesso, de retenções e tentativas de abandono, o envolvimento da família é importante senão mesmo fundamental”.

No bloco seis, de expressão livre para abordarem temas pertinentes, achei conveniente a diretora dos agrupamento de Escolas da Abrigada, explicar: Que avaliação faz entre a parceria Escola/Instituto de Segurança Social?

“[...] Funcionaram muito bem no ano passado, tínhamos uma relação ótima com eles, mesmo com a instituição que forneceu a TIL – Santa Casa da Misericórdia da Merceana, a parceria era impecável. A nível da Segurança Social, tínhamos também uma pessoa que era o nosso interlocutor, com quem fazíamos as sinalizações e pedíamos ajuda, correu sempre tudo muito bem. Não percebo este “divórcio”! Eu não vejo com bons olhos esta separação, porque acho que o PIEF é mais uma resposta com caráter muito social”.

Já ao diretor do Agrupamento de Escola do Carregado fez algumas criticas a esta oferta educativa,

“[...] As criticas que faço [...] é a durabilidade relativamente ao ensino regular [...]. Outra coisa que me deixa apreensivo, é o que fazer aos alunos que não concluírem 70% dos módulos, ou seja, não concluem o curso? Esta oferta educativa não existe em todas as escolas, nem os mesmos cursos. Não podemos mandar estes alunos outra vez para o 7º ano. [...] outro aspeto que era importante analisar, é a falta de certificação profissional desta oferta”.

Perante os depoimentos cedidos pelas diretoras de turma, TIL e diretores dos Agrupamentos de Escolas, podemos deduzir que existe um empenhamento e dedicação para que os objetivos destas ofertas educativas sejam alcançados. Como se refere no Projeto de Constituição do PIEF do Agrupamento de Escolas da Abrigada,

“Os objetivos deste projeto passam por reduzir o número de alunos em abandono escolar, diminuir o desfasamento etário face ao nível de ensino frequentado, minimizar as práticas de comportamento de risco e de delinquência.[...]. A estes objetivos associam-se ainda: a promoção da aquisição de competências pessoais, sociais e relacionais, numa perspetiva facilitadora da integração dos alunos na vida ativa; [...]”.

### **Entrevista às Diretoras de Turma do PIEF e Curso Vocacional**

O diretor(a) de turma é um elemento fundamental na mediação de conflitos entre os alunos, mas não só, é também o elo de ligação entre os diversos professores do Conselho de Turma, do mesmo modo, com os Encarregados de Educação. Mas em especial, nestas ofertas educativas, o diretor(a) de turma extravasa as suas competências, ele(a) promove a integração/inclusão de alunos na comunidade escolar, toma decisões que podem influenciar o futuro dos alunos, responsabiliza-os perante ações tomadas. No fundo é o adulto(a) que alguns ou mesmo a maioria nunca tiveram para lhes indicar o caminho mais assertivo.

Atinente às diretoras de turma são ambas dos quadros, (A diretora de turma do curso vocacional é professora do quadro de zona pedagógica e a diretora de turma do curso PIEF, é professora do quadro de agrupamento). São professoras com experiência, não só devido aos anos de serviço prestado, mas também aos cargos desempenhados, como é o caso da diretora de turma do curso PIEF, que desempenha ou desempenhou vários cargos, como: Coordenadora das Áreas Curriculares não Disciplinares; Coordenadora do Departamento Curricular de Expressões; Coordenadora do Programa Eco Escolas; Coordenadora de projetos do Agrupamento de Escolas de Abrigada e Diretora de Turma do ensino regular.

No terceiro bloco, “Perceber a relação pedagógica entre a Diretora de Turma e a turma”, este direcionado para um dos objetivos das entrevistas. Quando questionadas sobre as características dos alunos que integram as duas ofertas educativas, a Diretora de Turma do Curso Vocacional, refere aquilo que está estipulado na lei “alunos com mais de 13 anos e 2 retenções”, mas a Diretora de

Turma do PIEF, refere que os alunos são de uma faixa etária mais elevada relativamente ao nível de ensino que frequentam, mas o seu enfoque está na origem destes alunos:

“[...] maioritariamente são oriundos de famílias pouco estruturadas, de meios socioeconómicos baixos, com dificuldades no cumprimento de regras e no respeito pela autoridade e pelas hierarquias. [...] A quase totalidade dos alunos está sinalizada e é acompanhada pela CPCJ (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens) ou na ECJ (Equipa de Crianças e Jovens), muitas vezes devido ao seu historial familiar ou à irregularidade do percurso escolar, por terem apresentado indícios de abandono escolar – que muitas vezes é consequência de outras problemáticas que ocorrem no seio familiar”.

Refere também, que estes alunos têm alguns problemas de integração e isso teve e tem repercussões nos seus percursos escolares. Quanto à questão como é feita a seleção dos alunos para constituírem o grupo turma: no curso vocacional, os alunos são referenciados pelo Conselho de Turma, depois o encarregado de educação é contactado pela Escola (Psicólogo) para uma entrevista a realizar com ele e o seu educando, para aferir se o curso será uma boa opção para o seu educando e no fundo também haver uma responsabilização do próprio; no PIEF, também é a Escola que referencia o aluno, mas também poderá ser outras instituições, como por exemplo a CPCJ ou o Tribunal de Família e Menores. Segundo a Diretora de Turma do PIEF, existe outra via de seleção dos alunos, “[...] os próprios alunos ou Encarregados de Educação, tomam conhecimento desta oferta educativa e dirigem-se diretamente à Escola no sentido de serem integrados no PIEF”. Após a sinalização é feita uma entrevista ao formando e encarregado de educação por parte da TIL (Técnica de Intervenção Local) e só depois o aluno é integrado ou não no programa educativo.

Quando questionadas, como descreviam a relação destes alunos com a Escola. A Diretora de Turma do Curso vocacional refere que existem dois tipos de alunos:

“[...] os que têm dificuldades muito grandes de aprendizagem mas com bom comportamento e vontade de estudar, e um segundo grupo que até podem não ter dificuldades mas não querem estar sujeitos a uma sala de aula, têm interesses muito divergentes dos escolares”.

Nota-se que neste tipo de oferta educativa ainda está muito enraizado as rotinas do ensino “regular”.

A Diretora de turma do PIEF, menciona que a maioria dos alunos já frequentavam a escola, mas:

“[...] a sua integração numa turma PIEF apresenta por vezes, uma dualidade, pois existia um certo estigma relativamente a estas turmas e ao perfil dos seus alunos (normalmente associados a alguma delinquência e marginalidade) [...]”

O trabalho desenvolvido pela Direção, pelo Conselho de Turma, junto da comunidade escolar é o de combater este preconceito e tentar aproximar estas turmas do ensino regular, refere mesmo que: “Estas medidas surgiram no sentido de os alunos perceberem que a escola os quer integrar e tratar como qualquer aluno [...]. Muitas vezes os alunos das turmas PIEF, são convidados pela direção para colaborarem e participarem em eventos desenvolvidos pela escola, ou seja é-lhes dado condições e incentivos para alcançarem o dito “sucesso educativo” ”.

Os diretores de turma têm uma tarefa muito importante dentro da comunidade escolar, existem mesmo investigadores que se referem a eles, como sendo as lideranças intermédias, o elo de ligação com os encarregados de educação, mas na prática são a “autoridade”, como refere a Diretora de Turma do PIEF. As duas diretoras de turma realçam a boa relação que têm com os alunos. A Diretora de Turma do PIEF, enfatiza o pouco tempo que tem com o seu grupo turma, referindo:

“Assim, é complicado estabelecer uma relação com os alunos enquanto grupo [...]. Por outro lado, o facto de existir um certo distanciamento, revela-se positivo em alturas em que é necessário apelar ao respeito pelas hierarquias e pela autoridade [...]”.

A Diretora do Curso Vocacional refere que teve, “uma situação muito difícil com uma aluna e com a respetiva encarregada de educação, pois a aluna tinha uma elevada falta de assiduidade [...]”.

Um dos aspetos mais debatidos do sistema educativo e que é transversal à sociedade, é o sucesso educativo. Mas o que é o sucesso educativo para estes alunos e professores? Para a Diretora de Turma do Curso Vocacional, é a obtenção de resultados positivos, já segundo a Diretora de Turma do PIEF, é o prosseguimento de estudos e a inserção no mercado de trabalho, mas considera importante a obtenção o desempenho escolar, referindo como exemplo, o seguinte:

“O aluno revelou uma postura exemplar ao longo do ano, adquirindo com excelência todas as competências [...]. Considerando a sua atitude ao longo de todo o ano e o

sucesso académico alcançado, integrou o quadro de honra, vindo reconhecido pela comunidade escolar o seu bom desempenho”.

O sucesso educativo destes alunos, induz-nos a pensar não só em integração, mas um pouco mais além, em inclusão.

Para Booth (2003), citado por Armstrong (2014:14) inclusão,

“[...] implica aprender juntamente com os outros e colaborar com eles em aulas partilhadas. Envolve um compromisso ativo com o que é aprendido e ensinado [...] eu participo contigo quando me reconheceres como uma pessoa como tu e me aceitares pelo que eu sou”.

(Booth 2003:2)

O trabalho desenvolvido pelos dois Conselhos de Turma, pelo Psicólogo escolar e Diretor dos agrupamentos demonstra a importância que é dada a estes alunos para que consigam terminar o ensino básico ou prosseguirem estudos, através de uma via profissionalizante, ou integrem-se no mercado de trabalho. Isto está manifesto, aquando da exploração do bloco quatro (Escola e Formação) e quando é colocada a questão, se estas ofertas educativas se afastam do ensino regular? No Curso Vocacional o currículo é o mesmo, só há alterações relativamente às áreas vocacionais, como refere a Diretora de Turma:

“[...] o programa a lecionar nas várias disciplinas é ajustado ao perfil dos alunos, tendo os professores a possibilidade de insistir em áreas do programa que mais facilmente e com mais interesse os alunos possam vir a adquirir competências.”

O Diretor do Agrupamento das Escolas do Carregado, onde esta oferta educativa está presente, justifica a desigualdade, entre o ensino regular e o Curso Vocacional, da seguinte forma: “Cada disciplina tem o seu plano curricular, define o número de módulos e os conteúdos que irão ser trabalhados [...]”. O próprio curso tem um número de horas que é distribuído pelas diferentes disciplinas e tem que ser cumprido.

Quanto ao PIEF, os alunos são avaliados por competências e têm quatro momentos de avaliação, enquanto o ensino regular tem três. A Diretora de Turma do PIEF, refere que: “Os docentes estruturam as suas atividades a partir de um tema e os conteúdos são abordados de um modo menos formal que no ensino regular”. Refere também que a matriz curricular é diferente:

“[...] as abordagens programáticas e mesmo os recursos didáticos utilizados sejam diferentes, pois são alunos que não detêm as mesmas competências académicas [...] pois o absentismo e o desinteresse de muitos deles os levou a perder hábitos de estudo e rotinas escolares [...]”.

Outro aspecto importante para o sucesso educativo destes alunos é a abordagem pedagógica, como é pensada e executava? Como já foi referido muitos destes alunos, senão a sua maioria, perdeu hábitos de estudo e rotinas escolares, perante isto os dois Conselhos de Turma privilegiam diversificar as práticas pedagógicas, para assim motivarem os alunos a frequentarem as aulas e aprenderem. A Diretora de Turma do PIEF, menciona que:

“Todo o processo de ensino/aprendizagem é pensado em função dos alunos que constituem a turma e não em função das metas estabelecidas para o ensino regular, sendo o objetivo principal a aquisição de competências por parte dos alunos e não propriamente a obrigatoriedade de cumprir o programa [...]”.

Devido às problemáticas diferenciadas, que os alunos PIEF e do Curso Vocacional detêm, as duas diretoras têm uma visão distinta sobre o que se espera do trabalho desenvolvido com estes alunos.

Para a Diretora de Turma do Curso Vocacional, pretende-se que os alunos consigam fazer o terceiro ciclo e que mais tarde, “[...] com outra idade e maturidade (espero) tenham mais noção e vontade de continuar os estudos [...] e, se já reunirem as condições necessárias, e o pretenderem, poderem entrar no mundo do trabalho”.

Para a Diretora do PIEF, “[...] pretende-se que os alunos sintam o sucesso obtido, de aumentar a sua autoestima e o gosto pelas tarefas escolares, contribuindo assim para uma aquisição de competências mais célere e um percurso escolar bem sucedido”.

O sucesso educativo destes jovens, está intimamente ligado à integração e inclusão, quer na comunidade escolar, quer na sua família e comunidade local. Quando questionadas sobre, o que é mais importante, se os saberes escolares ou a integração do aluno. Ambas as professoras mencionam que são as duas importantes, no entanto a Diretora de Turma do PIEF alude ao seguinte:

“ São igualmente importantes, mas em fases distintas: inicialmente é crucial investir na integração do aluno [...] que lhe deem segurança e uma estrutura mais sólida para posteriormente desenvolverem capacidades cognitivas que lhes permitam adquirir os saberes escolares. Assim o que se pretende, na minha opinião, é dar aos alunos ferramentas básicas (mas essenciais), tanto ao nível escolar como ao nível pessoal, para que mais tarde se tornem cidadãos ativos e integrados, quer social, quer profissionalmente”.

Mas para que todo este processo tenha êxito, tem que se percorrer várias etapas, como por exemplo: aplicar um ensino direcionado ao aluno, com práticas pedagógicas diferenciadas, Conselhos de Turma compostos por professores mais “tarimbados” para lidar com estes alunos, mas falta a peça fundamental: a família. A família é a peça fundamental, a sua estabilidade é essencial, quer a nível económico quer emocional, Roldão (2008:13), refere o seguinte:

“Quanto ao contexto socioeconómico e cultural de origem dos alunos PIEF, as situações são relativamente homogéneas nos níveis de rendimentos e de literacia das famílias [...]. Assim, predominam níveis de rendimento baixos ou muito baixos, e o nível de escolaridade dos pais [...] raramente excede os 4 anos de escolaridade”.

No tocante ao estudo em questão, verificou-se uma diferenciação quer a nível económico quer de literacia entre as famílias dos alunos que frequentam o PIEF e o Curso Vocacional (dados recolhidos dos inquéritos aos alunos).

Nas famílias dos alunos do Curso Vocacional, as mães: 40% possui o ensino secundário; 30% o 3.º ciclo; 20% o 2.º ciclo e 10% o ensino primário; quanto aos pais: 45% possui o ensino secundário, 25% o 3.º ciclo, 15% o 2.º ciclo e 15% o ensino primário.

As famílias dos alunos que frequentam o PIEF têm os índices de literacia mais baixos, senão atentemos: as mães 6,6% possuem o ensino secundário, 33,3% tem o 3.º ciclo, 20% o 2.º ciclo e 40% o ensino primário; os pais, 6,6% possui o ensino secundário, 20% o 3.º ciclo, 6,6% o 2.º ciclo e 40% o ensino primário, no entanto 26,6% dos pais não tinham qualquer grau literário devido a diversos fatores como por exemplo: ausência dos pais.

Relativamente ao rendimento económico, verificou-se que os pais dos alunos que frequentam o Curso Vocacional também têm uma situação financeira mais vantajosa, atentemos no quadro:

	Curso Vocacional		PIEF	
	Pai	Mãe	Pai	Mãe
Trabalhador por conta de outrem	45%	70%	46,6%	53,3%
Trabalhador por conta Própria	45%	15%	13,3%	6,6%
Desemprego	5%	15%	13,3%	20%
Pensionista/ rendimento mínimo	-----	-----	6,6%	6,6%

Não responde			13,3%	-----
Falecido(a)	5%	-----	6,6%	13,3%

Quadro nº5.2 – Situação Socioeconómica dos Encarregados de Educação.  
Fonte questionário a alunos.

Através dos dados, pode-se verificar que os alunos que frequentam o Curso Vocacional são originários de famílias que não fogem muito ao “padrão de uma família onde ambos os progenitores têm uma ocupação capaz de gerar rendimentos”, enquanto as famílias dos alunos que frequentam o PIEF, estão de acordo com a descrição feita, por Roldão (2008).

No entanto a Diretora de Turma do PIEF realça o papel fundamental que as famílias têm para o desempenho escolar dos seus educandos,

“[...] é nesse sentido que há uma relação próxima com as famílias, sendo frequentemente chamadas a participar em todo percurso escolar dos alunos.[...] Refira-se que algumas vezes, o envolvimento efetivo das famílias é consequência dos acordos e medidas aplicadas pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens CPCJ ou ECJ, sendo crucial o trabalho conjunto com estas entidades. A intervenção das famílias em todo o processo educativo é menos profundo que o desejável, no entanto, tentamos sempre explicar todos os aspetos e levá-las a ter uma palavra a dizer em todas as opções e/ou decisões”.

A visão que a Diretora de Turma do Curso Vocacional tem relativamente ao papel das famílias no percurso escolar dos seus educandos é de alheamento, “O que acontece é que por vezes os encarregados de educação colocam os seus filhos nestes cursos, mas não sabem o que são, não fazem a menor ideia, bem como os alunos”. Provavelmente acham que esta oferta educativa não é tão exigente e assim os seus educandos conseguem completar o ensino básico.

Serão estas ofertas educativas as mais apropriadas para inserirmos estes jovens na sociedade?

Para a Diretora de Turma do PIEF, esta é a melhor oferta:

“Os resultados que se têm obtido revelam que é realmente a melhor resposta pois quando obtemos informações relativas ao percurso posterior dos alunos, a sua maioria está socialmente integrado, prosseguindo estudos ou trabalhando”.

Também para a Diretora de Turma do Curso Vocacional estamos perante uma boa oferta educativa, mas não se deve cair no facilitismo, ou seja os alunos têm que trabalhar.

Em jeito de conclusão, a pergunta: Que avaliação faz do Curso Vocacional/PIEF, como forma de combater o insucesso e abandono escolar? As duas Diretoras referiram-se positivamente. Para a Diretora de Turma do PIEF, a avaliação é “[...] claramente positiva”. Para a Diretora de Turma do Curso Vocacional é: “[...] uma alternativa excelente [...]”, mas alerta para a pouca importância que alguns alunos e encarregados de educação dão à Escola.

Em suma, estamos perante duas ofertas educativas distintas, mas com objetivos comuns – travar o insucesso educativo e combater o abandono escolar.

### **Entrevista à Técnica de Intervenção Local<sup>8</sup>**

Segundo a portaria n.º 272/2012 de 4 de setembro, a norma XVII do regulamento do Programa de Apoio e Qualificação do PIEF, define as competências da TIL, da seguinte forma:

- a) Promover a implantação do processo de monitorização da execução das ações;
- b) Implementar a recolha e difusão de informação necessária à boa execução do projeto;
- c) Apoiar os processos necessários a uma adequada interlocução com a gestão do programa;
- d) Dinamizar processos de mediação com os interlocutores considerados necessários à concretização dos objetivos do projeto;
- e) Elaborar diagnóstico sociofamiliar e proposta de intervenção e encaminhamento das situações sinalizadas de jovens em risco de exclusão social em que esteja em causa o seu direito à educação, identificando as necessidades do jovem, nomeadamente a nível da educação, as competências parentais e os fatores familiares e ecológicos, em articulação com os interlocutores identificados da rede PIEF e de acordo com as orientações do ISS, I.P.;
- f) Participar no processo de integração e acompanhar permanentemente os alunos dos grupos/turma PIEF, ao nível individual social e familiar, através de uma intervenção integrada com os parceiros das redes locais que apoiem e acompanhem os jovens e as suas famílias, promovendo a inclusão na comunidade local, gerindo conflitos e articulando toda a intervenção com os interlocutores identificados da rede PIEF;
- g) Participar no processo de resposta e monitorização da intervenção realizada.

Diário da República, 1.ª série – n.º 171 – 4 de setembro de 2012 pp. 5096/97

A entrevista efetuada à Técnica de Intervenção Local (TIL), abarcou seis blocos, sendo quatro deles fundamentais para conseguirmos alcançar os objetivos propostos:

- 1) Conhecer a entrevistada a nível profissional;
- 2) Perceber a relação sociopedagógica entre a TIL e a turma;

---

<sup>8</sup> Anexo 6, entrevista à TIL

- 3) Escola e formação;
- 4) Expressão livre para abordagem pertinente.

Estamos perante uma Psicóloga com formação na área da Psicologia criminal e do comportamento desviante, com uma pós-graduação em Neuropsicologia pediátrica. Apesar de ser este o seu primeiro ano como TIL, os conhecimentos adquiridos são uma mais-valia para ajudar os alunos e as suas famílias.

A relação que a TIL procura ter com estes alunos é “uma relação de confiança”. “Quando eles necessitam de alguma coisa, sabem que podem contar connosco e isso é muito importante para eles”. Com a família, a TIL tenta ter um contacto de proximidade para recolher informações dos alunos e também dar informações relevantes sobre a vida escolar dos mesmos,

“Noutras situações mais complicadas, se o aluno ou aluna, tem um comportamento que consideramos que não é o mais adequado, ou que nos faz pensar que anda com alguns problemas fora da escola, também entramos em contacto com a família no sentido de tentar promover todo o tipo de acompanhamento, seja médico ou psicológico, para resolver a situação”.

No entanto, segundo a TIL há famílias muito difíceis de abordar, porque estão desestruturadas, já estão envolvidas com o tribunal de menores e com a CPCJ “[...] tendem a fugir um bocadinho destes contactos”.

O trabalho desempenhado pela TIL junto destes alunos é fundamental, para o seu sucesso educativo. Os seus objetivos são, “Que concluam o 2º ou 3º ciclo e se for objetivo deles continuarem os estudos ou adquirirem ferramentas básicas para o mundo do trabalho”.

Para a TIL, o sucesso do aluno PIEF, é: “[...] quando consigam desenhar um projeto de vida”. [...] digam, eu gosto de determinada área, quero trabalhar nesta área”, isto porque a maioria dos alunos que frequenta esta oferta educativa, têm objetivos de vida opostos aos objetivos escolares e não têm a noção que o PIEF é provavelmente a sua última oportunidade de conseguir completar o ensino básico. Relativamente ao bloco 4, à pergunta sobre a relação que estes jovens têm com a Escola? Ela é má, os alunos não conseguem modificar o seu comportamento, os seus níveis de assiduidade, devido à falta de bases educacionais e alicerces familiares para conseguirem inverter essa situação que os prejudica. Então a sua

defesa passa por rejeitarem a Escola, pois torna-se um sítio desagradável para se estar. Segundo a TIL, é fundamental “que eles próprios mudem essa ideia, que é um estereótipo geral que as pessoas têm dos alunos PIEF, e eles próprios têm deles, pois eles próprios se poem de lado”.

Esta mentalidade consegue-se modificar mediante o trabalho do Conselho de Turma, que se reúne semanalmente e percebe o modo de funcionamento destes jovens. Para isso utiliza estratégias pedagógicas diversificadas que no fundo vão ao encontro das carências, quer sejam afetivas ou cognitivas destes alunos e restitui-lhes a vontade de aprender e de saber estar.

Relativamente à pergunta, será esta oferta educativa mais apropriada para estes jovens se inserirem na sociedade? A TIL, refere que dentro das ofertas educativas existentes, esta é aquela que melhor se adequa a este tipo de alunos, referindo que:

“A maior parte deles nunca se integraria num CEF ou num curso profissional. [...] Essas formações exigem tolerância à frustração, coisa que eles não têm, esforço, cumprir objetivos, cumprir módulos,[...]. Perante isto, esta é a oferta pedagógica que mais se adequa no sentido que é adaptada caso a caso, os professores vão sempre ao encontro dos alunos”.

Neste sentido, quando a questionamos sobre a avaliação que faz do curso PIEF, como forma de combater o insucesso e abandono escolar? A TIL é perentória: “Isto é uma coisa muito positiva, pois quando chegam ao PIEF, a maioria estava em abandono escolar ou absentismo, [...]. Isto é uma grande vitória, uma mudança de mentalidade [...]”.

O trabalho desenvolvido pela TIL em conjunto com o Conselho de Turma liderado pelo Diretor de Turma, conseguem transformar a vida destes jovens, tornando-os responsáveis e com objetivos de vida.

Foram realizados inquéritos por questionário aos docentes dos dois conselhos de turma e naturalmente aos alunos.

### **Inquérito por questionário aos professores dos conselhos de Turma**

Atentemos nos resultados dos inquéritos aos professores dos conselhos de turma. Os professores que fazem parte do conselho de turma, do Agrupamento de Escolas da Abrigada que lecionam a oferta educativa PIEF, é constituído por dez licenciados e dois mestres, sendo oito do sexo feminino e quatro do sexo

masculino, tendo idades compreendidas entre os trinta e nove anos e sessenta e dois. O conselho de turma que leciona o Curso Vocacional do Agrupamento de Escolas do Carregado, é composto por nove professores, sendo um mestre e os restantes licenciados, as idades variam entre os trinta e seis e os cinquenta anos. Relativamente ao tempo de serviço, como é demonstrável no gráfico:

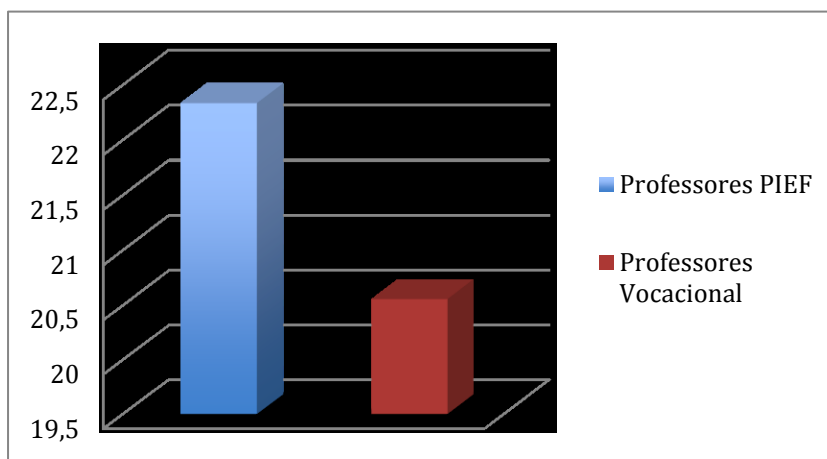


Gráfico n.º 5.1 – Tempo de serviço

Os professores que lecionam o PIEF têm em média dois anos mais de tempo de serviço em relação aos seus colegas do curso vocacional. No fundo estes dados reforçam aquilo que os dois diretores relatam nas suas entrevistas. A preocupação de “escolher” professores experimentados para interagir com estes alunos. Nestes dois conselhos de turma só há um professor contratado e tem cerca de seis anos de serviço.

No respeitante, a questões relacionadas com os alunos, os professores dos dois Conselhos de Turma têm uma concepção muito aproximada. Relativamente aos alunos matriculados, a noção com que se fica, é que muitos destes alunos são empurrados para estas ofertas educativas para conseguirem obter a escolaridade básica.

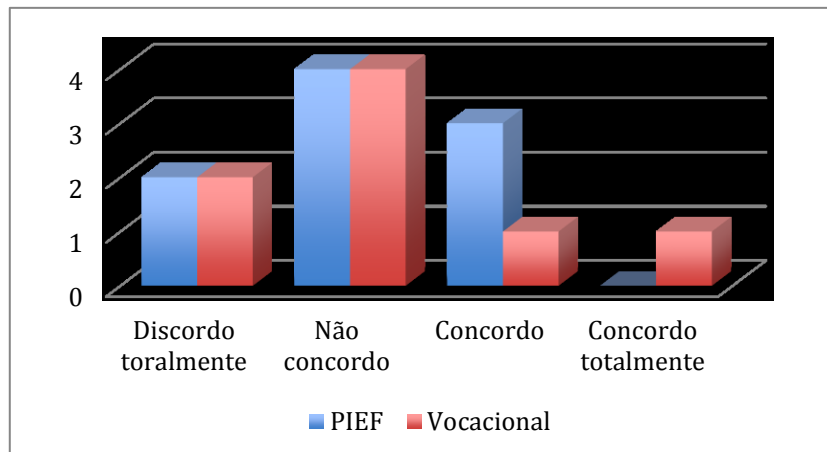


Gráfico nº 5.2 – Opção de matrícula

Os Diretores de Turma acham que os alunos devido ao seu insucesso ficam sem opções para prosseguirem os estudos. A própria diretora do Agrupamento de Escolas da Abrigada, refere-se aos alunos do PIEF da seguinte maneira: “[...] para eles isto é a última oportunidade, é isto ou nada, já não há outra alternativa”.

Segundo Justino, a escola é imposta e as famílias e alunos não têm opções (2010:53),

“Se o valor da Escola fosse reconhecido por todos, o Estado não tinha a responsabilidade de determinar a escolaridade obrigatória. Nesta ideia reside a grande diferença entre a universalização e obrigatoriedade do ensino: a primeira resulta da vontade e da opção do cidadão, a segunda de um desígnio do Estado pretensamente em benefício do cidadão e da sociedade”.

Estes alunos olham para a Escola, como algo que lhes é imposto, uma obrigação, uma imposição por parte da sociedade. Não reconhece a estes alunos uma aprendizagem diferenciada, (temos currículos diferenciados), mas aquilo que é importante, o contexto de sala de aula e a abordagem continua a ser: o professor possui o conhecimento e transmite-o. Os alunos são treinados em termos cognitivos para realizarem exames. Para estes alunos isso é algo que eles nunca irão conseguir, no entanto os docentes que lecionam o Curso Vocacional, ao contrário do Conselho de Turma do PIEF, acham que os alunos têm aptidões para frequentarem o ensino regular.

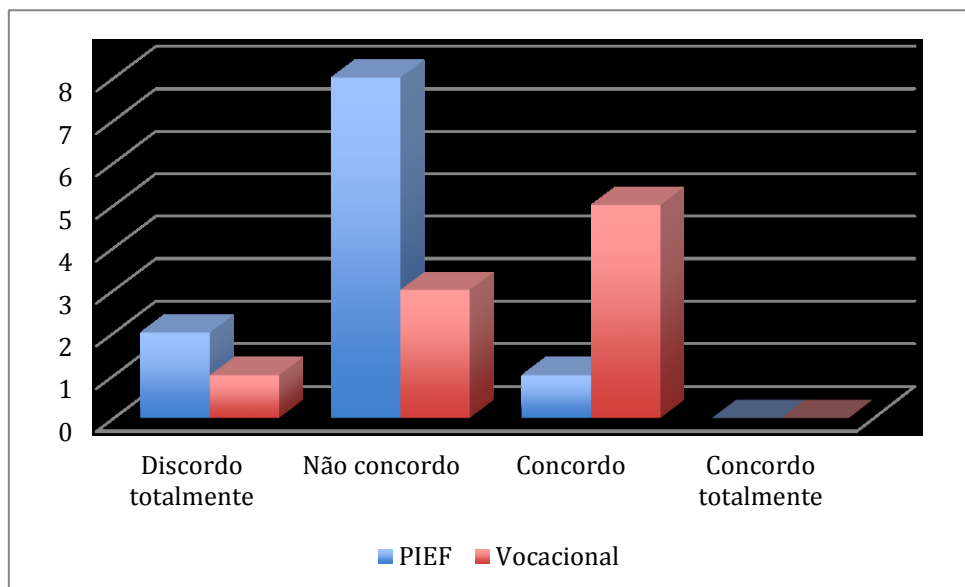


Gráfico n.º 5.3 – Menor aptidão para prosseguimento de estudos

É muito interessante verificar que os alunos que frequentam o curso vocacional, melhoram o seu comportamento (Gráfico n.º 5.4), ao contrário dos alunos do PIEF.

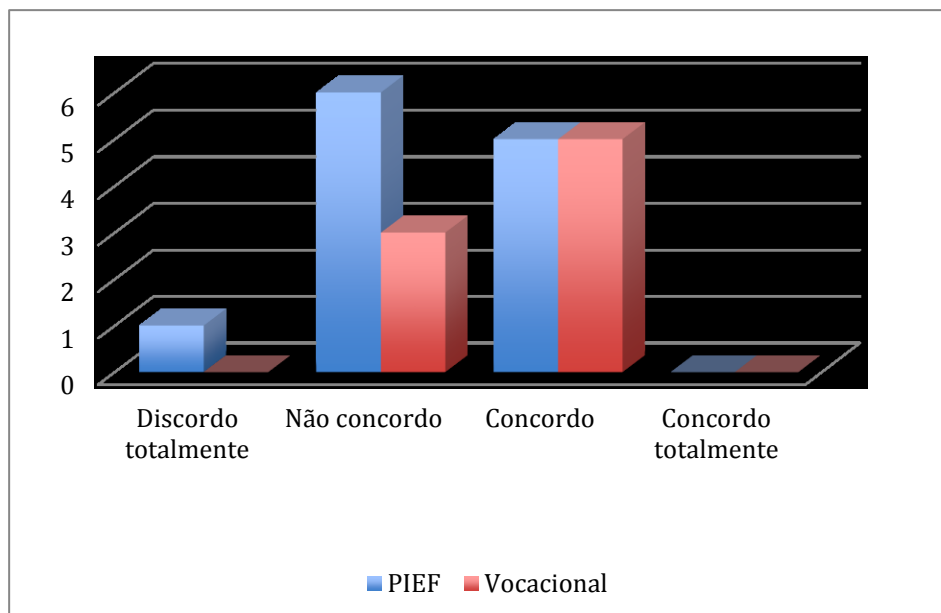


Gráfico n.º 5.4 – Os alunos com problemas disciplinares melhoram a sua postura

Apesar as políticas inclusivas praticadas no Agrupamento de Escolas da Abrigada, aqui há um maior acompanhamento ao aluno e à sua família. A TIL estabelece a

ligação escola-família e aluno-escola. As práticas pedagógicas vão de encontro com os interesses dos alunos, podemos dizer que estamos perante abordagens construtivistas, onde o professor tem que conhecer bem os discentes para ir ao encontro das suas expectativas. A problemática destes alunos (famílias desestruturadas, droga, abandono e insucesso escolar, acompanhamento pela CPCJ e Tribunal de Família e Menores), facilmente despoletam conflitos em sala de aula.

No entanto, os professores no PIEF organizam a sua metodologia de trabalho de forma a inserirem os alunos na vida ativa, enquanto os docentes do Curso Vocacional preparam os alunos para o prosseguimento de estudos, quer no ensino regular quer no ensino profissional. Mas para que tudo isto tenha um funcionamento adequado, o processo de seleção dos alunos é fundamental como podemos verificar no gráfico apresentado:

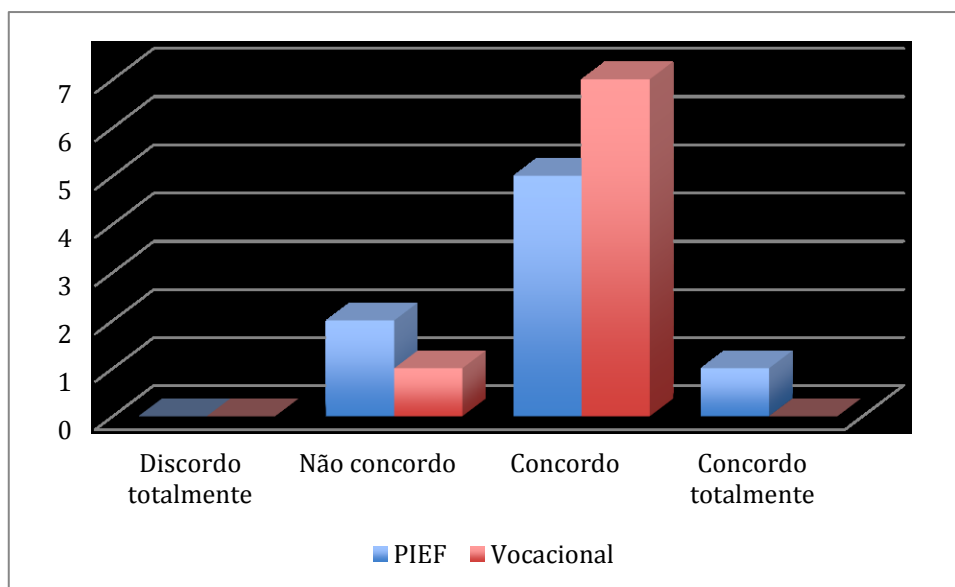


Gráfico nº5.5 – Os critérios de seleção são os mais adequados

Este assunto foi abordado nas entrevistas aos Diretores, no entanto os professores dos dois conselhos de turma acham que os critérios de seleção de alunos para estas ofertas educativas são os mais adequados. Para o curso vocacional a forma de seleção é: idade e mais de duas retenções, sendo o Conselho de turma o órgão que sinaliza o aluno. No PIEF a seleção é feita segundo a diretora do Agrupamento de Escolas da abrigada da seguinte forma:

“O aluno tem que ser sinalizado através de impresso próprio, normalmente através da CPCJ, pelo acompanhamento que fazem às famílias. Como têm na retaguarda a CPCJ, ou a Segurança Social, são estas instituições que aconselham os pais para o curso PIEF. Essa sinalização chega à Escola, e depois há um acompanhamento interno por parte da TIL (Técnica de Intervenção Local), que faz uma primeira entrevista, analisa o percurso escolar do aluno e delibera se o aluno reúne as condições para, integrar este tipo de formação. Depois apresenta um relatório à Segurança social, que validará ou não a inclusão do aluno no curso PIEF. Só depois destes trâmites é que o aluno entra nas nossas listas”.

Apesar de serem mais indisciplinados, os alunos do PIEF têm uma melhor relação com os seus professores, ao contrário dos alunos que frequentam o Curso Vocacional (gráfico n.º 5.6). Empiricamente podemos afirmar que o ensino ministrado ao Curso Vocacional, é um “ensino cognitivista” centra as suas aprendizagens no saber cognitivo, não tem resposta para a diversidade, para a inclusão, mas sim para a integração, como já foi referido.

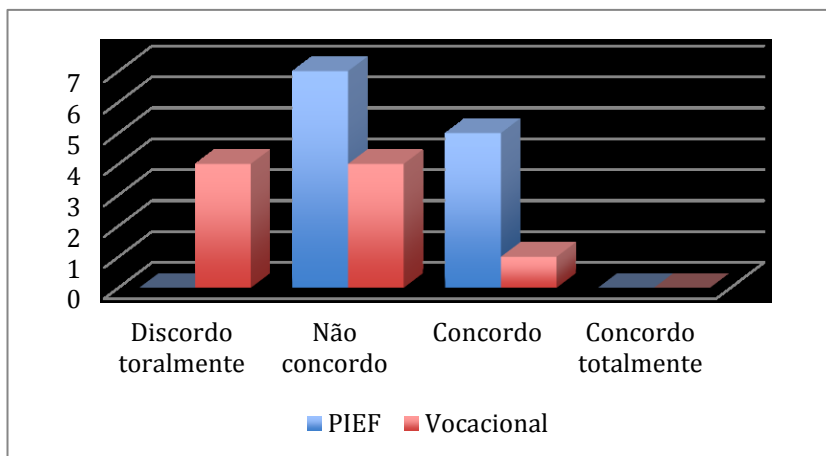


Gráfico n.º 5.6 – Relação com os professores

O currículo ministrado aos alunos do Curso Vocacional é adaptado do currículo nacional, as aulas são ministradas por vezes da mesma maneira, como se tratasse de uma turma do ensino regular, não é tido em conta a problemática inerente ao insucesso destes alunos.

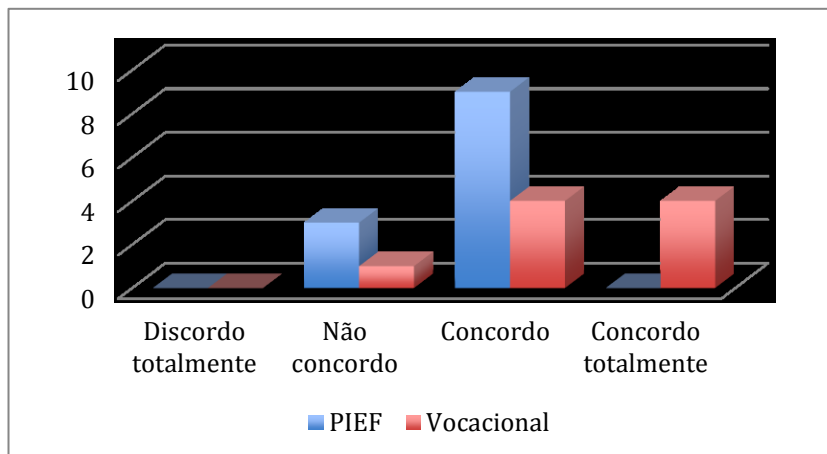


Gráfico n.º 5.7 Os critérios de avaliação são os mais apropriados

Nos gráficos n.ºs 5.7 e 5.8, elaboram-se critérios de avaliação apropriados aos alunos, e apesar de alguns docentes do PIEF não concordarem com este tipo de apoio, para alguns soa a “facilitismo”. Os docentes do Curso Vocacional demonstram a sua concordância com esta diferenciação.

Existe também uma maior flexibilidade por parte dos professores, relativamente ao processo de ensino aprendizagem, o que acaba por ser um pouco estranho, pois se existem problemas de indisciplina, e não havendo uma boa relação com os professores, em especial da turma do PIEF, esta flexibilidade significa o quê?

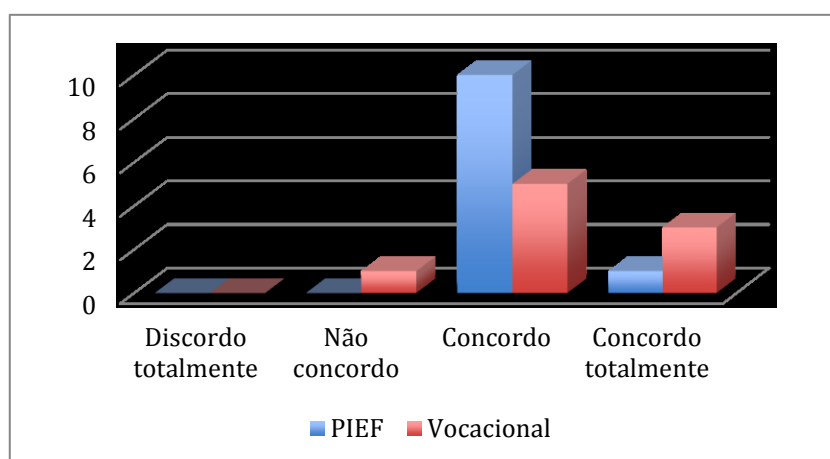


Gráfico n.º 5.8 – Demonstra flexibilidade

Quanto estamos a abordar uma questão desta natureza, existem sempre dois caminhos, o do facilitismo e o da liderança. Do primeiro é fácil falar.

O segundo é espinhoso, requer trabalho e dedicação. O professor deverá transmitir uma imagem de autoridade e organização, estabelecendo regras na sala de aula. Deverá mostrar competência científica e pedagógica, através das quais motiva os alunos para o trabalho, adequando as aprendizagens ao nível cultural dos seus alunos. Por último controlar os comportamentos, mas deverá sempre escutar os alunos, respeitá-los e resolver os seus problemas. Esta é a flexibilidade dentro de uma sala de aula, onde existe uma relação professor-aluno baseada no respeito mútuo, uma preocupação a nível do bem-estar pessoal e não só a nível académico.

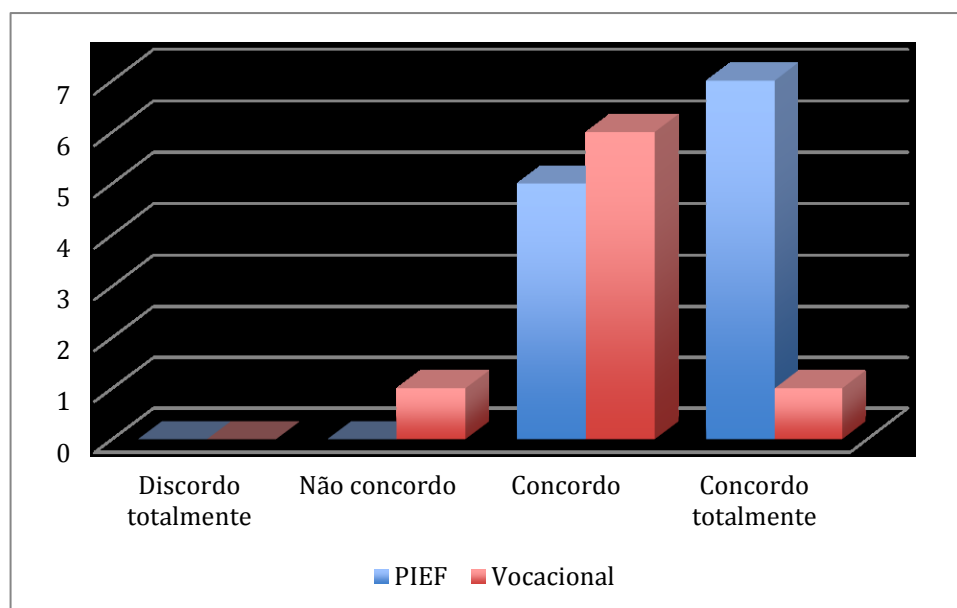


Gráfico n.º 5.9 – O estágio e o contacto com o mundo do trabalho é uma boa opção

No tocante ao gráfico n.º 5.9 na sua maioria os professores concordam com este tipo de metodologia, havendo mesmo junto dos professores do PIEF um significativo número de docentes que concordam plenamente com a realização de estágios laborais para estes alunos. É de referir que esta metodologia pedagógica era usada no Ensino Básico, no CEF, mas com a passagem da escolaridade obrigatória para os dezoito anos, esses cursos terminaram no Ensino Básico. Existe um pequeno número de docentes que não está de acordo com esta opção metodológica.

Dentro da comunidade educativa, uns acham que os alunos não têm idade para fazerem escolhas que podem marcar a sua vida. Referem ainda que a escola deixa de ser uma oportunidade de mobilidade social, mas continua a reprodutora da

sociedade onde o aluno está inserido. Os alunos deverão ter todos um tronco comum e só no ensino secundário os alunos deverão escolher entre os diversos cursos (Profissionais ou Científico e Humanísticos).

No ponto três, questões relacionadas com as ofertas educativas em estudo, ambos os conselhos de turma referiram a importância da ligação destas ofertas com o Projeto Educativo; no entanto o Conselho de Turma do PIEF, cinco dos seus docentes referem que não existe ligação e seis referem que sim (Gráfico n.º 5.10).

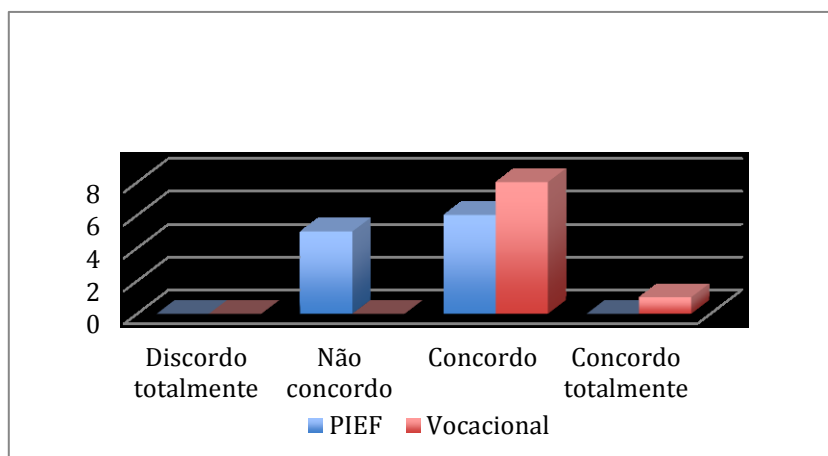


Gráfico n.º 5.10 – Ligação entre o projeto educativo e as ofertas educativas

A fim de compreender e clarificar esta divisão, recorreremos ao Relatório de Avaliação Externa, de 2012, no qual os avaliadores, referem (2012:3),

“As preocupações ambientais, plenamente assumidas nos vários níveis de educação para a saúde, o Desporto Escolar, os projetos das turmas PCA, CEF e PIEF, com ações dirigidas interna e externamente e a assembleias de delegados de turma, são também exemplos de uma participação ativa dos alunos na comunidade educativa”:

Nota-se a preocupação com a inclusão de todos os alunos, nos projetos desenvolvidos pelo agrupamento. Continuando a referenciar o relatório, (2012:4), “[...] os processos de inclusão e de reconstrução de novas oportunidades, de que são exemplo a integração das crianças e jovens da Casa da Sãozinha (lar de acolhimento a crianças e jovens em risco) e o desenvolvimento do PIEF [...]”.

Uma das questões pertinentes, foi respondida com uma maioria esmagadora, como atenta o gráfico n.º 5.11.

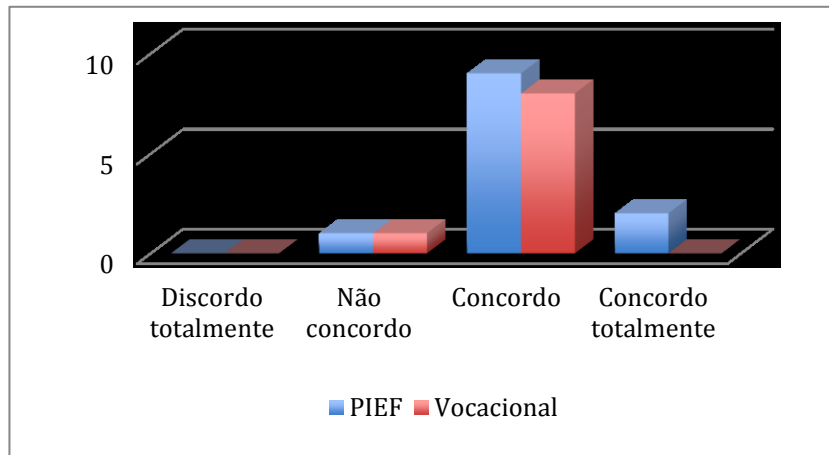


Gráfico n.º 5.11 – Combater o abandono e insucesso escolar  
O próprio relatório de avaliação externa de 2012, que o Agrupamento de Escolas de Abrigada,

“[...] desenvolve uma sólida ação na prevenção da desistência e abandono. a diversidade da oferta educativa/formativa, a comunicação muito próxima com os pais e encarregados de educação, quer por parte dos diretores de turma, quer por parte do diretor, e a ligação à rede social local têm constituído respostas eficazes para combater as situações de risco”. (p.6)

Há uma preocupação no Agrupamento de Escolas do Carregado de ligação com entidades externas à Escola, com as quais a escola celebra protocolos e parcerias, para melhorarem as aprendizagens dos seus alunos, especificamente para os alunos do Curso Vocacional, na organização dos estágios. Segundo o Relatório de Avaliação Externa (2012:3) “A taxa de abandono tem vindo a baixar ao longo do triénio, passando de 0,5% em 2008-2009, para 0,3% em 2010-2011”.

Quanto aos estágios (ver anexo 8, gráficos 5.28, 5.29 e 5.30), como se verifica, existe uma franja de professores do conselho de Turma do Curso Vocacional que discorda totalmente do tipo de estágios para estes alunos, também existem professores do PIEF que não estão de acordo com os estágios oferecidos a estes alunos. Na generalidade os estágios são concertados com empresas do concelho, empresas que pertence à Câmara Municipal e quando isso não é possível, os estágios são feitos na escola num contexto de trabalho simulado. Nestes estágios não é tido em conta o perfil do aluno, o que é importante e relevante é conseguir--se um local para o jovem terminar a sua formação e acreditar que o seu comportamento seja o adequado ao local, para que no futuro essa entidade continue a receber os alunos destas ou de outras ofertas educativas.

Os docentes consideram que estas ofertas educativas são importantes para a captação de alunos, que de outra forma poderiam ser ostracizados pelo sistema educativo. Relativamente à criação de regras específicas para o funcionamento, existe uma diferença entre as respostas dos dois grupos de docentes. Para a maioria dos docentes do Curso Vocacional, e Escola não criou regras para o funcionamento desta oferta educativa, isto pode ser explicado devido à existência recente desta oferta. Enquanto no Agrupamento de Escolas da Abrigada, o PIEF está instituído desde o ano letivo 2010. Mas segundo os dois Conselhos de Turma, estas ofertas são uma boa forma de captar alunos e assim diminuir o abandono escolar.

Quanto à constituição do corpo docente, os dois conselhos de turma têm opiniões dissemelhantes, para os docentes de PIEF, não é relevante os professores pertencerem ao quadro, já cerca de metade dos docentes de Curso Vocacional acha importante a experiência profissional para lidar com estes alunos (gráfico n.º 5.12)

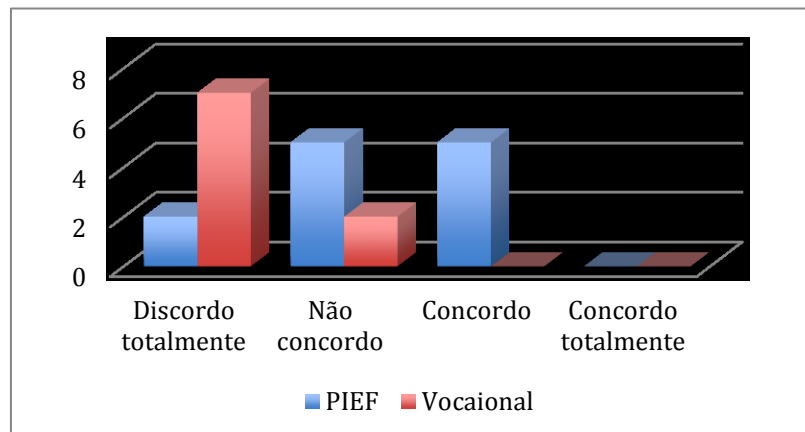


Gráfico n.º 5.12 – Experiência do corpo docente

Mas as coisas tornam-se mais interessantes, quando confrontados com a questão, se os Conselhos de Turma deveriam ser constituídos por professores contratados ou experientes a lecionarem estas turmas. (Gráfico n.º 5.13)

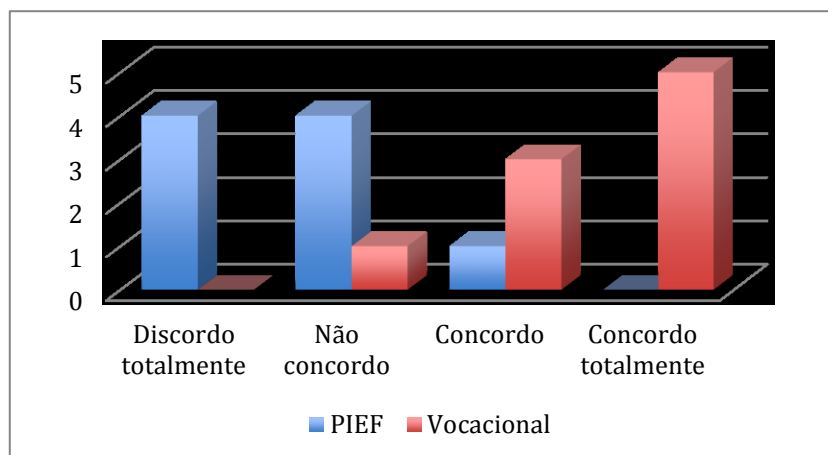


Gráfico n.º 5.13 – Formação do conselho de turma por professores contratados

O Conselho de Turma do Curso Vocacional refere exatamente o oposto, para eles estas turmas deveriam ser lecionadas por professores em início de carreira. Os dois grupos de professores estão de acordo quanto ao desgaste causado com estes alunos desde planificações e metodologias diferenciadas, reuniões semanais ou quinzenais para articularem, não só a metodologia de ensino como de atuação em sala de aula. A comunicação entre a Escola e os encarregados de educação é considerada eficiente, não só a nível dos Diretores de Turma, como os próprios Diretores dos Agrupamentos. Assim com a manutenção das duas ofertas educativas e a sensibilização de empresas e da própria edilidade para a sua participação na concessão dos estágios (anexo 8, gráficos nº 5.31 e 5.32).

### Inquérito por questionário aos discentes

Foram ministrados questionários a duas turmas do ensino básico que frequentam as ofertas educativas: PIEF e Curso Vocacional.

Esses questionários<sup>9</sup> estão divididos em três blocos:

- Informação sobre o aluno e a sua família;
- Domínio pessoal;
- Ensino aprendizagem.

<sup>9</sup> Anexo questionário a alunos

As duas turmas que fizeram parte deste estudo são compostas por 15 alunos a turma do PIEF, e 20 alunos a turma do Curso Vocacional. (ver quadro)

	PIEF	Vocacional
<b>Ano de Escolaridade</b>	6.º ano - 9 alunos 7.º ano - 1 alunos 8.º ano - 4 alunos 9.º ano - 1 aluno	7.º ano - 11 alunos 8.º ano - 9 alunos
<b>Idade</b>	15 anos - 3 alunos 16 anos - 6 alunos 17 anos - 5 alunos 18 anos - 1 aluno	14 anos - 2 alunos 15 anos - 11 alunos 16 anos - 5 alunos 17 anos - 2 alunos
<b>Sexo</b>	Masculino - 11 alunos Feminino - 4 alunas	Masculino - 10 alunos Feminino - 10 alunas
<b>Pai - escolaridade</b>	1.º ciclo - 6 2.º ciclo - 1 3.º ciclo - 3 Ensino Sec. - 1 Não responderam - 4	1.º ciclo - 3 2.º ciclo - 3 3.º ciclo - 5 Ensino Sec. - 9
<b>Mãe - escolaridade</b>	1.º ciclo - 6 2.º ciclo - 3 3.º ciclo - 5 Ensino sec. 1	1.º ciclo - 2 2.º ciclo - 4 3.º ciclo - 6 Ensino Sec. - 8
<b>Mãe - Situação profissional</b>	Desempregada - 3 Trabalhador por conta de outrem - 8 Rendimento mínimo - 1 Falecida - 2 Trabalhador por conta própria - 1 Pensionista - 0	Desempregada - 3 Trabalhador por conta de outrem - 14 Rendimento mínimo - 0 Falecida - 0 Trabalhador por conta própria - 3 Pensionista - 0
<b>Pai - Situação profissional</b>	Desempregado - 2 Trabalhador por conta de outrem - 7 Rendimento mínimo - 0 Falecido - 1 Trabalhador por conta própria - 2 Não responderam - 2	Desempregado - 1 Trabalhador por conta de outrem - 9 Rendimento mínimo - 0 Falecido - 0 Trabalhador por conta própria - 10 Não responderam - 2

Quadro n.º 5.3 - Informação sobre alunos e famílias

Através da análise da informação recolhida no primeiro bloco, há que mencionar, que estamos perante alunos com uma faixa etária avançada para o nível de escolaridade que frequentam. Um aspeto interessante, refere-se à constituição da turma do Curso Vocacional, onde dos vinte alunos, dez são do sexo feminino. Outro aspeto importante é o baixo índice de literacia dos Encarregados de Educação, sendo mais vincado esse aspeto na turma PIEF e isso reflete-se também na qualidade de emprego. Verificando-se que os encarregados de Educação do Curso Vocacional usufruem de uma melhor condição financeira.

No que se imputa às questões relacionadas com o domínio pessoal e social, que está subdividido em:

- Sentido de responsabilidade;
- Interação com a comunidade escolar;
- Relação pedagógica;
- Cultura e clima de Escola;
- Insucesso escolar;
- Razões para Escolher o Curso Vocacional ou PIEF.

Através da análise dos gráficos sobre a assiduidade, pontualidade e responsabilidade (Anexo 8, gráficos 5.32, 5.33 e 5.34) os alunos apresentam resultados elevados, entre os 66,6% de responsabilidade dos alunos PIEF, até aos 93,3% em pontualidade dos alunos do Curso Vocacional.

Quanto a utilização do material escolar, (ver anexo 8, gráfico 5.35), cerca de 90% dos alunos do Curso Vocacional referem que trazem material escolar e cerca de 65% trazem sempre. O mesmo não se passa no PIEF, pois os alunos utilizam material escolar cedido pela escola, mas mesmo aquele material de responsabilidade dos alunos, só 40% trazem sempre o material para ser utilizado em sala de aula.

Relativamente ao item, sobre a interação com a comunidade escolar, como é demonstrável no gráfico.

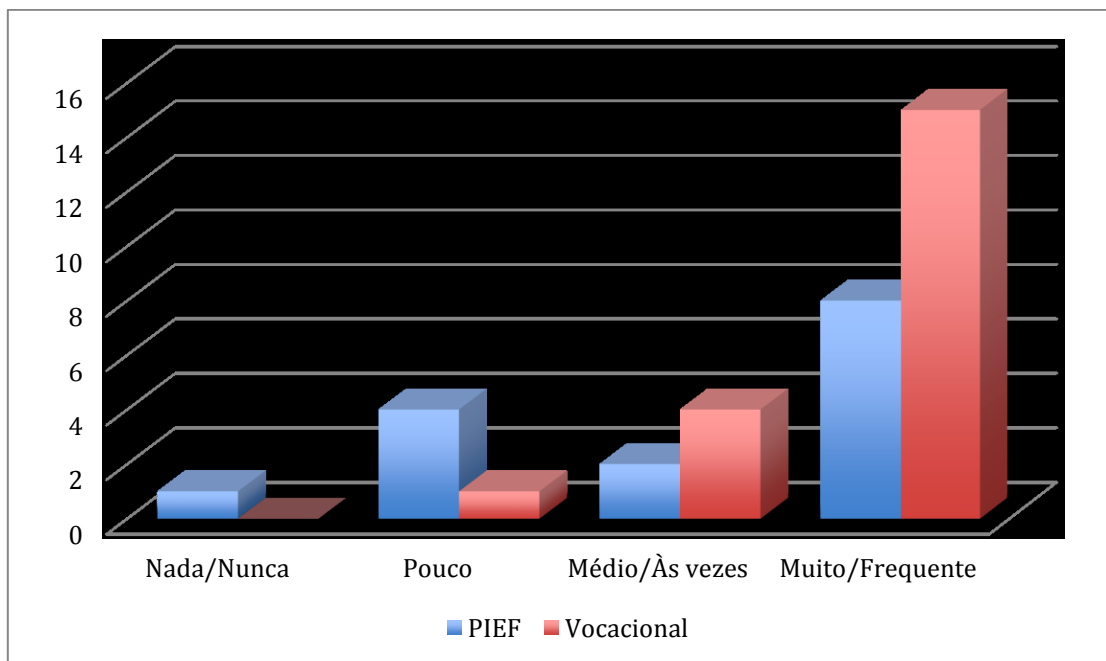


Gráfico n.º 5.14 – Respeito pelas opiniões e capacidades dos outros

Os alunos do PIEF, cerca de 53,3%, frequentemente respeitam as opiniões e capacidades dos outros, enquanto os alunos do Curso Vocacional, cerca de 75%. Devido às diversas problemáticas inerentes a estes alunos, em especial aos alunos do PIEF, poderíamos pensar que eles pudessem ser mais solidários na realização das atividades escolares, tal não se verifica, existe uma maior interajuda com os alunos do Curso Vocacional, do que com os alunos do PIEF (ver anexo 8, gráfico 5.36).

Relativamente ao envolvimento dos alunos em situações conflituosas, os resultados obtidos são no mínimo estranhos. Podemos afirmar que os alunos raramente se envolvem em conflitos, exceto cerca de 20% dos alunos do Curso Vocacional às vezes, e muito frequentemente cerca de 5%. Quanto aos alunos do PIEF só 13,3% se envolvem sempre em conflitos.

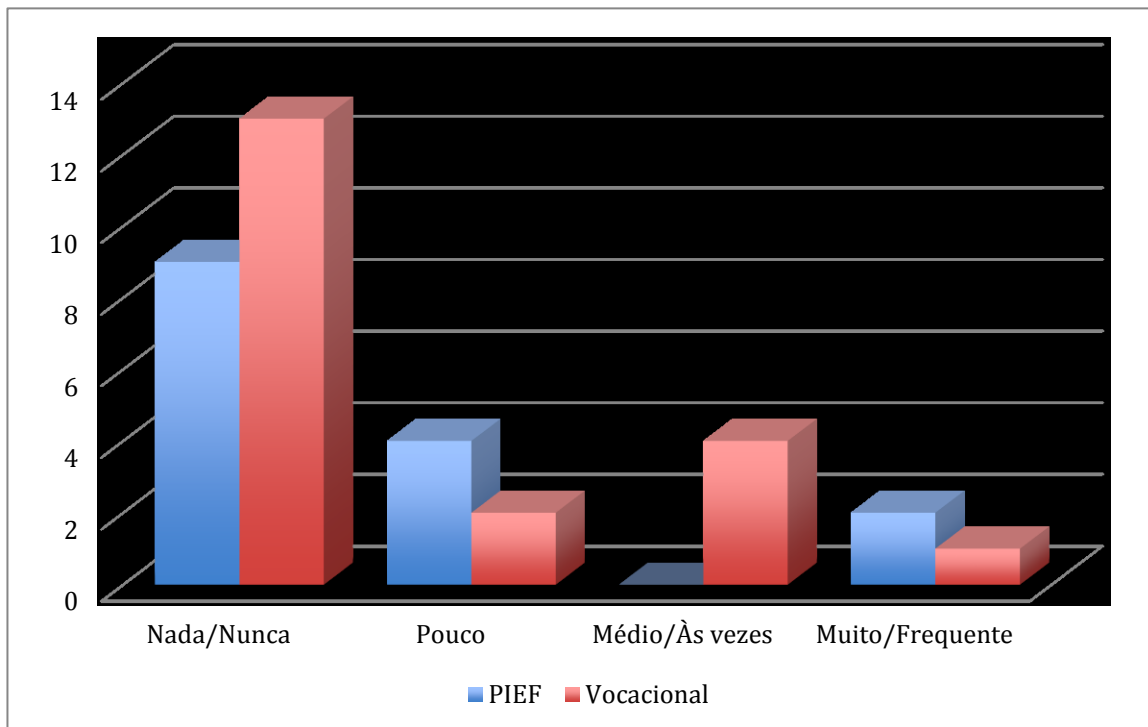


Gráfico n.º 5.15 – Envolveste em situações conflituosas

Estes números relativamente ao PIEF têm uma justificação: os alunos nos intervalos e na hora de almoço estão sempre acompanhados pelo TIL. A TIL acaba por ser um elemento dissuasor de conflitos entre alunos e alunos e funcionários. O não se envolverem em conflitos, não significa que sejam tolerantes, com os seus pares, pois 46,6% não revela, ou revela pouca tolerância. Estes valores são completamente diferentes no Curso Vocacional 55% dos alunos, revela muita tolerância e 35% revela às vezes (Ver anexo 8, gráfico 5.37).

Essa tolerância verificou-se no respeito que os alunos nutrem pelos seus professores, apesar dos resultados dos alunos do Curso Vocacional serem mais positivos do que os alunos do PIEF. Para os alunos do Curso vocacional 75% tem muito respeito pelos professores e pelos agentes educativos, enquanto só 46,6% dos alunos do PIEF, nutrem esse sentimento. Enquanto só 5% dos alunos do Curso Vocacional, demonstra pouco respeito pelos professores e pelos agentes educativos, já os alunos PIEF, 26,6% revelam pouco respeito e 6,6% não tem qualquer respeito.

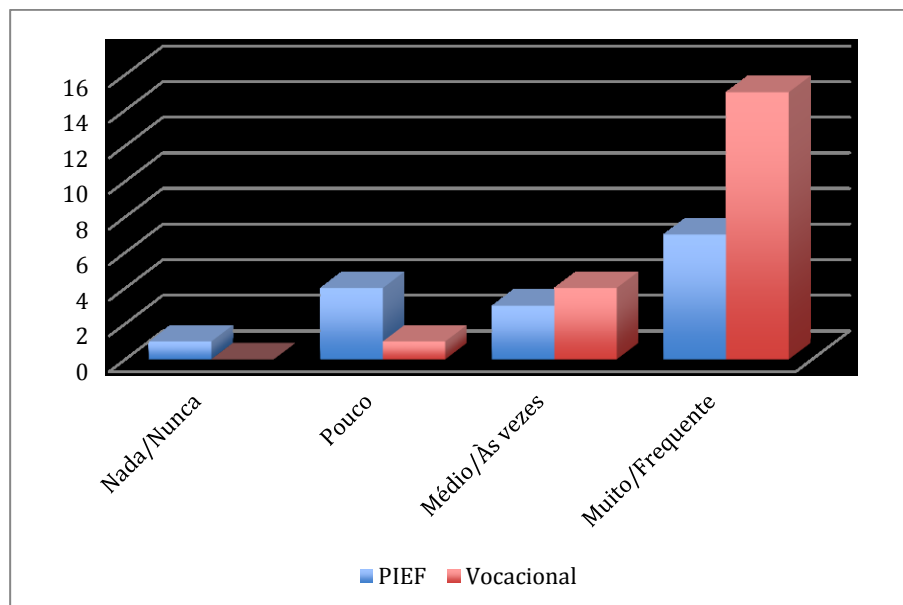


Gráfico n.º 5.16 – Respeito pelos professores e agentes educativos

No que concerne à relação pedagógica, nota-se claramente uma relação oposta entre os alunos destas duas ofertas educativas.

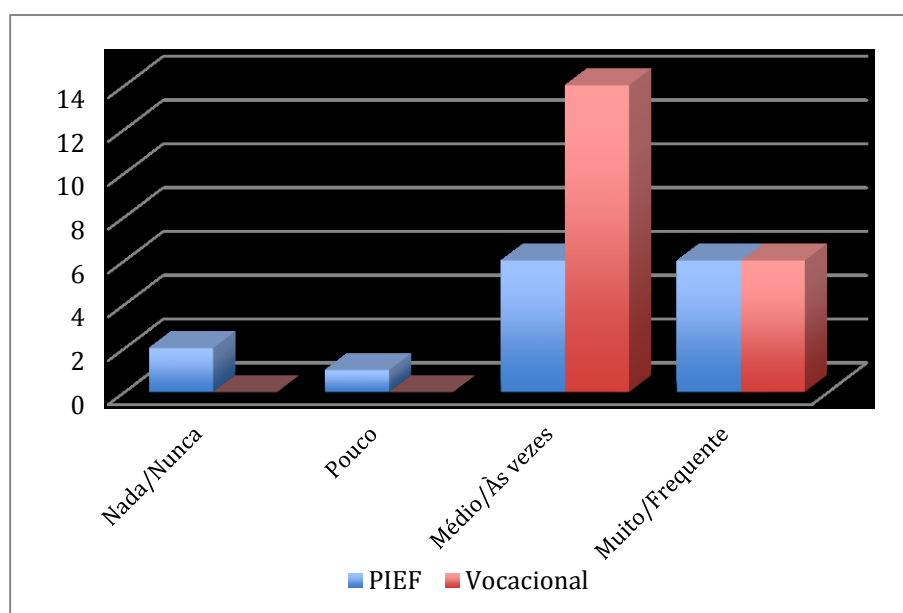


Gráfico n.º 5.17 – Os professores ouvem as sugestões dos alunos

Para os alunos do Curso Vocacional, os professores escutam às vezes e frequentemente as sugestões dos alunos, debatem com eles os seus progressos e as suas dificuldades a fim de obterem sucesso educativo. Já os alunos do PIEF, como é demonstrável do gráfico n.º 5.17, maioritariamente acham que os

professores ouvem as suas sugestões e também debatem com eles os seus progressos e dificuldades (Anexo 8, gráfico 5.38). Existe quase uma unanimidade, quando questionados se os professores estimulam a sua participação na sala de aula e não só.

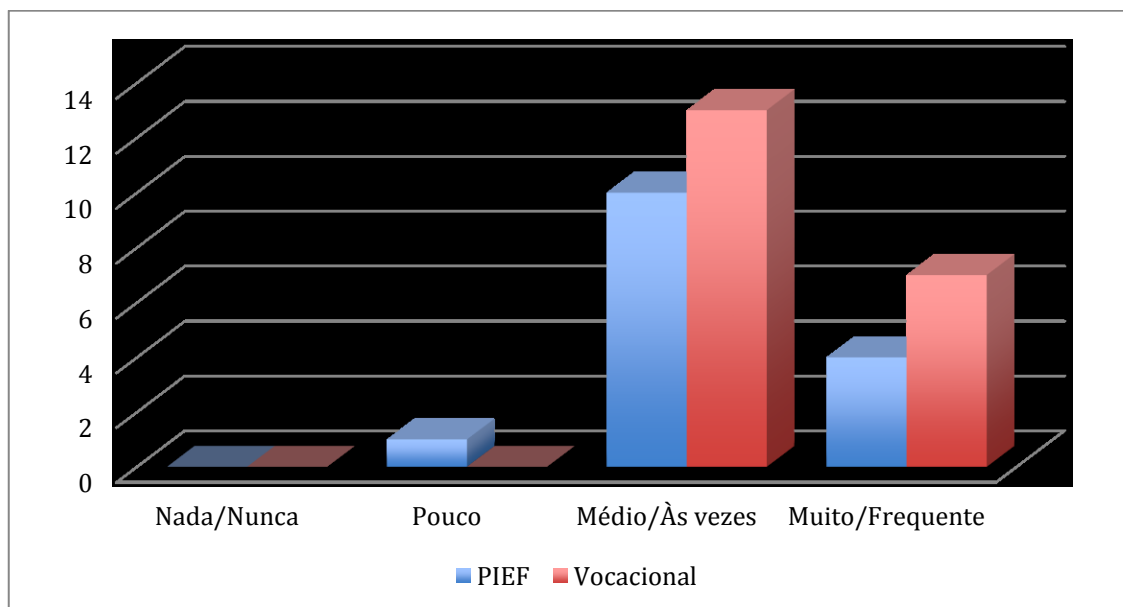


Gráfico n.º 5.18– Os professores estimulam a participação dos alunos

Este aspeto é confirmado nos relatórios de avaliação externa das duas instituições, onde os alunos são estimulados a participar em atividades como o Desporto Escolar, desfile de Carnaval e festas de final do ano letivo.

Relativamente à disponibilidade de ouvir os problemas pessoais dos alunos, para 26,6% dos alunos do PIEF, não existe essa disponibilidade, para os alunos do Curso Vocacional, só 5% não tem essa disponibilidade, o mesmo se passa com o esclarecimento de dúvidas, para os alunos PIEF só 6,6% dos docentes se mostram relutantes em tirar dúvidas, assim como só 5% dos docentes do Curso Vocacional (Ver anexo 8 gráfico 5.39). Estamos perante dois grupos de professores preocupados com os seus alunos, preocupados em criar uma relação pedagógica para além da mera formalidade professor-aluno. (anexo 8, gráfico 5.40)

A relação pedagógica criada dentro de um ou mais grupos turma, está relacionado com algo mais vasto, a Cultura e o Clima de Escola.

Cada escola é uma entidade, com um conjunto de interações humanas, valores, símbolos, e é um espaço onde se reflete o sucesso e o insucesso através de

aprendizagens do foro cognitivo, que podem ser influenciadas pelo meio envolvente, pelas infraestruturas, qualidade de serviços de apoio, qualidade da gestão escolar, da liderança pedagógica, estabilidade do corpo docente e envolvimento com a comunidade e Encarregados de Educação.

Já o clima de escola como refere Silva (2010:39), “O clima resulta sobretudo de interações pessoais que se estabelecem entre professores e alunos, muito marcadas pela afetividade, pela implicação mútua nos processos de ensino-aprendizagem e pelas orientações transmitidas”.

Quando questionados sobre se a Escola é de todos, os alunos tem uma visão otimista, para 90% dos alunos do Curso Vocacional, às vezes e muito a Escola é de todos, já para os alunos do PIEF só 80% (ver anexo 8, gráfico 5.41). No entanto esta visão modifica-se quando confrontados se ela é um local agradável, como podemos observar no gráfico.

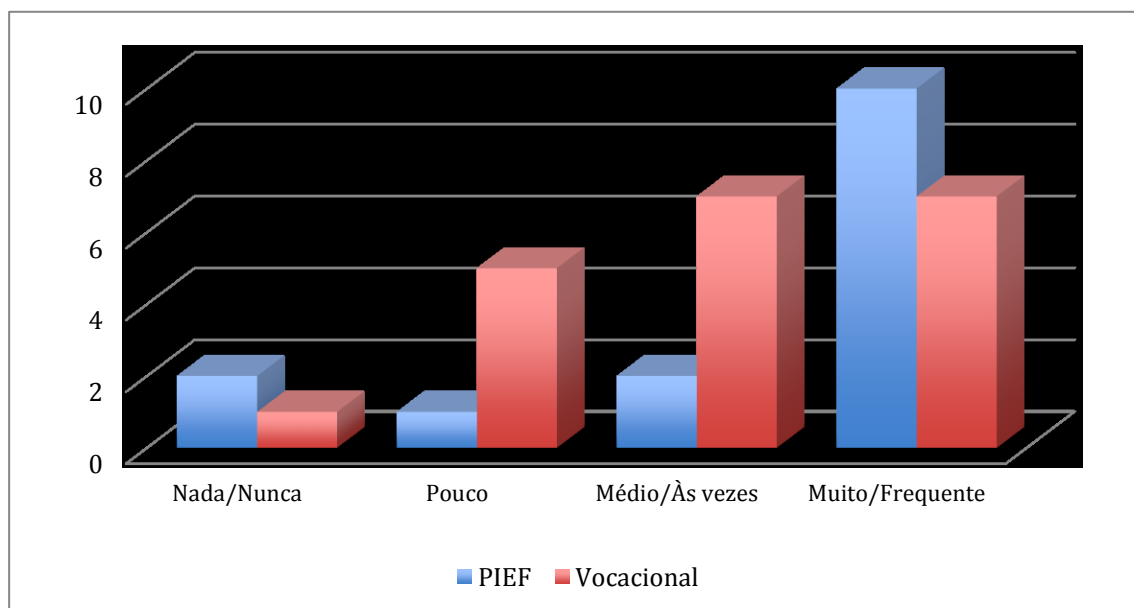


Gráfico n.º 5.19 – A Escola é um lugar agradável

Para os alunos do Curso Vocacional, 35% acham a Escola um lugar muito agradável, mas 35% refere às vezes e cerca de 25% acha pouco, já para os alunos do PIEF, 66,6% acham a Escola um lugar muito agradável, isto pode indiciar as vivências que os alunos têm fora da Escola, como já aludimos anteriormente as

famílias dos alunos do Curso vocacional, parecem ser mais estruturadas, com maior qualificações literárias e com maior poder económico do que as famílias dos alunos do PIEF. Outro aspeto a considerar é a problemática que envolve estes alunos, como referiu a diretora do Agrupamento de Escolas de Abrigada, este é o último recurso, ou seja, estes alunos já passaram por planos de recuperação, que falharam, já fizeram parte de turmas de Percursos Alternativos, que falharam.

Quanto à segurança e disciplina na Escola, os alunos do PIEF cerca de 26,6% não acham a Escola nada segura e disciplinada, mas cerca de 73,3% acham um local as vezes e muito seguro e disciplinado, cerca de 90 % dos alunos do Curso Vocacional, acham a Escola um lugar às vezes e muito seguro e disciplinado. (ver anexo 8, gráfico 5.42)

Quanto à sala de aula, é o local onde existem mais conflitos que por vezes se transformam em indisciplina, e estes criam-se em torno de relações de poder. Na generalidade os alunos mais indisciplinados são aqueles que revelam mais insucesso académico. É neste sentido que o papel do professor, em especial nestas ofertas educativas, deve ser um papel de gestor, de organizador de aprendizagens para estes alunos atingirem o sucesso educativo. Isto é importante, pois nos dados recolhidos no Gráfico nº5.20, segundo os alunos do Curso Vocacional, 55% referem que existe indisciplina dentro da sala de aula, já só 25% dos alunos do PIEF, referem esse facto.

Quanto a conflitos com funcionários, cerca de 85% dos alunos o Curso Vocacional referem que existe conflitos com os funcionários, enquanto para os alunos do PIEF, só 33,3% fazem referência a este tipo de choques, que são devido às diferentes formas de encararem os diversos comportamentos nas relações interpessoais.

Sendo o conflito algo inerente à condição humana, este resulta de divergências e incompatibilidades, de diferentes formas de pensar e agir. Na escola isso é mais evidente, pois estamos perante indivíduos de diferentes faixas etárias, com estruturas mentais diferentes, de meios socioeconómicos diversos e com perspetivas de vida distintas, como podemos observar no (anexo 8, gráfico 5.42) .

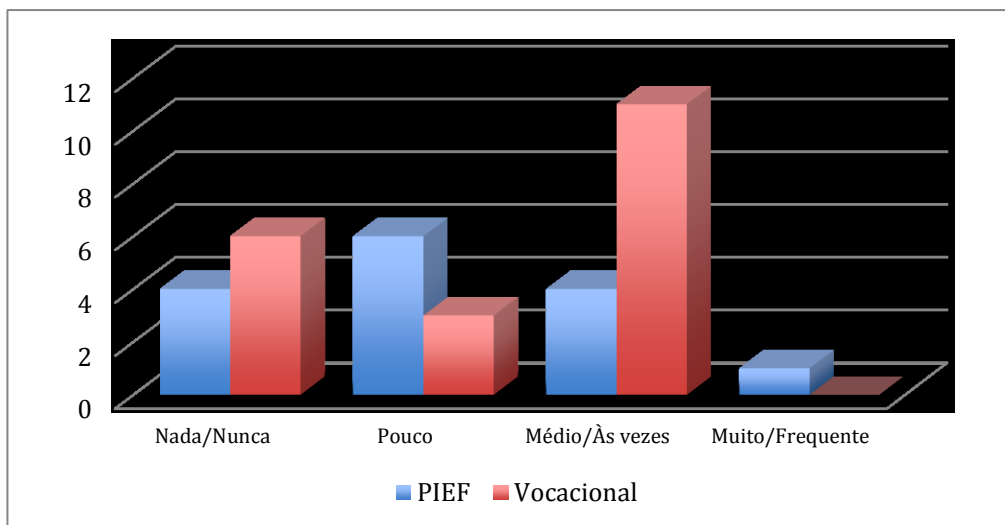


Gráfico n.º 5.20 – Indisciplina na sala de aula

Outro aspeto interessante, é 50% dos alunos das duas ofertas educativas, referem que a falta de assiduidade dos seus professores é algo de negativo, mas também admitem que são eles que reconhecem o seu trabalho e empenho a como se pode observar pelo gráfico apresentado (ver anexo 8, gráfico 5.43).

No tocante ao insucesso escolar, os alunos do Curso Vocacional demonstraram um maior desinteresse pela escola, em comparação com os seus colegas do PIEF, como é demonstrado no gráfico.

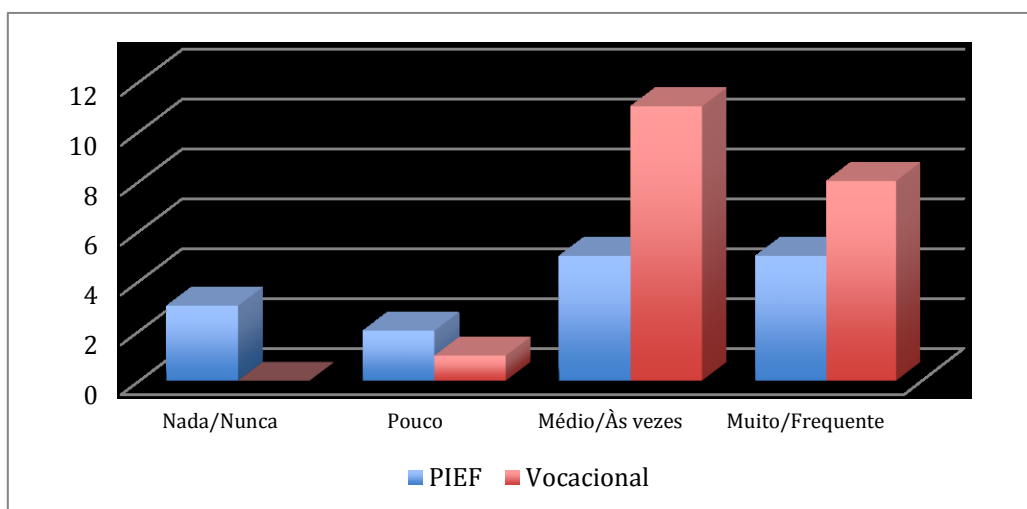


Gráfico n.º 5.21 – Desinteresse pela Escola

Os alunos do PIEF têm um currículo mais adequado às suas dificuldades e olham para esta oferta educativa e para a Escola, como o último refúgio para

ultrapassarem os seus problemas pessoais, e também muitas vezes, é local onde se sentem mais acompanhados e mais compreendidos, pois estes têm orientação de uma TIL que os auxilia e ajuda na resolução de muitos problemas.

Respeitante à relação didático-pedagógica, os alunos do Curso Vocacional acham os conteúdos lecionados muito teóricos, já os alunos do PIEF não têm a mesma opinião, estando divididos. O mesmo se passa quanto ao interesse pelas matérias lecionadas, cerca de 60% dos alunos do Curso Vocacional acham que os conteúdos as vezes e frequentemente não são interessantes, enquanto 80% dos alunos PIEF, acham interessante os assuntos lecionados, como se pode observar no gráfico.

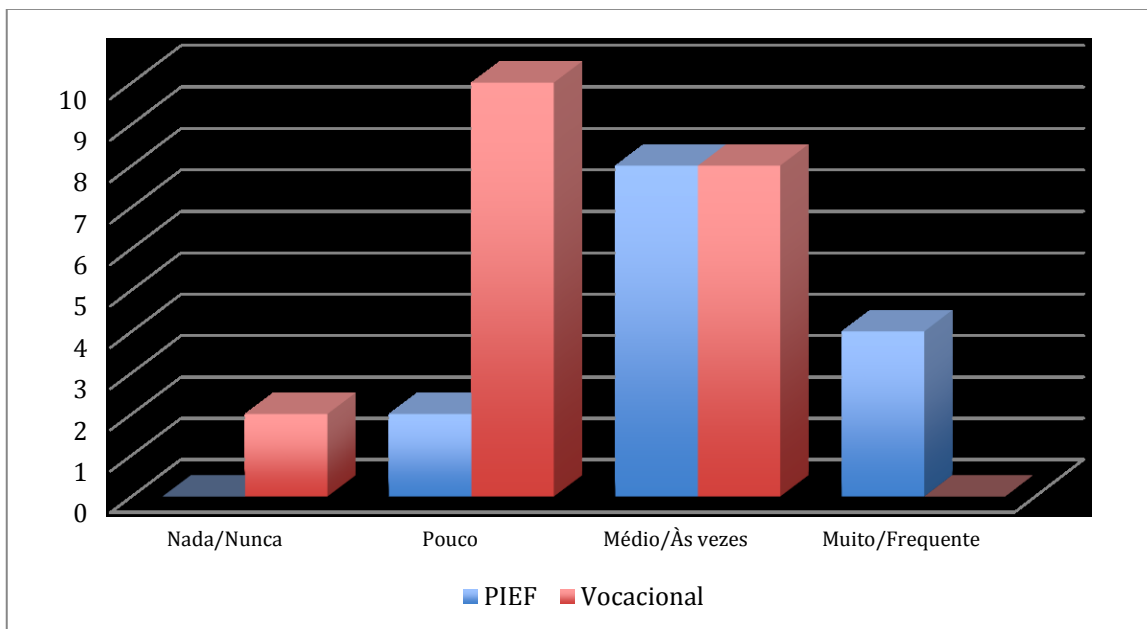


Gráfico n.º 5.22 – As matérias lecionadas não tinham interesse

No trabalho desenvolvido em sala de aula (ver Anexo 8, gráfico 5.56), temos uma divisão, para os alunos do Curso Vocacional, 60% os professores explicam bem a matéria lecionada, já para 60% dos alunos do PIEF é ao contrário: 40% as vezes e 20% frequentemente os professores não explicam bem a matéria.

Quanto aos índices de concentração em sala de aula, podemos também observar que 60% dos alunos do Curso Vocacional, e 73,3% dos alunos PIEF não estão às vezes e frequentemente com atenção aos conteúdos lecionados. (Anexo 8, gráfico 5.44)

Esta falta de atenção e concentração é revelada quando questionados sobre se percebiam aquilo que lhes era pedido nos testes, 50% dos alunos PIEF e 60% dos alunos do Curso Vocacional, às vezes e frequentemente não compreendiam aquilo que os professores perguntavam nos testes de avaliação cognitiva. Como é natural, estes aspetos estão refletidos na falta de estudo e na importância que estes jovens dão à Escola.

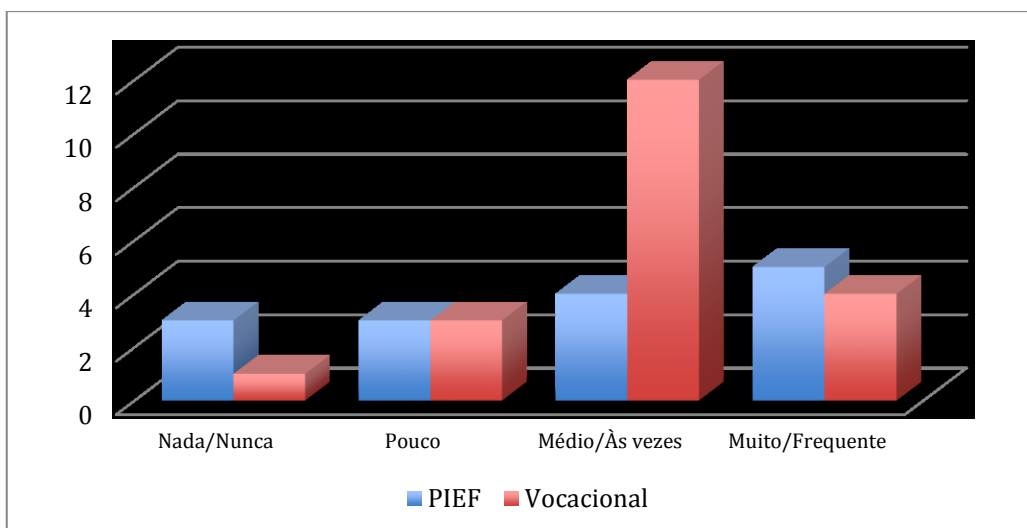


Gráfico n.º 5.23 – Não achavas a Escola importante

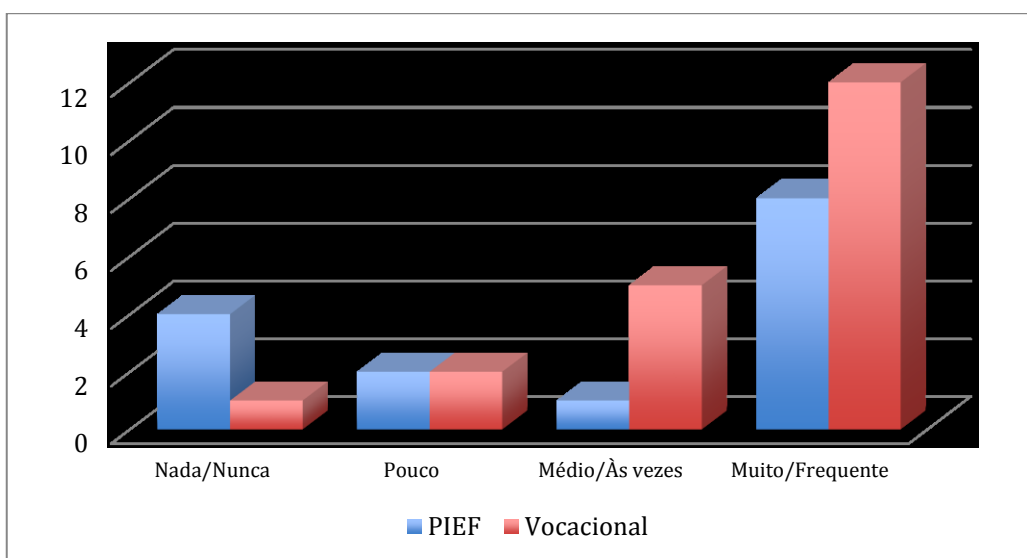


Gráfico n.º 5.24 – Não estudavas

Ao analisarmos os dois gráficos acima apresentados, verificamos que 80% dos alunos do Curso Vocacional, às vezes e frequentemente não achavam a Escola importante para as suas vidas, por isso 85% também às vezes ou frequentemente

não estudavam. Quanto aos alunos do PIEF, os valores são inferiores, 60% às vezes e frequentemente não acham a Escola e o estudo importantes.

Um dos fatores principais para a obtenção destas respostas é sem dúvida o meio socioeconómico destes alunos. O valor que as famílias dão à Escola e aquilo que querem da Escola, está bem vincado no quadro n.º 5.3, onde se aborda a escolaridade e a situação profissional dos encarregados de educação. Para atestar da importância destes dois fatores no sucesso educativo, o Ministério da Educação, através da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, elaborou um estudo com o título “Desigualdades Socioeconómicas e Resultados Escolares, 3.º ciclo do Ensino Público Geral, fevereiro 2016”, na sua introdução refere o seguinte:

“Em termos de resultados e conclusões, o estudo sugere que em Portugal há uma relação muito forte entre o desempenho escolar dos alunos e o meio socioeconómico dos seus agregados familiares. Por exemplo, entre os alunos cujas mães têm licenciatura ou bacharelato, a percentagem de “percurso de sucesso”<sup>2</sup> no 3º ciclo é de 71%, enquanto entre os alunos cujas mães têm habilitações escolares mais baixas, equivalente ao 4º ano, a mesma percentagem de percurso de sucesso é de apenas 19% .”

<sup>2</sup> – Por definição, um aluno com “percurso de sucesso” no 3º ciclo é um aluno que obtém positiva nas duas provas finais do 9º ano (Português e Matemática) após um percurso sem retenções no 7º e 8º ano.

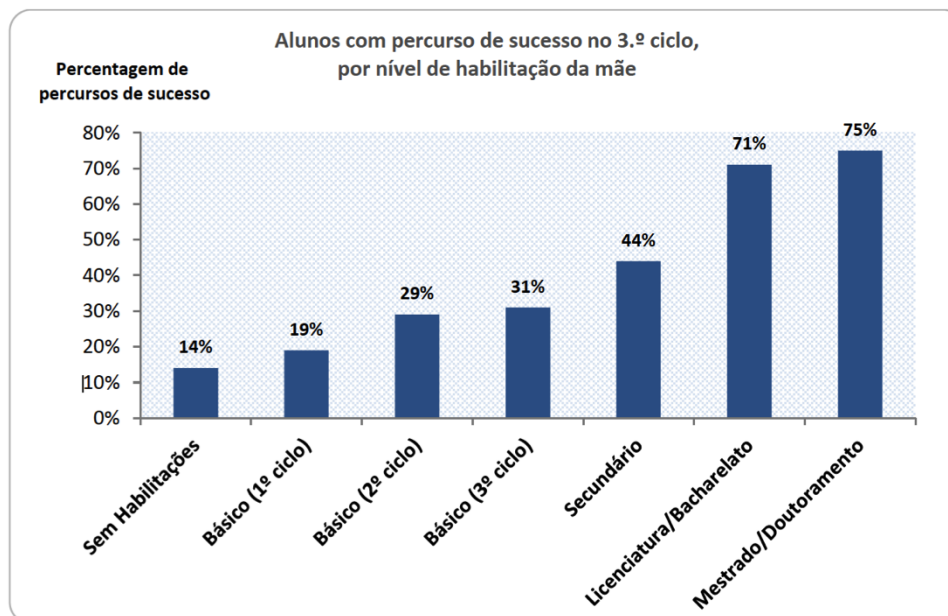


Gráfico n.º 5.25 – Fonte DGEEC | fevereiro de 2016

Relativamente à escolha do curso, conforme os números apresentados nos gráficos, 53,3% dos alunos PIEF não foram aconselhados pelos seus encarregados de educação, sendo os mesmos aconselhados pelos seus professores,

relativamente ao aconselhamento pelos psicólogos, esse número é residual. Já os alunos do Curso Vocacional, metade foram aconselhados pelos seus encarregados de educação, mas mais uma vez os professores influenciaram os alunos nas suas escolhas, cerca de 80%, influenciaram os seus discentes. Outro aspecto relevante é a influência que os colegas tiveram no aconselhamento, cerca de 80 %, e só 40% foram influenciados pelo psicólogo escolar. (ver anexo 8, gráficos 5.45, 5.46, 5.47 e 5.48)

Para os alunos a frequência destas ofertas educativas torna o termo do ensino básico mais fácil, como é observável no gráfico.

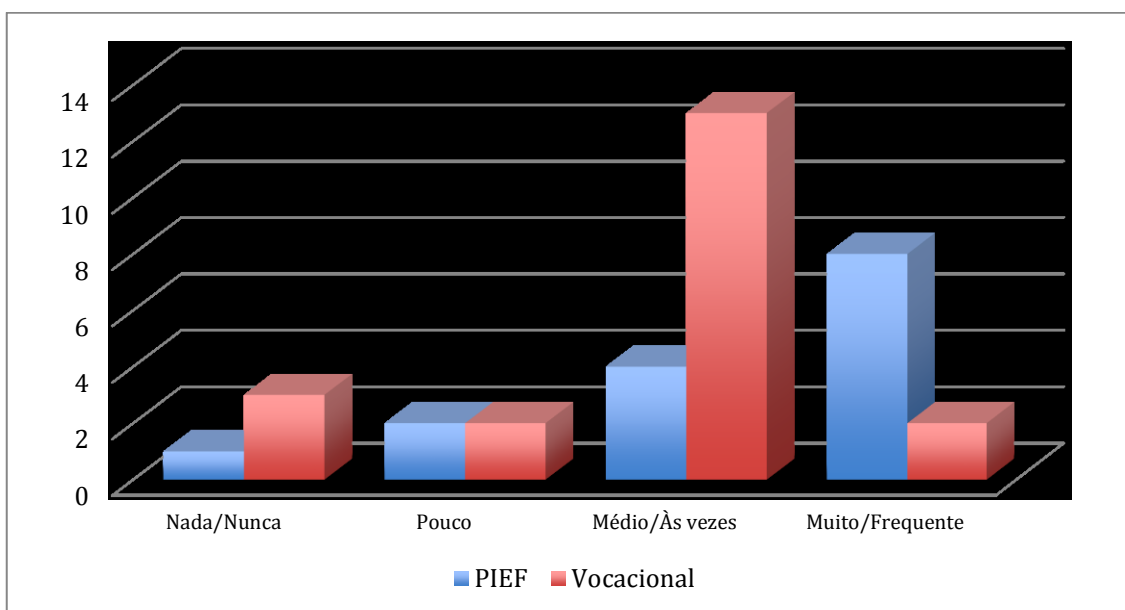


Gráfico n.º 5.26 – É mais fácil terminar o 9.º ano

No entanto 55% dos alunos do Curso Vocacional e 60% dos alunos do PIEF referem que é preciso estudar para conseguirem alcançar sucesso educativo. Quanto às tarefas preferidas pelos alunos para desenvolverem as suas atividades, como é demonstrável (anexos 8, gráficos 5.49, 5.50 e 5.51) os alunos preferem o trabalho individual ao trabalho a pares e em grupos.

Quanto à tipologia do trabalho desenvolvido, os alunos do PIEF preferem atividades de pesquisa usando a internet, ao contrário os do Curso Vocacional, preferem os suportes tradicionais. ( anexo 8, gráficos 5.52 e 5.53)

Quanto à apresentação dos trabalhos, como é demonstrável no (anexo 8 gráficos 5.54 e 5.55), os alunos preferem apresentação oral dos trabalhos e os alunos PIEF, também preferem debates sobre os conteúdos lecionados.

Relativamente aos docentes e ao trabalho desenvolvido em sala de aula, 90% dos alunos Curso Vocacional e cerca de 80% dos alunos PIEF acham que os seus docentes às vezes e frequentemente explicam bem os conteúdos, como é visível no gráfico apresentado.

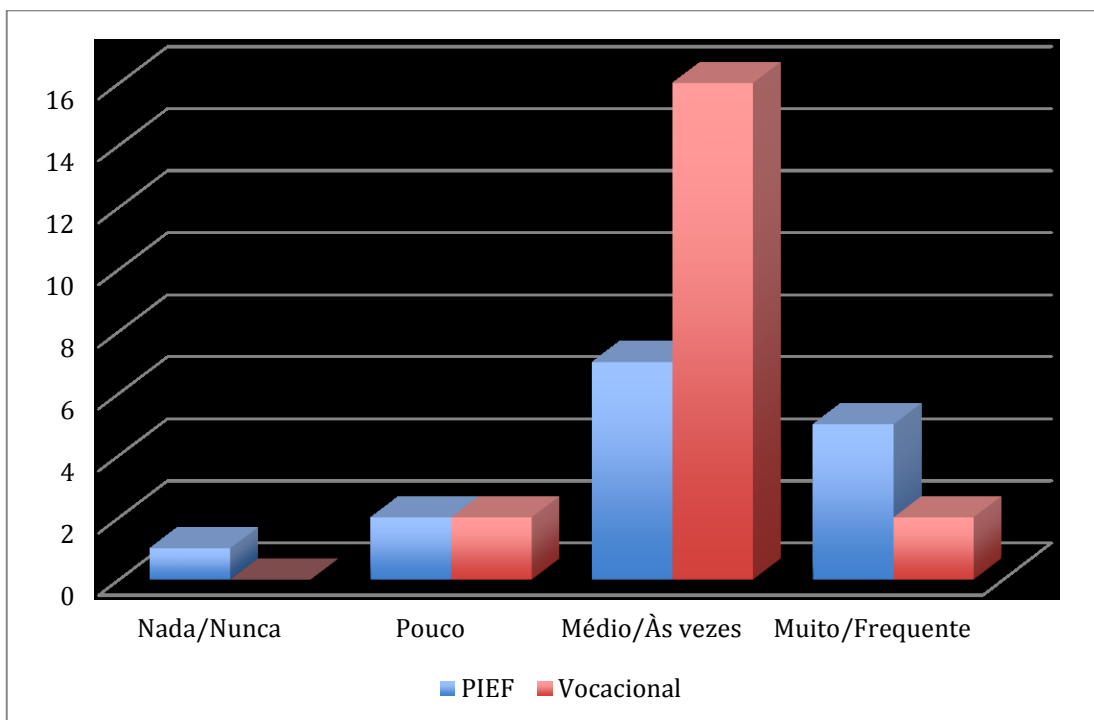


Gráfico n.º 5.27 – Explicação com clareza os conteúdos lecionados

Em suma, podemos declarar que as lideranças dos dois agrupamentos estudados, revelam uma grande preocupação com os discentes destas ofertas educativas. Manifestaram preocupações na constituição dos conselhos de turma, tentando colocar os professores mais experimentados, assim como conseguir estágios para os alunos entrarem em contacto com o mundo do trabalho.

Já o corpo docente em especial o do Curso Vocacional não é tão otimista, pensam que os alunos são empurrados para estas oferta educativas, com o intuito da obtenção, a qualquer preço, da conclusão do ensino básico quando deveriam ter uma aprendizagem diferenciada de acordo com as suas capacidades.

Quanto às relações pedagógicas, para os docentes deverá existir alguma flexibilidade, mas nunca facilitismo. Flexibilidade no sentido de adaptar conteúdos e avaliação aos alunos, mas liderando sempre o processo de ensino-aprendizagem.

Quanto à importância destas ofertas no combate ao insucesso e abandono escolar, os dois conselhos de turma acham importantes, pois de outra forma estes alunos estavam fora do sistema educativo e marginalizados pelas suas comunidades.

Quanto aos discentes, estes olham para a Escola e para os seus professores com respeito. É a Escola que lhes pode proporcionar uma vida melhor, e são os seus professores, através dos seus conhecimentos e experiência, quem lhes pode fornecer as armas para o “combate” no mundo do trabalho.



## CONCLUSÃO

Finalmente chegou o momento de rematar o estudo, com apresentação e interpretação dos dados recolhidos, de modo a que o estudo se torne fiável e objetivo.

O ponto de partida para este estudo empírico foi:

**Compreender a oportunidade dada aos estudantes para permanecerem na escola e completarem uma formação adequada às suas expectativas.**

O estudo realizou-se em duas Escolas do Concelho de Alenquer.

O PIEF está em funcionamento no Agrupamento de Escolas da Abrigada desde o ano letivo 2010, enquanto só em 2014 o Agrupamento de Escolas do Carregado iniciou o Curso Vocacional, mas já tinha a experiência acumulado de turmas de Percursos Alternativos e CEF.

Pode-se afirmar que relativamente aos Diretores dos Agrupamentos, estamos perante pessoas com experiência e capacidade de liderança. Olham para estas ofertas educativas sem qualquer estigma, visto que as suas Escolas, já prestavam diversas ofertas educativas aos seus alunos.

Os dois Diretores têm a perfeita noção dos alunos que frequentam as suas ofertas educativas e quais as suas problemáticas. Para eles o campo disciplinar é fundamental, no caso do PIEF houve mesmo adendas ao regulamento interno.

Quanto a nível pedagógico, a constituição dos Conselhos de Turma é algo que os preocupa, tentando colocar os professores mais experientes, mas nem sempre é possível. No caso do PIEF uma das preocupações da Diretora é a colocação da TIL, pois está ao cargo do Centro de Emprego e da Segurança Social, e a sua colocação tardia atrasa a abertura do ano escolar para os alunos.

Estas ofertas educativas são importantes porque conferem aos alunos a obtenção do 9.º ano de escolaridade, e através dos estágios entram em contacto com o mundo do trabalho. Mas para que esses objetivos sejam alcançados têm que existir parcerias entre a Escola e as Empresas, a fim de proporcionar a estes alunos um verdadeiro sucesso educativo, através dos domínios cognitivos, de saberes e capacidades.

As Diretoras de Turma têm uma visão antagónica sobre estas ofertas educativas. Para a Diretora de Turma do Curso Vocacional, pretende-se que os

alunos obtenham o 9.º ano, para depois prosseguirem estudos no ensino secundário (curso profissional). Para a Diretora de Turma do PIEF, devido à problemática destes alunos, é importante que eles adquiram autoestima, gosto pelas tarefas escolares e consigam adquirir competências para conseguirem uma efetiva inclusão no seio das suas comunidades locais. Estas duas docentes atribuem o mesmo valor à inclusão/integração dos alunos no seu contexto escolar. Para que isso seja possível, deve haver uma diferenciação pedagógica, um ensino mais direcionado aos alunos. No entanto a base de sustentabilidade emocional destes alunos é a família, esta é o seu suporte para o sucesso. Apesar de existir diferenças quer a nível socioeconómico, quer de literacia entre os encarregados de educação dos alunos do PIEF e dos alunos Curso Vocacional, se existir um acompanhamento, interesse e valorização da Escola, por parte das famílias, os alunos têm um melhor desempenho.

Relativamente à Técnica de Intervenção Local, esta só exerce na turma PIEF e é uma peça fundamental no sucesso destes alunos, devido ao acompanhamento que realiza. Ela é o vínculo entre a Escola e a família, o seu objetivo é que os alunos concluam o 9.º ano e adquiram ferramentas básicas para o mundo do trabalho. No entanto refere que estes jovens têm uma má relação com a Escola, devido à falta de bases educacionais e alicerces familiares.

Para ela, estes alunos com ajuda de estratégias diferenciadas, quer seja a nível cognitivo ou baseadas em afetos, restitui-lhes a vontade de aprender, saber fazer e estar. Para esta técnica o PIEF é a melhor oferta educativa para estes alunos.

No tocante ao questionário por inquérito feito aos professores dos dois Conselhos de Turma destacamos o seguinte: creem que os alunos são empurrados para estas ofertas educativas; para os professores do Curso Vocacional, os alunos tinham capacidades para frequentar o ensino regular; apesar dos seus alunos serem mais indisciplinados existe uma abordagem mais inclusiva por parte do Conselho de Turma do PIEF, os professores creem que o contacto com o mundo do trabalho é importante para estes alunos, mas também ressalvam a tenra idade destes para fazerem escolhas que podem condicionar o seu futuro; existe uma preocupação dos docentes relativamente à ligação entre estas ofertas educativas, o projeto educativo e os estágios, no entanto a equipa que produziu o Relatório de

Avaliação Externa de 2012 (o mais recente), refere que o Agrupamento de Escolas da Abrigada tem políticas de inclusão dos alunos que frequentam o PIEF.

Em suma, para os Conselhos de Turma estas ofertas educativas, são importantes para combater o insucesso e abandono escolar, pois de outra forma estes alunos eram ostracizados pelo sistema educativo e mais tarde pela sociedade.

Quanto aos discentes, estamos perante jovens de uma faixa etária desfasada para o nível de escolaridade que frequentam.

Para estes alunos, a relação pedagógica que mantêm com os seus professores, é boa, estes debatem e valorizam os seus progressos, assim como os incentivam a participar em diversas atividades curriculares e extracurriculares. Muitos alunos não acham a Escola um local agradável. Este sentimento está relacionado com o clima de escola, pois cada Escola é um espaço de vivências, onde a qualidade de serviços, a liderança e a estabilidade do corpo docente fazem a diferença entre o sucesso e o insucesso.

No trabalho desenvolvido em sala de aula, a maioria dos alunos não está com atenção aos conteúdos lecionados e por isso não percebe o que lhe é perguntado nos testes. Isto revela que a maioria dos alunos (80% Curso Vocacional e 85% do PIEF), não acha a Escola importante e por isso não estuda.

Em súpula, podemos concluir que estas ofertas educativas são importantes para a inclusão de jovens, na comunidade escolar e local. É importante que estas ofertas sejam valorizadas junto das comunidades locais, sem estigmas de qualquer ordem, valorizando aquilo que podem oferecer, preparando os alunos para prosseguimento de estudo no Ensino Secundário, quer seja em Cursos Profissionais ou em cursos Científicos-tecnológicos e para o mundo do trabalho.

Este trabalho não encerra a investigação, pelo contrário levanta questões que se poderão tornar pertinentes a nível da manutenção destas ofertas educativas, como forma de combater o abandono, insucesso escolar e proporcionar o prosseguimento de estudos, como forma de conseguirem a obtenção da escolaridade obrigatória.

Mas levanta também questões pertinentes à Escola: que tipo de docentes para lecionarem estas ofertas educativas; que currículos e estratégias pedagógicas

deverão ser adotadas. São questões que a todo o instante poderão ser abordadas, pois em educação nada está concluído, tudo está em mudança.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, I. S. (2005). **Discursos de autonomia na Administração Escolar. conceitos e práticas**. Lisboa: D.G.I.D.C. Ministério da Educação.
- ARMSTROG, F. RODRIGUES, D. (2014). **A Inclusão nas Escolas**. Fundação Francisco Manuel dos Santos. Lisboa.
- Avaliação Externa das Escolas. **Relatório, Agrupamento de Escolas de Abrigada**. (2012). Inspeção-Geral da Educação e ciência.
- Avaliação Externa das Escolas. **Relatório, Agrupamento de Escolas do Carregado**. (2012). Inspeção-Geral da Educação e ciência.
- AZEVEDO, J. (2002). **Entre a Escola e o Mercado de Trabalho: um olhar crítico sobre as transições**. Fundación por la Modernización de España. Madrid.
- BARDIN, L. (2014). **Análise de Conteúdo**. Edições 70. Lisboa.
- BARROSO, J. (2005). **Políticas Educativas e Organização Escolar**. Universidade Aberta. Lisboa.
- CENTENO, M. (2013). **O Trabalho, uma visão de mercado**. Fundação Francisco Manuel dos Santos. Lisboa.
- COUTINHO, C. P. CHAVES, J. H. (2002). **O Estudo de Caso na Investigação Tecnológica Educativa em Portugal**. Revista Portuguesa de Educação, (pp. 221-243).
- CIPRIANO, A. VIEIRA, A.J. (1997). **Ensino Técnico Industrial em Alenquer: A Escola de Desenho Industrial Damião de Goes (1889-1898)**. In **Estudos de Alenquer**, revista anual, nº 1 (pp. 90-98).
- Conselho Nacional de Educação. **Parecer nº 8/2008 de 24 de novembro**.
- CHITA, P. (2015). **A Escola**. Fundação Francisco Manuel dos Santos, Lisboa.
- CURY, A. (2004). **Pais Brilhantes, Professores Fascinantes, como formam jovens felizes e inteligentes**. Editora Pergaminho.
- Declaração de Salamanca (1994). Unesco.

**Desigualdades Socioeconómicas e Resultados Escolares, 3º ciclo do Ensino Público Geral** (2016). Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência.

ECO, H. (1984). **Como se Faz uma Tese em Ciências Humanas**. Editorial Presença.

FALCATO, E.M.G. (2013). **Os Jovens e a Escola: percursos e significados**. Universidade de Lisboa – Instituto de Educação.

FERRO, P.J. (1996). **Alenquer Medieval (séculos XII-XV) subsídios para o seu estudo**. Cascais. Patrimonia Historica.

FERREIRA, M. HERMANO, C. (2015). **Metodologia da Investigação**. 3ª Edição. Universidade Aberta. Lisboa.

FREIRE, S. (2008). **Um Olhar sobre a Inclusão**. Revista da Educação, Volume XVI, nº1, (pp. 5-20).

GEPE, (2009) **Matriculas/inscrições, segundo natureza do estabelecimento, por nível de Educação/ensino, ciclo e modalidade de ensino – 2008/2009**, Lisboa GEPE.

GRAVES-RESENDES, L. (1998). **A Escola e o Respeito pela Diferença**. In GRAVES-RESENDES, L. (1999). **Pedagogia Diferenciada: da Exclusão à Inclusão Pedagógica**. (pp. 15-18). Universidade Aberta.

GUERREIRO, M. D. CANTANTE, F. BARROSO, M. (2009). **Trajetórias Escolares e Profissionais de Jovens com Baixas Qualificações**. Gabinete de Estatísticas e Planeamento da Educação, Ministério da Educação.

HENRIQUES, G. J. C. (2005). **Alenquer e o seu concelho**. Arruda Editora, Facsimile da edição de 1873.

LOPES, M. (2010). **Economia da Educação e Formação**. Angelus Novus, Editora. Coimbra.

LOURA, C. CASTRO, L. SALEIRO, H. JEREMIAS, M. (2015). **Monotorização dos Cursos Vocacionais. Anos letivos 2012/13, 2013/14 e 2014/15**. Direção-Geral de Estatística da Educação e Ciência.

LOURENÇO, J. H. T. L. (2010) **A Indústria na Vila de Alenquer: 1565-1931** (Dissertação de mestrado). Universidade de Lisboa

JUSTINO, D. (2010). **Difícil é Educá-los**. Fundação Francisco Manuel dos Santos. Lisboa.

JUSTINO, D. (2014). **Escolaridade Obrigatória: Entre a Construção Retórica e a Concretização Política**. In RODRIGUES, M.L. 40 Anos de Políticas de Educação em Portugal. Volume I. (pp. 109-130). Edições Almedina.

MARTINS, A. M. PARCHÃO, Y. (2000). **A legitimação psicológica do insucesso escolar e a (des)responsabilização dos professores**. [http://www.psicologia.pt/artigos/ver\\_artigo.php?codigo=A0147](http://www.psicologia.pt/artigos/ver_artigo.php?codigo=A0147)

MATOSSO, J. (1993). **História de Portugal**. volume II, Circulo de Leitores.

MELO, A. O. GUAPO, A.R. MARTINS, J. E. (2002). O Concelho de Alenquer 1, subsídios para um roteiro de Arte e Etnografia, 3ª edição. Câmara Municipal de Alenquer. Associação para o Estudo e Defesa do Património de Alenquer.

MÓNICA, M,F. (2014). **A Sala de Aula**. Fundação Francisco Manuel dos Santos, Lisboa.

PATTON, M.Q. (1990). **Qualitative Evaluation and Research Methods**. California, Sage.

PINTO, T. (2000). **O Ensino Industrial Feminino Oitocentista. A escola Damião de Góis em Alenquer**. edições Colibri.

Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas da Abridada. (2013).

Projeto Curricular do Agrupamento de Escolas da Abridada (2012).

Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas do Carregado. (2014-2017).

REBELO, J.A. (2009). **Efeitos da Retenção Escolar, segundo os estudos científicos, e orientações para uma intervenção eficaz: uma revisão**. Revista Portuguesa de Pedagogia.

REICHARDT, C. S. & COOK, T. D. (1986). Metodos cualitativos y cuantitativos em Investigación Evaluativa. Madrid, ediciones Morata.

RODRIGUES, D. (2000). **O Paradigma da educação inclusiva: reflexões sobre uma agenda possível**. Inclusão, 1, 7-13.

RODRIGUES, D. (2001). **Educação e Diferença, Valores e Práticas para uma Educação Inclusiva**. Porto Editora.

RODRIGUES, D. (2002). **O Paradigma da Educação Inclusiva: reflexões sobre uma agenda possível**. Inclusão,1 (pp. 7-13).

ROLDÃO, M.C. **A MEDIDA PIEF**. In **Dar a Volta. Encontros PETI/OIT sobre o Trabalho Infantil**. (pp. 27-31). Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

ROLDÃO, M.C. (2008). **Estudo Curricular da Medida PIEF – Programa Integrado de Educação e formação – 2006-2007**. Edições Colibri.

STAKE, E.R. (2012). **A Arte da Investigação com Estudo de Caso**. 3ª Edição. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa.

SOUSA, M.J. BATISTA, C.S. (2011). **Como fazer Investigação, Dissertações, Teses e Relatórios segundo Bolonha**. 2ª Edição, Lisboa, Pactor.

STOER,S. STOLERROFF,A. CORREIA,J. (1990). **O Novo Vocacionalismo na Política Educativa em Portugal e a Reconstrução da Lógica da Acumulação**. Revista crítica de Ciências Sociais, 29 de fevereiro.

VALENTE, A.C. (2013). **Inovação, Educação e Trabalho na Economia Europeia**. Principia. Cascais

### **Legislação consultada**

Alvará de 19 e maio de 1759.

Decreto-Lei n.º 6137 de 29 de setembro de 1919.

Decreto-Lei n.º 9223 de 6 de novembro de 1923.

Decreto-Lei n.º 36 356, 18 junho de 1947.

Decreto-Lei n.º 38 968, de 27 de outubro de 1952.

Decreto-Lei n.º 45 810, de 9 de julho de 1964.

Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril.

Despacho conjunto n.º882/1999, de 15 de outubro.

Despacho conjunto n.º948/2003, de 26 de setembro.

Despacho conjunto n.º 171/2006, de 12 de janeiro.

Despacho normativo n.º 194 A/83, de 21 de outubro.

Lei n.º 46/86, de 14 de outubro.

Portaria n.º 292-A/2012, de 26 de setembro.

Portaria n.º 272/2012, de 4 de setembro.

Portaria n.º 292-A/2012, de 26 de setembro.

Portaria n.º 276/2013, de 23 de agosto.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 79/2009, de 2 de setembro de 2009.

### **Web sites**

[www.cm-alenquer.pt](http://www.cm-alenquer.pt)

[www.seg-social.pt](http://www.seg-social.pt)



<b><u>ANEXOS</u></b>	<b>129</b>
<b><u>ANEXO 1 – ENTREVISTA ÀS DIRETORAS DE TURMA</u></b>	<b>131</b>
RESPOSTA ÀS QUESTÕES DA ENTREVISTA À DIRETORA DE TURMA PIEF	131
ENTREVISTA À DIRETORA DE TURMA DO CURSO VOCACIONAL	140
<b><u>ANEXO 2 – QUESTIONÁRIO A ALUNOS E PROFESSORES</u></b>	<b>143</b>
QUESTIONÁRIO A ALUNOS	143
QUESTIONÁRIO AOS DOCENTES	147
<b><u>ANEXO 3 – APROVAÇÃO DAS ENTREVISTAS E QUESTIONÁRIOS</u></b>	<b>149</b>
<b><u>ANEXO 4 – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO AOS ENCARGADOS DE EDUCAÇÃO</u></b>	<b>151</b>
<b><u>ANEXO 5 GUIÃO DE ENTREVISTA AO DIRETOR (A)</u></b>	<b>153</b>
ENTREVISTA AO DIRETOR DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DO CARREGADO	155
ENTREVISTA À DIRETORA DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DA ABRIGADA	162
<b><u>ANEXO 6 – ENTREVISTA À TÉCNICA DE INTERVENÇÃO LOCAL</u></b>	<b>169</b>
<b><u>ANEXO 7 – REMUNERAÇÃO E QUALIFICAÇÕES</u></b>	<b>173</b>
<b><u>ANEXO 8 GRÁFICOS</u></b>	<b>175</b>
GRÁFICO Nº 5.28 - CAPTAÇÃO DE ALUNOS	175
GRÁFICO Nº 5.29 – ESTÁGIOS ADEQUADOS AOS ALUNOS	175
GRÁFICO Nº 5.30 – REGRAS PARA O FUNCIONAMENTO DOS CURSOS	176
GRÁFICO Nº 5.31 – A ESCOLA DEVE MANTER ESTA OFERTA EDUCATIVA	176
GRÁFICO Nº 5.32 – SENSIBILIZAÇÃO DAS EMPRESAS E DA EDILIDADE PARA A CONCESSÃO DE ESTÁGIOS	177
GRÁFICO Nº 5.33 – ASSIDUIDADE	177
GRÁFICO Nº 5.34 – PONTUALIDADE	178
GRÁFICO Nº 5.34 – RESPONSABILIDADE	178
GRÁFICO Nº 5.35 – MATERIAL ESCOLAR	179
GRÁFICO Nº 5.36 – ESPÍRITO DE ENTREAJUDA NA REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES ESCOLARES	179
GRÁFICO Nº 5.37 – RESPEITO PELAS OPINIÕES E CAPACIDADES DOS OUTROS	180
GRÁFICO Nº 5.38 – PROGRESSO E DIFICULDADE	180
GRÁFICO Nº 5.39 – DISPONIBILIDADE PARA OUVIR OS PROBLEMAS DOS ALUNOS	181
GRÁFICO 5.40 – PROFESSORES ESCLARECEM DÚVIDAS	181
GRÁFICO Nº 5.41 – A ESCOLA É DE TODOS	182
GRÁFICO Nº 5.42 – A ESCOLA É UM LOCAL SEGURO E DISCIPLINADO	182
GRÁFICO Nº 5.43 – OS ALUNOS SÃO RECONHECIDOS	183
GRÁFICO Nº 5.44 – NÃO ESTAVAS COM ATENÇÃO NAS AULAS	183
GRÁFICO Nº 5.45 – FOSTE ACONSELHADO PELOS TEUS PAIS OU E.E.	184
GRÁFICO Nº 5.46 – FOSTE ACONSELHADO PELOS TEUS PROFESSORES	184
GRÁFICO Nº 5.47 – FOSTE ACONSELHADO PELO PSICÓLOGO ESCOLAR	185
GRÁFICO Nº 5.48 – FOSTE INFLUENCIADO POR COLEGAS	185
GRÁFICO Nº 5.49 – TRABALHO DE GRUPO	186
GRÁFICO Nº 5.50 – TRABALHO INDIVIDUAL	186
GRÁFICO Nº 5.51 – TRABALHO A PARES	187
GRÁFICO Nº 5.52 – ATIVIDADE DE PESQUISA UTILIZANDO A INTERNET	187

<b>GRÁFICO Nº 5.53 – ATIVIDADES DE SUPORTES TRADICIONAIS</b>	<b>188</b>
<b>GRÁFICO Nº 5.53 – APRESENTAÇÃO ORAL DOS TRABALHO</b>	<b>188</b>
<b>GRÁFICO Nº 5.55 – DEBATE SOBRE OS CONTEÚDOS</b>	<b>189</b>
<b>GRÁFICO Nº 5.56 – OS PROFESSORE NÃO EXPLICAVAM BEM A MATÉRIA</b>	<b>189</b>

## **ANEXOS**



## **ANEXO 1 – ENTREVISTA ÀS DIRETORAS DE TURMA**

### **RESPOSTA ÀS QUESTÕES DA ENTREVISTA À DIRETORA DE TURMA PIEF**

#### **Bloco 2:**

A minha formação inicial foi Licenciatura em Ensino, no curso de Professores do 2º ciclo do Ensino Básico, variante de Educação Visual e Tecnológica, na Escola Superior de Educação de Leiria, tendo começado a lecionar em 1996. Em 2007 concluí o Mestrado em Educação, na área de especialização em Administração e Organização Escolar, na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

Ao longo da minha carreira lecionei maioritariamente a disciplina de Educação Visual e Tecnológica ao 2º ciclo, tendo também lecionado Educação Visual e Educação Tecnológica ao 3º ciclo (recentemente também ao 2º ciclo, devido à reestruturação curricular), bem como as áreas não disciplinares de Educação Cívica e Projeto Interdisciplinar (no âmbito do Projeto de Gestão Flexível do Currículo) e, posteriormente, as áreas de Formação Cívica, Área de Projeto e Estudo Acompanhado. Assegurei igualmente a área de Expressão Artística/Artes no âmbito das Atividades de Enriquecimento Curricular no 1º ciclo. Lecionei ainda durante alguns anos as disciplinas de Artes e Informática a alunos com Currículo Específico Individual (CEI). Recentemente lecionei a área de Formação Vocacional a turmas do PIEF.

Exerci alguns cargos ao nível das estruturas pedagógicas intermédias, nomeadamente Coordenadora das Áreas Curriculares Não Disciplinares, Coordenadora do Departamento Curricular de Expressões, Coordenadora do Programa Eco Escolas, e ainda, mais recentemente, Coordenadora de Projetos do Agrupamento de Escolas de Abrigada (coordenando o Projeto “Semanas Temáticas” e o Programa Lean).

Fui diretora de turma do ensino regular inúmeras vezes, tendo exercido essas mesmas funções nos dois últimos anos em turmas do PIEF.

### **Bloco 3:**

- **Quais as características dos alunos que integram o curso PIEF?**

Os alunos são de uma faixa etária mais elevada relativamente ao nível de ensino que frequentam; maioritariamente são oriundos de famílias pouco estruturadas, de meios socioeconómicos baixos, com dificuldades no cumprimento de regras e no respeito pela autoridade e pelas hierarquias. Mesmo alguns alunos cuja família aparenta alguma regularidade em termos sociais, detêm graves problemas no seu funcionamento e relacionamento. A quase totalidade dos alunos está sinalizada e é acompanhada na CPCJ ou na ECJ, muitas vezes devido ao seu historial familiar ou à irregularidade do percurso escolar, por terem apresentado indícios de abandono escolar – que muitas vezes é consequência de outras problemáticas que ocorrem no seio familiar. É de assinalar que muitos dos jovens são já identificados pela equipa da Escola Segura da GNR, por terem nalgum momento apresentado comportamentos desviantes que foram alvo de queixas junto dessa força policial. São alunos com vivências marcantes e desenquadradas da sua faixa etária, principalmente originadas pelo enquadramento familiar, que os coloca em situações complexas ou os leva a tomarem prematuramente as opções erradas, por não terem maturidade para tal. Saliente-se que alguns (residuais) não têm um historial tão complicado, tendo integrado o PIEF apenas pelas dificuldades de integração na escola, com repercussões no seu percurso escolar, e se terem esgotado as medidas educativas que lhes permitiam concluir o ensino básico em condições normais.

- **Como são seleccionados estes alunos?**

Os alunos são sinalizados maioritariamente pelas escolas que frequentam, podendo sê-lo, no entanto, por outras entidades ou instituições (p. ex. a sua integração pode fazer parte de um acordo estabelecido no âmbito de processos a decorrer na CPCJ ou de medidas estipuladas pelo Tribunal de Família e Menores). Por vezes os próprios alunos e/ou encarregados de educação (EE) tomam conhecimento desta oferta educativa e dirigem-se diretamente à escola no sentido de serem integrados no PIEF. Após a sinalização é feita uma análise da situação de cada aluno, através de entrevistas feitas pela Técnica de Intervenção Local (TIL)

aos alunos e aos EE, sendo efetuada por esta técnica uma caracterização da situação e um parecer relativamente à adequação da integração dos alunos em PIEF. Anteriormente este parecer era exposto ao interlocutor da Segurança Social, que aprovava ou não a inclusão do aluno, o que, atualmente, fica ao critério da escola.

Por vezes, ao longo do ano, a Equipa Técnico Pedagógica (ETP) chega à conclusão de que esta não será a medida mais adequada para um aluno, tendo em consideração as dificuldades de integração que manifesta ou mesmo o seu desenvolvimento cognitivo, levando a que sejam tomadas diligências para que integre outros percursos, eventualmente mais adequados ao seu perfil, ponderando-se sempre, igualmente, a idade do aluno e as hipóteses que terá de concluir a escolaridade obrigatória e/ou obter uma certificação profissional que lhe possibilite reunir as ferramentas necessárias para se tornar um membro profissionalmente ativo e integrado na sociedade.

▪ **Como descreve a relação destes alunos com a Escola?**

Alguns alunos já frequentavam o nosso agrupamento, mas a maioria vem de outras escolas do concelho ou mesmo de outros concelhos. Assim, para os que já conhecem a escola, a sua integração numa turma PIEF apresenta, por vezes, uma dualidade, pois existia um certo estigma relativamente a estas turmas e ao perfil dos seus alunos (normalmente associados a alguma delinquência e marginalidade), pelo que já houve alunos que tiveram alguma dificuldade em, de repente, verem-se integrados num programa que era “olhado de lado”, no entanto, nos dois últimos anos tem-se tentado contrariar essa mentalidade junto da comunidade educativa, procurando-se gradualmente aproximar o funcionamento das turmas PIEF ao das turmas do ensino regular e promover uma maior interação destes alunos com os agentes educativos (outros professores e assistentes operacionais). Considero que se tem conseguido desmistificar os preconceitos existentes, muito graças ao perfil dos alunos, que tem sido menos problemático ao nível comportamental, mas também a uma atuação imediata e eficaz por parte da direção sempre que existe uma ocorrência disciplinar. Estas medidas surgiram no sentido de os alunos perceberem que a escola os quer integrar e tratar como a

qualquer outro aluno, mas também depende deles próprios que essa integração seja bem-sucedida. Assim, mesmo os alunos que vêm de outros estabelecimentos, encontram aqui um ambiente calmo e propício ao sucesso escolar – este incentivo é-lhes muitas vezes lembrado, como reforço à autoestima de muitos que se veem incapazes de concluir os seus estudos. O facto de a escola ter uma população escolar reduzida, contribui também para uma boa integração, pois as relações interpessoais estabelecem-se com uma grande proximidade entre todos os agentes educativos. Os alunos das turmas PIEF são muitas vezes chamados pela direção a fazer parte dos eventos e atividades realizados, como colaboradores na sua organização, o que lhes atribui um papel de relevo e lhes transmite a ideia de que a escola precisa deles e são imprescindíveis para a vida da mesma. Tem sido também alargado o âmbito de ação destes alunos, que passaram a ter aulas em salas específicas como laboratório ou sala de EV, não restringindo as atividades unicamente à sua própria sala, fomentando-se ainda a frequência da BECRE e dos restantes espaços (p. ex. reprografia), o que contribui para que os alunos se apropriem do espaço escolar. O facto de, à medida que os alunos revelam adequação comportamental e bom aproveitamento, lhes ser atribuído o “prémio” de poderem circular livremente por todos os espaços, sem a supervisão da TIL, tem contribuído como estímulo para o sucesso e para que se sintam melhor integrados na escola.

▪ **Como descreve a relação dos alunos com a diretora?**

Por contingências de distribuição de serviço, apenas leciono a disciplina de Formação Vocacional à turma, pelo que, dada a elevada taxa de colocação em estágios dos alunos do PIEF do nosso agrupamento, apenas estou com todo o grupo de alunos em contexto de sala de aula no início das atividades letivas durante algumas sessões, sendo que no resto do ano faço o acompanhamento dos alunos individualmente, em cada local de estágio. Assim, é complicado estabelecer uma relação com os alunos enquanto grupo – quando necessito de falar com eles em grupo/turma, tenho que pedir a docentes de outras disciplinas para me cederem algum tempo das suas aulas, o que é uma situação que tento que não seja muito frequente para não prejudicar as atividades das suas aulas. Quando tenho alguma

situação particular a tratar, acabo por tentar estabelecer alguns contactos com os alunos individualmente, durante os intervalos, ou mesmo solicitar que saiam de uma aula (quando são situações mais graves e urgentes). Perante isto, é fácil concluir que a relação não se reveste da proximidade desejável, uma vez que não é regular. Por outro lado, o facto de existir um certo distanciamento, revela-se positivo em alturas em que é necessário apelar ao respeito pelas hierarquias e pela autoridade, pois se lhes lecionasse uma disciplina com muitas horas semanais, tendencialmente poderia correr-se o risco de os alunos se sentirem demasiado “à vontade” e eu vir a ter dificuldades em impor uma postura de maior firmeza, quando tal é necessário devido a alguns comportamentos menos adequados dos alunos.

▪ **Quando considera ter havido sucesso com um aluno PIEF?**

O caso concreto de um aluno que integrou o PIEF prestes a fazer 17 anos e após várias retenções no seu percurso escolar, não tinha ainda concluído o 8º ano. Foi integrado na turma PIEF, iniciando o seu estágio no âmbito da formação profissional numa área com a qual se identificava (carpintaria). O aluno revelou uma postura exemplar ao longo do ano, adquirindo com excelência todas as competências ao fim de dois períodos letivos. Dado estar ainda abrangido pela escolaridade obrigatória e nessa fase do ano (final do 2º período) ser complicado ingressar noutra medida educativa (p. ex. num curso profissional), propôs-se à tutela efetuar uma reestruturação da sua matriz curricular para o 3º período, no sentido de aumentar a carga horária da formação vocacional (permanecendo no local de estágio 3 dias por semana e nos restantes frequentar as aulas na escola), o que foi autorizado. Considerando a sua atitude ao longo de todo o ano e o sucesso académico alcançado, integrou o quadro de honra, sendo reconhecido pela comunidade escolar o seu bom desempenho. Com a finalização do 3ºCEB, inscreveu-se no IEF e, quando completou os 18 anos, foi integrado na empresa onde fez a formação vocacional, ao abrigo de um estágio profissional. Mantém-se profissionalmente ativo na mesma empresa, na qual há perspectivas de integrar o quadro de pessoal efetivo.

Outros casos há em que os alunos prosseguiram estudos, frequentando cursos profissionais (maioritariamente na área em que haviam estagiado) de modo a obter

a certificação de 12º ano e ainda alunos que já se encontram no mercado de trabalho, o que considero serem igualmente casos de sucesso.

#### **Bloco 4:**

- **Em que aspectos o curso PIEF se afasta do ensino regular?**

Essencialmente na metodologia aplicada (de projeto), em que os docentes de todas as disciplinas estruturam as suas atividades a partir de um tema (que deve ser o mais abrangente possível) e os conteúdos abordados de modo menos formal que no ensino regular. A própria matriz curricular é diferente. Também dado o perfil dos alunos que integram esta medida, uma vez que a sua faixa etária é desfasada do nível de ensino que frequentam, obriga a que as abordagens programáticas e mesmo os recursos didáticos utilizados sejam diferentes, pois são alunos que não detêm as mesmas competências académicas que os alunos do ensino regular, pois o absentismo e o desinteresse de muitos deles os levou a perder hábitos de estudo e rotinas escolares, que têm que ser novamente readquiridas e isso só é possível através de uma alteração das metodologias mais convencionais. O acompanhamento permanente por parte da TIL, nos momentos não letivos, é outra característica própria do programa, bem como a ligação que esta técnica mantém quer com as famílias, quer com as entidades que acompanham as mesmas (CPCJ, ECJ, RSI,...), o que nos alunos do ensino regular não é tão notório, pois um DT não tem as mesmas possibilidades de manter um contato tão frequente quanto o que é prestado no caso destes alunos.

- **Como é pensada a abordagem pedagógica a estes alunos?**

Em reuniões semanais da Equipa Técnico Pedagógica é proposto o tema do projeto a desenvolver, a partir do qual os docentes selecionam os conteúdos programáticos a abordar e o modo como irão desenvolver as suas atividades, procurando sempre que haja uma interdisciplinaridade, de modo a que as atividades de diferentes disciplinas se complementem e convirjam para um objetivo comum. Todo o processo de ensino/aprendizagem é pensado em função dos alunos que constituem a turma e não em função das metas estabelecidas para o ensino

regular, sendo o objetivo principal a aquisição de competências por parte dos alunos e não propriamente a obrigatoriedade de cumprir o programa das disciplinas, o que permite uma maior liberdade e confere flexibilidade à abordagem pedagógica que é levada a cabo.

▪ **O que se espera com o trabalho desenvolvido com estes alunos?**

Em primeiro lugar que os alunos se identifiquem com as temáticas e tarefas propostas, de modo a fomentar o seu envolvimento e participação, facilitando assim a aquisição das restantes competências que cada um tem em avaliação num dado momento. Com o produto final resultante da implementação de cada projeto (pode ou não ser algo concreto, palpável e com visibilidade) pretende-se que os alunos sintam o sucesso obtido, de modo a aumentar a sua autoestima e o gosto pelas tarefas escolares, contribuindo assim para uma aquisição de competências mais célere e um percurso escolar bem-sucedido.

▪ **O que acha mais importante desenvolver: os saberes escolares ou a integração do aluno?**

São igualmente importantes, mas em fases distintas: inicialmente é crucial investir-se na integração do aluno, para desenvolver nele competências pessoais que lhe permitam desenvolver na sua personalidade aspetos relevantes para a sua integração social e que lhe deem segurança e uma estrutura mais sólida para posteriormente desenvolverem capacidades cognitivas que lhes permitam adquirir os saberes escolares. Assim, o que se pretende, na minha opinião, é dar aos alunos ferramentas básicas (mas essenciais), tanto ao nível escolar como ao nível pessoal, para que mais tarde se tornem cidadãos ativos e integrados, quer social, quer profissionalmente.

▪ **Qual é o papel das famílias neste processo educativo?**

É muito importante, pois a estabilidade familiar é condição essencial para o desempenho escolar de qualquer aluno; é nesse sentido que há uma relação próxima com as famílias, sendo frequentemente chamadas a participar em todo o percurso escolar dos alunos. Por essa razão, ao longo de todo o ano letivo não

realizo reuniões com os EE, mas sim atendimentos individualizados, normalmente contando com a presença da TIL, para que se realize um trabalho conjunto e que os EE sintam que a escola requer a sua participação, havendo no nosso discurso uma frequente responsabilização e tentativa de desmistificação de alguns preconceitos latentes, quer no que diz respeito às perspetivas que têm em relação ao seu educando, quer relativamente à instituição “escola”, pois algumas vezes os EE relatam experiências menos positivas que os levaram ao descrédito e à falta de expectativas. Muitas vezes é necessário fazer também esse trabalho de levar os EE a acreditar novamente na escola e nos próprios educandos. Refira-se que, algumas vezes, o envolvimento efetivo das famílias é consequência dos acordos e medidas aplicadas pela CPCJ ou ECJ, sendo crucial trabalhar conjuntamente com estas entidades. A intervenção familiar em todo o processo educativo é menos profundo que o desejável, no entanto, tentamos sempre explicar todos os aspetos e levá-las a ter uma palavra a dizer em todas as opções e/ou decisões.

- **Será esta a oferta educativa mais apropriada para estes jovens se inserirem na sociedade?**

Como já referi, considerando o perfil dos alunos, esta é realmente a única resposta que lhes resta, sendo que, quando detetamos não o ser, diligenciamos no sentido de os encaminhar para outro tipo de oferta que melhor se coadune com as potencialidades dos alunos. Os resultados que se têm obtido revelam que é realmente a melhor resposta pois quando obtemos informações relativas ao percurso posterior dos alunos, a sua maioria está socialmente integrado, prosseguindo estudos ou trabalhando. Há exceções, claro, mas, do que me é dado a conhecer, são residuais.

#### **Bloco 5:**

- **Que avaliação faz do Curso PIEF, como forma de combater o insucesso e abandono escolar?**

Claramente positiva, uma vez que muitos dos jovens que têm passado por esta medida no nosso agrupamento chegou com um quadro verdadeiramente pouco promissor e, neste momento, a maioria tem obtido resultados escolares bastante positivos, que lhes permite a certificação de 3ºCEB (que no ensino regular não conseguiriam obter), não se registando nenhum caso de abandono escolar (apesar de esporadicamente termos casos de absentismo prolongado, tendo trabalhado com outras entidades, nomeadamente a ECJ, no sentido de resolver essas situações, o que tem sido conseguido).

## ENTREVISTA À DIRETORA DE TURMA DO CURSO VOCACIONAL

- Percurso profissional e académico, cargos desempenhados e tempo de serviço

Licenciatura em Gestão de Empresas

Professora contratada de 1993 a 2000

PQZP desde setembro de 2000

- Quais as características dos alunos que integram o curso Vocacional?

Alunos com mais de 13 anos e 2 ou mais retenções;

- Como são selecionados estes alunos?

Normalmente são referenciados pelo conselho de turma que consideram ser uma possibilidade vantajosa para o aluno, o DT comunica ao encarregado de educação que será contactado pelo psicólogo da escola para uma entrevista a realizar com ele e com o aluno para dar a conhecer a oferta e tentar concluir será a opção certa para o aluno em causa.

- Como descreve a relação destes alunos com a Escola?

Existem dois grupos distintos, os que tem dificuldades muito grandes de aprendizagem mas com bom comportamento e vontade de estudar, e um segundo grupo que até podem não ter dificuldades mas não querem estar sujeitos a uma sala de aula, têm interesses muito divergentes dos escolares. Este último grupo muitas vezes não chega a adquirir gosto e interesse e só dificulta o trabalho dos professores e o processo de ensino-aprendizagem dos colegas.

- Como descreve a relação dos alunos com a diretora?

No meu caso tive, no 1º ano de curso, apenas uma situação muito difícil com uma aluna e com a respetiva encarregada de educação, pois a aluna tinha uma elevada falta de assiduidade o que sempre, mas mais ainda num curso destes é muito prejudicial. Com os restantes alunos da turma o relacionamento é muito razoável,

havendo alunos com quem consigo ter um bom relacionamento dentro da sala de aula.

- Quando considera ter havido sucesso com um aluno do curso Vocacional?

Em vários casos da minha turma quando oiço os encarregados de educação, e foram vários, que me disseram que a ida do seu educando para o curso foi uma mais valia pois estes andam mais satisfeitos uma vez que conseguem ter resultados positivos.

- Em que aspectos o curso vocacional se afasta do ensino regular?

Em vários, desde logo quando os alunos têm três áreas vocacionais tendo com objetivo dar-lhes uma ideia daquilo que pode vir a ser a sua profissão, principalmente porque lhes é dada a possibilidade de fazer a prática simulada. Depois, a alunos destes cursos, o programa a lecionar nas várias disciplinas é ajustado ao perfil dos alunos, tendo os professores a possibilidade de insistir em áreas do programa que mais facilmente e com mais interesse os alunos possam vir a adquirir competências.

- Como é pensada a abordagem pedagógica a estes alunos?

É pensada no sentido de fazer com que os alunos tenham vontade de estar nas aulas e de aprender, tentando sempre, que possível, fazer com eles atividades mais práticas onde possam adquirir na mesma os conhecimentos essenciais mas, de forma mais intuitiva.

- O que se espera com o trabalho desenvolvido com estes alunos?

Que eles consigam fazer o 3º ciclo e que, com outra idade e maturidade (espero), tenham mais noção e vontade de continuar os estudos numa área que lhes diga alguma coisa e, se já reunirem as condições necessárias, e o pretenderem, poderem entrar no mundo do trabalho.

- O que acha mais importante desenvolver: os saberes escolares ou a integração do aluno?

Penso que as duas vertentes são de igual importância, porque apenas os saberes não chegam se o aluno não quiser estar na escola e não gostar do que está a fazer mas, por vezes a "integração" também já é demasiada...

- Qual é o papel das famílias neste processo educativo?

Essencial como em qualquer processo educativo. O que acontece é que por vezes os encarregados de educação colocam os filhos nestes cursos mas não sabem o que são, não fazem a menor ideia, bem como os alunos. Os cursos são por vezes o último recurso e assim, dificilmente é possível chegar a bons resultados.

- Será esta a oferta educativa mais apropriada para estes jovens se inserirem na sociedade?

Penso que é uma boa alternativa desde que não se facilite demais, como por vezes existe tendência para acontecer. Os alunos e os pais têm de saber que é mais uma oportunidade, diferente em muitas coisas, mas que têm que trabalhar na mesma e respeitar todos os que com eles estão neste processo.

- Que avaliação faz do Curso Vocacional, como forma de combater o insucesso e abandono escolar?

Em certos casos acho que é uma alternativa excelente pois existem alunos que dificilmente conseguiriam ter sucesso no ensino regular mas que necessitam de adquirir formação e tem direito a isso. No entanto, para outros, penso que se conseguem alcançar objetivos em termos de números mas não sei se se consegue verdadeiramente mudar as mentalidades dos alunos e dos encarregados de educação no que respeita à importância da escola nas suas vidas.

## ANEXO 2 – QUESTIONÁRIO A ALUNOS E PROFESSORES

### QUESTIONÁRIO A ALUNOS

#### LEGENDA

<b>1</b>	<b>NADA/NUNCA</b>
<b>2</b>	<b>POUCO</b>
<b>3</b>	<b>MÉDIO/ÀS VEZES</b>
<b>4</b>	<b>MUITO/FREQUENTE</b>

#### 1. INFORMAÇÃO

Ano de escolaridade \_\_\_\_\_ .º ano

Idade \_\_\_\_\_

Sexo: Masculino  Feminino

Indica o grau de instrução dos teus pais. (assinala com um X)	Pai	Mãe
Não sabe ler nem escrever.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Primeiro ciclo. (até 4º ano)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Segundo ciclo. (até 6º ano)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Terceiro ciclo. (até 9º ano)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ensino Secundário. (até 12º ano)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ensino Politécnico	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ensino Superior Universitário	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Qual a Situação profissional dos teus pais (assinala com um X)	Pai	Mãe
Trabalhador(a) por conta própria.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Trabalhador(a) por conta de outrem.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Desempregado(a).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Beneficiário de rendimento mínimo de inserção	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Pensionista (aquele que recebe uma pensão, por invalidez)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Reformado (atingiu o limite de idade para receber uma pensão)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Falecido(a)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

#### 2. DOMÍNIO PESSOAL E SOCIAL

<b>SENTIDO DE RESPONSABILIDADE</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>
És assíduo(a).				
És pontual.				
És responsável e cumpres as regras estabelecidas				
Fazes-te acompanhar com o material escolar				

<b>INTERAÇÃO COM A COMUNIDADE ESCOLAR</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>
Revelas respeito pelas opiniões e capacidades dos outros.				
Revelas espírito de entreaajuda na realização das atividades escolares.				
Envolveste em situações conflituosas				
Demonstras espírito de tolerância.				
Revelas respeito pelo professor(a) e outros agentes educativos.				

<b>RELAÇÃO PEDAGÓGICA</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>
Os professores ouvem as sugestões dos alunos.				
Os professores comentam com os alunos os seus progressos e dificuldades.				
Os professores esclarecem dúvidas.				
Os professores estimulam a participação dos alunos.				
Os professores mostram disponibilidade para ouvir os problemas pessoais dos alunos.				

<b>CULTURA E CLIMA DE ESCOLA</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>
A Escola é de todos.				
A Escola é um lugar agradável.				

A Escola é um lugar disciplinado e seguro.				
A oferta educativa é diversificada.				
Os alunos são encorajados a trabalhar com empenho.				
Os alunos são reconhecidos quando desenvolvem um bom trabalho.				
Há indisciplina na sala de aula.				
Os professores faltam às aulas.				
Há conflitos entre funcionários e alunos.				

<b>INSUCESSO ESCOLAR</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>
Desinteresse pela Escola.				
As disciplinas eram muito teóricas.				
As matérias lecionadas não tinham interesse.				
Os professores não explicavam bem a matéria.				
Não compreendias aquilo que era pedido nos testes.				
Não estavas com atenção nas aulas.				
Não achavas a escola importante.				
Não estudavas.				

<b>RAZÕES PARA ESCOLER O CURSO VOCACIONAL</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>
Foste aconselhado pelos teus pais/encarregados de educação.				
Foste aconselhado pelos teus professores.				
Foste aconselhado pelo(a) psicólogo(a) escolar.				
Foste influenciado por colegas.				
É mais fácil terminar o 9º ano de escolaridade.				
Não é preciso estudar muito.				

### 3. ENSINO APRENDIZAGEM

<b>ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO (atividades e tarefas em sala de aula)</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>
Trabalhos de grupo.				
Trabalho individual.				
Trabalhos a pares.				

<b>TIPOLOGIA DO TRABALHO (atividades e tarefas em sala de aula)</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>
Atividades de pesquisa utilizando a internet.				
Atividades em suportes tradicionais (enciclopédias, livros, etc.)				
Apresentação oral dos trabalhos de pesquisa.				
Debates sobre conteúdos do programa educativo.				
Explicação com clareza dos conteúdos lecionados.				

Obrigado pela tua colaboração

## QUESTIONÁRIO AOS DOCENTES

### LEGENDA

<b>1</b>	<b>DISCORDO TOTALMENTE</b>
<b>2</b>	<b>NÃO CONCORDO</b>
<b>3</b>	<b>CONCORDO</b>
<b>4</b>	<b>CONCORDO TOTALMENTE</b>

### 1. IDENTIFICAÇÃO

Habilitações literárias \_\_\_\_\_ Idade \_\_\_\_\_

Tempo de Serviço \_\_\_\_\_ Grupo disciplinar \_\_\_\_\_

Sexo: Masculino  Feminino

<b>2. QUESTÕES RELACIONADAS COM OS ALUNOS</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>
Os alunos matriculam-se no Curso Vocacional, por opção.				
Os alunos que frequentam o Curso Vocacional têm menos aptidões para prosseguirem os estudos.				
Os alunos fazem-se acompanhar com o material escolar.				
Os critérios de seleção dos alunos são os mais adequados.				
Os alunos que frequentam o Curso Vocacional têm uma boa relação com os seus professores.				
Os critérios de avaliação são os mais apropriados aos alunos em questão.				
Os alunos com problemas de comportamento, melhoram a postura com a frequência do Curso Vocacional.				
Demonstra flexibilidade com a turma do Curso Vocacional.				
O estágio e o contacto com o mundo do trabalho é uma boa opção para estes alunos.				

<b>3. QUESTÕES RELACIONADAS COM O CURSO VOCACIONAL</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>
Existe ligação entre o projeto do Curso Vocacional e o Projeto Educativo do Agrupamento				
Esta oferta educativa é pensada para combater o abandono e insucesso escolar				
Os protocolos estabelecidos para os estágios são os mais adequados para os alunos.				
A escola criou regras específicas para o funcionamento destes cursos.				
Esta oferta educativa permitiu captar mais alunos para a escola.				
O Conselho de Turma é formado na sua maioria por professores experientes. (professores do quadro)				
O Conselho de Turma é formado na sua maioria por professores contratados.				
Os docentes que lecionam turmas do Curso Vocacional apresentam um maior desgaste.				
A comunicação entre a escola e os Encarregados de Educação é eficiente.				
A escola deve manter o Curso Vocacional, na sua oferta educativa.				
As empresas e a edilidade, estão sensibilizadas para concederem estágios a estes alunos.				

Obrigado pela sua colaboração.

## ANEXO 3 – APROVAÇÃO DAS ENTREVISTAS E QUESTIONÁRIOS

Identificação da Entidade / Interlocutor

Nome da entidade:

Fernando Jorge Morais de Almeida

Nome do Interlocutor:

Fernando Almeida

E-mail do interlocutor:

fernando.jorgealmeida@sapo.pt

Dados do Inquérito

**Número de registo:**

**0468500001**

Designação:

Propostas alternativas de educação no concelho de Alenquer: PIEF e Cursos Vocacionais.

Descrição:

A presente investigação surge no âmbito da dissertação de mestrado em Administração e Gestão Educacional, pela Universidade Aberta e tem como objeto de estudo, as ofertas educativas do concelho de Alenquer e sua importância fase às políticas educativas no combate ao insucesso e abandono escolar.

contextualização:

A massificação do ensino e o desenvolvimento de políticas educativas diversificadas, torna a escola, uma instituição fundamental para o desenvolvimento harmonioso e integrador de todos as crianças e jovens em idade escolar.

O combate ao insucesso e abandono escolar, fizeram surgir diferentes ofertas educativas, destacando-se para o meu estudo a medida educativa PIEF e os cursos vocacionais. Estas duas medidas são respostas "válidas" para a integração dos alunos na escola e na sua comunidade.

O estudo irá centrar-se em duas escolas do concelho de alenquer. Porquê esta escolha? Muito se tem discutido sobre escola inclusiva, ou integradora. Desde assinatura da declaração de Salamanca (Unesco, 1994), Portugal assumiu o compromisso de desenvolver uma escola inclusiva, mas nos dias que correm os custos educativos são vistos como um encargo e não como um investimento. As ofertas educativas estudadas, serão um encargo ou um investimento? Segundo Lopes (2010), a qualificação do trabalho comportaria, como elementos constituintes fundamentais, a formação escolar, a experiência profissional no mercado de trabalho(...).

Objectivos:

Valorizar a oportunidade dada aos estudantes para permanecerem na escola e completarem uma formação adequada às suas expectativas.

Aferir quais os custos económicos e o desempenho pedagógico dos alunos do curso vocacional e da medida PIEF.

Periodicidade:

Pontual

Data do início do período de recolha de dados:

02-03-2015

Data do fim do período de recolha de dados:

30-06-2015

Universo:

Alunos do curso vocacional e da medida educativa PIEF

Unidade de observação:

Método de recolha de dados:

Inquérito por questionário.

Inquérito registado no Sistema Estatístico Nacional:

Não

Inquérito aplicado pela entidade:

Sim

Instrumento de inquirição:

04685\_201412231545\_Documento1.pdf (PDF - 109,09 KB)

Nota metodológica:

04685\_201412231545\_Documento2.pdf (PDF - 564,72 KB)

Outros documentos:

04685\_201412231545\_Documento3.pdf (PDF - 337,87 KB)

Data de registo:

22-12-2014

Versão:

1 (1)

Dados adicionais

Estado:

Aprovado

Avaliação:

Exmo(a) Senhor(a) Dr(a) Fernando Jorge Morais de Almeida

Venho por este meio informar que o pedido de realização de inquérito em meio escolar é autorizado uma vez que, submetido a análise, cumpre os requisitos, devendo atender-se às observações aduzidas.

Com os melhores cumprimentos

José Vitor Pedroso

Diretor-Geral

DGE

## **ANEXO 4 – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO AOS ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO**

Exmo. Senhor Encarregado de Educação,  
Fernando Jorge Morais de Almeida, Professor do Quadro de Zona Pedagógica de nomeação definitiva, encontra-se a realizar uma dissertação de Mestrado na Universidade Aberta, intitulada “**Propostas alternativas de educação no concelho de Alenquer: PIEF e Cursos Vocacionais**”.

Este estudo pretende investigar as ofertas educativa como forma de combater o abandono e insucesso escolar, mas também como uma oportunidade para a vida profissional dos seus alunos.

O trabalho implica a recolha da opinião dos alunos através de um questionário.

Esta carta serve assim para lhe solicitar autorização, para o seu educando responder ao questionário. Toda a informação recolhida será tratada com confidencialidade e todos os participantes serão mantidos anónimos.

Com os melhores cumprimentos, \_\_\_\_\_

Fernando Jorge Morais de Almeida

✂-----

Eu, \_\_\_\_\_ Encarregado de Educação do  
aluno \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, T<sup>a</sup>  
\_\_\_\_\_, autorizo o meu educando a responder ao questionário para efeitos da  
realização da dissertação de mestrado “**Propostas alternativas de educação no  
concelho de Alenquer: PIEF e Cursos Vocacionais**”.

Data: \_\_\_\_\_

Assinatura

\_\_\_\_\_



## ANEXO 5 GUIÃO DE ENTREVISTA AO DIRETOR (A)

### Objetivos

- Perceber em que contexto histórico, educativo, social e cultural, surge o PIEF no Agrupamento de Escolas de Abrigada e o Curso Vocacional no Agrupamento de Escolas do Carregado, os seus princípios metodologias.
- Valorizar a oportunidade dada aos estudantes para permanecer na escola e completarem uma formação adequada às suas expectativas.

BLOCOS	OBJETIVOS	QUESTÕES A COLOCAR
1	Legitimação da entrevista	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Revelar os objetivos da entrevista.</li> <li>• Garantir a confidencialidade da informação prestada?</li> <li>• Solicitar autorização para registar dados da entrevista?</li> </ul>
2	Conhecer o entrevistado a nível profissional.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Percurso profissional e académico, quanto tempo de serviço, cargos desempenhados, há quanto tempo desempenha o cargo se Diretor.</li> </ul>
3	Conhecer o curso PIEF e a sua relação com a Escola.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Como se iniciou esta oferta educativa?</li> <li>• Quais são as características dos jovens que integram estes cursos?</li> <li>• Como são selecionados os jovens para o (curso vocacional)?</li> <li>• Como descreve a relação destes jovens com a escola?</li> </ul>
4	Princípios metodológicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Em que aspectos o Curso Vocacional se afasta do ensino regular? Como foi elaborado a seu plano curricular?</li> <li>• Como é que a escola pensa a abordagem pedagógica destes jovens? O que se espera do trabalho desenvolvido com estes jovens?</li> <li>• O que é importante no PIEF (Curso Vocacional) e para a Escola: o processo pedagógico, de nova oportunidade ou de integração do aluno.</li> <li>• Como são recrutados os profissionais envolvidos no PIEF, (Curso Vocacional)?</li> <li>• Os profissionais têm algum tipo de formação? Quem ministra essa formação?</li> </ul>

5	Escola e Formação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Que tipo de futuro espera a Escola e a comunidade destes jovens?</li> <li>• Depois de acabarem o PIEF (Curso Vocacional), estes jovens são acompanhados pela Escola?</li> </ul>
6	Expressão livre para abordar temas pertinentes	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Qual é papel das empresas e das famílias no processo educativo destes jovens?</li> <li>• Que avaliação faz entre a parceria Escola/Instituto de Segurança Social?</li> </ul>
7	Agradecer a colaboração	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Agradecer a colaboração pela entrevista.</li> </ul>

## **ENTREVISTA AO DIRETOR DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DO CARREGADO**

### **P- Percurso profissional e académico.**

R – Sou Engenheiro Técnico. Fiz um bacharelato em Engenharia Electrónica e Comunicações. Mais tarde fiz uma licenciatura e mestrado em Administração Escolar e Gestão educacional. Em termos da formação inicial venho da área das engenharias, que me confere habilitações para o grupo 230 (Matemática e Ciências da Natureza).

### **P – Quanto tempo de serviço?**

R- Vinte e nove anos de serviço.

### **P- que cargos desempenhou até ao momento?**

R- Não me recordo de não ter desempenhado nenhum cargo na Escola. Fui: diretor de turma; diretor de instalações; coordenador de diretores de turma; delegado e coordenador de departamento; coordenador do programa Eco-Escolas, que se iniciou em 1996/97, e desde aí a Escola e agora o Agrupamento de Escolas do Carregado, continua a ser uma Eco-Escola. Está neste momento entre as 10 Escolas dos país que ininterruptamente é uma Eco-Escola; fui ano e meio vogal de um Conselho Executivo, na Póvoa de Santa Iria.

### **P- Há quanto tempo desempenha o cargo de Diretor?**

R- Estou há seis anos. Cargo que desempenho com todo o gosto e disponibilidade, não sendo um cargo fácil, mas se todas as coisas fossem fáceis, deixavam de serem um desafio. Portanto, gosto daquilo que estou a fazer. Não o faço por obrigação, tento dar o meu melhor em prol dos alunos, dos profissionais da Escola (professores e auxiliares de ação educativa) e das famílias dos alunos.

### **P- Há quanto tempo de iniciou esta oferta educativa no Agrupamento de Escolas do Carregado?**

R- O Curso Vocacional tem um ano de existência (ano letivo, 2014/15). Porque é que iniciamos esta oferta educativa? Primeira situação, os Cursos de Educação e Formação, têm uma tradição no Agrupamento de Escolas do Carregado e eram lecionados desde o ano letivo 2001. No entanto, esta oferta educativa terminou para o Ensino básico à dois anos, ou seja o último CEF terminou no ano letivo de 2013/14. Teríamos de dar resposta a um conjunto de alunos, que têm interesses perfeitamente diferentes do ensino regular, daí surgir o Curso Vocacional. Esta oferta educativa, no ensino básico, começou como uma experiência piloto, que já tem alguns anos, embora com uma adesão pouco significativa se recuarmos à cerca de 4 anos. A Tutela divulgou e incentivou as Escolas a participar nesta nova oferta educativa.

Quando aderimos a esta oferta educativa recolhemos informações sobre o seu funcionamento, junto de quem já tinha tido essa experiência (Agrupamento de Escolas Damião de Goes). Tentamos perceber como correu essa experiência e concluímos que não foi um tiro no pé. Portanto, o Curso vocacional surge de uma necessidade de dar continuidade a uma oferta, para alunos que o ensino regular não lhes diz grande coisa. Por outro lado o Agrupamento de Escolas do Carregado, é um agrupamento inclusivo e tem que estar atento aquilo que pode fazer pelos seus alunos. Dai avançarmos para este desafio. Em termos de suporte legislativo, não existe um grande suporte, existe dentro da autonomia das Escolas, à todo um espaço que a própria Escola tem que conquistar no sentido de procurar fazer o melhor possível para enquadrar estes alunos.

**P- Quais são as características dos jovens que integram esta oferta educativa?**

R- As características estão definidas em diploma, isto é, têm que ter duas retenções ao longo do seu percurso escolar, têm que estar num patamar etário, que permita efetivamente frequentar esta oferta educativa.

**P- Como são selecionados os alunos que frequentam o Curso vocacional**

R- Os alunos são previamente sinalizados pelos diversos Conselhos de Turma, o encarregado de educação terá de dar a sua autorização para o aluno ser entrevistado pelos técnicos do Gabinete de Psicologia de Orientação. Foram feitas entrevistas a todos os alunos, para se perceber se estes estavam adaptados à oferta. Aos Encarregados de Educação, foram explicadas as vantagens e desvantagens desta oferta educativa. Já tivemos casos em que a entrevista foi importante, pois não conduziu à integração destes jovens no curso. É fundamental que o aluno seja ouvido, que se perceba as suas expectativas e assim percebemos se pode vir ou não a ter sucesso educativo.

Um dos aspetos para mim importantes, é o diretor conhecer os seus alunos, às vezes diz-se: “são tantos que isso não é possível”. Eu considero que é possível, desejável e fundamental. Eu à partida conheço as características dos alunos que frequentam o Curso Vocacional, o que me permite de alguma maneira (não sendo técnico especializado) aferir se estamos perante uma situação de sucesso ou de insucesso.

**P- Como descreve a relação destes jovens com a Escola?**

R- Os alunos que optam por esta oferta educativa, acabam mais cedo ou mais tarde, por serem quase uniformizados, ou seja, a especificidade de cada um relativamente à sua problemática, não desaparece na totalidade, mas acaba por se atenuar pois estão quase todos

ao mesmo nível. Isto significa que é criado um espírito de grupo. Apesar de termos alunos a fazerem recuperação de módulos, por questões de assiduidade, foi uma agradável surpresa perceber que a grande maioria não falta à Escola, não houve desistências, houve apenas duas situações de transferências. Portanto, o estar na Escola, o estar numa oferta educativa diferente, não causou falta de adaptação, pelo contrário eles percebem que a escola está a fazer um investimento neles.

**P- Em que aspetos o Curso Vocacional se afasta do ensino regular?**

R- Primeiro, a própria forma de avaliação. Os alunos são avaliados por módulos, portanto cada disciplina tem o seu plano curricular, define o número de módulos e os conteúdos que irão ser trabalhados ao longo de dois anos.

Isto parecendo que não, é uma situação nova para os alunos e poderá ser motivadora.

Os alunos poderão concluir o módulo num período de 3 ou 4 semanas, isto acaba por ser motivador e ao mesmo tempo um desafio. Enquanto o ensino regular, é contínuo, formatado com três períodos de avaliação, sendo a avaliação final o epílogo, ou se tem ou não sucesso educativo. No modelo de módulos, os alunos tendem a ser mais responsabilizados, pois se deixarem módulos por fazer terão obrigatoriamente de os fazer durante o ano, ou num exame final.

É uma forma de responsabilizar o aluno e a sua família, com o objetivo de quantos mais módulos fizer mais depressa termina esta etapa no seu percurso educativo.

**P- Como foi elaborado o plano curricular?**

R- Relativamente ao plano curricular, há uma obrigatoriedade no cumprimento de um número de horas. Depois temos, uma componente geral e vocacional. A questão é perceber se este plano curricular, é mais ou menos positivo para estes jovens. Eu penso que a parte vocacional tem sido uma surpresa, pois com o conhecimento adquirido com os, CEF's e PCA, o Projeto Educativo do Agrupamento e os seus recursos humanos e materiais, são geridos à medida das áreas vocacionais oferecidas aos alunos. Isto é, qualquer curso vocacional não pode de maneira nenhuma desprezar, os seus recursos humanos e equipamentos específicos para aquilo que pretende oferecer à sua comunidade escolar. Aquilo que fizemos neste curso, foi ter uma componente vocacional, onde já houvesse alguma experiência. Socorremo-nos como já afirmei, da nossa experiência dos Cursos de Educação e Formação: logística, armazenagem, informática e cozinha, e achamos que seria uma boa oferta para estes alunos.

Não partimos de um modelo já totalmente elaborado, fomos construindo ao longo do tempo. Este primeiro ano serviu para isso, e é interessante dizer o seguinte: eu como Diretor do Agrupamento, achei que era importante sondar professores e departamentos, no sentido de uma nova oferta. Foi muito interessante verificar que o departamento de matemática e ciências experimentais e o departamento de expressões, fizeram um conjunto de propostas interessantes para um novo curso vocacional que queremos abrir no próximo ano letivo, como por exemplo: curso de eletricidade, animação sociocultural e queremos continuar com o curso de informática mas com diversas variantes (multimédia). Estas propostas já chegaram ao conselho Pedagógico e foram aprovadas. Com isto, temos uma oferta educativa variada dentro das metas orientadoras do projeto Educativo.

**P- Como é feita a abordagem pedagógica a estes jovens?**

R- Embora tenha que haver uma forma muito própria para lidar com estes jovens, não podemos passar por cima do regulamento interno. Claro que temos problemas disciplinares, tivemos três processos disciplinares ao longo de todo o ano letivo, facilmente resolvidos. Mas o que foi mais surpreendente, foi o nível de sucesso educativo, num conjunto de 20 alunos, existem 7 com sucesso pleno e depois cerca de 10 com possibilidades de concluírem também com sucesso este primeiro ano. Temos 3 jovens que estão com grandes dificuldades, o curso vocacional foi uma tentativa de integração, mas poderá não ser a solução. Olhando para tudo isto, o sucesso deste primeiro ano, deixa-nos com boas expectativas, e podemos afirmar que foi uma boa aposta.

O que posso garantir é que há uma preocupação enorme, aquando da distribuição de serviço, em que os professores mais experientes tenham essas turmas.

**P- Como são recrutados os profissionais envolvidos no Curso Vocacional?**

R- Normalmente temos algum cuidado na escolha dos professores que vão lecionar as turmas do Curso vocacional, já o tínhamos quando lecionávamos os Cursos de Educação Formação. É evidente que temos de perceber, que o conselho de turma deve ser constituído por profissionais com perfil para gerir situações de conflito de uma forma mais assertiva e que dê confiança a estes alunos. Mas nem sempre conseguimos ter as pessoas certas, no sítio certo.

**P- O que se espera com o trabalho desenvolvido com estes jovens quando acabarem a curso?**

R- Durante este dois anos, os alunos têm que ter 70% dos módulos concluídos, para poderem ter aproveitamento. Esse aproveitamento vai atribuir-lhes a equivalência ao 9º ano de escolaridade. Tendo em atenção o seu percurso escolar e a sua faixa etária, esta oferta educativa, surgiu como uma oportunidade de em dois anos fazerem o 3º ciclo e continuarem o seu percurso escolar, no ensino secundário, ao nível da vertente profissional ou num curso vocacional. Mas existem limitações, se os alunos quiserem seguir o ensino regular, terão que fazer os exames nacionais de Português e Matemática. Mas percebemos que não é essa a intenção, nem deles, nem das famílias. A grande intenção é que eles concluam o 9º ano, saindo depois para o mercado de trabalho e conseguir ter algum sucesso, pois já tiveram o primeiro contacto com o mundo do trabalho, através da parte vocacional, que apesar de não ter certificação e ser simulada é muito importante. Apesar desse contacto ser superficial, em alguns casos, não tenho dúvidas, que vai influenciar decisivamente os seus futuros. Vou dar-te um exemplo concreto, eles são obrigados em cada área vocacional a terem uma prática simulada de 70 horas, são três áreas, têm que ter 210 horas. Estamos a falar em 10 dias de trabalho, com um horário de 7 horas diárias, ora isto é insuficiente para consolidação de conhecimentos, mas tem um impacto positivo, abre horizontes, leva alguns alunos, aqueles que são mais empenhados e que estão a ter sucesso, a olharem para isto como uma oportunidade. Nesta altura fizemos uma parceria muito interessante, com o Centro de Formação da Força Aérea, na Ota. Esta parceria resultou devido a contactos próximos da Sr.ª Diretora de Turma, com a Força Aérea e tivemos a oportunidade de falar com os responsáveis para agilizarmos esta parceria, isto Porquê? Poderá algum aluno estar interessando num percurso militar. No entanto, os responsáveis do Centro de Formação da Força Aérea, estavam convencidos que o tempo de estágio era quase de dois meses e quando se viram confrontados com estágios de dez dias, ficaram um pouco desiludidos, o que se faz em dez dias! Mas esses dez dias marcaram os jovens que por lá passaram. Abriu-lhes horizontes que podem mais tarde dar bons resultados. No entanto, o grande foco da escola está na conclusão do 9º ano. Depois, a possibilidade de continuação de estudos no ensino secundário, dar-lhes uma alternativa para o seu futuro.

**P- O que é importante no curso vocacional e para a Escola: o processo pedagógico de nova oportunidade ou de integração do aluno.**

R – Muito sinceramente, eu acho que é uma excelente oportunidade. Continuo a dizer, que as dúvidas são muitas e as certezas são poucas, mas há muita vontade dos docentes através

do seu empenho e dedicação, conseguem despertar nestes alunos o interesse pelas atividades escolares. Isso só é possível devido a tradição que a este agrupamento tem com turmas de CEF e PCA. Para a Escola é um desafio, há um novo paradigma, que é chegar ao exterior e explicar esta oferta educativa de forma a que as diversas entidades colaborem. Este percurso está a ser trilhado e estou convencido que através do conhecimento que vamos tendo da comunidade, e de fazer chegar à comunidade o que se pretende, conseguiremos assim a integração do aluno na escola, assim como na sua comunidade.

**P- Os profissionais que lecionam o curso vocacional têm algum tipo de formação?  
Quem ministra essa formação?**

R- Não. Para nós o perfil é fundamental, às vezes temos surpresas agradáveis de docentes que vêm de realidades até mais difíceis (como PIEF), ou que exerciam funções em estabelecimentos prisionais. Estes por vezes trazem uma mais valia para os alunos. Portanto, os professores que foram integrados na Escola há dois anos por via do concurso nacional de professores, e foram muitos. Houve uma grande mobilidade, antigamente a Escola do Carregado era conhecida por ter muitos professores contratados. mas há dois anos para cá, as coisas mudaram os professores que pertencem ao nosso quadro tiveram que ocupar os seus lugares de origem, o que deu mais estabilidade ao corpo docente, assim como mais tarimba no tratamento com turmas mais conflituosas. Por outro lado a Escola tem um longo historial, com diversos tipos de ofertas educativas, o que obriga a um recrutamento de docentes, mais experimentados para essas turmas.

Relativamente à formação, não há uma formação específica nesta área, mas terá de ser uma preocupação da Escola e do seu Centro de Formação, assim como do professor, na sua autoformação. No entanto este aspeto é algo que tem que ser equacionado, porque é fundamental. A experiência não é tudo, nem chega para tudo, há coisas que precisam de ser adquiridas, há técnicas que podem melhorar significativamente a questão de relacionamento. Mas neste ano letivo, o conselho de turma do curso vocacional é composto por onze docentes sendo só um contratado, ou seja nesta universo temos professores muito experientes, mas mesmo assim podem sempre acontecer surpresas desagradáveis, devido ao mau comportamento dos alunos e mesmo ao desgaste do professor. Os docentes que ministram este curso, têm um trabalho extra, quer na construção dos elementos de avaliação, quer na atribuição das avaliações para o efeito de conclusão de módulos, quer na recuperação de aulas, na recuperação de módulos, tudo isto é um trabalho acrescido. No ano letivo 2015/16,

vou tentar implementar na carga horária dos docentes do Curso Vocacional, um momento de encontro para poderem partilhar experiências, materiais didáticos, sem ter que ser fora do seu horário de trabalho.

**P- Depois de acabarem o curso, a Escola irá acompanhar estes alunos?**

R- Há cerca de três anos que a Escola faz a monitorização dos alunos que terminaram o 9º ano, dos alunos que concluíram o CEF e certamente irá fazer a mesma coisa com os alunos que concluírem o curso vocacional.

É interessante a Escola perceber o que os seus alunos estão a fazer, para onde vão, que cursos escolheram, se continuam a estudar,

**P- Qual é o papel das empresas e das famílias no processo educativo destes jovens?**

R- Para que as coisas possam chegara bom porto, para existir o tal sucesso desejável, o envolvimento familiar é fundamental. No Curso Vocacional, tendo em atenção o percurso aos solavancos, de sucesso/insucesso, de retenções e tentativas de abandono, o envolvimento da família é importante se não mesmo fundamental. Muitas vezes é á família que temos que dar a conhecer a importância da Escola na vida dos seus educandos. O papel da Direção e em especial da Diretor(a) de Turma, é fundamental porque é quem estabelece o contacto permanente e pessoal para resolução de problemas.

As críticas que faço a esta oferta educativa, é a sua durabilidade relativamente ao ensino regular. As coisas prolongam-se devido aos estágios, eles terminam as aulas a 17 de Julho, pois todos os anos eles têm que fazer 70 horas de estágios nas áreas vocacionais e se por algum motivo não conseguirem fazer todos os módulos, terão que os recuperar, ou seja eles terminam as aulas um mês depois dos outros alunos. Este é um aspeto que deve ser trabalhado pela equipa do Ministério da educação, poderão reformular o regulamento do Curso vocacional, senão os alunos interrogam-se, afinal eu vim para este curso e estou a ser penalizado com uma carga horária superior aos meus colegas. Outra coisa que me deixa apreensivo, é o que fazer aos alunos que não concluírem 70% dos módulos, ou seja não concluem o curso? Esta oferta educativa não existe em todas as escolas, nem os mesmos curso. Não podemos mandar estes alunos outra vez para o 7º ano. A minha ideia é ter dois cursos vocacionais a funcionar, um do primeiro ano e outro do segundo, ou seja os alunos do segundo ano senão tivessem aproveitamento em 70% dos módulos poderiam integrar a outra turma para assim concluírem o curso. Isto é capaz de ser possível, no fundo é dar mais

uma oportunidade. Outro aspeto que era importante analisar e modificar, é a falta de certificação profissional desta oferta.

Quanto às empresas, como já referi temos parceiros já estabelecidos e outros novos, tudo isto devido à nossa experiência nos cursos de educação formação. O que foi novidade, foi o número de alunos para fazerem estágio, quando antigamente eram sete ou oito, agora são vinte. O que se fez para otimizar os estágios? Dividimo-los em dois grupos. O primeiro grupo foi fazer estágio e o segundo fica a recuperar módulos em atraso, e vice-versa.

Mas como sou um otimista e esta oferta educativa é para o bem dos miúdos, irá ter sucesso.

P- Obrigado pela colaboração.

### **ENTREVISTA À DIRETORA DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DA ABRIGADA**

#### **P- Percurso profissional e académico.**

R – Fiz o 12º ano no Instituto de Artes e Ofícios da Fundação Ricardo Espírito Santos Silva, depois tirei o bacharelato, na mesma instituição, de Artes Decorativas (Design de Interiores). Entretanto começo a trabalhar e mais tarde faço a licenciatura em Comunicação Educacional e Gestão da Informação na Escola Superior de Educação de Leiria. Mais tarde faço uma especialização em Administração Escolar na Universidade de Coimbra e neste momento estou a meio de um mestrado em Gestão Escolar também na Universidade de Coimbra.

#### **P – Quanto tempo de serviço?**

R- Dezoito anos de serviço em áreas tão diversificadas como o ensino recorrente por unidades capitalizáveis (noturno, ensino de adultos e em estabelecimento prisional) e biblioteca.

#### **P- que cargos desempenhou até ao momento?**

R- Fui professora do grupo 600 (Educação Visual) e lecionei também Educação Tecnológica, Design, fui delegada de grupo e diretora de turma, depois com a licenciatura em Comunicação Educacional e Gestão de Informação, fico com habilitações para desempenhar o cargo professora bibliotecária e de Coordenadora das bibliotecas, função que desempenhei durante quatro anos no Agrupamento de Escolas do Carregado. Neste momento desempenho o cargo de Diretora do Agrupamento de Escola da Abrigada.

#### **P- Há quanto tempo desempenha o cargo de Diretora?**

R- Há ano e meio.

**P- Relativamente ao curso PIEF, há quanto tempo de iniciou esta oferta educativa no Agrupamento de Escolas da Abrigada?**

R- O PIEF, iniciou-se no ano letivo 2010/2011. Este programa, surgiu para dar resposta aos alunos do concelho de Alenquer, que têm problemas de abandono e insucesso escolar e por vários motivo foram sinalizados pelos Encarregados de Educação, pelas escolas de origem ou pela à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ).

**P- Quais são as caraterísticas dos jovens que integram este programa de formação?**

R- Nós temos alunos com diversas caraterísticas, temos os nossos alunos que se começaram por fazer um percurso no ensino regular, depois passaram pelo PCA (Percurso Curriculares Alternativos). Temos alunos que não se adaptam há escola, e começam a ter muitas retenções e absentismo e são sinalizados à CPCJ.

**P- Como são selecionados os alunos que frequentam o PIEF?**

R- O aluno tem que ser sinalizado através de impresso próprio, normalmente através da CPCJ, pelo acompanhamento que fazem às famílias. Como têm na retaguarda a CPCJ, ou a Segurança Social, são estas instituições que aconselham os pais para o curso PIEF. Essa sinalização chega à Escola, e depois há uma acompanhamento interno por parte da TIL (Técnica de Intervenção Local), que faz uma primeira entrevista, analisa o percurso escolar do aluno e delibera se o aluno reúne as condições para, integrar este tipo de formação. Depois apresenta um relatório à Segurança social, que validará ou não a inclusão do aluno no curso PIEF. Só depois destes tramites é que o aluno entra nas nossas listas.

Este ano letivo (2014/2015) estamos a proceder de outra forma (todo o processo de sinalização e validação é conduzido pela TIL), de acordo com orientações superiores.

**P- Como descreve a relação destes jovens com a Escola?**

R- No início não foi nada fácil. As regras têm de ser muito bem definidas e levadas à risca porque os alunos estão sempre a tentar infringir. Na semana passada antes de acabar as aulas, mandámos no mesmo dia três alunos para casa, por que eles acham que isto é uma prisão, “porque é que temos que andar sempre acompanhados”. Aquilo que nós lhes fazemos ver, é que há regras instituídas e que são para cumprir, para eles isto é a última oportunidade, é isto ou nada, já não há outra alternativa.

**P- Em que aspetos o PIEF se afasta do ensino regular?**

R- Eles são avaliados por competências (assiduidade, pontualidade, etc.). A sua avaliação é feita em quatro momentos, enquanto o regular tem três. São avaliados em competências distintas: a parte social e académica. À medida que vão atingindo competências, abrem outras e sucessivamente, tendo como objetivo o cumprimento do ciclo escolar. Isto porque o PIEF é de ciclo, por exemplo, o nosso PIEF1, é do 2 e 3º ciclos, o PIEF2, é só do 3º ciclo, só tem alunos do 7º ano para a frente. Em termos académicos, o PIEF tem em conta aquilo que os alunos já fizeram no seu percurso escolar. Em termos de documentação orientadora de todo o processo tende a aproximar-se do ensino regular pois procedemos aos reajustes necessários ao curso PIEF.

**P- Como foi elaborado e plano curricular?**

R- O PIEF em termos curriculares é regido por legislação ministerial. Em relação à matriz curricular, eles têm uma formação sociocultural e artística, científico/tecnológica e vocacional, todas elas com uma carga horária definida, no entanto, todos os anos temos que proceder à apresentação do de um projeto.

**P- Como é feita a abordagem pedagógica a estes jovens?**

R- Normalmente temos algum cuidado na escolha dos professores que vão lecionar as turmas PIEF. Nem todos os professores têm perfil para este tipo de alunos. O conselho de turma, reúne-se uma vez por semana com a TIL, para afinarem uma série de situações, procedimentos, contornos do projeto transversal e postura dentro da sala de aula. Em termos disciplinares, existe muito mais rigor do que no ensino regular. A Técnica aborda diversos problemas com os alunos, desde problemas familiares, problemas com a polícia, problemas de drogas. A Escola, faz também articulação com a Escola Segura, é muito mais presente na Escola, quando o PIEF está a funcionar. A nível disciplinar tivemos que fazer adendas ao Regulamento Interno, por exemplo para suspendermos um aluno, no ensino regular chamamos os encarregados de educação, este toma conhecimento do processo e assina a medida disciplinar. No PIEF não é assim, os encarregados de educação são muito ausentes, e nós não podemos estar à espera que eles viessem à escola, para suspender o aluno. Então a estratégia é, faz-se um contacto telefónico a informar a medida disciplinar aplicada e quando a medida é cumprida a Escola só recebe o aluno se o seu encarregado de educação vier assinar o despacho com a medida aplicada ao seu educando.

**P- Como são recrutados os profissionais envolvidos no PIEF?**

R- Os professores são do nosso quadro de agrupamento, temos como disse há pouco, algum cuidado na sua escolha, mas a peça fundamental é a TIL (Técnica de Intervenção Local), esta acompanha sempre a turma, ou turmas. Até ao ano passado, era a segurança social que colocava a TIL. Este ano não foi assim, tivemos um problema de colocação da TIL, o Ministério da Segurança Social e o da Educação não se entenderam e só no mês passado (março), o Ministério da Educação assumiu a colocação da TIL. A TIL, é uma peça fundamental, para além de fazer um acompanhamento aos alunos em todas as horas que os alunos não estão a ter aulas (intervalos, horas de almoço, quando falta um professor), também leciona uma componente de formação, tipo formação cívica, mas com uma vertente mais social.

**P- Já não há colaboração entre o Ministério da educação e o Ministério da Segurança Social?**

R- Em termos de colocação da TIL, não. Durante todos estes anos funcionou sempre bem, começamos sempre na data prevista, (setembro/outubro). O percurso de sinalizações era feito durante o mês de agosto. Quando nós (escola), pedimos as turmas e colocamos os nomes na plataforma, os alunos estão todos assegurados e está tudo validado, com as sinalizações finalizadas. Este ano, estava tudo organizado, turmas constituídas, mas em setembro a TIL, não foi colocada. Os pais começaram a pressionar a escola, porque não era hábito começar tão tarde. Foi quando percebemos que isto não ia funcionar nos mesmos moldes. Chegamos a dezembro e não tínhamos a técnica e começamos a questionar o Ministério da Educação, porque ou se começava, ou estes alunos tinham que voltar para o ensino regular. O Ministério da Educação, começou a dizer que tínhamos que avançar, pelos menos com os alunos que pertenciam à Escola. Em conselho pedagógico decidimos avançar com a abertura do PIEF para os nossos alunos, porque não os podíamos devolver a ninguém, começamos com 4 alunos numa turma e 6 noutra. Em março a TIL, é contratada e assim ficam reunidas as condições para chamar todos os alunos inscritos no PIEF, que estavam em casa e ficaram as turmas completas.

**P- Os profissionais que lecionam o curso PIEF têm algum tipo de formação? Quem ministra essa formação?**

R- Não. Em relação à formação dos docentes, está a existir hoje e amanhã, (25 e 26 de março) uma formação para a TIL e diretores de turmas PIEF. Não sabemos até que ponto essa formação possa abranger os outros docentes. No ano passado, a segurança social deu um dia

de formação, que foi para os professores que lecionam PIEF, para técnicas da CPCJ e Polícia de Segurança Pública, no fundo foi para perceberem as linhas orientadoras do curso e como se deve fazer uma sinalização, ou seja, para agilizar o processo de sinalização.

**P- Que tipo de futuro espera a escola e a comunidade destes jovens?**

R- Este tipo de curso é considerado como uma última oportunidade para estes alunos é uma última resposta, ou seja, eles se não fizerem o 3.º ciclo ou 2.º ciclo neste formato, não o vão fazer em nenhum lado. Só que estes miúdos não querem nada. Enquanto isto não começou estavam constantemente a massacrar-nos “Isto nunca mais começa, estamos ansiosos por começar”. Começou, “isto é uma chatice”. Em 22 alunos, temos se calhar 8 que conseguem perceber, a importância do curso e estão empenhados, cumprem com as regras e tentam puxar pelos outros. Porque é-lhes pedido muito pouco. O que nós (escola), insistimos e tem resultado muito bem é a parte dos estágios. Arranjar as parcerias certas, ir ao encontro dos alunos, isso é muito importante para a formação integral dos alunos e é gratificante quando alguns deles conseguem dar continuidade aos estágios ficando a trabalhar nas empresas.

**P- Qual é o papel das empresas e das famílias no processo educativo destes jovens?**

R- As empresas são fundamentais, primeiro negociar com as empresas a aceitar estes alunos para estágio, porque se alguma coisa corre mal é “um rastilho” para as outras, ou seja isto tem que ser muito bem negociado, muito bem escolhido. Temos que ter a noção se eles estão preparados para o estágio, porque têm que cumprir horários, ordens, é o mundo do trabalho. O que nos dá alguma segurança, é o percurso já feito anteriormente, assim como a adequação os estágios aos interesses dos alunos pelo que por vezes surgem situações completamente díspares. Em relação à família, são muitas vezes desestruturadas, por exemplo, tenho dois alunos institucionalizados, que vêm todos os dias de Lisboa, aqui o acompanhamento da TIL, é fundamental, é mesmo familiar. O sucesso do PIEF também está muito relacionado com a definição de um projeto global para os alunos, em que todos trabalhem para o mesmo objetivo, que articule competências sem estarem a canalizar esforços individualmente.

**P- Que avaliação faz entre a parceria Escola/Instituto da Segurança Social?**

R- Eu acho que as coisas funcionaram muito bem. Funcionaram muito bem no ano passado, tínhamos uma relação ótima com eles, mesmo com a instituição que forneceu a TIL – Santa Casa da Misericórdia da Merceana, a parceria era impecável. A nível da segurança social, tínhamos também uma pessoa que era o nosso interlocutor, com quem fazíamos as sinalizações e pedíamos ajuda, correu sempre tudo muito bem. Não percebo este “divórcio”!

Eu não vejo com bons olhos esta separação, porque acho que o PIEF é mais uma resposta com um carácter muito muito social.

P- Obrigado pela colaboração.



## **ANEXO 6 – ENTREVISTA À TÉCNICA DE INTERVENÇÃO LOCAL**

**P- Percurso profissional e académico.**

R – A minha formação é na área de Psicologia Criminal do Comportamento Desviante. Tenho uma pós-graduação em Criminologia e estou a fazer outra em Neuropsicologia pediátrica.

**P – Há quanto tempo trabalha como TIL, ligada ao PIEF?**

R- Foi este o primeiro ano.

**P- Que tipo de relação procura promover com estes jovens?**

R- Uma relação de confiança. Sobretudo uma relação de confiança. Que é, o que eles não têm da maior parte das pessoas que os rodeiam. Quando eles desenvolvem essa relação de confiança, depois o trabalho está muito mais facilitado. Porque eles percebem que à exigências, mas também, há contrapartidas. Quando eles necessitam de alguma coisa, sabem que podem contar connosco e isso é muito importante para eles.

**P- Que tipo de relação tem com a família ou com os Encarregados de Educação destes jovens?**

R- Uma relação mais próxima possível. Mas depende das famílias, há famílias que são muito difíceis de abordar, porque já estão envolvidas, no tribunal ou na CPCJ (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens) e tendem a fugir um bocadinho destes contactos. Sempre que o aluno falta de manhã, ou não chega a horas, contactamos a família para lhe darmos essa informação e tentamos perceber o porquê do atraso e se o Encarregado de Educação tem conhecimento. Noutras situações mais complicadas, se o aluno ou aluna, têm um comportamento que consideramos, que não é o mais adequado, ou que nos faz pensar que anda com alguns problemas fora da Escola, também entramos em contacto com a família no sentido de tentar promover todo o tipo de acompanhamento, seja médico ou psicológico, para resolver a situação.

**P- O que espera com o trabalho desenvolvido com estes jovens?**

R- Que eles tenham sucesso. Que concluam o 2º ou 3º ciclos e se for objetivo deles continuarem os estudos ou adquirirem ferramentas básicas para o mundo do trabalho.

**P- Quando considera ter havido sucesso com um aluno PIEF?**

R- Quando eles têm sucesso educativo e profissional, ou quando consigam desenhar um projeto de vida. Muitos deles chegam aqui sem qualquer projeto, não têm nenhum objetivo,

não têm nenhum gosto a nível profissional. Eu acho que o objetivo deles pode não passar pela Escola, que mas tenham um projeto de vida, que digam, eu gosto de determinada área, quero trabalhar nesta área. Grande parte deles chega aqui sem esse objetivo. Não se interessam por nada, não fazem nada para ocupar o tempo. Se conseguirmos que eles criem esses objetivos, já é uma vitória.

**P- Os alunos têm noção que se falhar esta formação a Escola nada mais tem para lhes oferecer?**

R- Não. Muitas vezes não têm essa noção.

**P- Que tipo de relação estes jovens têm com a Escola?**

R- Têm uma relação muito má. Por algum motivo foram postos de parte pelo sistema, as pessoas tentam que haja uma mudança comportamental, na assiduidade ou a nível de comportamento em sala de aula. Os alunos não conseguem mudar esse comportamento, e isto não se trata de querer, mas sim de não ter bases, alicerces para conseguir a mudança comportamental. Como não conseguem mudar, o sistema deixa de investir neles e eles ao deixarem de ter alguém que os pressionem à mudança, rejeitam a Escola, porque começa a ser um sítio muito desagradável para estar. Portanto eles quando chegam aqui vêm com essas ideias, que as pessoas os rejeitam, que são postos de parte. Para fazer com que eles próprios mudem essa ideia, que é um estereótipo geral que as pessoas têm dos alunos do PIEF, e eles próprios têm deles, pois eles próprios se poem de lado. Para mudar esse mentalidade é difícil, mas quando se muda, eles conseguem alcançar os objetivos e sentem-se motivados e começam a gostar novamente de vir à Escola.

**P- A Escola têm capacidade técnica para lidar com este tipo de jovens?**

R- Sim. Através das nossas reuniões semanais apercebemo-nos como é que eles funcionam e quais são as dificuldades de cada um, sendo assim é mais fácil ajudar e tornar o sistema mais apelativo para eles.

**P- Será esta a oferta educativa mais apropriada para estes jovens se inserirem na sociedade?**

R- Naquilo que existe sim. A maior parte deles nunca se integraria num CEF ou num curso profissional. Aliás chegam-nos muitos jovens provenientes dessas ofertas educativas. Essas formações exigem tolerância à frustração, coisa que eles não têm, esforço, cumprir objetivos, cumprir módulos, ter uma estratégia e eles não têm nada disso. Perante isto, esta é a oferta

pedagógica que mais se adequa no sentido que é adaptado caso a caso, os professores vão sempre ao encontro do aluno.

**P- Que avaliação faz do curso PIEF, como forma de combater o insucesso e abandono escolar?**

R- Uma vez que a legislação obriga a frequência escolar até aos 18 anos, é uma boa solução. É uma oferta educativa muito individualizada, é um percurso que vai de encontro aos objetivos pessoais de cada aluno. Quando se integram têm sucesso, e quando vêm que têm sucesso gostam e muitos deles pensam em prosseguir e finalizar o 12º ano, porque conseguiram mudar a mentalidade relativamente à Escola. Ao perceberem que se cumprirem certas regras, fazerem alguns sacrifícios e ter tolerância à frustração são bem sucedidos, levam os a finalizar os ciclos escolares e a matricularem-se em cursos profissionais. Isto é uma coisa muito positiva, pois quando chegam ao PIEF, a maior parte estava em abandono escolar ou absentismo, não querem saber da escola para nada. Isto é uma grande vitória, uma mudança de mentalidade relativamente ao sistema.

P- Obrigado pela colaboração.



## ANEXO 7 – REMUNERAÇÃO E QUALIFICAÇÕES

### Remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem: total e por nível de qualificação

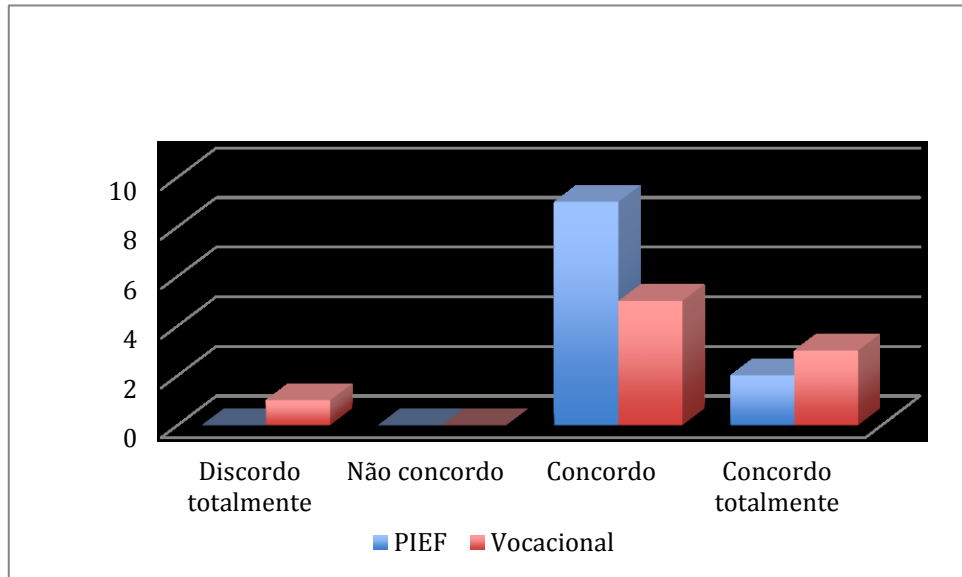
Euro - Média

Anos	Níveis de qualificação									
	Total	Quadros superiores	Quadros médios	Encarregados, contramestres e chefes de equipa	Profissionais altamente qualificados	Profissionais qualificados	Profissionais semiquificados	Profissionais não qualificados	Praticantes e aprendizes	
1985	149,9	386,4	289,1	208,3	213,4	150,3	125,2	111,4	81,4	
1986	178,4	465,1	351,4	245,2	259,4	178,4	149,9	132,0	97,1	
1987	204,7	537,9	410,1	287,4	297,9	204,9	172,4	150,3	117,1	
1988	225,3	615,5	453,0	318,5	327,8	227,2	189,3	165,0	130,5	
1989	254,0	702,0	509,6	363,1	373,1	253,0	208,7	183,9	149,0	
1990	x	x	x	x	x	x	x	x	x	
1991	348,7	989,0	694,6	496,9	509,9	336,9	280,4	247,0	209,7	
1992	398,2	1.134,4	789,1	565,8	581,4	380,0	313,7	281,9	238,7	
1993	443,0	1.266,4	865,6	623,2	637,9	418,0	337,9	311,0	266,7	
1994	477,9	1.372,0	903,9	666,8	682,2	441,9	364,5	326,4	286,8	
1995	493,0	1.403,4	1.047,3	691,6	737,8	461,0	385,1	332,1	289,2	
1996	521,8	1.481,0	1.031,1	724,4	763,0	473,0	381,9	350,9	310,7	
1997	534,8	1.563,0	1.063,1	752,5	789,5	476,4	392,3	368,6	320,5	
1998	565,4	1.620,8	1.128,2	792,5	836,1	506,0	402,3	367,6	330,5	
1999	586,3	1.692,2	1.148,7	810,6	871,8	519,3	414,7	381,5	351,8	
2000	612,0	1.737,4	1.200,0	841,8	893,8	532,4	432,2	393,4	369,8	
2001	x	x	x	x	x	x	x	x	x	
2002	685,0	1.982,5	1.340,2	909,2	999,0	584,1	472,0	425,0	404,9	
2003	711,4	1.960,0	1.316,4	928,9	1.015,8	599,8	483,7	436,6	413,8	
2004	738,8	1.964,0	1.343,9	952,8	1.060,9	616,1	508,4	449,3	422,3	
2005	764,7	2.120,3	1.382,9	989,6	1.095,8	630,5	518,6	468,2	436,1	
2006	786,6	2.109,0	1.395,9	1.020,7	1.108,4	643,2	544,9	469,0	449,0	
2007	806,1	2.063,0	1.412,5	1.063,0	1.137,5	669,5	557,1	481,1	467,5	
2008	843,2	2.120,2	1.454,5	1.089,7	1.165,2	685,9	570,3	499,7	489,5	
2009	867,5	2.158,1	1.468,2	1.106,4	1.177,3	698,1	577,0	522,8	510,0	
2010	↓ 899,0	↓ 2.114,9	↓ 1.422,6	↓ 1.235,4	↓ 1.151,9	↓ 718,1	↓ 581,4	↓ 542,9	↓ 534,3	
2011	905,1	2.105,3	1.426,0	1.243,7	1.160,2	722,8	587,0	554,6	542,3	
2012	914,1	2.092,4	1.427,4	1.274,2	1.168,3	725,6	589,3	557,8	546,5	

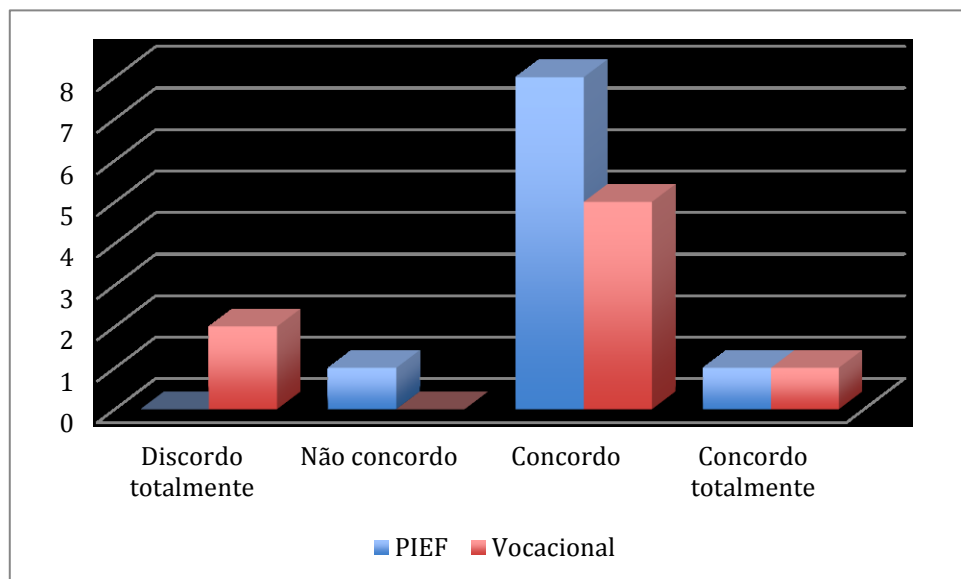
Remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem: total e por nível de qualificação  
Fontes de Dados: GEP/MSSS (até 2009); GEME (a partir de 2010) - Quadros de Pessoal  
Fonte: PORDATA  
Última atualização: 2014-05-05



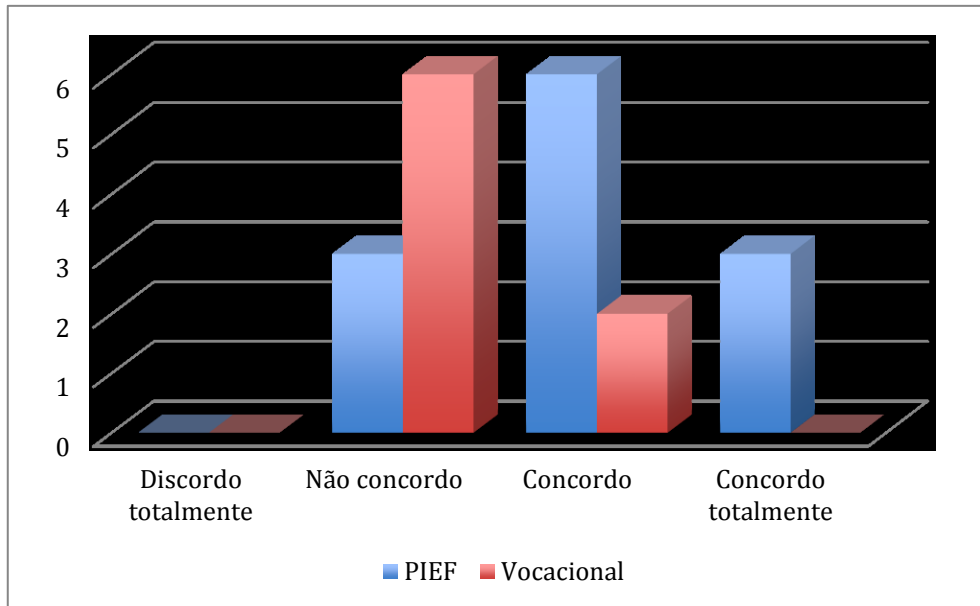
## ANEXO 8 GRÁFICOS



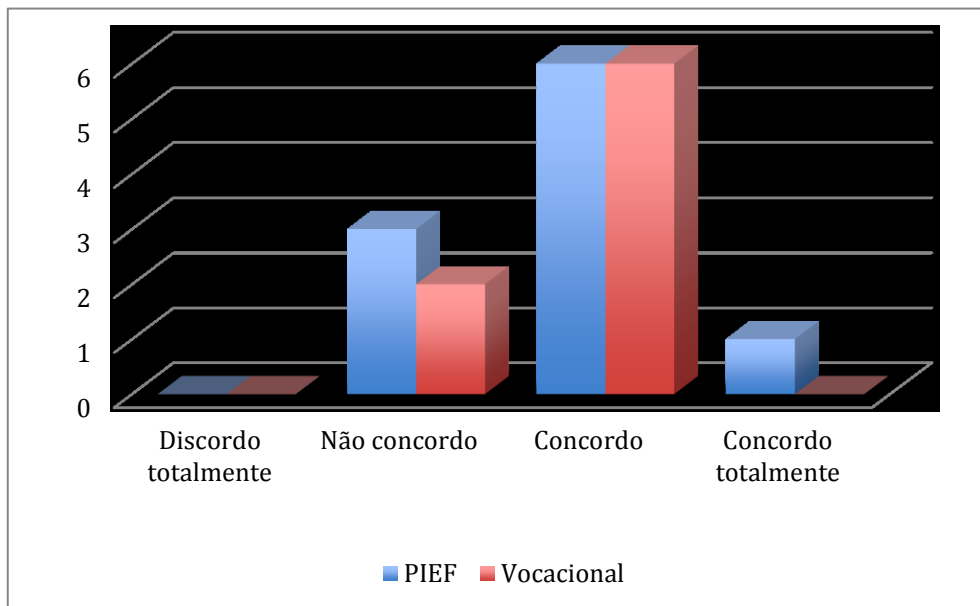
**Gráfico nº 5.28 - Captação de Alunos**



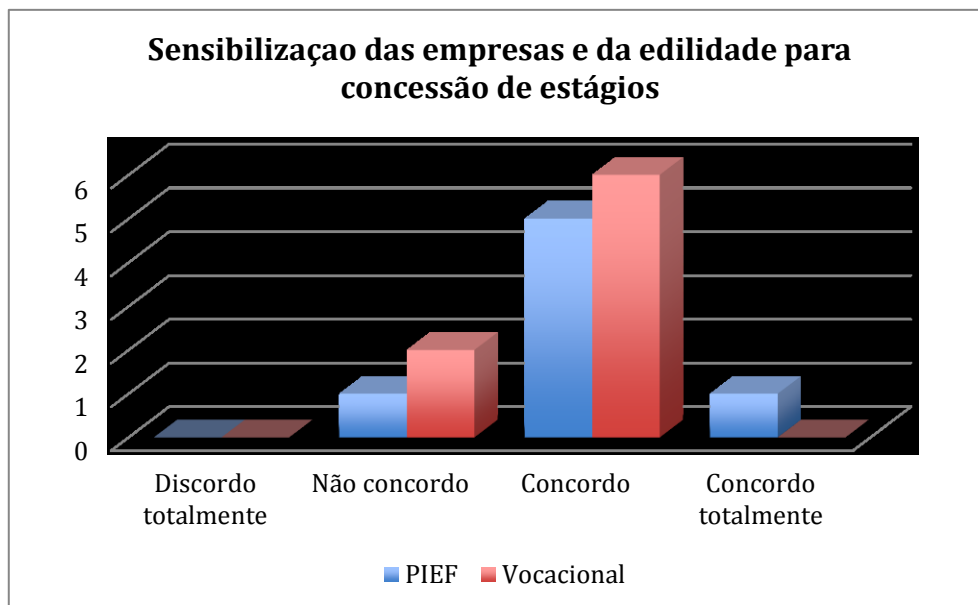
**Gráfico nº 5.29 – Estágios adequados aos alunos**



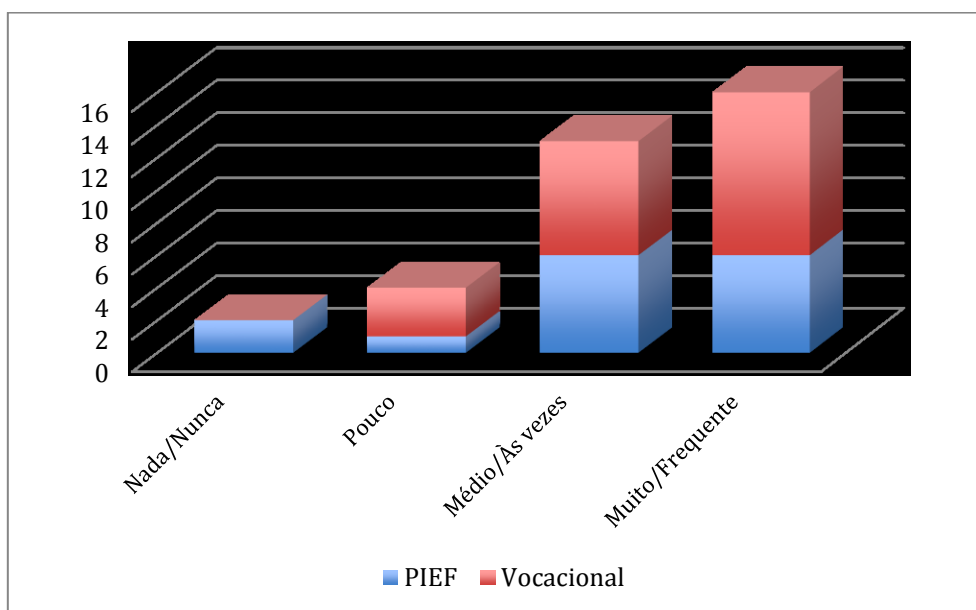
**Gráfico nº 5.30 – Regras para o funcionamento dos cursos**



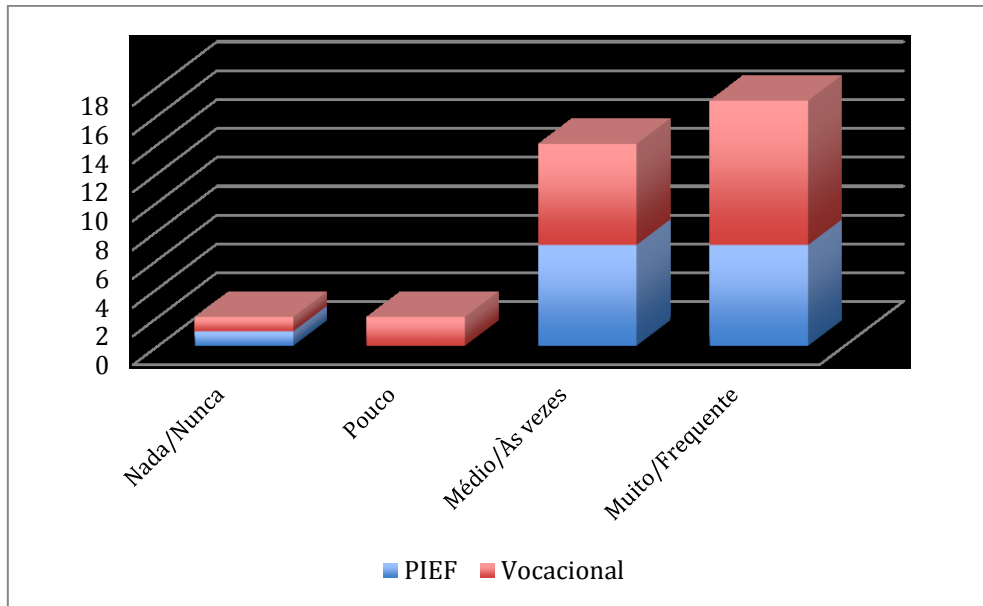
**Gráfico nº 5.31 – A Escola deve manter esta oferta educativa**



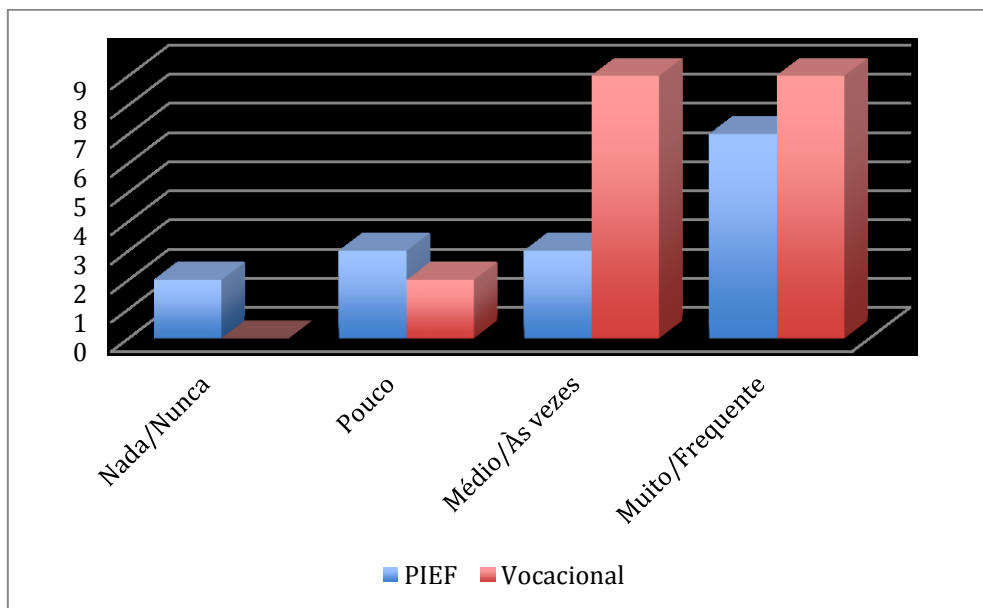
**Gráfico nº 5.32 – Sensibilização das empresas e da edilidade para a concessão de estágios**



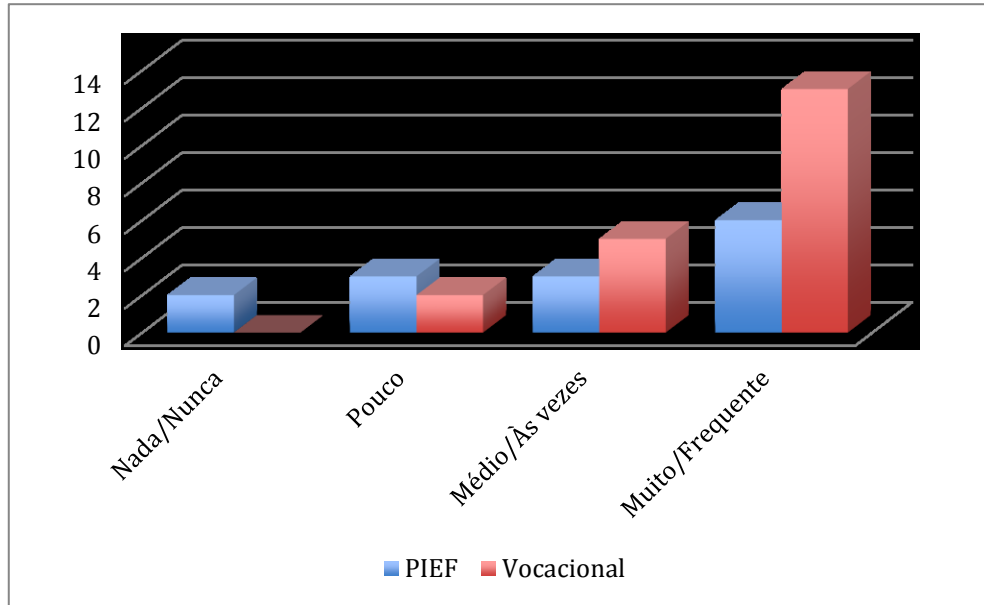
**Gráfico nº 5.33 – Assiduidade**



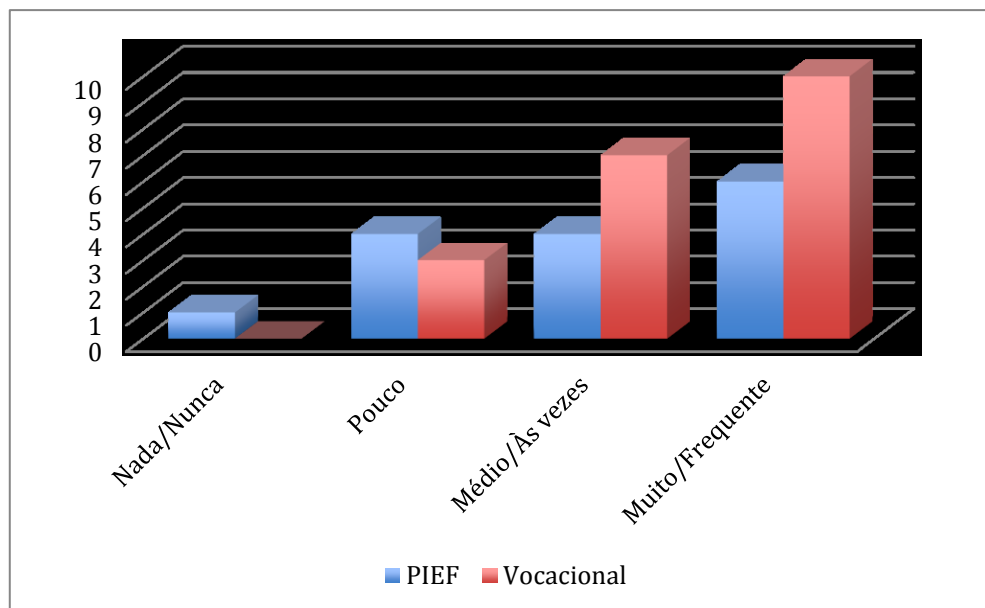
**Gráfico nº 5.34 – Pontualidade**



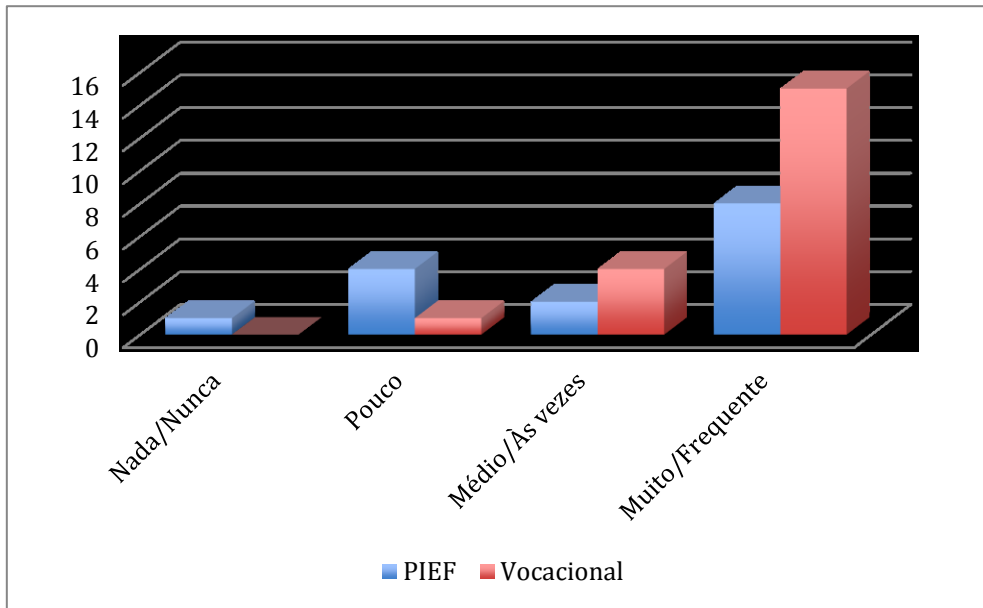
**Gráfico nº 5.34 – Responsabilidade**



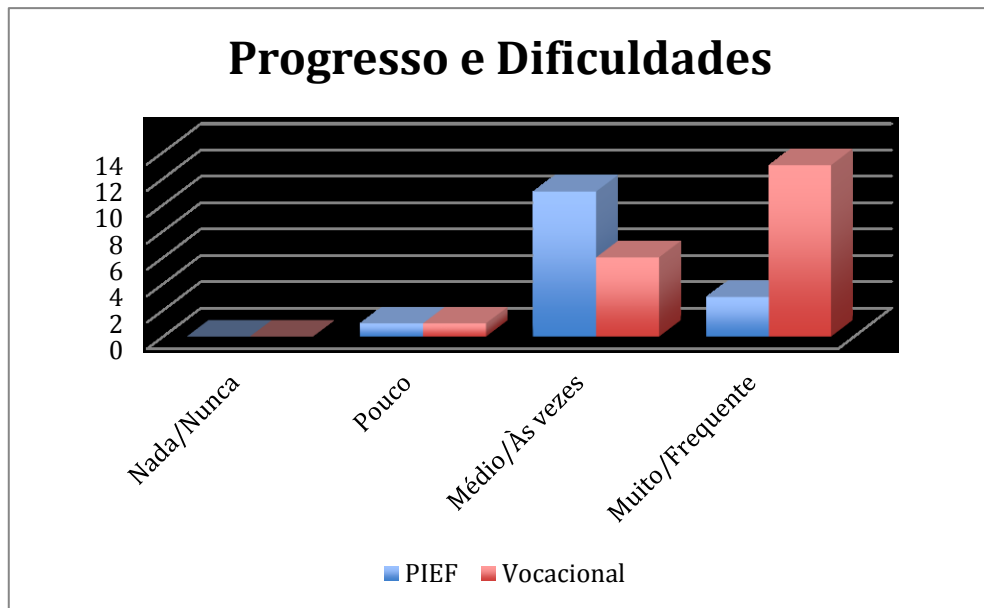
**Gráfico nº 5.35 – Material Escolar**



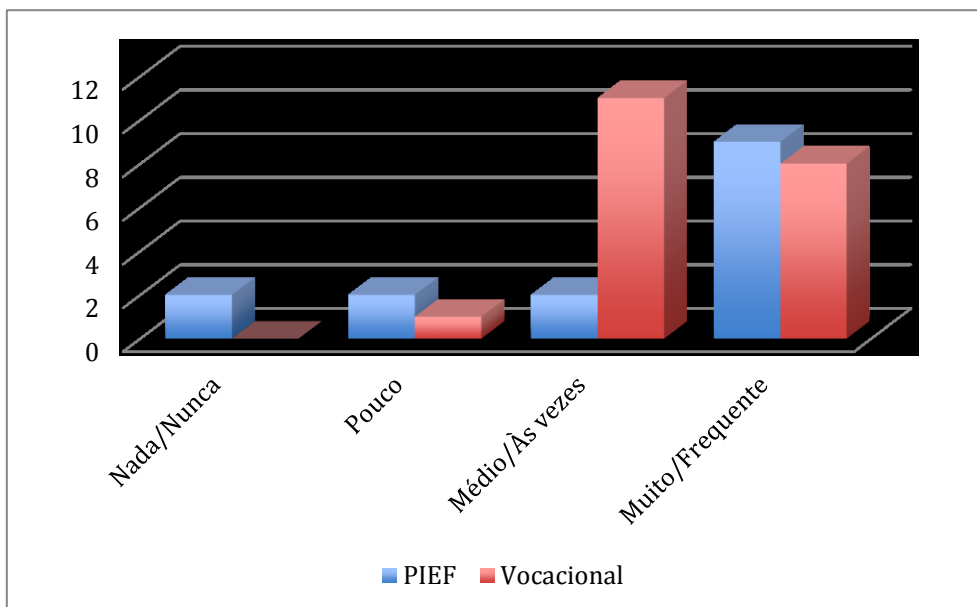
**Gráfico nº 5.36 – Espírito de entrega na realização de atividades escolares**



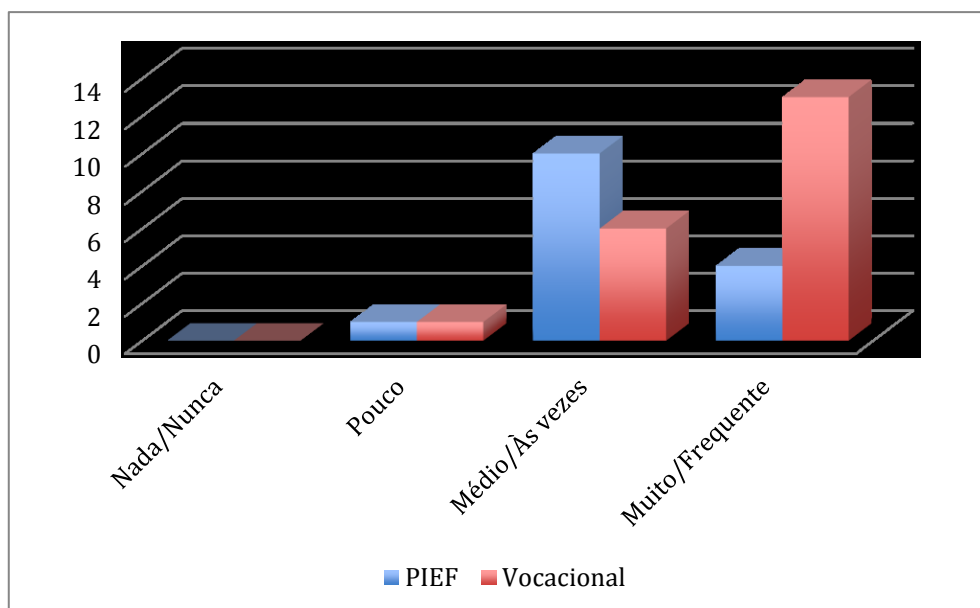
**Gráfico nº 5.37 – Respeito pelas opiniões e capacidades dos outros**



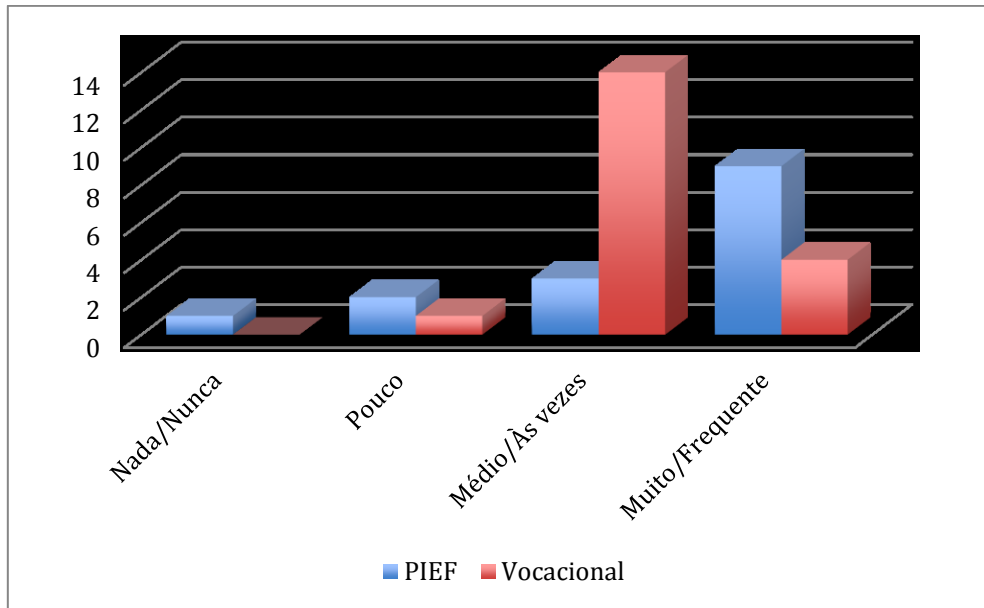
**Gráfico nº 5.38 – Progresso e Dificuldade**



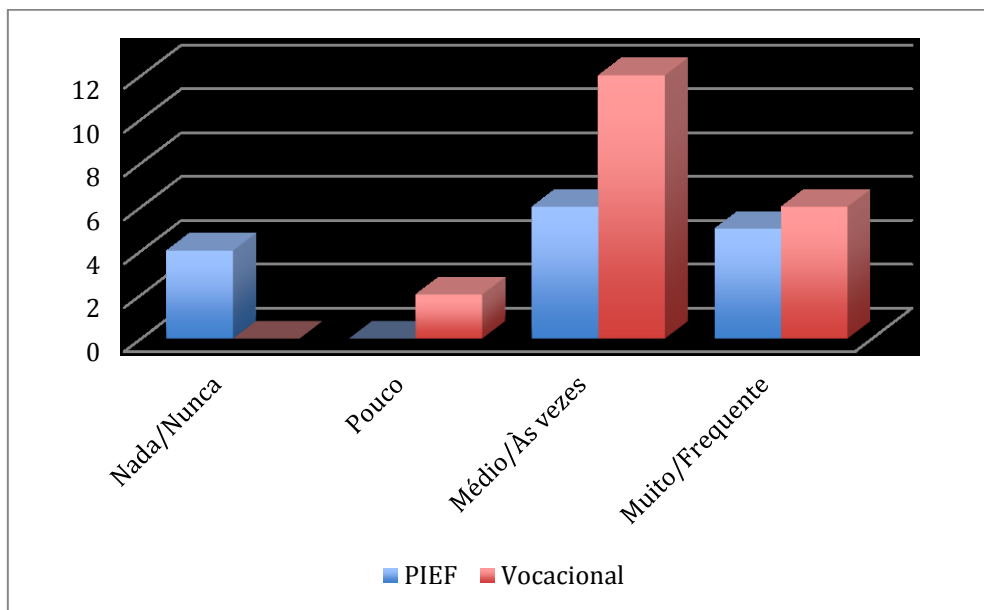
**Gráfico nº 5.39 – disponibilidade para ouvir os problemas dos alunos**



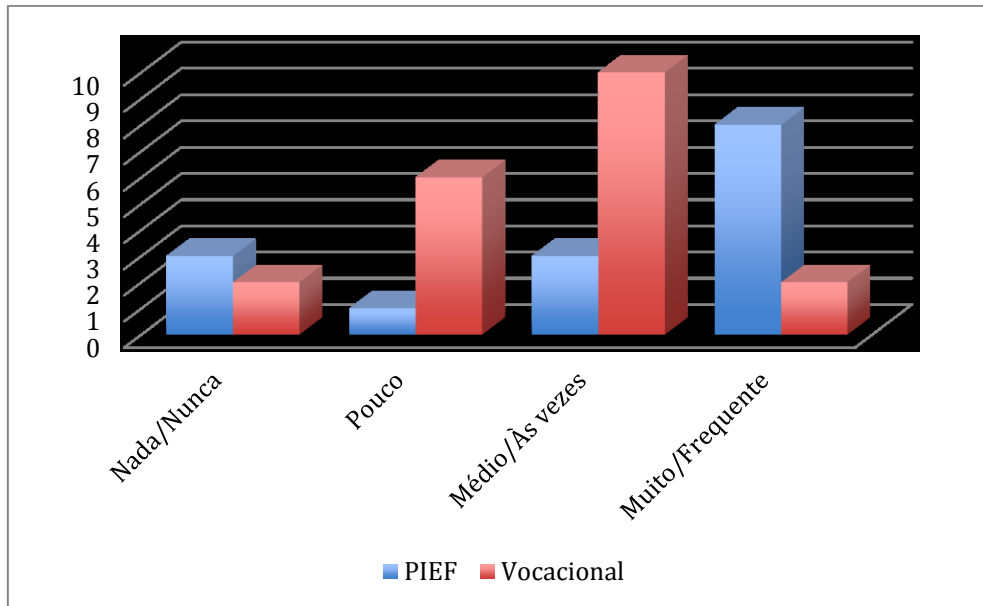
**Gráfico 5.40 – Professores esclarecem dúvidas**



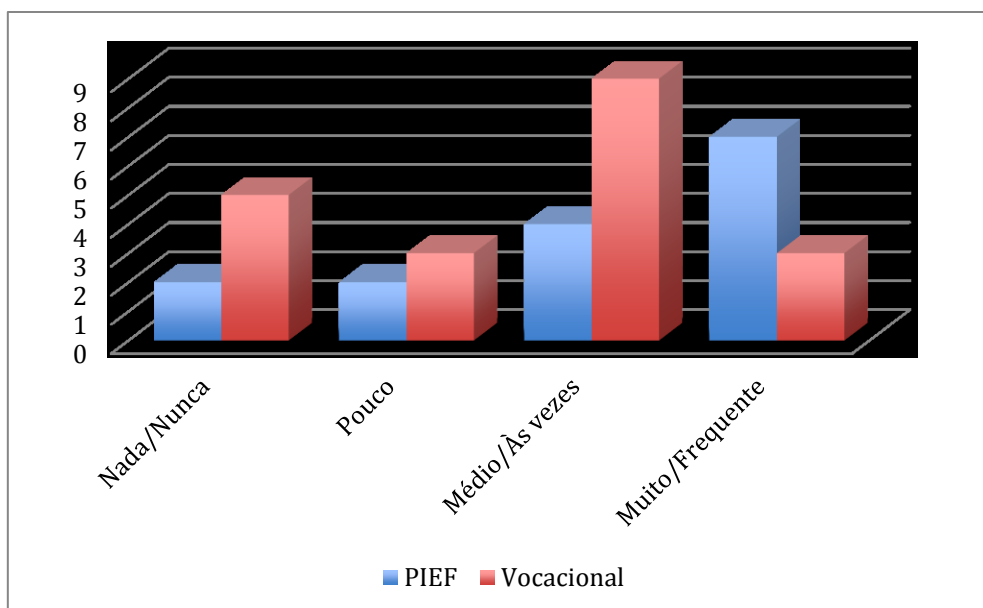
**Gráfico nº 5.41 – A Escola é de Todos**



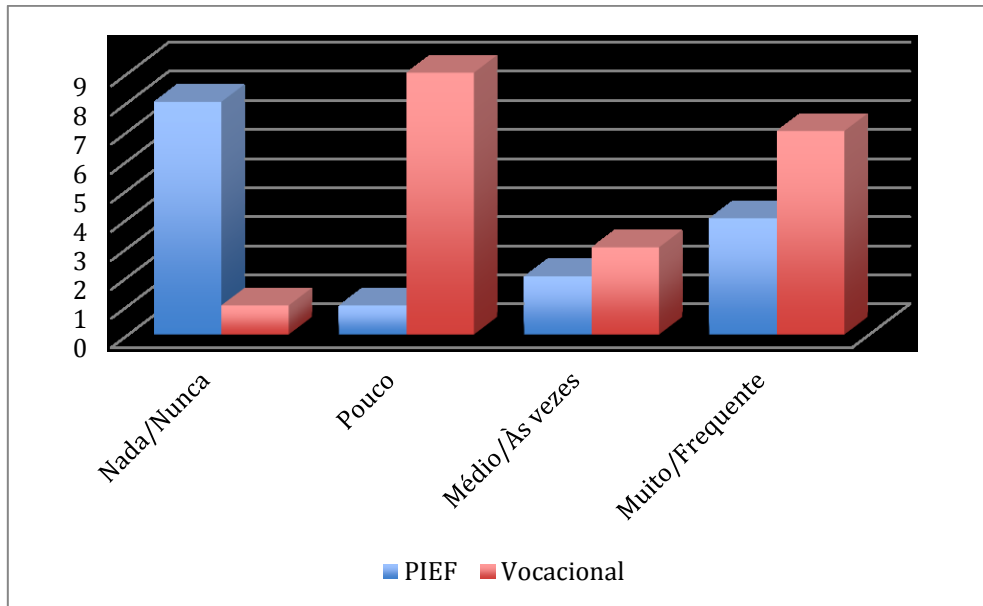
**Gráfico nº 5.42 – A Escola é um local seguro e disciplinado**



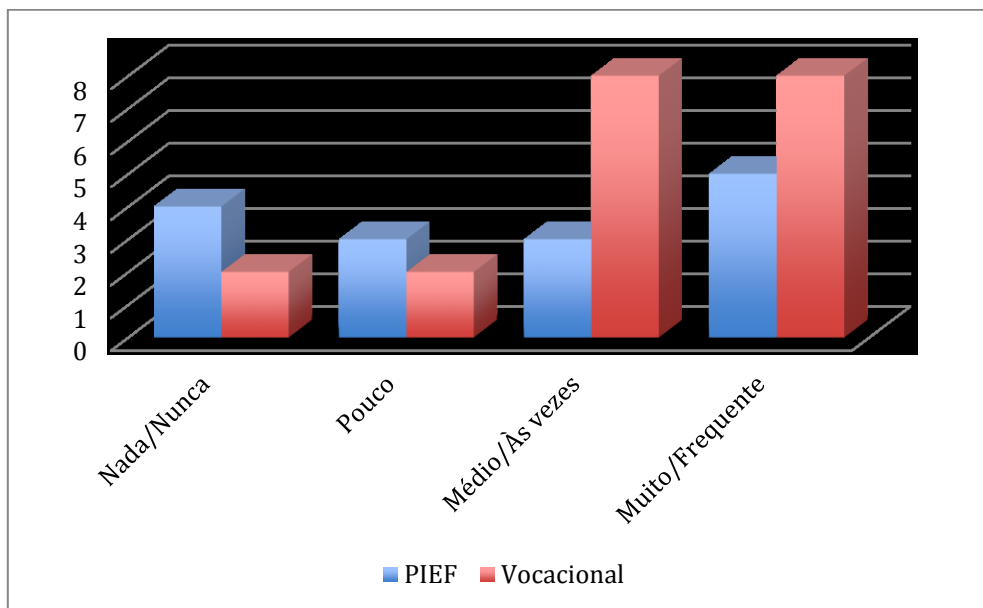
**Gráfico nº 5.43 – Os alunos são reconhecidos**



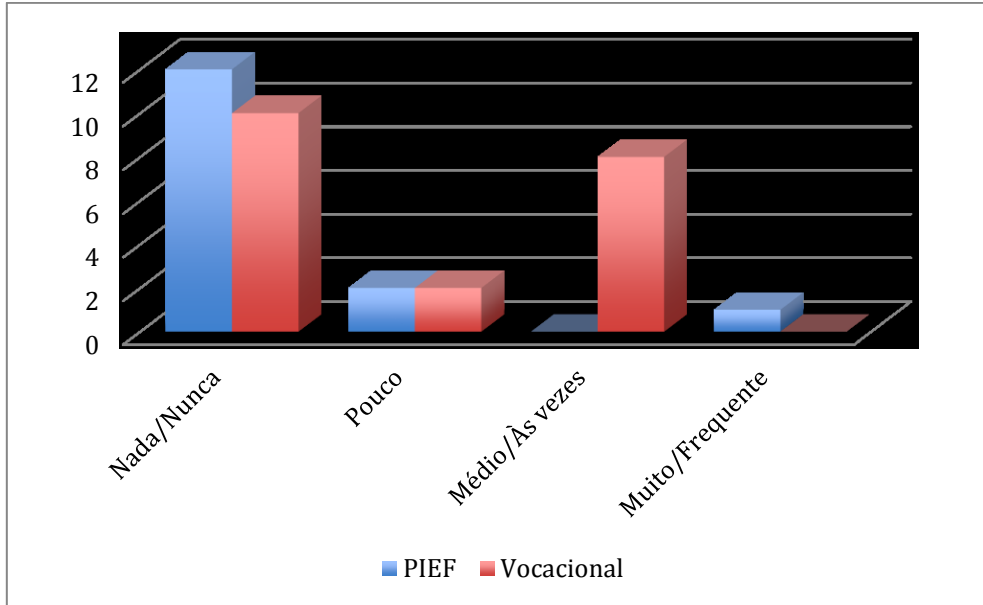
**Gráfico nº 5.44 – Não Estavas com atenção nas aulas**



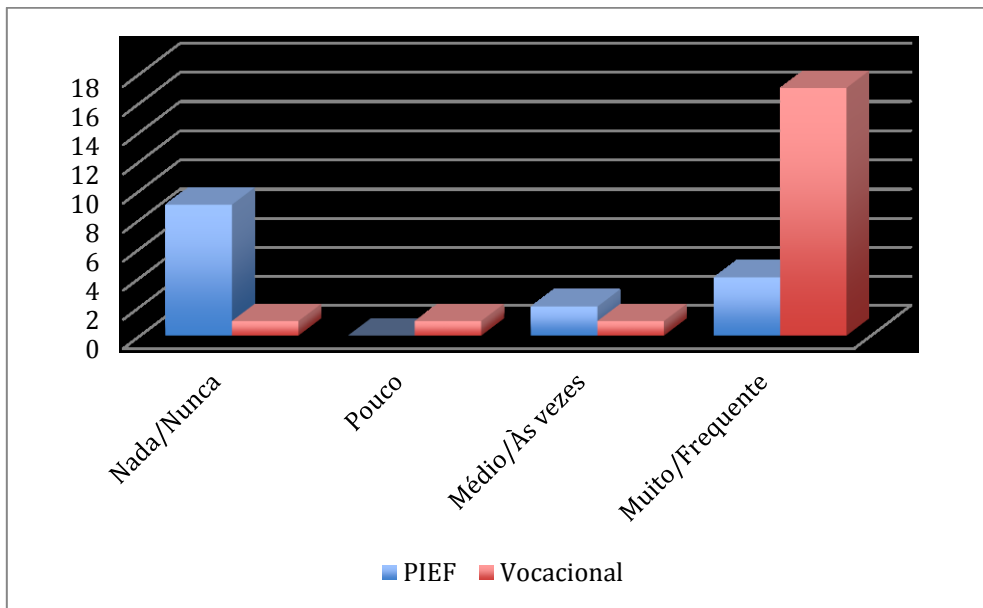
**Gráfico nº 5.45 – Foste aconselhado pelos teus pais ou E.E.**



**Gráfico nº 5.46 – Foste aconselhado pelos teus professores**



**Gráfico nº 5.47 – Foste aconselhado pelo psicólogo escolar**



**Gráfico nº 5.48 – Foste influenciado por colegas**

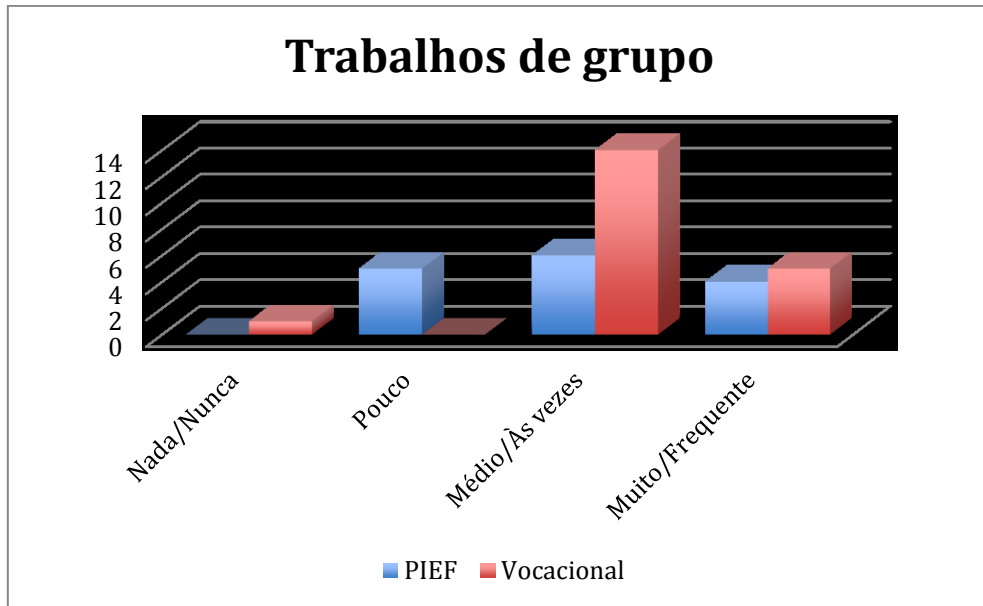


Gráfico nº 5.49 – Trabalho de grupo

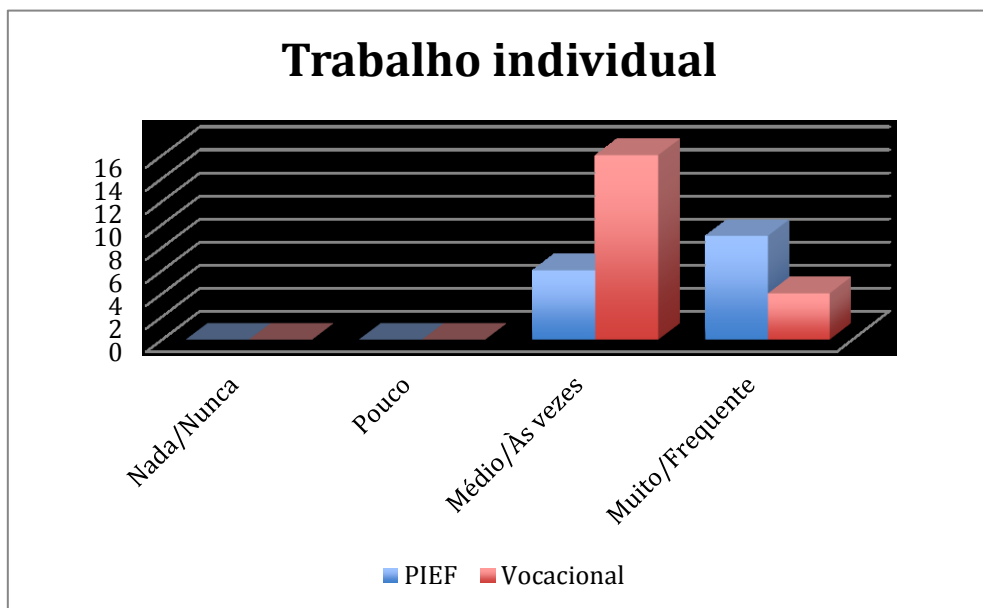


Gráfico nº 5.50 – Trabalho individual

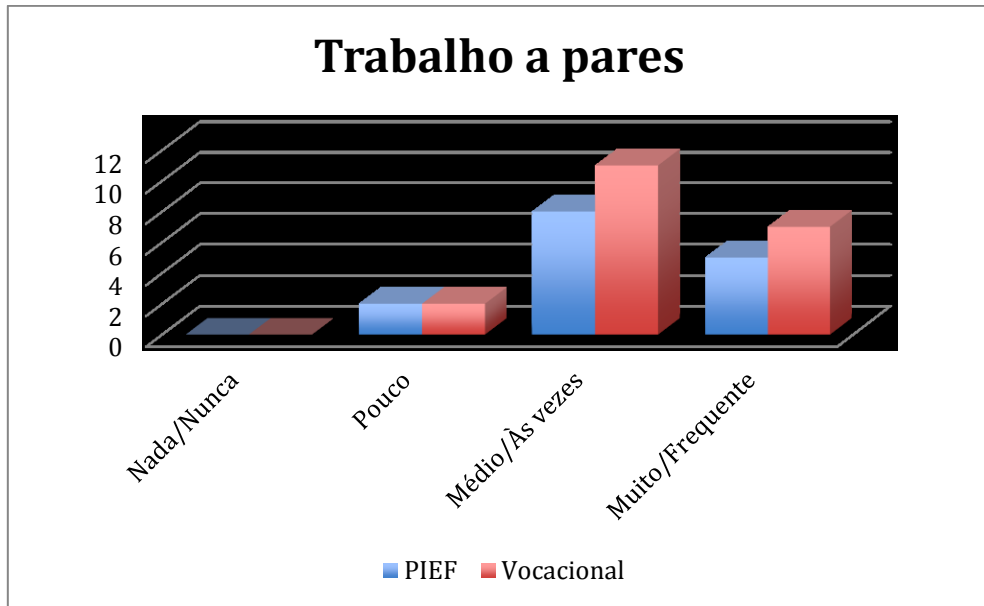


Gráfico nº 5.51 – Trabalho a pares

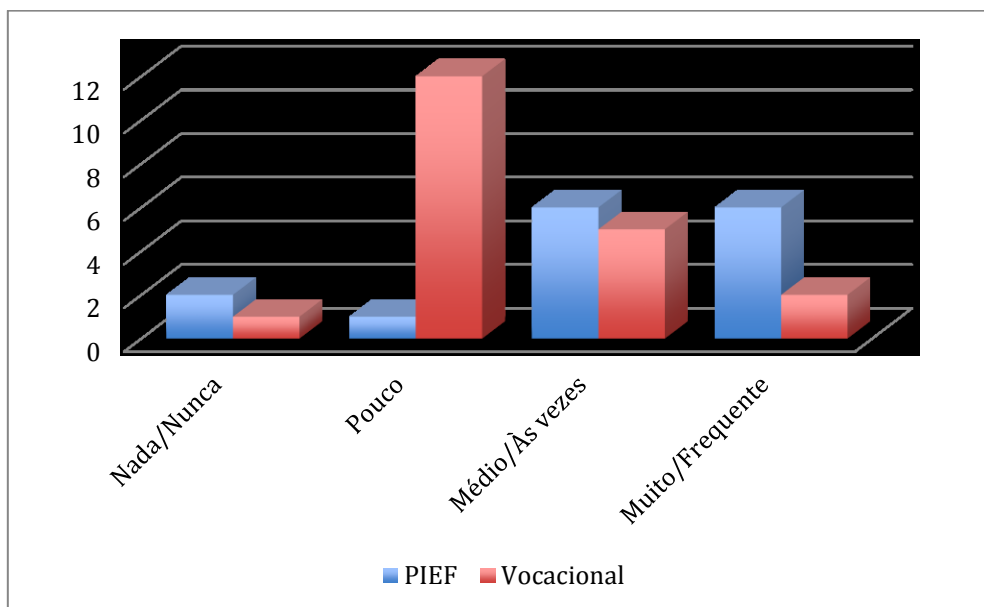
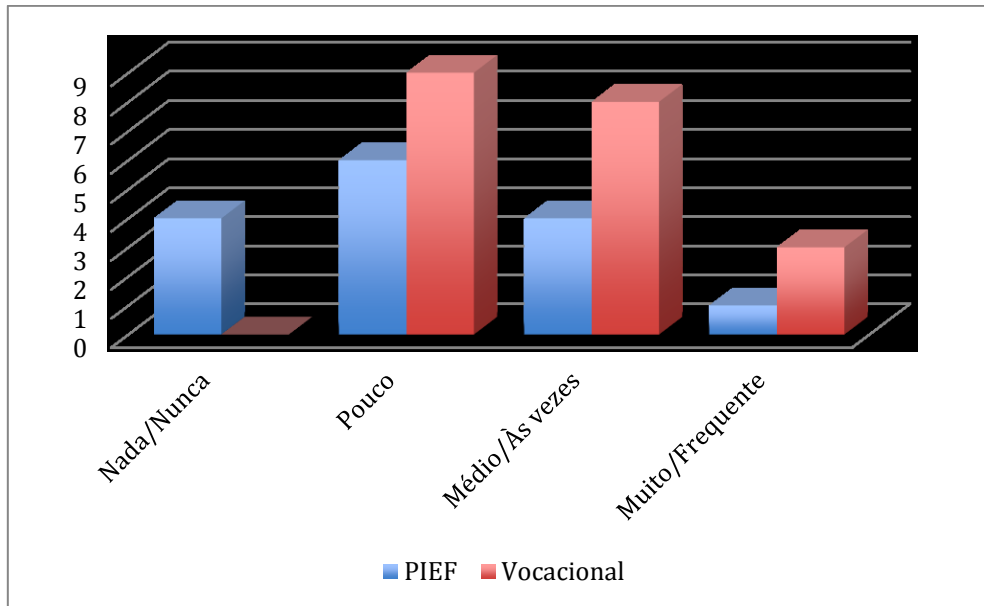
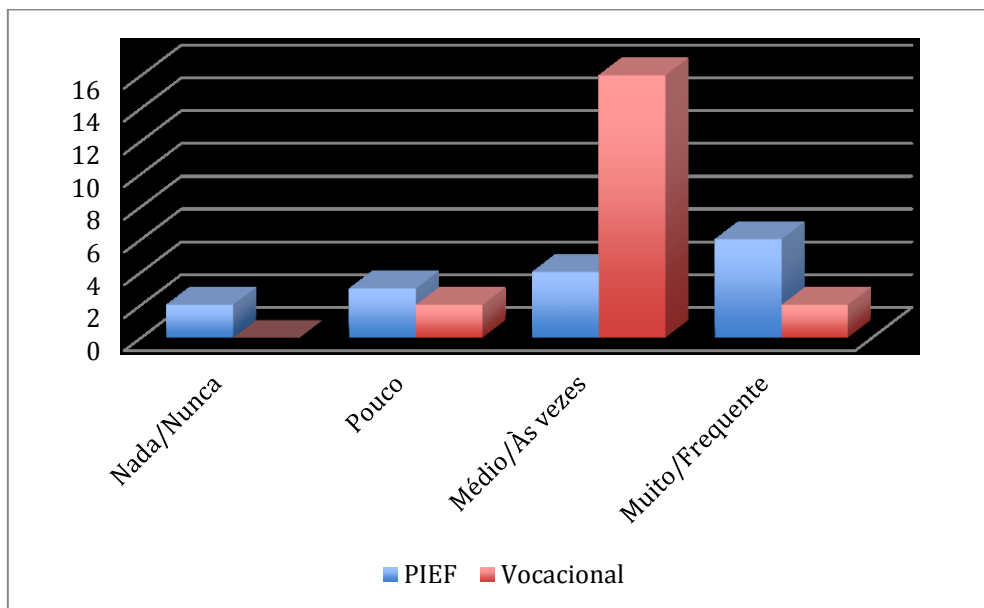


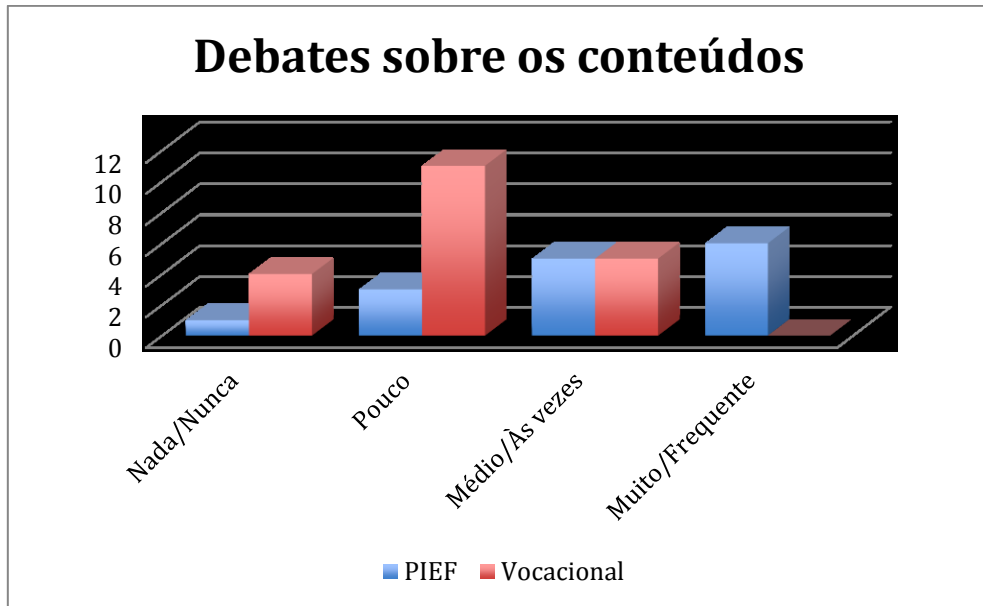
Gráfico nº 5.52 – Atividade de pesquisa utilizando a internet



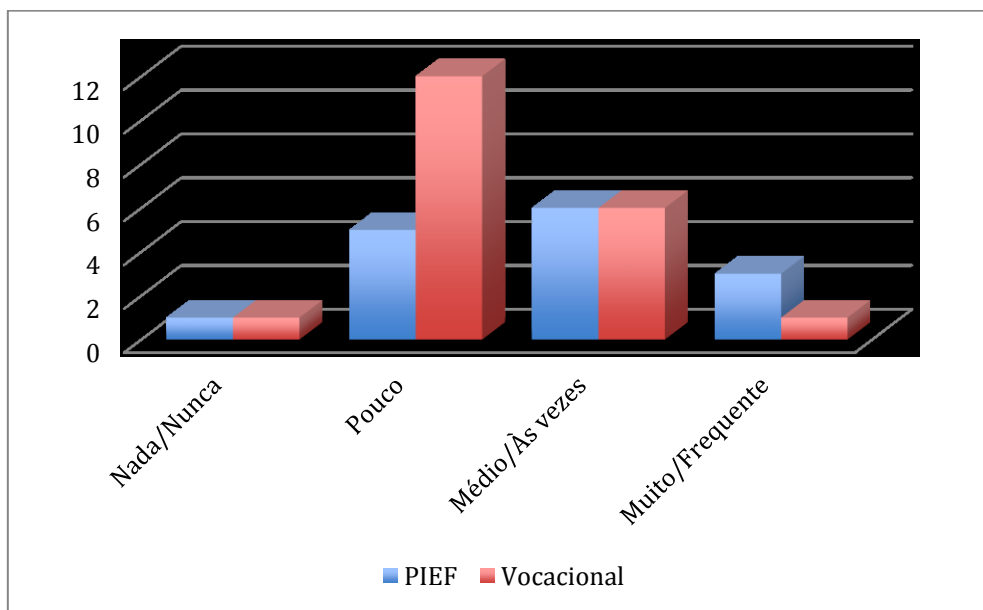
**Gráfico nº 5.53 – Atividades de suportes tradicionais**



**Gráfico nº 5.53 – Apresentação oral dos trabalho**



**Gráfico nº 5.55 – Debate sobre os conteúdos**



**Gráfico nº 5.56 – Os professores não explicavam bem a matéria**